

CLAUDIANA NAIR POTHIN NARZETTI

**A FORMAÇÃO DO PROJETO
TEÓRICO DE MICHEL PÊCHEUX:
DE UMA TEORIA GERAL DAS IDEOLOGIAS
À ANÁLISE DO DISCURSO**

ARARAQUARA

2008

CLAUDIANA NAIR POTHIN NARZETTI

**A FORMAÇÃO DO PROJETO TEÓRICO
DE MICHEL PÊCHEUX:
DE UMA TEORIA GERAL DAS IDEOLOGIAS À
ANÁLISE DO DISCURSO**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como cumprimento dos requisitos obrigatórios para obtenção do título de Mestre em Lingüística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Estrutura, organização e funcionamento discursivos e textuais

Orientador: Sílvia Dinucci Fernandes

Bolsa: FAPEAM

ARARAQUARA

2008

CLAUDIANA NAIR POTHIN NARZETTI

**A FORMAÇÃO DO PROJETO TEÓRICO
DE MICHEL PÊCHEUX:
DE UMA TEORIA GERAL DAS IDEOLOGIAS À
ANÁLISE DO DISCURSO**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como cumprimento dos requisitos obrigatórios para obtenção do título de Mestre em Lingüística e Língua Portuguesa.

Data de aprovação: 03/03/2008

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Professora Dra. Sílvia Dinucci Fernandes (UNESP – FCL/CAR)

Membro Titular: Professora Dra. Maria do Rosário Valencise Gregolin (UNESP –FCL/CAR)

Membro Titular: Professora Dra. Fernanda Mussalim (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA)

Ao Rubens
Cúmplice de todos os momentos
Síntese do verbo amar

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Sílvia, a acolhida, o apoio, a compreensão, a orientação dedicada e a amizade.

Agradeço aos professores do Programa que muito contribuíram para a minha formação geral.

Agradeço aos membros da Banca Examinadora, a participação, a leitura de meu trabalho e as ricas contribuições.

Agradeço à FAPEAM e à SEMED, que, com seus programas de apoio e fomento à pesquisa e à formação docente, tornaram possível a realização deste trabalho.

Agradeço ao GEADA, grupo com que pude aprender muito nesses dois anos de convívio, em especial à Rosário e à Vanice.

Agradeço aos meus amigos, Luzmara, Carlos, Maíra, Amanda e Taísa, a quem tive a felicidade de conhecer em Araraquara e com quem partilhei ótimos momentos e pude aprender muito.

Agradeço à minha família, que, de longe, sempre me apoiou e torceu por mim.

“É preciso, portanto, devolver uma memória à AD, na qual o trabalho de Pêcheux retoma seu sentido e seu lugar” (COURTINE, 2005, p. 31).

“... uma ciência no estado nascente é uma ‘aventura teórica’ (...): o acesso ao objeto é obtido por caminhos ainda não desbravados, onde os falsos passos não estão excluídos” (HERBERT, [1966], 1973, p.30).

RESUMO

O tema desta Dissertação é a constituição teórica da análise do discurso desenvolvida por Michel Pêcheux. Especificamente, tratamos da constituição da AD (a sua primeira época - o início da teoria com a obra *Análise Automática do Discurso*, de 1969) e de sua relação com os textos anteriores de Pêcheux, assinados com o pseudônimo Thomas Herbert, “Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social”, de 1966 e “Observações para uma teoria geral das ideologias”, de 1968, nos quais o fundador de uma das vertentes da análise do discurso francesa ainda não está engajado na elaboração de uma teoria do discurso, mas no projeto althusseriano de elaboração de uma teoria das ideologias. Acreditamos que o aparato teórico-conceitual apresentado, as temáticas desenvolvidas e as críticas feitas por Pêcheux na obra *Análise Automática do Discurso* possuem uma estreita relação com idéias e concepções de seus textos anteriores, dedicados à reflexão sobre a ideologia e sobre a história das ciências. Sendo assim, tentamos reconstruir o percurso do projeto teórico de Pêcheux, identificando que problemas o conduziram do projeto inicial de elaboração de uma teoria das ideologias à construção da teoria e da análise do discurso; que relações existem entre esses dois projetos; que problemas teóricos e/ou práticos provocaram esse deslocamento; como Pêcheux foi de uma concepção de ideologia em que a linguagem não é tematizada a uma teoria que a pensa a partir do discurso; qual a função que o instrumento análise do discurso desempenhava nesses projetos; e qual o papel particular que exerceram as três ciências que estão na base da AD: Materialismo Histórico, Lingüística e Psicanálise. Partimos da posição de que é importante conhecer o projeto teórico que precede e prepara a construção da AD para melhor compreender a necessidade de sua construção e seu significado teórico.

Palavras-chave: Análise do discurso. Ideologia. Michel Pêcheux. Thomas Herbert. História epistemológica da AD. Lingüística.

RÉSUMÉ

Le sujet de notre recherche est la constitution théorique de l'analyse du discours développé par Michel Pêcheux. Nous nous intéressons en particulier à la constitution de l'AD (sa première époque – le début de la théorie du discours) et à son rapport avec les textes “Réflexions sur la situation théorique des sciences sociales et, spécialement, de la psychologie sociale” (1966) et “Remarques pour une théorie générale des idéologies” (1968), qui ont été produits antérieurement par Pêcheux sous le pseudonyme de Thomas Herbert. Dans ces textes, le fondateur de l'un des domaines de l'analyse du discours française ne s'est pas encore engagé dans l'élaboration d'une théorie du discours, mais dans le projet althussérien de construction d'une théorie des idéologies. Nous croyons que le dispositif théorique-conceptuel, les thématiques et les critiques que Pêcheux a présentés et développés dans son oeuvre *Analyse Automatique du Discours* (1969), ont un rapport étroit avec des idées et des conceptions des textes antérieurs de l'auteur qui sont dédiés à la réflexion sur l'idéologie et sur l'histoire des sciences. Ainsi, nous essayons de reconstruire le parcours du projet théorique de Pêcheux à travers l'identification des problèmes qui l'ont mené du projet initial de l'élaboration d'une théorie des idéologies à la construction de la théorie et de l'analyse du discours. Nous explicitons les rapports qui existent entre ces deux projets et les problèmes théoriques et pratiques qui ont provoqué ce déplacement. Nous expliquons comment Pêcheux va d'une conception de l'idéologie où le langage n'est pas abordé à une théorie qui pense le langage à partir du discours. Nous éludions la fonction que le dispositif instrumental analyse du discours jouait dans ces projets. Et, finalement, nous commentons le rôle particulier qu'ont exercé les trois sciences qui forment la base de l'AD : le Matérialisme Historique, la Linguistique et la Psychanalyse. Nous considérons qu'il est très important de connaître le projet théorique qui précède et prépare l'élaboration de l'AD pour mieux comprendre la nécessité de sa construction et son signifié théorique.

Mots-clés: Analyse du discours. Idéologie. Michel Pêcheux. Thomas Herbert. Histoire épistémologique de l'AD. Linguistique.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A CONJUNTURA DA FORMAÇÃO DO PROJETO TEÓRICO DE MICHEL PÊCHEUX	22
1.1 A conjuntura dos anos 60	23
1.2 Michel Pêcheux e o grupo althusseriano	26
1.3 Um programa de pesquisas para o grupo althusseriano	30
1.4 A ideologia em geral	36
2 PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS DA OBRA DE MICHEL PÊCHEUX/THOMAS HERBERT	43
2. 1 A epistemologia histórica francesa	44
2.1.1 A novidade da epistemologia histórica francesa	45
2.1.2 As principais categorias da epistemologia histórica francesa	47
2.2 O Materialismo Dialético segundo Althusser e seu grupo	56
2.2.1 A especificidade do materialismo dialético	56
2.2.2 A prática teórica	58
2.2.3 Objetivos do materialismo dialético	63
2.2.4 A leitura sintomal	71
3 O PROJETO DE UMA CIÊNCIA DAS IDEOLOGIAS E O MÉTODO DE ESCUTA SOCIAL	78
3.1 Esboço de uma teoria geral das ideologias	80
3.2 A primeira articulação entre ideologia, sujeito e discurso	87
3.3 O problema das ciências sociais	90
3.4 O projeto de uma ciência das ideologias	97
4 A TEORIA GERAL DAS IDEOLOGIAS DE THOMAS HERBERT	103
4.1 Princípios gerais	104
4.2 Apropriação da Lingüística	107
4.3 Apropriação da Psicanálise	119

4.4 As ciências sociais e as garantias ideológicas	128
4.5 Variação e mutação ideológica	130
4.6 O dispositivo instrumental e institucional	135
5 RUMO À TEORIA E AO MÉTODO DE ANÁLISE DO DISCURSO	149
5.1 Críticas à análise de conteúdo	150
5.2 Primeiros conceitos da teoria do discurso	162
5.3 Apropriação da Lingüística, da Psicanálise e do Materialismo Histórico na teoria do discurso	169
5.4 O método de análise do discurso e a estratégia de Michel Pêcheux	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS	179
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	185

INTRODUÇÃO

Sabemos que o que hoje se costuma chamar de análise do discurso (AD) é uma grande área do conhecimento, institucionalizada nos departamentos de Lingüística, que surgiu na França no final da década de 60, tendo se expandido para outros lugares, como os Estados Unidos e o Brasil, na década de 80. Assim, seria demasiado vago se dissessemos que nosso trabalho inquire sobre a análise do discurso, ainda que isso seja um fato.

Sabemos também que esse campo do conhecimento, nas duas primeiras décadas de sua existência na França, representa uma confluência de várias correntes que têm em comum o fato de terem tomado por objeto o discurso. Assim, para exemplificar poderíamos citar alguns nomes: Jean Dubois, Michel Foucault e Michel Pêcheux.

O que caracterizava cada uma dessas vertentes era a concepção de discurso que sustentavam, a qual era resultado de posições epistemológicas diversas, uma das quais era o papel que os domínios de saber nos quais se embasavam exerceu não só na própria construção do conceito de discurso, mas também na dos demais conceitos que o acompanharam para melhor explicitá-lo. Assim, cada uma dessas correntes ou vertentes, ao lado da sua história comum que as une numa mesma direção, tem uma história particular. Portanto, a AD francesa não possui uma identidade única e ainda seria vago se dissessemos que nosso trabalho procura reconstruir um momento de sua história, ainda que isso não seja uma promessa que não vai ser cumprida pelo menos em parte.

Indo direto ao ponto, podemos dizer que o nosso trabalho trata do processo de constituição histórica e teórica da AD francesa em uma de suas vertentes, a inaugurada por Michel Pêcheux, cujo marco inaugural é a publicação da obra *Análise Automática do Discurso*, em 1969. Nossa proposta é analisar minuciosamente um momento bem específico e delimitado da história da disciplina, os anos de 1966 a 1969, o qual constitui, para nós, o momento em que o projeto de elaboração de uma análise do discurso começa a se formar no interior do projeto teórico pecheutiano.

A tese que orienta nossa reflexão é que a disciplina que hoje chamamos de análise do discurso não nasceu pronta, no momento mesmo em que a obra acima referida foi elaborada e publicada. Na verdade, ela teve sua emergência marcada por uma série de objetivos que foram aos poucos se estabelecendo e tomando forma, no

interior de um projeto teórico mais amplo de Pêcheux, de elaboração de uma teoria geral das ideologias, na esteira de Louis Althusser.

Assim, consideramos que o início da história da AD pecheutiana remonta ao período anterior à publicação da obra AAD-69, o qual, como já dissemos, se inicia a partir de 66 e é marcado pela escrita de quatro artigos, publicados em revistas de divulgação científica: “Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social” (1966); “Observações para uma teoria geral das ideologias” (1968); “Analyse de contenu et théorie du discours” (1967); e “Vers une technique d’analyse du discours” (1968). Destes, os dois primeiros foram publicados em *Cahiers pour l’analyse*, e assinados com o pseudônimo de Thomas Herbert, enquanto os dois últimos foram publicados nas revistas *Psychologie Française* e *Bulletin du CERP*, respectivamente, e assinados com o nome próprio do autor. A justificativa dessa posição ficará explicitada no decorrer de nosso trabalho.

Sendo assim, nosso trabalho consiste prioritariamente em fazer uma análise da natureza da relação que une esses textos de Herbert e de Pêcheux, ou, dito de outro modo, do percurso teórico traçado por Pêcheux desde a construção de uma teoria geral das ideologias até a da análise do discurso. Considerando que: a) Herbert estava engajado no projeto althusseriano de construção de uma teoria geral das ideologias, conforme veremos no capítulo 1, e que seus textos são uma contribuição teórica a ela; b) Pêcheux, por seu turno, estava elaborando o que posteriormente passou a se chamar a análise do discurso; c) segundo Henry (1997), os fundamentos desta podem ser encontrados naqueles textos, era preciso refletir sobre o processo em que o conjunto da obra pecheutiana de então foi se produzindo e sobre o ponto em que ganhava sua coesão.

Assim, acerca do processo de constituição teórica da AD de Pêcheux, o nosso problema geral é explicar como e por que o filósofo parte de uma teoria geral das ideologias, no interior de uma reflexão, sobretudo, epistemológica e chega a uma teoria e a um método de análise do discurso. Ligadas a esse problema, algumas questões surgem: quais as relações da análise do discurso com a teoria das ideologias de Pêcheux?; que mudanças de rumo aconteceram na trajetória que o autor percorreu?; a quais finalidades o método de análise do discurso deveria atender?; qual o lugar da análise do discurso no interior do projeto pecheutiano?

Para responder adequadamente a essas questões, passamos obrigatoriamente pela exposição e discussão detalhada das idéias e dos conceitos elaborados pelo autor em

seus quatro artigos acima referidos, que, infelizmente, estão hoje fora do alvo de atenção da grande maioria dos estudiosos da análise do discurso, mas que, sem dúvida, guardam a chave de compreensão do sentido histórico e epistemológico da análise do discurso.

Essa opção de retornar ao momento da emergência da AD, (uma época que poderíamos denominar de pré-AD), ao momento em que ela sequer se encontra instituída, pode parecer a muitos supérflua, já que vivemos uma fase da disciplina que abandonou muitas das formulações antigas, dando desenvolvimentos novos aos conceitos e aos problemas com os quais lida.

Poderíamos responder tomando emprestada uma passagem de Maingueneau (1990), com a qual concordamos inteiramente:

“Os desenhos animados freqüentemente nos mostram personagens que, sem o saber, andam no vazio; percebendo repentinamente que deixaram o solo firme, eles caem no abismo. É isto que pode acontecer à análise de discurso se ela não se interrogar a respeito de si mesma” (p. 65).

Mas também poderíamos apelar para o que nos ensina a história das ciências, à qual o próprio Pêcheux filiava-se. Em primeiro lugar, ela nos ensina, segundo Japiassú (1997), que: “Não sendo estudada e ensinada historicamente, a ciência se converte em objeto de estudo e de ensino dogmáticos” (p. 24) e, consequentemente, os cientistas têm dificultada a tarefa de elaborar uma crítica de seu saber.

É fato que a AD não está mais na fase dos tateamentos, encontrando-se desenvolvida e em fase de construção de novos objetos e conceitos. Além disso, ela está institucionalizada e seu quadro teórico e metodológico é ensinado com o fim de ser usado na análise de discursos concretos. Assim, o que interessa mais diretamente é saber manipular os seus conceitos. O problema é que a institucionalização de um saber tende a dogmatizá-lo e o seu ensino tende a tomá-lo como algo acabado, ignorando as condições em que foi produzido. Isso é uma regra geral e a AD não parece ser uma exceção dela.

Portanto a investigação do passado da AD, nessa conjuntura, parece ser dispensável. Mas o que queremos sustentar aqui é o contrário. Antes de permitir pensar que a AD é algo que nasceu prontamente, desligada de todo o ambiente de urgência teórica, o que queremos é recuperar as condições históricas em que esse saber se produziu, pô-lo em movimento. Acreditamos que essa seja uma das melhores formas de evitar o dogmatismo no ensino de um saber.

Em segundo lugar, a história das ciências nos ensina que:

“Aquele que se interroga sobre o significado da ciência atual, deve cada vez mais remontar a seu passado, porque o sentido do devir sempre é fornecido pela flecha do tempo. Conheceremos melhor o que é a ciência atual e para onde ela vai, quando conhecermos com precisão de onde ela vem” (JAPIASSÚ, 1997, p. 31).

Como entendermos o sentido da análise do discurso (e da sua obra inaugural, a AAD-69), sem olhar para trás, para o projeto teórico de Pêcheux do qual ela é parte? Conhecer tal projeto teórico de modo global e o lugar da AD nele, no momento de constituição da disciplina, ajuda a entender a permanência de determinados problemas centrais e as diferentes soluções que foram dadas a eles no decorrer da história.

Em terceiro lugar, “a história das ciências, ao devolver-nos o sentido da aventura intelectual, vale dizer, de um pensamento que arrisca as suas próprias certezas, constitui sempre um exercício renovado da liberdade de pensar...” (JAPIASSÚ, 1997, p. 32).

Ora, o que se destaca, quando analisamos a trajetória de Pêcheux, é justamente essa aventura teórica, o processo de construção, na urgência, de uma teoria cujos conceitos não gozam todos do mesmo status: uns são cuidadosamente elaborados, outros são apenas intuídos, arriscados, edificados como metáforas; de uma teoria cujos problemas ficam, muitas vezes, sem solução ou têm uma solução apenas esboçada.

Desse modo, refletir sobre a história da análise do discurso é, segundo Gregolin (2004),

“uma necessidade que nos desafia permanentemente e que deve levar-nos a vasculhar os documentos a fim de interpretar os vestígios da historicidade dos conceitos que mobilizamos no campo do saber em que nos situamos. Evidentemente, não se trata de pretender encontrar a ‘verdade’, mas de reconstruir as falas que criaram uma ‘vontade de verdade científica’ em um certo momento histórico” (p. 11).

Pelo que dissemos até agora, pode-se perceber que este é um trabalho que se inclui naquilo que poderíamos chamar de história das ciências. Isso nos leva necessariamente a vários problemas de ordem metodológica.

Em primeiro lugar, a história das ciências não é uma disciplina científica, nem mesmo se inclui no interior de algum curso superior encarregado de ensinar como fazê-la. Assim, ela é feita ora na filosofia, ora na própria ciência da qual se faz a história.

Em segundo lugar, ela, segundo o que explica Japiassú (1997), “não possui um método unitário, seus problemas são diversificados, suas escolas ou suas tendências se

opõem" (p. 22). Assim, ainda segundo o autor: "Aqueles que a praticam, ainda o fazem de modo mais ou menos 'selvagem' e amadorista" (p. 46).

Entre as tendências existentes em história das ciências, poderíamos citar duas que nos interessam aqui. Aquela denominada história das ciências tradicional e a denominada de história epistemológica das ciências. A primeira é a comumente realizada pelos cientistas quando tratam de suas próprias ciências. A segunda é aquela que, em sendo uma crítica à primeira, tornou-se um modelo a partir dos anos 30, na França, estando representada, principalmente, pelos trabalhos de Gaston Bachelard, Georges Canguilhem e Alexandre Koyré.

O primeiro tipo de história acima mencionado, como observamos, é aquela feita pelos próprios cientistas a respeito das suas ciências. Eles fazem essa história quando desejam apresentar um breve histórico do problema ao qual se dedicam, mostrando as soluções dadas a ele no decorrer do tempo a fim de mostrar a novidade de seus resultados. Eles fazem essa história também em livros didáticos das ciências diversas com o fim de apresentar as principais teorias, conceitos e seus precursores aos iniciantes naquele ramo do saber. O problema desse tipo de história das ciências é justamente essa restrição à listagem de teorias, conceitos e precursores, o que contribui para se formar uma idéia de ciência como algo que se produz linearmente.

Já o segundo tipo de história das ciências acima referido parte de uma perspectiva filosófica. Os seus fundadores inauguraram uma nova forma de fazer a história de uma ciência, que se apresenta, em parte, como crítica à história tradicional e, em parte, como uma alternativa a ela. Essa história epistemológica tem a grande vantagem de mostrar a ciência como uma construção do pensamento e não como uma simples iluminação de alguns gênios. Ela parte do pressuposto de que a ciência percorre um caminho composto de erros e acertos e que os erros não devem ser totalmente desprezados, pois serviram para a construção das positividades de uma época. Além disso, ela é uma história recorrente e normativa, pois julga o passado da ciência a partir dos critérios de científicidade aceitos pela comunidade científica no momento atual da ciência. Ela postula, ainda, que a história da ciência não é linear, mas composta de descontinuidades e rupturas, sendo que, no decorrer dessa história, a ciência progride rumo a uma racionalidade cada vez maior, já que procede por retificações dos conhecimentos produzidos anteriormente.

Este trabalho mantém relações com esses dois tipos de história das ciências. Com o primeiro pela exclusão: ele é aqui evitado e até mesmo condenado.

Com o segundo, na medida em que procura seguir alguns de seus pressupostos. Procura observar as descontinuidades entre as posições teóricas presentes nos textos que presidem e preparam a constituição teórica da análise do discurso – as mudanças ocorridas nos conceitos que foram produzidos antes de sua constituição e na sua primeira época. Procura analisar a transformação dos conceitos antigos e a entrada de conceitos novos.

Entretanto o modelo dessa história das ciências não pode aqui ser seguido radicalmente. O motivo principal dessa impossibilidade é que a história epistemológica normalmente trata de ciências constituídas por um corte epistemológico inegável. Ora, o momento da história da AD que estudamos é aquele em que ela não está ainda instituída e sequer formulada de modo completo, em outras palavras, a fase pré-AD. Até mesmo atualmente seria difícil decidir se a AD é uma ciência, uma disciplina, um saber, pois seria uma tarefa delicada encontrar a existência de um corte epistemológico, um ponto de não-retorno, uma vez que conceitos das três épocas são utilizados nas análises feitas em trabalhos da área. Seria difícil também estabelecer um presente da AD: a história epistemológica exige, para sua realização, conforme a posição de Bachelard, que o passado de uma ciência seja julgado a partir de seu presente, sendo este entendido como o sistema de conceitos mais atual da ciência, considerado pela comunidade científica como a verdade da ciência no momento. Por outro lado, ela possui um aparato de experimentação que não há em muitas ciências humanas, o que seria um indício de científicidade.

Assim, podemos seguir alguns pressupostos e algumas posições desse tipo de história das ciências, como os esboçados acima, mas não todos.

Por causa dessa particularidade da história da AD, somos levados a adotar aqui uma perspectiva genealógica, já que o trabalho busca compreender a emergência da AD, o contexto de seu surgimento, os problemas teóricos que a suscitarão, a ligação que ela tem com a produção anterior de uma teoria das ideologias de Pêcheux.

A genealogia é-nos interessante por não ser um método aplicado exclusivamente à história das ciências, e não estar presa a determinado tipo de objeto. Para dar alguns exemplos da versatilidade inerente à perspectiva genealógica, lembremos que Nietzsche usou-a para analisar a formação dos nossos valores morais; Foucault aplicou-a para analisar o nascimento das prisões; Koyré e Canguilhem usaram-na em suas histórias epistemológicas, para descrever a formação de ciências como a física e a astronomia, no

caso do primeiro e a biologia e a medicina, no caso do segundo. Conforme Badiou (1979): “Os trabalhos de Koyré ou os de Canguilhem são genealógicos” (p. 89).

Mas o que permite definir uma pesquisa histórica como sendo genealógica? Para responder a essa questão, podemos mencionar duas formas de caracterizá-la: uma negativa, que consistiria em apontar tudo aquilo que ela recusa, e outra positiva, que consistiria em apontar os conceitos com os quais ela opera.

No que diz respeito a sua caracterização negativa, a genealogia define-se por oposição ao que Nietzsche chamava de pesquisa da origem. Esta última está impregnada de alguns pressupostos que a pesquisa genealógica recusa, os quais Foucault ([1971], 2000) comenta.

Em primeiro lugar, a pesquisa da origem busca captar a “essência exata da coisa”; sua identidade, sua forma imóvel (FOUCAULT, [1971], 2000, p. 262). Mas, para a genealogia, conforme nos explica Foucault ([1971], 2000), “O que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada de sua origem – é a discórdia entre as coisas, o disparate” (p. 263). Em outras palavras, a genealogia não trabalha com a idéia de que, na origem de um fenômeno, ou teoria, etc., é que se pode encontrar a sua essência. Para a genealogia não há essência.

Isso é importante para nosso trabalho. Não intentamos aqui, ao interrogarmos sobre a emergência da análise do discurso e seu lugar no interior do projeto pecheutiano, apontar qual teria sido a sua essência. Na verdade, ela não existe. Como veremos no decorrer dos capítulos, a AD deveria responder a vários objetivos.

Em segundo lugar, ela supõe uma “alta origem”, uma solenidade no nascimento da coisa, a pureza, a perfeição de algo que, com o tempo desvirtuar-se-ia. Porém, segundo a genealogia, “o começo histórico é baixo”, no sentido de derrisório, irônico (FOUCAULT, [1971], 2000, p. 263).

E, por fim, a pesquisa da origem acredita que ela é “o lugar da verdade”, que o efeito de verdade da coisa não está relacionado a sua manifestação discursiva. Entretanto, para a genealogia, “por trás da verdade, sempre recente, avara e comedida, há a proliferação milenar dos erros” (FOUCAULT, [1971], 2000, p. 263).

No que diz respeito a sua caracterização positiva, podemos destacar duas distinções importantes: aquela que existe entre causa da origem e uso e aquela que existe entre os conceitos de proveniência e emergência.

No caso da primeira distinção, Nietzsche explica que a *causa da origem* de uma coisa não se confunde com os seus diferentes *usos*. O filósofo dá o exemplo do castigo,

que teria sido criado com a finalidade de punir, mas era utilizado para as mais diferentes funções, como as de vingança e de intimidação. Assim, segundo ele, “a causa da gênese de uma coisa e a sua utilidade final, a sua efetiva utilização e inserção em um sistema de finalidades, diferem *toto coelo* [totalmente]” (NIETZSCHE, 1988, p. 81). É importante lembrar que, para a genealogia, conhecer e compreender a utilidade de algo não significa necessariamente compreender a sua gênese: costuma-se acreditar que a utilidade atual de uma coisa coincide com a razão de sua gênese, o que nem sempre acontece.

Foucault partilha dessa posição ao afirmar que: “Esses fins, aparentemente últimos, não passam do episódio atual de uma série de submissões” (FOUCAULT, [1971], 2000, p. 267).

Isso parece ser um equívoco ao qual pode conduzir a análise de Courtine (2006) da história da AD. O autor costuma afirmar, em seus textos, que a disciplina “iria se dedicar ao discurso político como objeto privilegiado” (p. 30). É fato que ela teve essa função, mas ela não foi a causa da sua origem, pelo menos quando se trata da análise do discurso inaugurada por Pêcheux, e isso precisa ser explicitado. A AD foi pensada pelo filósofo, primeiramente, como um método destinado à experimentação de uma teoria das ideologias, o que com o tempo foi se modificando, como mostraremos no decorrer do trabalho. Assim, não se pode confundir a utilidade atual da AD com a causa da sua origem.

Além disso, Nietzsche (1988) também fala da diferença entre o *procedimento* e o *sentido* ou o que é *duradouro* e o que é *fluido*. O que ele diz sobre o castigo pode tranquilamente ser generalizado para a análise genealógica de qualquer objeto. Para ele, há algo no castigo que é “relativamente duradouro”, isto é, “uma certa seqüência rigorosa de procedimentos” e há algo que lhe é “fluido”, isto é, “o sentido, o fim, a expectativa ligada à realização desses procedimentos”. Assim, o conceito de castigo não apresenta um único sentido (p. 83-4).

Isso é completamente adequado à análise do discurso. Ela é composta por um procedimento relativamente duradouro, que é repetido nas análises, com a aplicação de alguns de seus conceitos operatórios. Mas apresenta, no decorrer de sua história, vários sentidos: ela foi usada (ou planejada para ser usada) para diferentes e diversos fins, conforme veremos, sobretudo, no capítulo 5. É por isso que dizemos que ela é uma série de submissões.

Uma outra distinção que caracteriza positivamente a genealogia é aquela existente entre os conceitos de *proveniência* e *emergência*. Assim, poderíamos dizer que uma pesquisa genealógica reflete, ao invés da origem, sobre a proveniência e a emergência de algo.

Para Foucault ([1971], 2000), falar da proveniência,

“é situar os acidentes, os ínfimos desvios – ou pelo contrário, as completas inversões –, os erros, as falhas de apreciações, os cálculos errôneos que fizeram nascer o que existe e tem valor para nós” (p. 265-6).

Acreditamos que essa posição é adequada para tratar da trajetória da AD. O próprio Pêcheux, quando reflete sobre seu trajeto, enfatiza seu aspecto sinuoso e acidentado, fazendo as seguintes observações:

“... até aqui, o presente trabalho tem sido marcado por uma progressão *condicional*, sujeita a retrocessos (...). É esse tipo de progressão oblíqua, afetada por idas e vindas, que é responsável pelo aspecto, sob muitos pontos, ‘emaranhado’ dos desenvolvimentos que precedem, isto é, desse entrelaçamento de elementos freqüentemente díspares e ambíguos, de notações que constituem outro tanto de materiais disponíveis, de indicações disjuntas, tudo isso formando uma espécie de ‘clima’ teórico (com suas névoas e clarões), onde o leitor precede-segue vários caminhos entrecruzados, vários fios que se sobrepõem” (PÊCHEUX, [1975], 1988, p.134).

A investigação da proveniência “agita o que se percebia como imóvel”; “mostra a heterogeneidade do que se imaginava conforme a si mesmo” (FOUCAULT, [1971], 2000, p. 266).

Quanto ao conceito de emergência, poderíamos dizer que é o ponto de surgimento de um objeto, de uma disciplina teórica. Mas o que gostaríamos de enfatizar, a respeito da emergência, é que ela se produz em certo estado de forças. Assim, de acordo com Foucault ([1971], 2000).

“A análise da emergência deve mostrar seu jogo, o modo pelo qual elas [as forças] lutam umas contra as outras, ou o combate que travam diante de circunstâncias adversas...” (p. 268).

Poderíamos dizer, a partir da genealogia, que a emergência da análise do discurso resultou da convergência de forças de três campos do saber considerados, por Pêcheux, como ciências instituídas por um corte epistemológico indubitável: Materialismo Histórico, Psicanálise e Lingüística. A partir da análise dos textos Pêcheux/Herbert de que tratamos aqui, é possível compreender: qual Materialismo Histórico, qual Psicanálise e qual Lingüística foram apropriados pela AD, considerando

que há vários marxismos, várias psicanálises; como o autor se apropriou dos conceitos provenientes dessas teorias para responder a uma problemática própria da AD: e, ainda, o papel de cada uma delas na constituição de seu projeto teórico.

A reflexão sobre a emergência implica necessariamente a interpretação. Esta, para a genealogia, conforme nos explica Foucault ([1971], 2000), não significa localizar uma significação oculta na origem. Para a genealogia,

“... interpretar é apoderar-se, pela violência ou sub-repção, de um sistema de regras que não tem em si a significação essencial e impor-lhe uma direção, dobrá-lo a uma nova vontade, fazê-lo entrar em um outro jogo e submetê-lo a novas regras...” (p. 270).

Acreditamos que nosso trabalho constitui uma interpretação no sentido genealógico, já que busca dar uma direção e um sentido aos textos pecheutianos, a partir da correlação das idéias neles apresentadas com pressupostos teóricos aí implícitos.

Após essas considerações, resta apresentarmos como o trabalho está organizado. Ele é composto por cinco capítulos. O primeiro, intitulado *A conjuntura da formação do projeto teórico de Michel Pêcheux*, é direcionado a uma sumária apresentação da conjuntura teórica na qual o trabalho de Pêcheux/Herbert se insere. Ele aborda: a) alguns pontos da conjuntura teórica dos anos 60 que tiveram uma grande influência na idealização e construção da análise do discurso pecheutiana; b) as relações que se estabeleceram entre Pêcheux e o grupo de filósofos seguidores de Althusser e a influência que essa rede de relações teve sobre a formação do projeto teórico do filósofo; c) o modo como o grupo althusseriano compreendia o que na teoria marxista se denominava ciência da história (ou Materialismo Histórico) e filosofia marxista (ou Materialismo Dialético); e, por fim, d) a primeira versão da teoria da ideologia elaborada por Althusser, a qual é retomada por Pêcheux em seus textos iniciais. O objetivo desse capítulo, ao tratar desses temas bem gerais, é situar as referências teóricas e os propósitos de Pêcheux no período da formação de seu projeto teórico.

O segundo capítulo, intitulado *Pressupostos epistemológicos da obra de Michel Pêcheux/Thomas Herbert*, procura expor os principais conceitos e categorias de duas correntes de epistemologia que estão na base dos textos produzidos por Pêcheux/Herbert: o Materialismo Dialético, segundo a leitura de Althusser, e a epistemologia histórica francesa, cujos maiores representantes são Bachelard e Canguilhem.

O terceiro capítulo, de nome *O projeto de uma ciência das ideologias e o método de escuta social*, trata do primeiro texto escrito por Pêcheux, assinado com o pseudônimo de Thomas Herbert: “Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social”, de 1966. Nele, tentamos mostrar quais as preocupações teóricas de Pêcheux no início de sua trajetória e em que medida elas se relacionam com um projeto de uma teoria e uma análise do discurso. Destacamos, ainda, a apropriação que o autor faz de conceitos do Materialismo Histórico na elaboração de sua teoria das ideologias e na crítica às ciências sociais.

O quarto capítulo, por sua vez, intitula-se *A teoria geral das ideologias de Thomas Herbert*. Apresentamos, nele, as reflexões que perpassam o segundo texto de Herbert, “Observações para uma teoria geral das ideologias”, de 1968, buscando apontar as continuidades e descontinuidades que este texto mantém com o anterior, bem como as novidades teóricas que ele apresenta em relação àquele. Além disso, destacamos o modo como o autor utiliza, em sua teoria, conceitos advindos da Lingüística e da Psicanálise, procurando apresentar como estes foram pensados em seu campo original e transformados pelo trabalho pecheutiano. Por fim, tentamos elaborar uma interpretação para a passagem final do referido texto, onde figura uma rápida referência a um método de experimentação que, segundo o autor, deveria ser ainda construído, por acreditarmos que aí reside o ponto em que Herbert e Pêcheux se encontram.

O quinto capítulo, de nome *Rumo à teoria e ao método de análise do discurso*, trata dos dois artigos, assinados com Michel Pêcheux, escritos antes da AAD-69: “Analyse de contenu et théorie du discours”, de 1967, e “Vers une technique d’analyse du discours”, de 1968. Procuramos comentar os primeiros conceitos da teoria do discurso apresentados nesses textos, enfatizando o modo como o autor construiu o objeto dessa teoria, bem como as linhas gerais do método de análise proposto. Mas nossa questão central é mesmo discorrer sobre a função que tal método deveria ter no interior de vários domínios: a história das ciências, o Materialismo Histórico e o Dialético e as ciências sociais, seguindo as pistas deixadas pelo próprio Pêcheux.

Dessa forma, nosso trabalho engloba o total da produção teórica de Pêcheux no período que precede a publicação da obra inaugural da análise do discurso, o qual chamamos aqui de pré-AD. O conjunto é formado por esses quatro textos que, embora possam parecer ligados a objetivos e preocupações diferentes, mantêm uma íntima relação que poderá ser compreendida ao final de nossas análises.

Para finalizar, acreditamos ser necessária uma última observação. Tudo o que dissemos nesta pequena introdução pode dar a falsa idéia de que o nosso trabalho é permeado de certezas. Gostaríamos de enfatizar, entretanto, que ele, durante sua construção, foi marcado por muitas dúvidas e inseguranças. De fato, não temos a nossa disposição nenhuma obra que faça uma história detalhada da AD nesse período que abordamos, ou seja, sua fase de idealização e preparação, obra essa que possamos consultar e na qual possamos nos apoiar em nossas interpretações. Sem dúvida, existem pequenos artigos, como o de Paul Henry, intitulado “Os fundamentos teóricos da ‘Análise Automática do Discurso’ de Michel Pêcheux (1969)”, que tratam dos textos assinados por Thomas Herbert. Ao lado de sua grande validade, eles têm, no entanto, pouco aprofundamento. Por esse motivo, e por meio dele, tentamos justificar as falhas que aqui se apresentam, tanto no aspecto do conteúdo do que dissemos quanto da problematização que fazemos. Não menor é a culpa de quem realizou o trabalho, dado seu estágio de ainda *engatinhamento* nas trilhas do discurso.

CAPÍTULO 1

A CONJUNTURA DA FORMAÇÃO DO PROJETO TEÓRICO DE MICHEL PÊCHEUX

Neste capítulo, tratamos da conjuntura teórica vigente na França na década de 60, época em que podemos situar a formação do projeto teórico de Michel Pêcheux. Estamos considerando aqui que esse projeto não se resumiu à teoria e a análise do discurso elaborada e desenvolvida pelo filósofo desde os anos 60 até os 80, mas que ela seja uma parte dele, a qual obteve cada vez mais importância e centralidade no percurso que seu autor seguiu.

Nosso pressuposto aqui é o de que esse projeto teve sua emergência em meados da década de 60, antes mesmo da publicação da *Análise Automática do Discurso* (1969), com a publicação de dois textos de Pêcheux, assinados com o pseudônimo de Thomas Herbert, com o propósito de intervenção no campo da história das ciências e da teoria das ideologias.

Além disso, o projeto teórico de Pêcheux, nos momentos iniciais de sua constituição, inscreve-se no interior de um amplo programa de desenvolvimento da teoria marxista, encabeçado por Louis Althusser e pelo seu grupo de discípulos, no qual Pêcheux se inseria. O programa althusseriano passava necessariamente pela realização de certas tarefas de cunho teórico, das quais a mais urgente era o desenvolvimento de uma teoria das ideologias.

Sendo assim, iniciamos dando uma visão panorâmica sobre a conjuntura teórica da França nos anos 60, abordando os três pontos que tiveram ampla repercussão na trajetória de Pêcheux – o movimento das chamadas “releituras” de clássicos do século XIX, o apogeu do estruturalismo e a intensa discussão sobre epistemologia e história das ciências.

Em seguida, tratamos da relação de Pêcheux com Althusser. Mencionamos rapidamente a sua entrada para Escola Normal Superior (ENS) da Rue d’Ulm; seu encontro aí com Althusser; sua participação no grupo de estudantes e filósofos que ele coordenava; seu engajamento no projeto althusseriano: a participação no programa de pesquisas empreendido pelo grupo e as primeiras produções teóricas resultadas dessa participação.

Adiante, explicamos o modo como os althusserianos concebiam a constituição da teoria marxista. Para tanto, definimos o que eles entendiam por ciência da história e por filosofia marxista e apontamos que, no domínio dessas duas disciplinas, havia um vasto programa de pesquisas a ser realizado. Isso será importante para entendermos o papel que Pêcheux, que era membro desse grupo, assumiu nesse programa e o modo como pensava a relação da Análise do Discurso com a ciência história.

Finalmente, apresentamos a primeira teoria da ideologia elaborada por Althusser. Isso é importante não só porque é essa teoria que está na base do projeto teórico de Pêcheux, mas também porque é a ela que pretende dar sua contribuição particular.

Consideramos esses pontos importantes para compreendermos a filiação, as preocupações e as referências teóricas de Pêcheux e a relação delas com o seu projeto de elaboração de uma análise automática do discurso.

1.1 A conjuntura dos anos 60

Michel Pêcheux nasceu em 1938. Em 1963, ele obteve a agregação de filosofia. Em 1969, quando publica sua primeira grande obra, a *Análise Automática do Discurso*, tem apenas 31 anos de idade. Essas datas nos indicam que os anos de sua formação teórica coincidem com um período de profunda transformação da conjuntura intelectual francesa; uma transformação que começa a se desenhar no início dos anos 50, mas que só atinge o seu apogeu durante os anos 60. Um breve panorama dela nos ajudará a entender o que segue.

Em linhas gerais, três acontecimentos teóricos destacam-se nessa conjuntura: as releituras de Marx, Freud e Nietzsche; o advento do estruturalismo como fenômeno cultural e os esforços para voltar a epistemologia e a história das ciências para o domínio das ciências humanas.

A filosofia francesa do pós-guerra fora dominada pela fenomenologia e pelo existentialismo. Seus representantes principais foram Jean-Paul Sartre e Maurice Merleau-Ponty. Porém os temas, as questões e os conceitos principais dessas duas correntes vinham da Alemanha: da dialética hegeliana, da Fenomenologia de Edmund Husserl, da Filosofia da Existência de Martin Heidegger. Nos anos 60, a influência de pensadores de língua alemã ainda é forte, mas as referências

dominantes agora são o Materialismo Histórico e Dialético de Marx, a Psicanálise de Freud e a genealogia de Nietzsche. Porém, é preciso destacar que as referências que se fazem a esses autores nos anos 60 passam quase sempre pelo filtro de “releituras”: o que conta então é o Marx relido por Louis Althusser, o Freud relido por Jacques Lacan, o Nietzsche relido por Gilles Deleuze.

Nessa época acontece também que o estruturalismo assume um papel renovador como fenômeno cultural. O estruturalismo era originalmente uma corrente lingüística surgida como desdobramento do pensamento de Ferdinand de Saussure. A partir dos anos 50, a Lingüística estrutural, graças a seus evidentes progressos, começa a exercer uma influência decisiva e renovadora sobre outros campos do saber. Seus conceitos e métodos são transpostos e aplicados ao estudo de outros objetos que não a língua. Claude Lévi-Strauss utiliza-os na Antropologia; Jacques Lacan, na Psicanálise; Roland Barthes, na Semiologia. É a época da Lingüística como ciência piloto das ciências sociais.

Mas, segundo Michel Foucault ([1985], 2000)¹, ao lado do papel do marxismo, da Psicanálise, da Lingüística e da Antropologia, a epistemologia histórica francesa também teve grande importância para o pensamento da época. Para ele, nesses “estranhos anos 60” viu-se a passagem de “uma filosofia da experiência, do sentido e do sujeito” para “uma filosofia do saber, da racionalidade e do conceito” (p. 353). A primeira tinha por referência Sartre e Merleau-Ponty; a segunda, Jean Cavaillès, Gaston Bachelard, Alexandre Koyré e Georges Canguilhem. Sobre essa segunda linhagem filosófica seria interessante, no entanto, fazer duas observações. A primeira é que ela não se opõe apenas à fenomenologia e ao existencialismo, mas também ao positivismo que dominava a filosofia e a história das ciências na França até então, segundo observa Dominique Lecourt (1980, p. 4). A segunda é que, a partir dos anos sessenta, essa “filosofia do saber, da racionalidade e do conceito”, que estivera, até o momento, concentrada nas ciências exatas e biológicas, volta-se então para as ciências humanas.

Mencionamos acima que é nessa conjuntura que Pêcheux fará sua aprendizagem filosófica. Agora é preciso ir além e explicar que é a partir dos problemas que ela suscita e das alternativas que oferece que ele começará a esboçar o projeto de uma

¹ Nas referências bibliográficas das citações que fizemos, colocaremos entre colchetes a data da versão original. A data e a página indicadas em seguida se referem à publicação em português da edição que estamos utilizando.

Análise do Discurso². É com as personagens que nela despontam que esse projeto dialoga: evocando essas personagens, Pêcheux ([1982], 1997, p. 254) menciona os nomes de Marx, Nietzsche, Freud, Saussure, Althusser, Lacan, Lévi-Strauss e Barthes. Entretanto seria injusto não mencionar o papel que tiveram Bachelard e Canguilhem, nesse momento.

Porém, para a trajetória intelectual de Pêcheux, a personagem-chave é Althusser. A influência de Althusser sobre Pêcheux foi tão forte que não deixa de ser lembrada por seus companheiros na aventura teórica da Análise do Discurso, como por exemplo, Denise Maldidier (2003, p.18):

“Se fosse necessário, nesses anos de aprendizagem, designar um nome, um pólo, eu não hesitaria: Althusser é, para Michel Pêcheux, aquele que faz brotar a fagulha teórica, o que faz nascer os projetos de longo curso”.

Sem dúvida, foi através daquilo que Althusser ensinava e escrevia que a conjuntura teórica dos anos sessenta adquire um sentido aos olhos de Pêcheux. Através de Althusser é que Pêcheux percebe que as três tendências antes mencionadas (as releituras de Marx, Nietzsche e Freud; o estruturalismo; e a epistemologia) não eram justapostas nem excludentes; antes convergiam sobre pontos importantes e apresentavam entrecruzamentos uma influenciando a outra. As três colocavam em questão, por exemplo, o estatuto do sujeito e da noção de “homem”, em torno do qual girava toda a reflexão desenvolvida pela filosofia anterior.

Mas é a partir do modo como Althusser e seu grupo interpretavam o entrecruzamento dessas tendências que as questões fundamentais que conduziram ao projeto de construção da AD vão surgir: a questão da leitura e a questão das relações entre a ciência e a ideologia.

Althusser ensinara que as releituras de Marx, Freud e Nietzsche suscitam a questão crucial “que é ler?”, que esses estudiosos problematizaram esses atos mais “simples” da existência humana que é ver, escutar, falar e ler, mas também alguns “conhecimentos perturbadores” que permitem compreender tais atos; que a Lingüística moderna tem um papel importante na compreensão desses atos na medida em que contribui para a decifração do discurso do inconsciente e da ideologia que neles subjaz (ALTHUSSER et al, [1965], 1979, p.14).

² O modo como Pêcheux tentou responder a esses problemas, lançando mão da elaboração de uma análise automática do discurso, será explicitado nos capítulos seguintes.

Althusser ensinava que as releituras de Marx e Freud e o advento do estruturalismo levantavam importantes questões epistemológicas, relativas à científicidade do marxismo, da Psicanálise e da Lingüística; à sua especificidade (já que se distanciavam muito da concepção positivista das ciências então dominantes); à legitimidade da transposição de conceitos e métodos oriundos na Lingüística para outros domínios do saber (Semiologia, Antropologia, Psicanálise). Isso põe na ordem do dia a discussão epistemológica. Daí toda essa geração voltar-se para a tradição de filosofia e história das ciências iniciada por Bachelard.

Mas Althusser ensinava também que essa epistemologia não estava isenta de falhas ou ausências, visto que ignorava as condições sociais (econômicas, políticas e, principalmente, ideológicas) nas quais as ciências se produziam. Para corrigir essas falhas, segundo ele, era necessário recorrer ao Materialismo Histórico e ao Materialismo Dialético.

Antes de tratarmos sobre o que Althusser entendia por Materialismo Histórico (MH) e Materialismo Dialético (MD), convém comentarmos o modo como se deu o relacionamento de Pêcheux com o filósofo marxista, pois, retomando Maldidier, é ele quem, para Pêcheux, faz nascer os projetos de longa duração.

1.2 Michel Pêcheux e o grupo althusseriano

Althusser trabalhou durante mais de trinta anos na ENS da Rue d'Ulm, onde era encarregado de preparar os jovens filósofos que iriam prestar concurso para serem também professores de filosofia (DELACAMPAGNE, 1997, p. 220). Pêcheux foi um dos alunos de Althusser, mas a relação entre eles foi muito além da de professor e aluno.

Na verdade, Pêcheux, juntamente com um grupo de outros filósofos, tornou-se discípulo de Althusser, ao se engajar no projeto de releitura de Marx que ele vinha desenvolvendo desde há algum tempo. Ao assumir o papel de promotor dessa releitura, bem como de dar suas coordenadas, ele passou a exercer grande influência sobre toda uma geração de discípulos.

Durante o período de 1961 a 1965, que antecede a formação do projeto teórico de Pêcheux, Althusser dirigiu estudos fundamentais para o desenvolvimento do marxismo, os quais trarão consequências diversas. De 61 a 62, ele organizou um seminário sobre o jovem Marx, do qual participaram Pierre Macherey, Roger Establet,

Michel Pêcheux, François Régnault, Étienne Balibar, Jacques Rancière (DOSSE, 1993, p. 325). De 62 a 63, tratou das origens do pensamento estruturalista, a partir da leitura de Lévi-Strauss, Lacan e Foucault, cujas sessões foram coordenadas pelos alunos. Jacques Rancière e Michel Pêcheux trataram de Lacan (ERIBON, 1996, p. 191). E, finalmente, em 1965, coordenou uma leitura coletiva da obra *O Capital*³, de Marx, realizando, em seguida, um seminário para apresentação dos resultados teóricos dessa leitura, o qual deu origem à obra *Ler O Capital*, publicada em dois volumes pela editora Maspero.

Em 1967, preocupado com o lugar da filosofia no campo do saber e seu papel na teoria marxista e na luta de classes, Althusser organizou o *Curso de filosofia para cientistas*, estruturado de modo que se formaram duplas para expor determinados temas. O tema de Althusser, “Filosofia e filosofia espontânea dos cientistas”, virou depois livro, sendo publicado em 1974 pela Maspero, bem como a exposição de Pêcheux e de Régnault, “A ruptura epistemológica”.

Os temas e textos estudados durante esses anos de seminários na ENS foram decisivos para o grupo ir construindo suas concepções sobre a epistemologia, o marxismo, a Psicanálise e o estruturalismo. As discussões surgidas e aprofundadas no grupo acabaram por se tornar objeto de investigações dos discípulos althusserianos, o que resultou em teorias diversas sobre a ideologia, a ciência, a literatura, a religião.

A partir da releitura de Marx e dos resultados teóricos propiciados por ela, Althusser estava em condições de defender sua tese central, a de que o Materialismo Histórico era, de fato, uma ciência, mas com a ressalva de que precisava ser desenvolvido urgentemente, dado o seu estado (comum a qualquer ciência) inacabado. Esse desenvolvimento passava obrigatoriamente pela execução de uma série de “tarefas”, apontadas pela leitura epistemológica de *O Capital*. Falaremos mais sobre as tarefas na seção seguinte, pois elas precisam ser relacionadas à definição de Materialismo Histórico e Dialético.

Como não poderia deixar de ser, a forte influência de Althusser também se exerceu sobre os trabalhos de Pêcheux, não só com relação à escolha dos temas com que se ocupou, mas também com relação às posições teóricas: o que o mestre dizia soava como lei aos ouvidos desse discípulo.

³ Obra composta de três livros, que contém, segundo Althusser, a teoria científica de Marx e a sua filosofia.

Desse modo, as primeiras produções teóricas de Pêcheux estão completamente envolvidas no debate althusseriano sobre as ciências sociais, a ideologia e a epistemologia. Elas foram publicadas em periódicos organizados pelos discípulos de Althusser, como os *Cahiers pour l'analyse* (revista de divulgação das posições do Círculo de Epistemologia da ENS) e a coleção *Teoria*. Nos *Cahiers*, foram publicados os dois primeiros textos de Pêcheux, assinados com o pseudônimo de Thomas Herbert: em 1966, “Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social” e, em 1968, “Observações para uma teoria geral das ideologias” (HENRY, 1997, p. 13), os quais trazem, respectivamente, uma reflexão sobre o estatuto das ciências sociais, que era uma discussão forte entre os althusserianos⁴, e sobre a ideologia, ponto nevrálgico da teoria marxista, como veremos a seguir. No número nove da coleção *Teoria*, já em 1969, Pêcheux publicou, em parceria com Michel Fichant, *Sobre a história das ciências*, abordando dessa vez os efeitos do corte epistemológico de Galileu na física e na biologia.

Como podemos ver, esses textos não tratam ainda do tema da Análise do Discurso, que parece estar ignorado pelo jovem filósofo. Entretanto devemos notar que, no intervalo entre a publicação dos seus dois primeiros textos, Pêcheux publicou os textos “Analyse de contenu et théorie du discours”, de 1967, e “Vers une technique d’analyse du discours”, do início de 1968, nos quais certos temas que aparecerão na *Análise Automática do Discurso* já se fazem presentes, como a crítica aos métodos de análise de conteúdo e a apresentação de um método de análise do discurso. Esses textos são publicados, respectivamente, em *Bulletin du CERP* e em *Psychologie française*, periódicos não ligados ao grupo althusseriano.

Os temas presentes nesses textos afastam-se em parte daqueles mais centralmente debatidos na ENS. Se a teorização sobre a ideologia não é mais central, é, entretanto, a sua materialização por meio do discurso que está sendo visada. Se não é a crítica direta às ciências sociais que está em destaque, é a crítica aos métodos por ela utilizados que está sendo feita e não gratuitamente, mas a fim de poder oferecer uma alternativa⁵.

Neste ponto, vemos Pêcheux começar a buscar seu próprio caminho. Dentro do projeto maior de desenvolvimento da teoria marxista, há pequenos projetos que são

⁴ Voltaremos a esse assunto nos capítulos 2 e 3.

⁵ Os problemas que permeiam os textos de Michel Pêcheux publicados no período de 1967 a 1969 serão expostos também nos capítulos seguintes, momento em que tentaremos encontrar o ponto que liga reflexões aparentemente tão heterogêneas.

etapas a serem cumpridas. Dentro da teoria da ideologia em geral, há a teoria das ideologias particulares a ser elaborada. Althusser não pensava em tudo, ele deu pistas sobre a relação linguagem – ideologia e foi sobre essa relação que Pêcheux começou a esboçar os primeiros elementos de uma futura teoria.

Os anos 60 não foram vividos por Pêcheux somente no interior da ENS. Em 66 ocorre um fato que vai significar mais um momento importante da sua trajetória: a entrada para o Laboratório de Psicologia Social do CNRS (Centro Nacional de Pesquisa Científica). Segundo Michel Plon (2005), a entrada para o Laboratório foi uma forma de luta política na teoria, um:

“plano de reconstrução, de higienização desses adversários selvagens e bárbaros que são os domínios da psicologia e da psicologia social, feito de missões arriscadas, verdadeiros paraquedas noturnos e clandestinos nas zonas mais lamacentas e, como tais, mais perigosas. Michel foi assim designado e lançado em paraquedas nesse laboratório da Rue de la Sorbonne” (p. 48).

Plon refere-se, com a expressão *adversários selvagens e bárbaros que são os domínios da psicologia e da psicologia social*, ao estatuto não científico desse campo do saber, segundo a concepção de ciência e ideologia sustentada por Althusser e seu grupo.

Mas o que nos interessa salientar não é se a entrada para o CNRS teve mesmo esse objetivo de fazer a revolução no campo do inimigo, ou seja, levar a ciência para onde havia a ideologia. O que nos interessa salientar, por enquanto, é o encontro com dois pesquisadores de lá: Michel Plon e Paul Henry, que tinham formação, o primeiro, em matemática e lingüística, e o segundo, em psicologia. Pêcheux, Plon e Henry encontram um ponto em comum: as críticas que fazem à análise de conteúdo e à psicologia social. Segundo Maldidier (2003, p. 17): “Uma convivência imediata se estabelece entre eles. Eles lêem, discutem, trabalham juntos. A ‘Comuna dos três amigos’ está na retaguarda do grande projeto de Michel Pêcheux”, de elaboração de um método de análise automática do discurso.

Assim, vemos que têm uma grande influência sobre o projeto teórico de Pêcheux não somente a conjuntura teórica dos anos 60, mas também os aliados com quem estabeleceu relações e diálogos.

1.3 Um programa de pesquisas para o grupo althusseriano

Conforme apontamos na seção precedente, Althusser tinha se incumbido da tarefa de reler Marx. Essa releitura englobaria os textos do próprio Marx, principalmente da obra que, em sua concepção, era a mais importante por conter a sua teoria científica, *O Capital*. Essa tarefa se justificava pela necessidade de desenvolvimento teórico do marxismo, que estava há algum tempo estagnado, segundo acreditava o filósofo.

Na realização dessa tarefa, ele se posiciona contrariamente a duas tendências que têm concepções diferentes a respeito do marxismo. Uma delas já aparecera na época do regime stalinista e ficou conhecida como dogmatismo marxista. A outra tem seu aparecimento datado da realização do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, conhecida como o humanismo teórico.

A tendência dogmática se caracterizava por limitar a prática da filosofia ao comentário das obras de Marx ou ao silêncio. Segundo Althusser ([1965], 1979c):

“Para um filósofo não havia saída. Se falava ou escrevia filosofia na intenção do partido, estava votado aos comentários e às magras variações sobre as Célebres Citações, para uso interno” (p.17).

Por limitar a prática teórica do marxismo à mera repetição de Marx, a tendência dogmática condenou-a a um atraso teórico. Ela sacrificou e bloqueou o seu desenvolvimento, suspeitando de qualquer novidade teórica e, assim, impedindo a liberdade de investigação científica nesse campo do saber.

Contra essa postura dogmática, Althusser defendia que era necessário *desenvolver* a teoria marxista. Para ele, o marxismo era, de fato, uma ciência e a sua sobrevivência era possível somente com seu desenvolvimento, pois “uma ciência que se repete, sem descobrir nada é uma ciência morta (...), é um dogma fixo” (ALTHUSSER, [1965], 1979b, p. 39). Todas as interpretações dogmáticas deviam ser repelidas.

A tendência humanista, por sua vez, surge na realização do XX Congresso a partir da crítica feita ao dogmatismo reinante no movimento comunista. Ela se caracteriza por ser liberal e voltar aos “velhos temas filosóficos da ‘liberdade’, de ‘o

homem', da 'pessoa humana' e da 'alienação'" (ALTHUSSER, [1965], 1979c, p. 6), buscando amparo teórico nas obras da juventude de Marx⁶.

No entanto, para o filósofo, o retorno de todos esses temas era um fenômeno ideológico. O humanismo teórico pecava por não diferenciar a teoria marxista da teoria pré-marxista, não científica, e por não levar em conta o corte epistemológico que Marx efetuou com o seu pensamento ideológico anterior.

Assim, estavam colocados em cena os dois adversários a serem combatidos – os dogmáticos e os humanistas, que caíam ambos na armadilha de tratar o marxismo como ideologia e não como ciência e, por isso, a "reconquista de sua científicidade [do marxismo] se converterá, para Althusser, numa preocupação quase obsessiva" (VÁZQUEZ, 1980, p. 17).

As concepções de Althusser a respeito da ciência e de seu desenvolvimento, que não só embasam a crítica que ele faz às duas tendências anteriormente citadas, mas também dão o suporte no qual ele se apóia para levar o marxismo a um nível mais avançado de elaboração teórica são herdeiras, em grande parte, da corrente da epistemologia histórica francesa de Bachelard e Canguilhem.

Como referimos há pouco, o desenvolvimento teórico do marxismo proposto por Althusser constitui um grande projeto epistemológico embasado na releitura de *O Capital*. Essa releitura se destinava, segundo o filósofo, a vários fins: questionar o objeto específico de um discurso específico e as relações desse objeto com esse discurso; definir o lugar que *O Capital* ocupa na história do saber; estabelecer em que o discurso dessa obra se distingue do discurso da economia política clássica e do discurso filosófico e ideológico do jovem Marx (ALTHUSSER et al, [1965], 1979, p. 13). Por tudo que vimos, acreditamos que relacionar o projeto de releitura de Marx liderado por Althusser apenas a uma necessidade de "restituir o verdadeiro Marx" ou "salvar o marxismo"⁷ é uma postura um tanto ingênua e reduz muito as dimensões desse projeto.

Pois bem. A releitura que Althusser faz do marxismo distingue-se totalmente das interpretações dogmáticas e humanistas. A tese de Althusser, baseada em conceitos científicos do marxismo e em conceitos bachelardianos, é o fato de que a teoria marxista

⁶ Para Althusser, a obra de Marx compreende duas fases – uma ideológica e uma científica, que são designadas, respectivamente, com as expressões *jovem Marx* e *Marx maduro*.

⁷ Essa parece ser a posição de Dosse (1993), ao afirmar que "Ressuscitar um marxismo científico desembaraçado das escórias dos regimes que se valem dele, tal é o desafio estimulante que Louis Althusser apresenta a uma geração militante, temperada nos combates anticolonialistas" (p. 329).

passa por uma transformação radical – há uma ruptura que a divide em duas fases: uma ideológica e uma científica.

Além disso, a teoria marxista não é uma coisa só. Ela é constituída por duas disciplinas distintas, o Materialismo Histórico (ciência da história) e o Materialismo Dialético (filosofia marxista), ambas fundadas por Marx. A elaboração das “pedras angulares” dessas duas disciplinas representava, segundo Althusser, “a dupla revolução teórica de Marx”. Uma das tarefas da releitura proposta pelo filósofo francês era a de apontar não só as condições em que as duas disciplinas puderam ser fundadas, mas também as especificidades de cada uma delas.

Para iniciar, vejamos o que ele diz sobre a fundação da ciência da história:

“Marx fundou uma ciência nova: a ciência da história. (...). As ciências que nós conhecemos estão instaladas em alguns grandes ‘continentes’. Antes de Marx estavam abertos ao conhecimento científico dois continentes: o continente-Matemática e o continente-Física. O primeiro pelos gregos (Thales) e o segundo por Galileu. Marx descontou para o conhecimento científico um terceiro continente: o continente-História” (ALTHUSSER, [1968], 1980, p. 157).

Como vemos, para Althusser, Marx não elaborou uma teoria do econômico, simplesmente. Ele fundou uma ciência nova, a ciência da história, a qual, por sua vez, não é uma ciência qualquer – ela é um continente científico. Para entendermos melhor essa posição de Althusser, temos que apelar para a concepção que ele tem do *espaço teórico*:

“Com efeito, se considerarmos as grandes descobertas científicas da história humana, parece que poderíamos descrever aquilo a que chamamos *as ciências*, como formações *regionais* do que designamos pelos grandes *continentes teóricos*” (ALTHUSSER, [1967], 1976, p. 31).

Nessa passagem, fica exposto implicitamente que o espaço teórico é composto por continentes científicos, que abrigam ciências regionais. Por exemplo, uma ciência como a Química, iniciada pelo corte epistemológico de Lavoisier é ciência regional do Continente-Física. A Biologia, ao se integrar à química molecular, também faz parte do Continente-Física. A Lógica moderna pertence ao Continente-Matemática.

Os continentes científicos existentes no momento eram três – a física, a matemática e a história, sendo este último fundado por Marx. Disso decorre que Marx não se limitou a elaborar uma teoria econômica. Ele fundou, com um corte epistemológico, a ciência da história, no interior da qual se constituiria uma teoria do nível econômico.

Dizer que o MH é a ciência da história representa uma posição teórica nem sempre bem compreendida por todos. Por isso, é necessário enfatizar que História não é entendida pelo grupo althusseriano como a disciplina história ou a historiografia. A ciência da história é um *continente* que abrange tudo que é social. Qualquer fenômeno social (seja ele econômico, político ou ideológico) cai obrigatoriamente no domínio desta ciência. Como consequência, a ciência da história não é pensada como uma ciência a mais ao lado de outras “ciências sociais”, como a sociologia, a economia ou a psicologia; ela é o “continente” no interior do qual qualquer saber que reivindique para si o status de “ciência social” deverá vir a se inscrever.

Ter isso em mente é extremamente importante para entender o modo como Pêcheux via as relações entre a Análise do Discurso e a ciência da história e para entender o lugar que ela ocupa no espaço teórico.

Segundo Althusser ([1966], 1979a), o MH tem por objeto “os modos de produção que surgiram e que surgirão na história. Estuda a sua estrutura, a sua constituição e as formas de transição de um modo de produção para outro” (p.34).

Um modo de produção se caracteriza por ser uma totalidade orgânica, constituída de um conjunto de três instâncias – 1. a infraestrutura econômica; 2. a superestrutura jurídico-política; 3. a superestrutura ideológica. Elas são articuladas entre si, mas possuem uma certa autonomia relativaumas em relação às outras, ainda que a infraestrutura econômica seja determinante em última instância. Althusser caracteriza a superestrutura ideológica como uma instância composta de regiões, como a política, o direito, a arte, a religião, a filosofia.

Sendo assim, o MH é a teoria dessa estrutura, do conjunto de suas instâncias e do tipo de articulação e de determinação que as une entre si. Cada uma delas, tendo essa autonomia relativa, pode ser considerada como *um todo parcial*, uma estrutura *regional*, podendo ser objeto de um tratamento científico relativamente independente. Assim, há a possibilidade de uma teoria da história das diferentes instâncias: uma teoria da história da política, da filosofia, da arte, das ciências, da ideologia, ou seja, todas as regiões que constituem as três instâncias.

Na concepção dos althusserianos, na obra *O Capital*, Marx forneceu uma análise científica do nível econômico do modo de produção capitalista. Ou seja, ele forneceu a análise de um só nível de apenas um modo de produção. Ele não forneceu uma teoria dos outros níveis do modo de produção capitalista; nem de outros modos de produção;

nem mesmo uma teoria das formas de transição de um modo de produção a outro. Em sua obra só se encontram esboços desses assuntos.

Entretanto, em *O Capital*, encontram-se elementos teóricos suficientes para a elaboração da teoria das superestruturas do modo de produção capitalista, bem como outros elementos que possibilitam elaborar teorias de outros modos de produção.

“Os conceitos teóricos que permitiram elaborar a teoria da ‘região’ econômica do capitalismo, uma vez extraídos e enunciados, apresentam-se a nós como princípios *teóricos gerais* que permitem colocar o problema da natureza das outras ‘regiões’, isto é, criar a teoria das superestruturas” (ALTHUSSER, [1966], 1979a, p. 38).

Com a constatação de que havia, no domínio do MH, toda uma teoria das superestruturas ideológica e política a ser desenvolvida e de que os conceitos de base para levar isso a cabo já existiam, o grupo dos althusserianos viu abrir-se diante de si um vasto programa de pesquisas. Quase todos eles, inclusive Pêcheux, dedicaram-se à elaboração da teoria da superestrutura ideológica, incluídas aí as suas teorias regionais.

Tratamos até agora da definição de ciência da história e do objeto de que ela se ocupa. Resta tratar da segunda disciplina que completa a dupla revolução teórica de Marx, a filosofia marxista.

Na concepção de Althusser ([1968], 1980), toda fundação de uma nova ciência acarreta uma revolução na filosofia. Segundo ele:

“Isso é uma lei: a filosofia está sempre ligada às ciências. A filosofia nasce (com Platão) com a abertura do continente-Matemática. Foi transformada (com Descartes) pela abertura do continente-Física. Está hoje revolucionada pela abertura do continente-História por Marx. Esta revolução denomina-se materialismo dialético” (p. 157).

O grande problema é que a filosofia, por vir normalmente após a ciência, encontra-se num estado de atraso em relação a ela⁸. Os avanços teóricos alcançados por Marx no domínio da ciência da história não foram nem de perto os mesmos no domínio da filosofia marxista, já que ele não teve tempo de desenvolvê-la teoricamente.

Entretanto essa situação especial do MD não consistia em prejuízo para a teoria marxista, uma vez que ela existia em estado prático em *O Capital*, ou seja, na prática teórica de Marx, e isso tornava possível elevá-la a um estado teórico (ALTHUSSER, [1965], 1979c, p. 151).

⁸ Posteriormente, Althusser retificará essa posição, afirmando que é a existência de uma revolução no campo da filosofia marxista, possibilitada por uma revolução na prática política do proletariado, que torna possível a fundação da ciência da história.

Aqui já se esboça uma das tarefas para os intelectuais marxistas interessados no desenvolvimento do marxismo: tornar teórica essa filosofia que se encontra em estado prático. Assim, a afirmação de Althusser: “a filosofia marxista está em seus começos. Seus progressos dependem de nós” ([1966], 1979a, p. 48) adquire a adesão de seus discípulos.

Mas do que trata a filosofia marxista? Com quais categorias ela trabalha? Tal filosofia, segundo as concepções do grupo althusseriano, é uma espécie de epistemologia e pode ser definida como a “história da produção de conhecimentos enquanto conhecimentos” (ALTHUSSER, [1966], 1979a, p. 43). Entretanto um traço diferencial dela é que leva em consideração as condições históricas em que o conhecimento é produzido.

Essa filosofia vai reunir conceitos advindos do próprio Marx; de Bachelard e Canguilhem (corte epistemológico, descontinuidade do conhecimento científico etc.); de Baruch Spinoza (a verdade como índice de si mesma etc.); e, finalmente, de Jacques Martin (problemática). Por meio deles, ela vai pensar a diferença existente entre ciência e ideologia e as condições de nascimento das ciências, com vistas a ser uma teoria histórica da científicidade.

Entretanto a filosofia marxista não é o mesmo que a teoria clássica do conhecimento. Esta última apresentou-se historicamente sob diferentes formas: uma teoria das condições formais intemporais do conhecimento, do cogito (Descartes, Husserl); uma teoria das formas ‘a priori’ do espírito humano (Kant); ou uma teoria do saber absoluto (Hegel). A filosofia marxista, ao contrário, é uma “teoria da história da produção dos conhecimentos, isto é, uma teoria das condições reais (materiais e sociais de um lado, e condições internas a prática científica, de outro) do processo desta produção” (ALTHUSSER, [1966], 1979a, p. 43).

O problema tradicional da filosofia se modifica. Não é mais a questão das garantias do conhecimento (como na teoria clássica do conhecimento), mas sim a questão do mecanismo de produção de conhecimentos enquanto tais. Para a filosofia marxista, “o conhecimento não é senão o processo de sua própria produção, e só se pode colocar a questão das condições e do mecanismo de sua produção” (ALTHUSSER, [1966], 1979a, p. 51).

Para Althusser, como para a tradição marxista, a filosofia sempre desempenhou um importante papel na constituição e no desenvolvimento do conhecimento. Althusser explica que o conhecimento “não nasce nem se desenvolve num compartimento

fechado” protegido das influências do ambiente. Para ele, há influências sociais e políticas (que interferem numa ciência, podendo até impedir seu desenvolvimento) e ideológicas (que são menos visíveis, mas nem por isso menos perigosas).

O modo como o grupo althusseriano vai descrever o processo de produção dos conhecimentos, ou a prática teórica, será exposto no próximo capítulo.

Assim, vemos que também no domínio do MD há um grande programa de pesquisas a ser realizado pelos pensadores marxistas. A explicação do processo de produção de conhecimentos, a definição da especificidade das diferentes práticas e, principalmente, da prática teórica; da diferença entre ciência e ideologia, tudo isso estava por ser teorizado no domínio da filosofia marxista.

A filosofia marxista, por tratar do conhecimento, tem a necessidade de uma teoria da ideologia, pois, como veremos em seguida, a ideologia é o principal obstáculo epistemológico da prática científica.

Assim, parece que essa teoria tem dupla importância nessa empreitada porque ela é requerida tanto pelo MH quanto pelo MD – a ideologia é não só uma instância da formação social (e uma teoria dessa instância precisa ser elaborada), mas também uma forma de representação do mundo que se opõe ao conhecimento científico (e a teoria dessa diferença precisa ser desenvolvida). É necessário construir uma teoria da ideologia enquanto instância da formação social e enquanto conjunto de representações que se opõe ao conhecimento científico.

1.4 A ideologia em geral

Sabemos que a teoria da ideologia que está na base da Análise do Discurso de Pêcheux é aquela elaborada por seu mestre Althusser. Sabemos também que essa teoria foi desenvolvida aos poucos e, nesse processo, sofreu ampliações e retificações, as quais, por sua vez, fizeram-se sentir nas retificações da própria Análise do Discurso, que marcam as suas três épocas.

Sendo assim, o nosso enfoque nesta seção será a primeira teoria althusseriana da ideologia⁹. Isso se justifica pelo fato de que é ela que está presente guiando as reflexões constitutivas do momento da formação do projeto teórico de Pêcheux, isto é, o período que vai de 1966 a 1968, no qual são produzidos os textos de Herbert e os primeiros artigos de Pêcheux.

Nas primeiras elaborações sobre a ideologia, Althusser se ocupou em definir a ideologia em geral. Entretanto o filósofo advertia que esse único termo abarcava duas noções distintas, ainda que relacionadas. A primeira noção tem a ver com certa representação do real e também com um certo conhecimento desse real – a função teórica da ideologia. A segunda tem uma realidade e uma função sociais – a sua função prático-social. A partir da primeira noção, Althusser pensa, por exemplo, a oposição entre ciência e ideologia e, da segunda, ele pensa sobre a função da ideologia no interior de uma formação social (assegurar a divisão da sociedade em classes)¹⁰. Sendo assim, a ideologia em geral relaciona-se tanto com o conhecimento quanto com a sociedade¹¹.

A ideologia é antes de tudo uma das instâncias da formação social. Como explicamos há pouco, a teoria marxista define a sociedade como uma totalidade composta de três instâncias: a econômica, a jurídico-política e a ideológica, sendo que a primeira constitui a base da sociedade e as duas últimas constituem a sua superestrutura. A ideologia é, portanto, parte orgânica de toda e qualquer sociedade.

A instância ideológica possui relações com as outras instâncias da formação social e goza, como todas as outras, de certa autonomia relativa. Essa autonomia permite não só que ela seja estudada independentemente das relações que mantém com as outras instâncias, mas também que seja elaborada sobre ela uma teoria particular.

Desse modo, é impossível conceber uma sociedade sem ideologia, já que é sua parte estrutural. Segundo Althusser, somente uma concepção ideológica do mundo pode pensar a sociedade sem ideologia ou a substituição desta pela ciência ([1966], 1979a). O

⁹ As elaborações teóricas que correspondem a essa primeira teoria althusseriana da ideologia são aquelas construídas desde o início até meados da década de 60 e divulgadas em artigos publicados em várias revistas e jornais. Esses artigos foram, posteriormente, compilados na obra *A favor de Marx*, de 1965. Há também algumas observações sobre a ideologia na obra *Ler “O Capital” I*, de 1965, que são por nós citadas no decorrer deste capítulo.

¹⁰ O filósofo desenvolverá mais detalhadamente o papel da ideologia nas formações sociais na obra *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*, de 1970.

¹¹ O uso do mesmo termo para designar coisas distintas, segundo opinião de alguns comentadores de Althusser, levou a algumas confusões por parte dos leitores. Por isso, posteriormente, ele passou a tratar de ideologias teóricas (aqueles com função de conhecimento) e ideologias não-teóricas (aqueles com função prático-social). Isso não o isentou de críticas como a seguinte: “... a separação entre ideologia teórica e não-teórica é tão profunda que não vemos por que Althusser recorre ao mesmo termo para designar as duas” (VÁZQUEZ, 1980, p. 43).

que pode acontecer são modificações nas formas ideológicas, o aparecimento de novas formas ou o desaparecimento de outras, mas a ideologia, como instância da sociedade, permanece em qualquer formação social.

De um modo geral, a ideologia pode ser definida como:

“um sistema (possuindo a sua lógica e o seu rigor próprios) de representações (imagens, mitos, idéias ou conceitos segundo o caso) dotado de uma existência e de um papel históricos no seio de uma sociedade dada” (ALTHUSSER, [1965], 1979c, p. 204).

Esse sistema de representações é indispensável à existência da formação social e necessário aos homens, que sem ele não podem subsistir. Os homens precisam se guiar por alguma representação do mundo e das relações com ele. Para Althusser (1966):

“Tudo se passa como se os homens tivessem a necessidade, para poder existir como seres sociais conscientes e ativos na sociedade (...) de dispor de uma certa representação do mundo em que vivem...” (p. 194).

Assim, todas as atividades praticadas pelos homens (tais como as religiosas, econômicas e políticas) são investidas ideologicamente e são sustentadas por uma adesão, consciente ou não, a esse conjunto de representações ideológicas. Assim, a ideologia está presente nas atitudes dos homens em relação ao trabalho; na idéia que têm sobre o mecanismo da produção; nos juízos políticos, no cinismo, na boa conduta; nas condutas familiares e sociais dos indivíduos.

“A ideologia está presente em todos os atos e gestos dos indivíduos até o ponto de que é indiscernível a partir de sua ‘experiência vivida’, e toda análise imediata do ‘vivido’ está profundamente marcada pelos temas da vivência ideológica” (ALTHUSSER, [1965], 1979b, p. 49)¹².

Se a ideologia é um sistema de representações, o que ele exprime? Segundo Althusser ([1965], 1979c),

“Na ideologia os homens exprimem, com efeito, não as suas relações nas suas condições de existência, mas a maneira como vivem a sua relação às suas condições de existência: o que pressupõe, ao mesmo tempo, relação real e relação ‘vivida’, ‘imaginária’” (p. 206).

Apesar de estar presente constitutivamente na sociedade, de guiar as condutas dos homens e de exprimir suas relações imaginárias com o mundo, a ideologia é inconsciente. Isso quer dizer, os homens não têm consciência da ação da ideologia, nem de seus mecanismos de atuação. Eles tomam sua percepção de mundo, que é dada pelas representações ideológicas, pelo próprio mundo. Eles não percebem a ideologia de sua representação do mundo como ideologia; apenas a praticam, não a conhecem. Althusser

¹² Tradução nossa.

([1965], 1979c) afirma que: "... é antes de tudo como estruturas que elas se impõem à imensa maioria dos homens, sem passar para a sua 'consciência'" (p. 206).

Por isso, a ideologia só é compreensível através de sua estrutura. Ela comporta representações, imagens, sinais, gestos, mas esses elementos considerados isoladamente não fazem a ideologia. É o sistema desses elementos que os faz funcionar e combinarse. É a sua estrutura que determina o sentido e a função desses elementos.

A ideologia possui existência concreta nas sociedades e isso pode ser percebido através de algumas de suas características.

A primeira característica é estar dividida em regiões. No interior do que se chama a instância ideológica, há a ideologia moral, a religiosa, a filosófica etc. Essas regiões surgem em períodos distintos da História e, segundo o contexto sócio-econômico, uma delas predomina sobre as demais. Cada uma dessas regiões, por sua vez, também pode ter uma teoria particular, como, por exemplo, a teoria da religião.

A segunda característica é possuir diferentes graus de formalização. Uma ideologia particular pode ser expressa através de atos, regras e hábitos ou através de uma teoria, sendo que, no primeiro caso, seu grau de formalização é baixo e, no segundo, é alto. Assim, por exemplo, pode existir uma ideologia religiosa que possua suas regras, seus gestos e rituais, mas que não tenha uma teologia sistemática. A elaboração de uma teologia representa um grau de sistematização teórica da ideologia religiosa. Isso pode acontecer com todas as regiões da ideologia: apresentarem-se sob formas não teorizadas, nem sistematizadas, sob a forma de costumes, hábitos, tendências e gostos, ou, ao contrário, apresentarem-se sob formas sistematizadas, teorizadas.

Segundo Althusser, a forma superior de sistematização da ideologia é a filosofia. As ciências humanas são também ideologias sistematizadas e refletidas. A filosofia do jovem Marx era também uma ideologia sistematizada ou uma ideologia teórica.

A terceira característica da ideologia é possuir uma função social. Conhecendo essa função que a ideologia exerce, podemos compreender em que consiste a importância que ela tem para a subsistência da sociedade, que explicamos mais acima. Vamos a ela.

Segundo Althusser, há duas funções da ideologia. Uma que se aplica a todas as sociedades (as de classes e as sem classes) e uma que é exclusiva das sociedades de classes.

A primeira função da ideologia é a de assegurar a coesão dos indivíduos na sociedade. A ideologia determina o papel social que cada indivíduo deverá exercer, assegurando as relações sociais. A ideologia é indispensável “para formar os homens, transformá-los e colocá-los em condição de responder às exigências das suas condições de existência”, pois eles precisam se adaptar às transformações constantes pelas quais passam as sociedades em que vivem (ALTHUSSER, [1965], 1979c, p. 208). Sendo assim, a ideologia é ativa, podendo reforçar ou modificar as relações que os homens mantêm com as suas condições de existência.

A segunda função da ideologia (exclusiva da sociedade de classes, reiteramos) é a de assegurar a dominação de uma classe sobre as outras. Para alcançar esse fim, a ideologia precisa levar não só os dominados, mas também os dominadores, a aceitarem como “real e justificada a sua relação vivida com o mundo” e a sua condição (ALTHUSSER, [1965], 1979c, p. 208).

Sendo assim, todas as classes estão submetidas à ideologia e esta não pode ser um puro instrumento de uma classe para dominar as outras – ela não pode ser vivida por uma classe e mantida por outra. A classe que se utiliza da ideologia se encontra ela também tomada pela ideologia.

Nesse ponto de sua teoria da ideologia, o filósofo recebeu algumas objeções. Segundo Rancière (1971),

“O que Althusser define aqui como função *da ideologia* é a função *da ideologia da classe dominante*: para pensar uma função geral da ideologia, Althusser concebe a dominação de *uma* ideologia como dominação *da ideologia*” (p.16).

A quarta característica da ideologia é dar uma representação falseada do real. As representações dadas por ela:

“não constituem um *conhecimento verdadeiro* do mundo que representam. Podem conter *elementos* de conhecimento, mas estão sempre integradas e submetidas ao sistema de conjunto das representações, que é necessariamente, um sistema orientado e falseado, um sistema dominado por uma *falsa concepção* do mundo...” (ALTHUSSER, 1966, p. 195).

Sendo assim, a ideologia é uma representação que faz alusão ao real, mas o que ela oferece do real é, na verdade, uma ilusão e oferece um conhecimento do mundo, que é, na verdade, o seu reconhecimento/desconhecimento.

Há dois motivos pelos quais a representação da ideologia é falseada. O primeiro é a opacidade da estrutura social: os sujeitos não têm o conhecimento total e amplo dessa estrutura, que não se mostra por completo, e sua representação é sempre parcial.

Além disso, a ideologia é tanto parte da estrutura da sociedade (como uma de suas instâncias) quanto determinada por essa estrutura. Segundo Althusser (1966), “... a ideologia é, ao mesmo tempo, juiz e parte na causalidade estrutural da sociedade” (p. 200). O segundo motivo, que é o mais importante, é a própria divisão da sociedade em classes sociais: a representação que os sujeitos têm da realidade é determinada pela posição que ocupam nas diferentes classes.

Os homens não podem chegar por si mesmos ao conhecimento verdadeiro dessa estrutura da sociedade nem da realidade objetiva. Esse conhecimento “não pode ser senão o resultado de outra prática (...): a prática científica” (ALTHUSSER, [1965], 1979b, p. 48)¹³.

A quinta e última característica da ideologia é possuir tendências de classe. Segundo Althusser ([1965], 1979b), “no interior da ideologia em geral se observa, pois, a existência de *tendências ideológicas diferentes*, que expressam as ‘representações’ das diferentes classes sociais” (p. 54)¹⁴. Se numa sociedade há várias classes, dominante e dominadas, é certo que nela há ideologia dominante e ideologias dominadas, mas comumente a ideologia dominante é a da classe dominante. No entanto esta não mantém com a ideologia dominante “uma relação exterior e lúcida de utilidade e astúcia puras” (ALTHUSSER, [1965], 1979c, 207).

Essa dominação da ideologia da classe dominante se exerce de duas maneiras – quantitativamente, pois é a mais divulgada e qualitativamente, pois é a que fornece os quadros de referência e o sistema de representações das demais ideologias, as quais são subordinadas a ela.

Rancière (1971) critica Althusser quanto a essa posição. Para ele, a ideologia devia ser pensada em primeiro lugar com relação à luta de classes e o fato de não o ter sido traz algumas consequências. Segundo o autor:

“Dado que, de início, a ideologia não foi colocada no campo da luta de classes, acaba por tornar-se, subrepticiamente, *um dos participantes (partenaires) dessa luta*. A luta de classes *na ideologia*, ignorada desde o início, vai reaparecer sob uma forma fantástica, fetichizada, como luta de classes entre a ideologia – arma da classe dominante – e a ciência – arma da classe dominada” (p. 14-5).

Na concepção de Althusser, devido ao fato de a classe trabalhadora pensar e agir a partir dos quadros de referência da ideologia dominante, a ideologia operária não pode

¹³ Tradução nossa.

¹⁴ Tradução nossa.

libertar-se da ideologia dominante sozinha: é necessário o auxílio da ciência para que ela se transforme a partir dos quadros da ciência.

Essa posição também sofreu duras críticas, pois não levou em conta o papel da prática revolucionária na transformação da ideologia. Althusser, ao defender que somente a ciência poderia transformar a ideologia das classes dominadas, permitindo-lhes sair da dominação da ideologia dominante, não considerou que uma prática política diferente poderia também modificar a ideologia. Assim, equivocou-se, segundo Vázquez (1980), ao defender que a ideologia “depende mais da ciência que da própria prática, mais da teoria ‘importada’ que do movimento próprio, interno, da classe trabalhadora” (p. 34).

Conforme mencionamos anteriormente, é essa teoria geral da ideologia formulada por Althusser no início da década de 60 que estará na base das primeiras produções teóricas de Pêcheux, os textos assinados com Thomas Herbert, e na sua primeira grande obra, a Análise Automática do Discurso. Com efeito, é a essa concepção de ideologia que devemos recorrer se queremos entender as formulações e as preocupações do autor nesse período de 66 a 69 e não à teoria althusseriana da ideologia que contempla a tese da interpelação e dos Aparelhos Ideológicos de Estado, elaborada a partir dos anos 70, como costumamos ver em alguns textos introdutórios de Análise do Discurso.

CAPÍTULO 2

PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS DA OBRA DE MICHEL PÊCHEUX/THOMAS HERBERT

Apresentamos, neste capítulo, os pressupostos epistemológicos da obra de Michel Pêcheux/Thomas Herbert, os quais vêm de duas fontes principais. A primeira é a que ficou conhecida como a epistemologia histórica francesa, representada principalmente pelos trabalhos de Gaston Bachelard e de Georges Canguilhem. Embora esses pensadores tenham trabalhado com as ciências exatas e com as ciências da vida, respectivamente, eles elaboraram, para resolver problemas específicos, um conjunto de conceitos e concepções que constituem uma linha de pensamento singular dentro da epistemologia. A segunda fonte de pressupostos de Pêcheux/Herbert é o Materialismo Dialético, ou a filosofia marxista, que também se caracteriza como uma epistemologia.

Consideramos necessário explorar alguns conceitos provenientes dessas duas fontes porque eles constituem a base não só do projeto teórico de Pêcheux, mas também de todos os membros do grupo althusseriano, inclusive do próprio Althusser. É na tentativa de dar uma resposta a alguns problemas sobre a ciência (e, consequentemente, sobre a ideologia) e a leitura dos discursos teóricos colocados por essas fontes que Pêcheux/Herbert desencadeará sua trajetória intelectual. Nada mais natural, portanto, do que começarmos por aí. Ressaltamos que o conhecimento dessas fontes é imprescindível para uma melhor compreensão dos próprios textos de Pêcheux/Herbert (dadas as características muito singulares de sua forma de escritura) e das questões abordadas neles, visto que é com elas que dialogam.

Lembramos, entretanto, que, embora Pêcheux/Herbert utilize-se desses pressupostos, eles não são considerados do mesmo modo durante a trajetória do autor e, em seus últimos trabalhos, é possível ver que há algumas modificações no modo de encará-los. No entanto eles permanecem mais ou menos os mesmos nos trabalhos iniciais do período de formação de seu projeto teórico, dando-lhe a fundamentação necessária.

A reflexão sobre os pressupostos epistemológicos de Pêcheux/Herbert será útil para compreendermos vários pontos que serão abordados neste trabalho. Primeiro, o

modo como Althusser vai problematizar a leitura das obras de Marx¹⁵. Segundo, o conceito de ideologia, bem como suas características gerais, elaborado por Althusser, o qual veremos desenvolvido nos primeiros textos assinados por Thomas Herbert. Terceiro, o modo de constituição de uma nova ciência ou campo do saber, na concepção bachelardiana e althusseriana. E, finalmente, as críticas do grupo de Althusser às ciências humanas. Todos esses temas aparecem nas reflexões iniciais de Herbert e se relacionam, direta ou indiretamente, ao processo de constituição de sua análise do discurso.

Convém ressaltar que os conceitos advindos dessas duas fontes são relidos ou interpretados por Althusser e os integrantes do seu grupo, como Michel Fichant, Pierre Macherey, Dominique Lecourt, François Régnault, Michel Pêcheux, dentre outros. Em outras palavras, esses conceitos não são tomados tais quais em suas teorias originais: a epistemologia francesa é relida a partir do MD e este é relido a partir daquela. Tentaremos mostrar como se deu essa dupla apropriação no momento da exposição.

Assim, este capítulo está organizado em duas partes principais. Na primeira, expomos algumas categorias da epistemologia histórica francesa e na segunda, algumas do Materialismo Dialético.

2. 1 A epistemologia histórica francesa

Nessa primeira parte, trataremos do modo como foram apropriadas pelo grupo althusseriano as novas concepções acerca da epistemologia e da história das ciências desenvolvidas por Gaston Bachelard e por Georges Canguilhem. Não poderemos deixar de apresentar as principais categorias com que trabalham essas novas concepções.

Começaremos apresentando a novidade dessa corrente de pensamento em relação à filosofia do conhecimento e à história das ciências tradicionais, bem como com relação às teorias do conhecimento. Em seguida, apresentaremos os conceitos principais de Bachelard. E, finalmente, os conceitos de Canguilhem.

¹⁵ Isso terá fortes implicações na formulação de uma teoria do discurso por Pêcheux, já que ela está ligada ao desenvolvimento da teoria da leitura sintomal de Althusser, como veremos ainda neste capítulo.

2.1.1 A novidade da epistemologia histórica francesa

A epistemologia histórica francesa surgiu na França, nos anos 30, com os trabalhos de Gaston Bachelard, tendo sido desenvolvida em seguida por Georges Canguilhem. Apesar de terem pesquisado sobre problemas de suas áreas específicas de formação (Física e Química, o primeiro e Biologia, o segundo), acabaram elaborando um rol de novos conceitos que, na verdade, inauguraram uma nova forma de reflexão sobre a ciência, a história da ciência e o fazer científico. As idéias e concepções sobre ciência advindas de seus estudos podem ser tomadas como complementares, dado manterem uma linha de raciocínio comum e coerente. Para os althusserianos, as teorias dos dois filósofos formam um conjunto que pode ser denominado de *epistemologia histórica* ou de *história epistemológica*.

Essa nova linha de estudos sobre as ciências adquiriu, no grupo de Louis Althusser, um grande respeito e teve aí uma recepção bastante interessada. O respeito se devia, principalmente, por sustentar posições que o próprio grupo considerava corretas no que tange à ciência. Interessada porque podia ser útil à elaboração da filosofia marxista, tarefa com a qual esses intelectuais conviviam continuamente.

Como afirma Dominique Lecourt (1980), a epistemologia histórica francesa:

“... nos oferece elementos preciosos para uma teoria da filosofia e da sua história; e que, se se souber lê-la, ela nos revela, pela sua inconseqüência, as vias da sua passagem na construção duma teoria materialista da história das ciências” (p.32).

O quadro teórico da epistemologia francesa não é, entretanto, absorvido completamente e livre de reformulações, sendo alguns conceitos reinterpretados do interior da teoria marxista. Althusser e seus discípulos utilizam em suas produções muitos conceitos dessa epistemologia, mas sempre relidos.

Por esse motivo, a apresentação da epistemologia histórica francesa que faremos diz respeito ao modo como foi apropriada pelo grupo. É pelo filtro do grupo althusseriano que a abordaremos.

Althusser ([1964], 1990) explica que, de fato, a história das ciências e a epistemologia (ou filosofia da ciência) não nasceram com Bachelard e Canguilhem. Elas já podiam ser notadas há muito tempo, no trabalho dos cientistas, que sempre se interessam sobre a história de sua ciência e não deixam de colocar uma nota histórica prévia ao tratamento de seus problemas; e também no de certos filósofos, como Platão,

Husserl, Descartes, Kant, Hegel, que se preocuparam com a questão do conhecimento, elevando-a a parte essencial da filosofia. No entanto Bachelard e Canguilhem abriram caminhos novos nessas áreas, juntamente com os trabalhos de Cavaillès, Vuillemin e Foucault.

Esses caminhos novos serviram para apontar as falhas que cometiam em suas abordagens não só as correntes tradicionais da epistemologia, mas também as da história das ciências. Vejamos alguns exemplos.

A epistemologia tradicional (ou filosofia da ciência) busca no desenvolvimento de uma ciência algo que justifique os valores ideológicos trazidos por ela. Isto é, busca uma confirmação de suas idéias filosóficas, uma conformidade. Ou então, como no caso do positivismo, assume uma atitude normativa com relação às ciências, elaborando e postulando regras gerais a partir das quais decide se uma região particular do conhecimento pode ou não ser considerada científica, bem como seus objetos, sua metodologia e seus resultados. Ela, desse modo, julga as ciências a partir de princípios gerais sem considerar as diferenças específicas existentes entre as várias regiões científicas.

A história das ciências, por sua vez, faz a história de uma ciência particular como uma narrativa que simplesmente enumera descobertas ou teorias que sucederam umas às outras e seus respectivos precursores. Ela mostra o progresso dessa ciência evidenciando como a teoria atual resolveu um problema que ficou sem resposta no estágio precedente. Essa forma de abordar a história de uma ciência sugere que o seu progresso é resultado das descobertas casuais ou da necessidade de resolver certo problema ainda sem resposta. Conforme Althusser ([1964], 1990), a concepção de história da ciência subjacente a esse tipo de trabalho é de uma *história contingente*, que descreve “uma sucessão de acasos geniais: as descobertas” (p. 272), ou de uma *história lógica*, movida pela lógica, que tenta resolver os problemas sem solução. Ainda segundo esse filósofo, “no fundo, as histórias das ciências mais divulgadas não passam, na maioria das vezes, de simples crônicas científicas...” (p. 273).

Nesse modo de fazer a história de uma ciência, segundo Pierre Macherey (1990), um “amontoado de fatos” científicos é descrito de uma maneira tal que conduz à ilusão de que existe um acúmulo das aquisições científicas. Os fatos são narrados numa linha cronológica e contínua, que “obstáculo algum vem obscurecer, que não conhece a regressão, a explosão” (p. 281). Isso conduz a uma concepção da história das ciências

como um processo de evolução contínua, em cujo decurso haveria uma melhoria dessa ciência, possibilitada, por sua vez, pelas novas descobertas.

As concepções epistemológicas de Bachelard e de Canguilhem são bastante diversas dessas. Suas especificidades serão apontadas no decorrer do capítulo. O importante a ressaltar é que Althusser tinha concepções muito semelhantes a elas e isso abria, para o grupo althusseriano, uma possibilidade de pensar a epistemologia de uma ciência e sua história a partir de uma unidade fundamental, coisa que a epistemologia e a história das ciências tradicionais raramente permitiam. Para Althusser ([1964], 1990), a filosofia marxista “requer uma teoria da história das ciências e uma epistemologia que remetam uma a outra em uma profunda unidade” (p. 272). Além disso, a epistemologia histórica francesa, por sua nova concepção do erro como uma positividade e da ciência como composta de erros e verdades numa relação dialética (como explicaremos a seguir), permitia pensar a função de intervenção teórica da filosofia na ciência, o que Althusser apontava como uma das funções da filosofia marxista, segundo veremos em breve. Além disso,

“a história das ciências tal como Georges Canguilhem a praticava (...) significava sem dúvida a constituição da categoria epistemológica mais conveniente cuja aplicação ao materialismo histórico – à ciência marxista da História – tornou possível a nova leitura do **Capital**, que se conhece” (LECOURT, 1980, p. 55).

Abordaremos a seguir algumas novas categorias da epistemologia de Bachelard que sintetizam suas posições epistemológicas e são reappropriadas pelo grupo althusseriano.

2.1.2 As principais categorias da epistemologia histórica francesa

Como dissemos anteriormente, a epistemologia histórica francesa constitui uma nova problemática, produzindo conceitos novos ou dando um estatuto novo a certos conceitos e certas categorias já presentes na reflexão filosófica sobre a ciência, o que acaba por modificar profundamente a própria concepção de ciência.

A principal característica dessa nova problemática é a distinção radical que ela institui entre o conhecimento comum e o conhecimento científico. Para Bachelard, em primeiro lugar, o conhecimento científico efetua uma ruptura com o comum, não havendo, assim, nem uma continuidade histórica nem uma continuidade epistemológica

entre eles. Em segundo, o conhecimento científico está dividido em regiões (há setores particulares do trabalho científico – os racionalismos regionais, na terminologia de Bachelard), as quais explicam o real de maneira distinta, enquanto o conhecimento comum vê o real como unitário, para ele tudo é real do mesmo modo. Desse modo, a natureza desses dois tipos de conhecimento é distinta.

Tal distinção entre o conhecimento comum e o conhecimento científico manifesta-se antes de tudo na natureza dos objetos com que trabalham. O conhecimento comum tem como objeto o dado, o elemento concreto do real, que ele simplesmente decalca do real. O conhecimento científico, ao contrário, constrói seu objeto, que é assim um objeto não existente na realidade objetiva, fruto de um trabalho que se passa todo no terreno do pensamento. Em outras palavras, o objeto da ciência não é oferecido ao sujeito como os objetos do conhecimento imediato: ele é resultado de uma elaboração teórica. Além disso, o objeto da ciência é produzido por uma técnica, é construído pelo trabalho do cientista, por aparelhos; é uma realidade de laboratório.

Assim, “o objeto da ciência é da ordem do construído (...), é um efeito, um resultado e um *artefato*” (FICHANT, 1974, p. 137). Por causa disso, o objeto concebido pela ciência poderá ser chamado de sobre-objeto ou objeto segundo e, nessa concepção nova do objeto da ciência, está uma das características marcantes da nova problemática de Bachelard.

É possível constatar, implicadas nessa diferença fundamental, outras diferenças entre o objeto do conhecimento comum e o objeto do conhecimento científico. A primeira delas é que todo objeto científico traz a marca de um progresso do conhecimento, ao passo que o objeto do conhecimento comum é resultado sempre de associações da percepção e o conhecimento que ele fornece do real nunca sai do plano homogêneo do percebido, não alcançando progresso. A segunda é que a ciência “produz tecnicamente um objeto depurado” (FICHANT, 1974, p. 139), isto é, um objeto construído com o objetivo exclusivo de conhecer, ao passo que o conhecimento comum determina os objetos por sua utilidade.

O novo estatuto do objeto científico estabelecido pela epistemologia bachelardiana (um objeto segundo, uma construção) está ligado à concepção que ela tem da ciência: o que a caracteriza é construir uma nova realidade e não simplesmente reproduzi-la. A ciência não corresponde a um mundo a descrever, mas a um mundo a construir.

Como consequência da natureza do objeto científico, resulta que o conhecimento sobre ele tem o caráter de uma construção e não de uma mera percepção ou dedução do real. Essa tese é muito bem aceita entre os althusserianos não só porque vai em sentido inverso ao da concepção empirista, mas também porque reconhece o saber científico como uma produção. Segundo Fichant (1974), Bachelard parte do pressuposto de que “a ciência é um trabalho; por essência ela é uma produção” (p. 138). Por isso é que os althusserianos vão se apropriar dessa concepção de Bachelard do conhecimento científico e, a partir daí, vão levar em conta, na história e na epistemologia de uma ciência, as condições de produção dos conhecimentos científicos, não só as condições intelectuais, mas também as sociais, como veremos a seguir.

Essa nova concepção do objeto das ciências traz consigo uma nova concepção do sujeito do conhecimento. As filosofias anteriores o viam como “um sujeito puro, dominando seu saber e sua história, e imediatamente dado a si mesmo numa certeza de si” (FICHANT, 1974, p. 141), além de o considerarem como aquele que devia apenas receber as verdades objetivas fornecidas pelo real, pela experiência. Já na epistemologia bachelardiana, o sujeito é aquele que constrói os objetos e os fenômenos de que as ciências se ocupam.

Em primeiro lugar, esse sujeito é social, não se reduzindo a um indivíduo empírico. O cientista não pensa sozinho, mas com e para seus pares. “O *cogito* verdadeiramente discursivo é um *cogitamus*” (FICHANT, 1974, p. 142). A cultura científica não é organizada por um indivíduo, não é resultado de uma inspiração individual, mas o resultado do trabalho de uma equipe, de uma comunidade científica, a qual Bachelard chamou de cidade científica (o conjunto dos cientistas e a escola). A objetividade científica só é possível devido a essa comunidade; ela é que estabelece as regras de ação; constrói as bases de uma ciência. O sujeito racional pertence a uma cidade científica e deve respeitar as suas normas. A ciência, em sua concepção moderna, não dá lugar ao trabalho individual e solitário, do que resulta que as teorias são criadas pela cidade científica. Assim, a cidade científica é que é o verdadeiro sujeito da ciência.

Na cidade científica, ao invés da influência, são a crítica e a inovação que garantem os progressos da ciência; nesses grupos “as dialécticas pululam” e “o campo das contradições possíveis se estende” (BACHELARD, 1977, p. 174). Uma verdade científica será submetida ao julgamento da comunidade dos cientistas, que a sancionarão ou não. A garantia da objetividade de um conhecimento científico é dada pelo controle social da comunidade dos cientistas.

Em segundo lugar, esse sujeito é não-unitário. Isso se explica pelo fato de a cidade científica não ser homogênea: há uma divisão da razão em rationalidades distintas e uma divisão no interior do próprio cientista individual, que jamais está sozinho, pois a vigilância epistemológica que acompanha seu fazer é sempre a internalização do olhar do outro que julga (avalia) sua prática. Os althusserianos partilham dessa concepção e vão além, ao dizer que a cidade científica é um campo de forças dividido.

Finalmente, esse sujeito é instrumentado. A produção de um conhecimento científico não se dá diretamente na relação de um sujeito e de um objeto, mas é sempre mediada por teorias e instrumentos, os quais são, por sua vez, teorias materializadas. Assim, o sujeito produz um objeto científico por intermédio de uma teoria e de instrumentos, que servirão também para avaliar esse objeto¹⁶.

Outra característica singular da epistemologia bachelardiana é a sua concepção de erro. Em primeiro lugar, o erro não é uma ausência, um vazio, “uma simples privação ou falta” (FICHANT, 1974, p. 140), ele é uma positividade, é da ordem do existente. Quando uma nova verdade científica é elaborada, ela não ocupa um lugar que estava vazio, mas que estava ocupado por um erro anterior. Em segundo lugar, o erro não está sozinho, ele forma uma rede solidária com outros erros. Para Bachelard, “a ignorância é um tecido de erros positivos, tenazes, solidários” (BACHELARD apud FICHANT, 1974, p. 140). Só é possível destruir um erro, destruindo todo o tecido ao qual ele se liga. Em terceiro lugar, o erro, historicamente, precede o conhecimento objetivo e ocupa o lugar no qual este se instala.

Na medida em que o erro tem uma positividade e resiste à retificação, ele funciona como um obstáculo epistemológico para o conhecimento objetivo. Na concepção bachelardiana, o obstáculo se caracteriza como valores subjetivos que impedem ou retardam o desenvolvimento da ciência, tendo origem no inconsciente. Um obstáculo pode aparecer “no momento da constituição do conhecimento (...) ou numa fase ulterior do seu desenvolvimento” (LECOURT, 1980, p. 26), o que mostra que há sempre obstáculos a superar mesmo que a ciência já esteja constituída e, por isso, Bachelard insiste na necessidade do processo constante de retificação dos saberes científicos.

¹⁶ A tese da importância dos instrumentos na produção de conhecimentos científicos e na sua validação, desenvolvida pelos bachelardianos, é fortemente seguida por Pêcheux/Herbert e isso tem consequências no seu projeto de construção de uma análise do discurso. Esclareceremos esse ponto nos capítulos 4 e 5.

Segundo Bachelard, para se conquistar a objetividade do conhecimento, é preciso destruir os conhecimentos imediatos e mal-elaborados, que são os obstáculos a ela. Para se chegar a isso, é necessário conhecer a fundo esses obstáculos e seu funcionamento, o que só é possível através daquilo que o epistemólogo chamou de “psicanálise do conhecimento objetivo”, a qual consiste em explicar o que há de subjetivo nesses obstáculos. Essa psicanálise precisa ser realizada porque o homem não consegue esquecer sozinho dos conhecimentos usuais que adquiriu através da cultura, nem das influências da experiência imediata da percepção. Quando o espírito científico passa por uma psicanálise, ele toma consciência da impureza de suas motivações e dos obstáculos que elas originam, fazendo uma catarse intelectual e afetiva.

A partir da noção de obstáculos epistemológicos, Bachelard explica os motivos de entrave do conhecimento científico. Mas há uma outra noção que explica os motivos do progresso desse conhecimento, a de atos epistemológicos. Estes marcam “o advento de uma conquista definitiva, impedindo doravante todo retorno aquém de um grau de racionalidade adquirido para sempre...” (FICHANT, 1974, p. 144). O principal ato epistemológico é a ruptura com o conhecimento comum, a qual acontece quando o sujeito rompe com o conhecimento imediato, com a realidade dada, para construir um objeto científico. A ruptura se caracteriza por reorganizações do pensamento científico e marca a descontinuidade existente na história das ciências. O progresso do conhecimento se dá por um processo continuado de rupturas.

E assim, chegamos à nova concepção de história das ciências presente na epistemologia bachelardiana. Em sua história, uma ciência segue um processo composto por duas etapas básicas. Na primeira, há uma ruptura com o conhecimento comum (a experiência primeira da percepção, as grandes generalidades), momento em que se instaura a ciência e se passa a um outro nível do trabalho cognoscente. Na segunda, há seguidas rupturas (do conhecimento novo com os anteriores a ele), que constituem o processo incessante de retificações, possibilitando o desenvolvimento da ciência e seu progresso.

A história das ciências tradicional conduz à idéia de que existe uma continuidade histórica e epistemológica entre o conhecimento científico e o conhecimento comum, sobretudo devido a suas narrativas lineares, que não mostram a ruptura que se dá entre esses dois conhecimentos.

A história de uma ciência deve, ao contrário, tratar de outros fenômenos: evidenciar a aparência dessa continuidade; apontar as descontinuidades do seu

desenvolvimento histórico, assinaladas pelas rupturas; mostrar que o progresso da ciência não se deve ao acaso das descobertas, mas é resultado da superação de muitos obstáculos epistemológicos.

Além disso, essa história deve ter como ponto de partida e referencial o presente da ciência em questão. O historiador de uma ciência deve julgar as verdades que ela produz e o critério a partir do qual irá fazê-lo é a atualidade da ciência, o seu presente. Olhar o passado da ciência a partir do presente pode fazer entender os erros e as verdades e distinguir o que do passado pertence à história sancionada e o que pertence à história caduca dos pensamentos. A história caduca ou superada é a história “dos pensamentos tornados impensáveis na racionalidade efetiva” e a história sancionada é a história “dos pensamentos sempre atuais ou atualizáveis, validados pela ciência de hoje” (FICHANT, 1974, p. 144).

Bachelard faz entender que o passado da ciência é composto de positividades, que serão consideradas erros ou verdades a partir do presente da ciência. Assim, o erro é sempre uma conclusão histórica: uma proposição que foi considerada verdade pode hoje ser considerada erro e ir para a história caduca da ciência.

No quadro geral da epistemologia histórica francesa, a reflexão sobre a história das ciências foi mesmo mais desenvolvida por Georges Canguilhem. Para este, como para Bachelard, a história de uma ciência não é uma crônica; uma descrição das verdades adquiridas de uma época a outra; uma narração de biografias; uma enumeração de precursores; o relato de uma sucessão de acasos; ou uma história linear. Canguilhem recusa-se a reduzir a história de uma ciência a uma simples coleção de biografias ou a uma cronologia que enumeraria as datas em que certos conceitos foram elaborados, acompanhada de histórias engracadas acerca do “descobrimento” desses conceitos¹⁷, que é o modo de a história das ciências tradicional contar a história de uma ciência, o que resulta da incapacidade de fazer uma crítica epistemológica. Segundo Lecourt (1980):

“a complacência em procurar, encontrar, celebrar precursores é o sintoma mais evidente da incapacidade de crítica epistemológica. Antes de por ponta a ponta dois precursores num caminho, convém assegurar-se se se trata efetivamente do mesmo caminho” (p. 61).

¹⁷ Como por exemplo, a história de Newton e sua maçã.

Em sua história, a ciência procede por rupturas e reorganizações. Canguilhem acrescenta que a ruptura não é única, nem global, mas sim sucessiva e parcial. Ela passa por pontos críticos de acelerações e de recuos, tem um ritmo e uma temporalidade próprios a ela, o que implica que não há nenhuma relação desta com a história natural, já que ela tem uma “temporalidade irredutível ao curso geral do tempo” (FICHANT, 1974, p. 156). Cada ciência requer uma temporalidade diferenciada, mesmo que tenha como pano de fundo o tempo da história geral.

A especificidade dessa história das ciências (e, ao mesmo tempo, o ponto em que reside sua originalidade) é ter como objeto o conceito. Na concepção de Canguilhem, “a história das ciências deve ser uma história da formação, da deformação e da retificação dos conceitos científicos” (CANGUILHEM apud MACHEREY, 1990, p. 277), pois um conceito se constitui em determinado momento da história – ele não existe desde sempre e também não se forma de uma vez por todas. Como nascem os conceitos? Como se modificam? Como se relacionam com outros conceitos no interior de uma teoria? Como se redefinem quando passam de uma teoria a outra ou de uma ciência a outra? Essas são as questões centrais que Canguilhem aborda em seus trabalhos.

Canguilhem, com essa posição, faz uma história que “substitui o *encadeamento das teorias* pela *filiação dos conceitos*” (MACHEREY, 1990, p. 287). Ou, em outras palavras, concentra sua reflexão na relação problema-conceito e nas condições do aparecimento dos conceitos e dos problemas. A relação existente entre conceito e problema é que, para se formular um problema, é necessária a presença simultânea de certo número de conceitos organizados racionalmente. Desse modo, falar da história de uma ciência, na perspectiva de Canguilhem, é mostrar de que modo essa ciência se organizou teoricamente para elaborar e resolver um problema. O historiador tem a função de analisar as fases desse processo e “fazer a análise da sucessão das **conjunturas** teóricas e práticas que constituem esta história” (LECOURT, 1980, p.69).

Mas por que motivo Canguilhem privilegia a história dos conceitos em detrimento da história das teorias? A teoria é uma teia de elementos conceptuais de tempos heterogêneos; os conceitos mudam de teoria (ou seja, não lhe são subordinados); e uma teoria que hoje responde a uma questão não é necessariamente a teoria em que ela foi formulada. Como o que Canguilhem observa é a relação problema-conceito, para ele, o conceito é a melhor categoria de análise, já que a sua formação é condição de possibilidade de instauração da científicidade.

Entretanto, ao se fazer a história de um conceito, não se deve buscar o seu precursor, pela razão de que se retira o conceito da rede teórica na qual se inseria e da qual recebia seu sentido e estabelece-se uma filiação fictícia para ele. Deve-se, ao contrário, buscar os problemas para os quais ele foi chamado a responder.

Gostaríamos de tratar de duas observações de Canguilhem sobre os conceitos científicos que estão especialmente presentes de modo teórico e prático na trajetória de Pêcheux¹⁸.

A primeira é que não se pode fazer o conceito depender da palavra. Em primeiro lugar, uma palavra não é um conceito: além de um nome, um conceito deve comportar uma definição, pois só há conceito onde existe, ao menos em tentativa ou em esboço, uma definição. Em segundo lugar, a ausência da palavra não é sinal de que o conceito não tenha sido formulado. Às vezes, a formulação do problema precede a invenção da palavra que denomina o conceito ou a importação dessa palavra de outro campo teórico. Em terceiro lugar, a presença de uma mesma palavra em contextos teóricos diferentes não significa a presença do mesmo conceito, pois ela pode estar designando conceitos diferentes, o que nos obriga a ter uma certa cautela nessas situações. Disto resulta que, quando se importa uma palavra de outro campo teórico, não se está importando o conceito que ela denominava, mas apenas a palavra que vai passar a denominar o conceito relativo ao problema colocado.

Lecourt (1980) acrescenta que a palavra é

“o veículo mais constante (...) dos ‘emprestímos teóricos’: empréstimo de um domínio científico a um outro, ou, o que implica por vezes maiores consequências, a importação de valores ideológicos não científicos no científico” (p. 67).

A segunda observação é que, para Canguilhem, os conceitos têm uma existência relativamente autônoma em relação às teorias no interior das quais nascem. É essa autonomia que permite que os conceitos tenham uma história, isto é, que ao longo do tempo eles possam ser retomados, reinterpretados e transformados por outras teorias. Um conceito nasce quando um problema é formulado; mas esse conceito, em sua história, se transforma e se deforma, o que, segundo Lecourt (1980), é um “índicio de reformulação constante do problema em campos teóricos diferentes, sob o efeito de determinações ideológicas diversas, e até contraditórias” (p. 68).

¹⁸ Não desenvolveremos neste capítulo essas relações. Elas serão explicitadas nos capítulos seguintes, quando tratarmos do modo como Pêcheux pensou a constituição da AD e do modo como ele pensava a articulação de conceitos tomados de outras ciências na construção de um campo de saber específico.

Todas essas novidades da epistemologia histórica francesa quanto às noções de objeto de conhecimento, sujeito, erro, obstáculos e atos epistemológicos e história das ciências são muito bem vistas pelo grupo de Althusser. Elas não deixam, entretanto, de ter limitações, que cabe ao grupo criticar e, mais além, superar a partir dos pressupostos da filosofia marxista.

Um ponto de crítica para os althusserianos é a noção bachelardiana de obstáculo epistemológico. Bachelard lança mão de uma perspectiva psicologista, ao remetê-los à libido dos cientistas; desvaloriza as condições não-psicológicas dos obstáculos e não explica a necessidade da existência destes (o que os causa). Segundo Lecourt (1980),

“o recurso à **libido** dos cientistas para explicar a constituição dos obstáculos epistemológicos tem completa razão de ser: dissimula a impossibilidade, em que Bachelard se encontra, de pensar a história diferencial do que **nós** chamaremos as ciências e as ideologias” (p. 31).

Bachelard também pensa a história das ciências como uma história dupla: a sancionada e a caduca. A primeira é a história do científico e a segunda, a do não-científico. Porém ele não dá exemplos da história caduca, porque a concebe como não-história. Sendo assim, a conjunção das duas histórias e a determinação de uma pela outra não é pensada por ele. Não é pensada por Bachelard “a necessidade, para construir o conceito duma história das ciências, de a referir a uma teoria das ideologias e da sua história” (LECOURT, 1980, p. 32).

Apesar disso, os althusserianos viam pontos em comum entre concepções dessa epistemologia e a filosofia marxista, fato que lhes permitiu uma apropriação de alguns desses conceitos e a releitura de outros. Essas duas correntes epistemológicas concebem o objeto do conhecimento como o resultado de uma construção ou de uma produção, mas nunca de uma dedução do real; postulam uma diferença radical entre conhecimento comum e conhecimento científico. Entretanto, segundo Lecourt (1980), a epistemologia histórica francesa não dá conta de certos problemas que a filosofia marxista dá. Dentre eles, a explicação das causas dos obstáculos epistemológicos (remetendo-os à noção de ideologia) e das relações entre a ciência, ou o fazer científico, e as práticas econômicas e sociais (propondo uma teoria geral das práticas e considerando a ciência como uma prática social).

Todos esses pontos serão abordados a seguir.

2.2 O Materialismo Dialético segundo Althusser e seu grupo

Conforme mencionamos no início deste capítulo, há duas fontes epistemológicas que embasam os trabalhos de Michel Pêcheux/Thomas Herbert: a epistemologia histórica francesa e o Materialismo Dialético, ambas relidas e reinterpretadas pelo grupo althusseriano. Dado que os conceitos fundamentais da primeira fonte já foram expostos, procederemos à exposição dos conceitos da segunda.

Vale lembrar que já fizemos uma rápida apresentação do modo como os althusserianos concebiam o Materialismo Dialético (MD) no capítulo 1. Neste momento, desenvolveremos mais detalhadamente no que consiste o MD e suas questões, suas categorias centrais, os objetivos que devia alcançar junto às ciências, principalmente as sociais, e a leitura sintomal.

As teorizações sobre o MD que apresentaremos dizem respeito às posições teóricas exclusivas de Althusser numa primeira fase de seu pensamento, as quais estão presentes nos trabalhos iniciais de Michel Pêcheux. Portanto, elas não abrangem a totalidade do pensamento marxista e nem mesmo as retificações que o próprio Althusser fez posteriormente.

Assim como na exposição que fizemos sobre a epistemologia histórica francesa, intentamos apresentar agora as questões do MD mais fortemente relacionadas com os trabalhos teóricos de Pêcheux/Herbert, nas quais eles encontram seu embasamento teórico e onde podemos encontrar algumas chaves de leitura para a compreensão dos mesmos.

2.2.1 A especificidade do materialismo dialético

Como vimos no capítulo 1, segundo a concepção de história das ciências sustentada por Althusser ([1966], 1979a), a fundação de uma nova ciência sempre resultou em uma transformação no campo da filosofia: isso aconteceu em vários momentos da história das ciências, inclusive quando a ciência da história (ou Materialismo Histórico) foi fundada por Marx – uma filosofia nova pôde ser engendrada, o Materialismo Dialético.

Para Althusser, essa filosofia se distingue radicalmente das outras filosofias existentes. Em primeiro lugar, porque seu engendramento foi propiciado pelo mesmo

corte epistemológico que fundou a ciência à qual está ligado, a ciência da história; em outras palavras, Marx, com um único corte, fundou tanto uma nova ciência quanto uma nova filosofia.

Em segundo lugar, porque a transformação operada pelo MD no campo da filosofia foi muito mais radical do que a das filosofias anteriores, já que foi a primeira filosofia a romper com o campo ideológico no qual se inseria, enquanto as outras permaneciam no mesmo campo ideológico.

Rouanet (1978) explica em que consistia essa saída da ideologia operada pelo MD. Antes do corte epistemológico de Marx, que fundou a ciência da história, “a filosofia limitava-se a sistematizar as falsas evidências do senso comum, isto é, elaborar teoricamente as representações imaginárias pelas quais os homens viviam suas condições de existência. Depois do corte surge a necessidade e a possibilidade da filosofia como uma disciplina rigorosa” (p. 17).

Conforme Althusser, essa filosofia nova, que rompeu com a ideologia anterior, foi engendrada somente porque seu nascimento foi ligado ao nascimento de uma ciência radicalmente revolucionária, a ciência da história.

Antes da fundação da ciência da história, o que havia seriam apenas filosofias da história, que caíam no idealismo. As teorias do conhecimento ligadas a essas filosofias, em função de não se embasarem em um conceito científico de história, também não conseguiam pensar a produção dos conhecimentos em sua historicidade e caíam também no idealismo.

Essa situação no campo da ciência e da filosofia modificou-se completamente com Marx, segundo Althusser. Ao elaborar o conceito científico de história, Marx pôde pensar a filosofia, as ideologias e as ciências como algo que está na história e obedece às suas determinações. Está na história de duas formas – na história da sociedade e na história da produção do saber.

Com a mudança de problemática proporcionada pela ciência da história, o MD abandona o campo da interrogação sobre as garantias do conhecimento (questão das filosofias anteriores) e adota a questão das condições e do mecanismo da produção do conhecimento. Assim, ele tem como objeto principal de investigação o processo histórico de produção de conhecimentos científicos, fato que o caracteriza como uma epistemologia histórica ou como uma história das ciências.

A partir dessa nova problemática, e a fim de explicar esse processo de produção de conhecimentos, o MD produz uma concepção completamente nova do fazer

científico. Este é considerado uma *prática* entre outras existentes na sociedade; a ciência (ou a *teoria*) é uma forma específica de prática, a *prática teórica* e, enquanto tal, insere-se na história e possui uma história. O MD define-se, assim, como a “Teoria da prática em geral” e da prática teórica em particular. (ALTHUSSER, [1965], 1979c, p. 145)¹⁹.

O MD busca situar na história não só o objeto de conhecimento das diferentes ciências, mas também e principalmente as próprias práticas científicas delas. Desse modo, pode problematizar a maneira como estas se inserem na sociedade, tal qual as outras práticas sociais (política, econômica) e explicar o tipo de relações que mantém com elas e as suas determinações sociais.

2.2.2 A prática teórica

Como dissemos no capítulo precedente, o MD é a filosofia marxista, que se encontra nas obras teóricas de Marx somente em sua versão prática. Nas primeiras concepções de Althusser, essa filosofia tem como objeto de sua reflexão o processo de produção dos conhecimentos científicos e, consequentemente, ela se apresenta como uma epistemologia. Essa filosofia trabalha com as categorias de ciência e ideologia e da diferença entre elas.

Althusser define o MD como a “Teoria da prática em geral” e da prática teórica em particular, bem como das relações entre as diferentes práticas (ALTHUSSER, [1965], 1979c, p. 145). Essa filosofia trabalha com uma nova concepção de prática e a partir dela é que é possível pensar as relações entre ciência e ideologia, a diferença qualitativa existente entre elas e as relações entre a prática teórica e a política.

Para compreendermos essa nova concepção de prática presente na filosofia marxista, é necessário notarmos, em primeiro lugar, o estatuto das relações entre prática e teoria. Nessa relação há o primado da primeira sobre a segunda, já que, de acordo com Althusser et al ([1965], 1979, p. 62) “todos os níveis da existência social são os lugares de práticas distintas...”²⁰. Apesar disso, a relação entre ambas não é dicotômica. A

¹⁹ Essa concepção do MD como uma teoria da prática em geral e da prática teórica em particular orienta os primeiros trabalhos de Pêcheux/Herbert, especialmente, o texto “Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social”, de 1966.

²⁰ Apesar de ter postulado, seguindo a atitude de Marx, o primado da prática sobre a teoria, Althusser foi acusado por seus críticos de cair na armadilha do chamado teoricismo, uma orientação que marcou as

teoria é também uma prática e todas as formas de prática possuem elementos de conhecimentos, ou seja, toda prática pressupõe um certo conhecimento de algo que a embase. Sendo assim, “não há, de um lado, a teoria, que seria apenas pura visão intelectual sem corpo nem materialidade, e de outro uma prática inteiramente material...” (ALTHUSSER et al, [1965], 1979, p. 61).

Em segundo lugar, é importante observarmos que há uma diversidade de práticas. O que há na sociedade são práticas diversas e não apenas uma forma homogênea de prática. O que existe de fato na sociedade é uma “unidade complexa das práticas existentes” (ALTHUSSER, [1965], 1979c, p. 144), as práticas sociais (a prática econômica, a política, a ideológica e a teórica, dentre outras). Essas diferentes práticas possuem autonomia umas em relação às outras e são articuladas umas às outras. No entanto essa autonomia é relativa e há uma prática “determinante em última instância”, que é a econômica.

Mesmo assim, é possível, abstraindo as especificidades das práticas particulares, formular uma definição de prática em geral. Esta, segundo Althusser ([1965], 1979c), consiste em:

“todo processo de *transformação* de uma determinada matéria-prima dada em um produto determinado, transformação efetuada por uma determinado trabalho humano, utilizando meios (‘de produção’) determinados” (p. 144).

Althusser enfatiza que o determinante nesse processo é o trabalho de produção, e não tanto a matéria-prima ou o produto, pois é na produção que vão entrar em ação homens, meios e uma técnica de utilizar os meios.

Conforme dissemos, o MD tem como objeto de investigação o processo de produção de conhecimentos. Este se dá por meio de uma prática específica, a prática teórica.

Esta se assemelha às outras práticas – transforma uma matéria-prima num produto através de instrumentos. O que a diferencia das demais é a natureza desses elementos e o fato de passar-se inteiramente no pensamento: a sua matéria-prima são representações, conceitos e fatos (fornecida por outras práticas, como a prática empírica, a técnica, ou a ideológica), a qual é transformada em conhecimentos científicos, por meio de uma teoria científica já constituída. É uma prática *teórica*.

tendências filosóficas idealistas e materialistas anteriores a Marx e contra as quais Althusser se posicionou. O teoricismo pode ser definido como o primado da teoria sobre a prática. Segundo Vázquez (1980), “... Althusser considera as relações entre a teoria e a prática política de um modo teoricista, já que, em definitivo, põe a teoria no ‘posto de comando’” (p. 88).

A prática teórica pode ser de dois tipos – a científica e a ideológica (também chamada de pré-científica). Esta última se caracteriza como “formas de ‘conhecimento’ constituindo a pré-história de uma ciência e suas ‘filosofias’” (ALTHUSSER, [1965], 1979c, p. 145).

Como vimos no capítulo 1, a ideologia é um sistema de representações do real, o qual, entretanto, dá uma representação falseada desse real e atua como seu deformador. Esse sistema, embora se apresente, muitas vezes, de forma sistematizada, simulando um discurso científico, nunca fornece um conhecimento objetivo do real, da história etc. Na prática teórica ideológica, além disso, não é possível notar um avanço teórico. Por causa disso, na concepção de Althusser, a ideologia acaba por constituir o maior obstáculo ao conhecimento científico e ao seu desenvolvimento.

Acontece que, na história da produção dos conhecimentos científicos, a prática teórica ideológica é sempre desmantelada pelo advento e pela instauração da prática teórica científica em seu lugar. Em relação a essa posição, há duas teses do grupo althusseriano que é necessário ressaltar – a ciência nasce após a ideologia (esta é a pré-história de uma ciência) e “toda ciência constitui-se no solo originário de uma ideologia”, segundo observa Rouanet (1978, p. 16).

Dizer que a ciência é instituída depois da ideologia e no solo onde ela reinava não quer dizer, entretanto, que entre elas haja uma continuidade. Ao contrário, a descontinuidade existente entre elas é o que o grupo althusseriano faz questão de sempre enfatizar. Althusser, na linha bachelardiana, afirma que há uma “descontinuidade ‘qualitativa’ teórica e histórica” (ALTHUSSER, [1965], 1979c, p. 145) entre a ciência e a ideologia. A seguinte passagem de Althusser explica bem essa questão:

“Obtém-se uma ciência com a condição de abandonar o domínio em que a ideologia acredita ter relações com o real, isto é, abandonando a sua problemática ideológica (...) para fundar ‘em um outro elemento’, no campo da nova problemática, científica, a atividade da nova teoria” (ALTHUSSER, [1965], 1979c, p. 168-9).

Para explicar o processo de fundação de uma ciência e de separação da ideologia que a precede, Althusser lança mão do conceito bachelardiano de corte epistemológico, que marca a ruptura que o conhecimento científico estabelece com o ideológico. O corte epistemológico “desqualifica a ideologia como instrumento de apreensão do real no mesmo movimento em que constitui o conhecimento científico” (ROUANET, 1978, p. 17). A efetuação do corte é possibilitada por uma mudança de problemática que consiste

em “um novo sistema de objetos e uma nova forma de articular as questões” (ROUANET, 1978, p. 16).

Althusser sofreu críticas ao estabelecer que o corte epistemológico se opera em um terreno exclusivamente teórico e entre dois personagens apenas, a ideologia e a ciência. Segundo Vázquez (1980), “A transformação da ideologia em ciência passa aqui, necessariamente, pela história real, pela prática política, e não é, portanto, um acontecimento puramente teórico” (p. 45).

Mas em que consiste a prática teórica científica, na concepção althusseriana? Como dissemos há pouco, ela transforma em conhecimentos científicos “o produto ideológico das práticas ‘empíricas’ (a atividade concreta dos homens) existentes” (ALTHUSSER, [1965], 1979c, p. 145), transformação realizada por meio de instrumentos teóricos. Examinemos um pouco mais detidamente os três elementos específicos dessa prática.

A *matéria-prima* específica da prática teórica científica pode ser de dois tipos: a) ideológica, quando se trata de uma ciência em estado de constituição, e b) conceitos científicos já formados, quando se trata de uma ciência estabelecida e desenvolvida. No primeiro caso, a matéria-prima vem de uma ideologia (isto é, de uma prática teórica pré-científica ou da experiência concreta). No segundo caso, ela vem do próprio sistema teórico dessa ciência, porque ela faz um retorno constante a seus conceitos para repensá-los e reconstituí-los. Os *meios de produção*, por sua vez, são o “corpo dos conceitos cuja unidade mais ou menos contraditória constitui a ‘teoria’ da ciência do momento (histórico) considerado...” (ALTHUSSER, [1965], 1979c, p. 161), bem como o método de utilização da mesma. No momento do nascimento de uma ciência, o papel de meios de produção é exercido por uma ciência já constituída²¹. Uma vez instituída a ciência nova, ela formula sua própria teoria, que serve de base para a produção contínua de conhecimentos novos. E, finalmente, o *produto* da prática científica são os novos conhecimentos científicos produzidos. Esses elementos teóricos: matéria-prima, meios de produção e produto são chamados por Althusser de *Generalidade I*, *Generalidade II* e *Generalidade III*, respectivamente (ALTHUSSER, [1965], 1979c, p. 160-1).

A partir do modo como Althusser descreve o processo de produção de conhecimentos científicos, é possível ver o processo de desenvolvimento de uma

²¹ Veremos mais adiante o quanto essa tese de Althusser é colocada em prática no trabalho de Thomas Herbert. Na produção de sua ciência das ideologias, os *meios de produção* utilizados são o MH, a Lingüística e a Psicanálise, as três ciências sociais instituídas de fato por um corte epistemológico.

ciência. No momento de sua constituição, ela trabalha sobre conceitos ideológicos, faz uma crítica deles e chega à elaboração de seus próprios conceitos, o que leva à elaboração de seu sistema teórico. No momento de seu desenvolvimento, trabalha sobre conceitos científicos que pertencem a um estado anterior dessa ciência, os quais transforma em novos conhecimentos (ALTHUSSER, [1965], 1979c, p. 160).

Sendo assim, a prática científica trabalha da seguinte forma: ela “produz *Generalidades III* pelo trabalho da *Generalidade II* sobre a *Generalidade I*” (ALTHUSSER, [1965], 1979c, p. 161).

Althusser ressalta que entre a *Generalidade I* e a *Generalidade III* não pode haver nenhum tipo de identidade, mas sim uma transformação real, em que uma generalidade ideológica é transformada em generalidade científica, por meio do corte epistemológico, na terminologia de Bachelard, ou uma generalidade científica é transformada em uma nova que rejeita a primeira, devido a seus limites, mas a engloba. Esse trabalho de transformação “passa-se totalmente no conhecimento” (ALTHUSSER, [1965], 1979c, p. 162).

Desse modo, há uma dialética na prática teórica: há uma “descontinuidade qualitativa que intervém ou aparece entre as diferentes Generalidades (I, II, III) na continuidade do processo de produção dos conhecimentos” (ALTHUSSER, [1965], 1979c, p. 165).

A prática teórica goza de uma autonomia relativa em relação às outras práticas sociais. Isso quer dizer que os critérios de validação do seu produto (isto é, os conhecimentos científicos) são estabelecidos por ela mesma e não por alguma outra prática, como a prática política, por exemplo. As ciências,

“uma vez que estejam verdadeiramente constituídas e desenvolvidas, não precisam absolutamente da comprovação de práticas *exteriores* para declarar verdadeiros, isto é, *conhecimentos*, os conhecimentos que elas produzem” (ALTHUSSER et al, [1965], 1979, p.62-3).

Essa posição dos althusserianos é uma reação contra as concepções positivistas do conhecimento, segundo as quais os conhecimentos científicos só poderiam ser considerados verdadeiros se mantivessem com o objeto real relações de semelhança e adequação. Segundo os pressupostos do MD como o entende Althusser, ao contrário, a verdade de um conhecimento científico é comprovada pela própria prática teórica da ciência em questão.

Segundo Gregolin (2004), essa concepção de verdade com que lida o MD é inspirada nas teses do filósofo Spinoza:

“Segundo as teses spinosistas, se a verdade era, na concepção filosófica anterior ao século XVII, concebida como a adequação do intelecto com a coisa dada ao conhecimento (...), Spinoza propõe que a verdade é imanente ao próprio conhecimento, não necessitando de qualquer garantia externa” (p. 41).

No entanto isso não exclui a possibilidade de relações da prática teórica com outras práticas e da influência destas sobre aquelas. As outras práticas, não se pode esquecer, muitas vezes fornecem a matéria-prima da prática teórica.

“... nas ciências em gestação, e com mais forte razão nas regiões ainda dominadas por um ‘conhecimento’ ideológico, a intervenção das outras práticas desempenha quase sempre um papel crítico determinante, que pode inclusive ser revolucionário” (ALTHUSSER et al, [1965], 1979, p.64).

Isso é o que veremos na seção seguinte quando tratarmos sobre o modo como os althusserianos viam o estatuto teórico das ciências sociais.

2.2.3 Objetivos do materialismo dialético

O objetivo por excelência do MD, segundo Althusser, é intervir no campo das ciências a fim de traçar uma linha de demarcação que separe o científico do ideológico²². Essa linha faz aparecer algo que antes não era visível aos olhos dos cientistas:

“a existência, a realidade, a consistência e a função do que nós chamamos a *ideologia* teórica ou científica, ou ainda a *ideologia* espontânea da prática dos sábios ou pretensos-sábios. E por trás destas formas de *ideologia*, outras formas, as *ideologias* práticas e a *ideologia* dominante” (ALTHUSSER, [1967], 1976, p. 62).

Conforme Althusser, há dois motivos que autorizam o MD a encabeçar essa intervenção nas ciências. O primeiro é o fato de ser uma filosofia totalmente embasada em princípios científicos, os da ciência da história (e, por isso, não ideológico). O segundo é o fato de ser a única filosofia que fornece o conhecimento do processo da prática teórica, condição que lhe permite auxiliar o cientista a dominar a sua prática e a se libertar de mitos relativos a ela.

²² Como vimos anteriormente, na concepção de Althusser, há sempre um assalto da *ideologia* ao conhecimento científico, o qual, por sua vez, deve desenvolver-se purificando-se dela.

Um equívoco poderia surgir da concepção que Althusser tinha sobre o MD. O fato de caracterizá-lo como uma filosofia de intervenção no campo das ciências pode levar a pensar que ele coloque o MD acima das ciências, como a ciência das ciências. Mas, para ele (ALTHUSSER [1967], 1976), essa intervenção não se dá em nome de uma exploração das ciências ou do estabelecimento de uma Verdade que devem seguir, tal como faziam as filosofias idealistas (positivismo, fenomenologia etc.). Essa filosofia é um instrumento que se oferece como aquele que pode tornar visível o ideológico presente na prática científica e auxiliar as ciências a encontrarem seu próprio modo de superá-lo. As questões que a filosofia levanta não são problemas científicos, pois “a filosofia não se intromete no domínio das ciências”; mas tais questões, que são filosóficas, “*podem ajudar a pôr problemas científicos*, no espaço que abrem” (ALTHUSSER, [1967], 1976, p. 63).

Embora traçar essa linha de demarcação, que separa o científico do ideológico no campo das ciências, seja o fim último da intervenção do MD, há outras intervenções específicas a serem feitas não só no domínio das ciências em geral, mas também no das ciências sociais, em particular, e no próprio campo do Materialismo Histórico. Essa intervenção exige modos de atuação particulares.

Já mencionamos que, no domínio das ciências em geral, o MD intervém separando a ciência da ideologia que assedia o campo. Resta detalharmos um pouco mais essa questão. Em primeiro lugar, poderíamos dizer, para fins de exposição, que há dois tipos de ideologias presentes na prática científica. A primeira é a ideologia dos cientistas. A segunda, a ideologia enquanto conjunto de representações que ocupam o lugar dos conhecimentos científicos.

Segundo concepção de Althusser, os cientistas freqüentemente possuem um conjunto de idéias falsas sobre as ciências e seu lugar na sociedade, bem como sobre a prática teórica e sua estrutura. Essas idéias são representações ideológicas e formam o que ele chama de ideologia científica ou ideologia dos cientistas.

De onde vêm essas representações? Elas vêm da própria prática dos cientistas e da ideologia em geral. Isso é o que a seguinte passagem de Althusser ([1967], 1976) esclarece:

“A prática que exercem [os cientistas], num quadro definido por leis que não dominam, produz assim espontaneamente uma ideologia na qual vivem (...). A sua própria ideologia, a ideologia espontânea da sua prática (a sua ideologia da ciência ou das letras), não depende apenas da sua prática própria: depende além do mais e em última análise do sistema ideológico dominante da sociedade em que vivem” (p. 55).

Os cientistas, entretanto, não percebem essa ideologia como ideologia visto que estão nela “como peixes na água: mas os peixes não vêem a água em que se banham” (ALTHUSSER, [1967], 1976, p. 54).

Mas qual o problema dessa ideologia? O problema é que ela constitui um obstáculo à prática teórica científica e, consequentemente, ao progresso da ciência:

“Uma ciência que se apóie em uma falsa representação das condições de sua prática teórica e da relação desta prática com as demais, corre o perigo de retardar seu avanço ou de entrar em um beco sem saída (...). Além disso, quando uma ciência está a ponto de nascer corre o perigo de colocar a serviço de seus erros inevitáveis a ideologia da qual se nutre” (ALTHUSSER, [1966], 1979a, p. 54).

Essas ideologias se alimentam das concepções de ciência presentes em certas filosofias, tais como o idealismo, o empirismo, o positivismo.

O MD, para Althusser, é a única filosofia que fornece o conhecimento da prática científica, conforme já expusemos, e sabe lidar com a ideologia científica. Assim, essa filosofia:

“pode ter como efeito chamar a atenção dos cientistas sobre a existência e a eficácia do obstáculo epistemológico que representa esta ideologia científica espontânea: a representação que fazem os cientistas de sua própria prática e das suas relações com a sua própria prática” (ALTHUSSER, [1967], 1976, p. 41-2).

Aqui Althusser se refere ao MD, que seria essa filosofia que distingue as ideologias presentes no trabalho dos cientistas sob a forma de filosofia espontânea e pode levar os cientistas a encontrar seus próprios meios de superar tais obstáculos.

O outro tipo de ideologia que mencionamos é aquele relacionado às representações que tomam o lugar dos conhecimentos científicos. Sabemos que essas representações resistem à produção científica e lutam para se manterem presentes no discurso da ciência. O MD tem um papel de intervenção também nesse aspecto.

Quando se trata de ciências já constituídas e em desenvolvimento, oferece meios de protegê-las do assédio das ideologias, já que não há ciência pura e liberta delas, pois o processo de produção de conhecimento não se desenvolve independentemente: ele sofre influências ideológicas. Todas as ciências, mesmo a ciência da história, são ameaçadas pela presença da ideologia. O propósito do MD é “evitar os ardis da ideologia inclusive nas interpretações do próprio materialismo histórico” (ALTHUSSER, [1966], 1979a, p. 55). Nas palavras de Althusser, é necessário:

“defender uma ciência que realmente existe contra a ideologia que a ameaça; discernir o que pertence verdadeiramente à ciência e o que pertence à ideologia,

sem tomar (...) um elemento verdadeiramente científico por um elemento ideológico ou (...) um elemento ideológico por um científico” ([1965], 1979c, p. 149).

Quando se trata de ciências em fase de constituição, ele pode ser o instrumento teórico capaz de contribuir para o estabelecimento da ciência no lugar em que havia apenas representações ideológicas, auxiliando a estabelecer com o rigor necessário o objeto e o método dessa ciência, condição *a priori* de sua fundação.

Assim, as ciências, sejam aquelas em estado nascente, sejam aquelas em estado de desenvolvimento, precisam ser constantemente libertadas e purificadas da ideologia que “com elas mantém relações ou as espreita” (ALTHUSSER, [1965], 1979c, p. 148).

E assim chegamos ao problema da intervenção que o MD deve exercer no domínio das ciências humanas e sociais. Este ponto nos interessa mais de perto porque está intimamente ligado ao projeto teórico de Michel Pêcheux. Para entendermos o que virá em seguida, quando Thomas Herbert criticar o estatuto teórico dessas ciências, é necessário compreendermos a concepção que não só Althusser, mas o seu grupo de filósofos tinha sobre elas.

De acordo com a concepção epistemológica do grupo, uma ciência verdadeira devia preencher certos princípios básicos de científicidade, dentre os quais se incluíam obrigatoriamente: a) um objeto de conhecimento sobre o qual vão tratar (o qual deve ser resultado de uma produção teórica e não o *dado* produzido pelas práticas não teóricas); b) uma teoria (ou sistema teórico) que possibilite a compreensão desse objeto; e c) um método de experimentação desse objeto.

Na avaliação do grupo, as ciências humanas e sociais não atendiam a esses requisitos, visto que não produziram seu objeto de conhecimento, tendo se limitado a tratar de objetos dados pelas práticas não teóricas e utilizavam métodos científicos definidos “independentemente da especificidade do seu objeto presumido” (ALTHUSSER, [1965], 1979c, p. 148).

A seguinte passagem de Althusser ([1967], 1976) é bastante representativa da sua concepção das ciências sociais:

“... *salvo algumas exceções*, precisas, as ciências humanas²³ são ciências sem objeto (no sentido forte), têm uma base teórica falsa ou equívoca, produzem longos discursos e numerosos ‘resultados’, mas, embora convencidas que sabem muito bem *de quê* elas são ciências, a verdade é que ‘não sabem’ *de quê* são ciências: mal-entendido” (p. 44-5).

²³ Parece que Althusser usa as expressões *ciências humanas* e *ciências sociais* como equivalentes. De nossa parte, seguiremos o autor.

Essa base teórica a que Althusser se refere na passagem citada é constituída por algumas filosofias. Começaremos nossa exposição por esse ponto.

Sabemos que as ciências e as filosofias são coisas distintas, o que não impede que se estabeleçam relações entre elas. Esse é o caso das ciências sociais, que, desde o momento de sua constituição (através da anulação de sua antiga natureza de humanidades), vêm pedindo às filosofias algumas de suas categorias filosóficas. Esses empréstimos consistem, para elas, na condição de possibilidade de instauração de sua pretensa natureza científica. Segundo Althusser ([1967], 1976): “as ciências humanas em vias de constituição exploram abertamente certas filosofias. Procuram nessas filosofias (...) um apoio e uma orientação” (p. 57).

Entretanto o que acontece nesse processo é que não há uma intervenção crítica da filosofia nos problemas ideológicos das ciências sociais, mas as filosofias de que elas lançam mão, no caso, as filosofias positivistas, formalistas, fenomenológicas, “são praticamente utilizadas por elas como o *substituto ideológico* de uma base teórica que lhes falta” (ALTHUSSER, [1967], 1976, p. 47).

Sendo assim, a prática teórica das ciências humanas é, no fundo, uma aparência. Quem domina a cena é a filosofia, pois ela é o que há de fato. As ciências humanas “não fazem mais que ‘realizar’ tendências filosóficas idealistas determinadas, enraizadas nas ‘ideologias práticas’ de nosso tempo...”. (ALTHUSSER, [1967], 1976, p. 47).

Assim, a conclusão a que chega Althusser é que as ciências sociais não possuem, efetivamente, uma base teórica. É isso o que falta para que adquiram o reconhecimento do título que elas próprias se dão.

Na passagem de Althusser que citamos mais acima, o filósofo, além de afirmar que as ciências sociais apenas realizam tendências filosóficas, afirma também que elas não possuem objeto. Sabemos que ter produzido um objeto é condição de instituição de uma ciência legítima, conforme citamos anteriormente. Mas o que significa não ter um objeto e por que elas não possuem um?

Para entendermos essa questão, é necessário que recorramos novamente ao processo histórico de constituição das ciências sociais, a partir de sua separação das chamadas humanidades, assim como fizemos quando tratamos dos problemas relativos a sua base teórica.

As chamadas humanidades²⁴, segundo concepção Althusser, tinham uma relação muito particular com seus respectivos objetos: “uma relação prática de utilização, de apreciação, de degustação, ou, se se prefere, de consumo” ([1967], 1976, p. 49). Esse tipo de relação não tinha por objetivo principal a construção de um conhecimento sobre ele, mas “a definição e a aprendizagem das regras, das normas e das práticas destinadas a estabelecer nos ‘letrados’ relações ‘culturais’ entre eles e estes objetos” ([1967], 1976, p. 50). Em última instância, era o consumo desses objetos o que se visava.

Como consequência disso, o saber que essas disciplinas forneciam sobre seus objetos não era um saber científico. Esse saber era, na verdade, um *saber-como-fazer-para* e se resumia ao comentário sobre eles.

Essas disciplinas, no início do século XX, passaram a se denominar ciências humanas, proclamando o estatuto de ciências e querendo instaurar uma nova relação com seu objeto – ao invés de prática/ideológica, uma relação científica. Acontece, porém, que, ao iniciarem seu processo de constituição, não se separaram de suas antigas origens e tomaram como objeto os objetos produzidos por outras práticas. Elas estão, desse modo, numa relação de continuidade com as humanidades.

Já tratamos das questões da base teórica e do objeto das ciências sociais. Resta tratarmos dos métodos que elas utilizam. Segundo Althusser, esses métodos são definidos independentemente do objeto com que presumem lidar e produzem numerosos resultados sobre eles. Mas quais os problemas desses métodos? E de que natureza são esses resultados?

Para falarmos disso, é necessário recorrer à reflexão sobre as relações que essas ciências humanas e sociais estabelecem entre si e com as ciências exatas, em especial as matemáticas.

As relações entre essas ciências tendem a mudar de base: tinham uma relação prática, mas começaram a defender uma nova relação – científica (ALTHUSSER, [1967], 1976, p.55). As chamadas ciências humanas estabelecem relações com ciências já estabelecidas: passam por um processo de matematização e de aplicação, sobretudo, da ciência que entre elas se tornou piloto, a Lingüística. (ALTHUSSER, [1967], 1976, p.56-7).

²⁴ As antigas disciplinas de lógica, moral, religião, história, filosofia etc.

Entretanto a relação de aplicação que ocorre nas ciências humanas é uma relação exterior, instrumental e técnica, muito diferente da relação de constituição e mesmo da relação de aplicação que se dá entre as ciências exatas.

Althusser ([1967], 1976) conclui: “Não é certo que as ciências humanas tenham na verdade mudado de ‘natureza’ ao mudar de nome e de métodos” (p. 56).

A relação entre essas ciências toma a forma das relações interdisciplinares. As diversas ciências humanas “não cessam de pedir emprestadas noções, métodos, processos e procedimentos às disciplinas existentes, quer sejam literárias ou científicas. É a prática eclética das ‘mesas redondas’ interdisciplinares” ([1967], 1976, p. 58).

Entretanto, para Althusser ([1967], 1976):

“Esta prática está em contradição flagrante com o que nós sabemos por outro lado do processo de constituição das ciências reais, incluindo novas ciências. Elas não nasceram nunca de uma ‘mesa redonda’ de especialistas” (p. 59).

A partir da análise do modo de existência e funcionamento das pretensas ciências sociais, Althusser defende que a questão primordial a ser colocada é se elas são de fato ciências ou se são, na sua maioria, “*técnicas ideológicas de adaptação e de readaptação sociais*”. Em caso de ser verdadeira a segunda alternativa, então, elas “não teriam rompido com a sua antiga função ideológica e política ‘cultural’: agiriam por outros meios, mais aperfeiçoados, até ‘sofisticados’, mas sempre ao serviço da mesma causa” (ALTHUSSER, [1967], 1976, p. 60).

A intervenção do MD no campo das ciências sociais deve ajudar a “distinguir as ‘verdadeiras’ ciências das pretensas ciências e distinguir seu fundamento ideológico de fato do fundamento teórico de direito (*designado em vazio, provisoriamente*²⁵)...” (ALTHUSSER, [1967], 1976, p. 48-9). Nenhuma das filosofias que essas ciências exploram pode fazê-lo: somente a filosofia marxista.

Sobre isso há uma observação a fazer, primordial para nosso trabalho. Althusser, ao avaliar o estatuto das ciências humanas e sociais, deixa sempre marcado que há algumas poucas exceções em relação ao que ele diz. Para ele, há ciências já instituídas nesse domínio: a Lingüística, em algumas de suas regiões, e a Psicanálise. Dizemos aqui que essa observação é primordial, pois é a essas únicas ciências já estabelecidas nesse domínio, e ainda ao MH, que Pêcheux vai recorrer para formular a base teórica de

²⁵ Michel Pêcheux desenvolve essa idéia no texto “Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social”, assinado com o pseudônimo de Thomas Herbert, argumentando que as ciências sociais ocupam de fato, mas não de direito um lugar na prática teórica, que deve ser o lugar das ciências das ideologias. Desenvolveremos a idéia do autor no próximo capítulo.

sua análise do discurso, instrumento que se tornará a base de uma intervenção destinada a mudar a situação descrita por Althusser no campo das demais ciências sociais²⁶.

Além de exercer um papel no domínio das ciências em geral e no das ciências sociais em particular, para Althusser, o MD possui um papel de intervenção também no campo da ciência da história ou Materialismo Histórico, lugar em que as duas disciplinas instituídas por Marx se encontram. O MD deve, assim como com relação às demais ciências, proteger o MH do assédio das ideologias e ajudar a separar o que nele é científico e o que é ideológico, pois, como toda ciência, é suscetível da presença da ideologia.

Entretanto há um outro papel, mais especial. É que ele se torna um instrumento capaz de subsidiar a própria compreensão e o desenvolvimento da ciência marxista. Ele é o protocolo de leitura das obras de Marx. Essa filosofia é o discurso que era necessário construir a fim de legitimar um outro discurso como científico. A filosofia marxista “é um protocolo de leitura que permite a interpretação epistemológica da ciência da história” (ROUANET, 1978, p.18).

A ciência da história implica a necessidade da filosofia marxista, na medida em que sem essa filosofia, “a leitura dessa ciência *como* ciência não é possível” (ROUANET, 1978, p.29).

O MD era necessário, com relação ao MH, para dois fins. O primeiro era comprovar que no pensamento de Marx havia de fato duas fases, sendo que entre elas havia uma descontinuidade qualitativa e histórica, que marcava a presença, na primeira, de um discurso ideológico e, na segunda, de um discurso científico. Isso tanto em relação à ciência quanto à filosofia. E isso era necessário para se opor àqueles que queriam ver em Marx um único pensamento, sem considerar o corte epistemológico. E disso surge a necessidade de trabalhar com conceitos como os de corte epistemológico, problemática, ciência, ideologia.

O segundo fim era apontar elementos que permitissem separar, no discurso filosófico de Marx, noções provenientes de uma herança ideológica e conceitos científicos. Somente a identificação de conceitos comprovadamente científicos possibilitaria desenvolver a teoria científica de Marx, através de retificações e ampliações. “O texto científico de Marx não é acessível em sua verdade, sem um

²⁶ Desenvolveremos essa idéia nos capítulos seguintes, sobretudo no 5º.

trabalho prévio de interpretação” que distinga os conceitos científicos dos ideológicos (ROUANET, 1978, p.18).

“O advento da ciência marxista não dissipou as ilusões ideológicas. A ideologia (...) não depôs as armas, e continua ameaçando a própria ciência do marxismo. A missão da filosofia é proteger a integridade dessa ciência”. (ROUANET, 1978, p. 21).

No entanto havia um desafio para os marxistas althusserianos em relação a essa filosofia. A despeito de todas as vantagens teóricas que ela traria para o campo da investigação científica e para a própria ciência da história, ela não existia em estado teórico, mas apenas em estado prático nas obras de Marx. Sendo assim, era preciso torná-la teórica através de um trabalho de retorno a Marx, através da leitura de suas obras científicas. No entanto não era qualquer leitura que podia ser feita. Era necessária uma leitura nova, cujos pressupostos apresentamos a seguir.

2.2.4 A leitura sintomal

Althusser estava em busca de formular uma teoria da leitura para alcançar, ao mesmo tempo, dois objetivos. O primeiro deles, mais específico, era utilizar essa leitura para ler os textos de Marx e identificar neles o corte epistemológico, a ruptura e a mudança de problemática, a fim não só de comprovar a existência de um Marx científico (o da maturidade) em oposição a um Marx ideológico (o jovem Marx), mas também de encontrar elementos científicos no Marx maduro que pudessem suplantar os elementos ainda ideológicos. O segundo objetivo, mais amplo, era utilizar essa teoria para embasar a leitura de qualquer discurso teórico. Essa teoria da leitura era pensada por ele como parte da filosofia marxista, o MD.

O próprio filósofo aponta os mestres que contribuíram para o estabelecimento dos princípios dessa leitura. Em primeiro lugar, Marx, Nietzsche, Freud e Spinoza, os quais produziram conceitos que levaram a desconfiar dos “simples” atos humanos: falar, calar, ouvir, ler, escrever. Em segundo lugar, Lacan, Bachelard, Canguilhem, Foucault, que deram “lições exemplares” de leitura das obras do saber, ensinando uma nova forma de ler (ALTHUSSER et al, [1965], 1979, p.14).

Entretanto podemos perceber que, dentre esses mestres, o privilegiado é mesmo Marx. Isso por dois motivos – ele é tanto o objeto da leitura que Althusser realiza

quanto a fonte dos instrumentos teóricos necessários a sua realização, pois foi Marx quem, segundo Althusser, inaugurou esse novo modo de ler – a leitura sintomal. Esses instrumentos são a própria prática de leitura de Marx (já que este não teorizou sobre a leitura) e alguns conceitos basilares produzidos por ele, como o de ideologia.

Outras duas fontes teóricas dos princípios dessa leitura são a Psicanálise e a Lingüística:

“É a partir de Freud que começamos a suspeitar aquilo que escutar, portanto aquilo que falar (e calar-se), quer dizer; que esse ‘querer dizer’ do falar e do escutar descobre, sob a inocência da fala e da escuta, a profundidade atribuível de um fundo falso, o ‘querer dizer’ do discurso do inconsciente – esse fundo falso do qual a lingüística moderna, no interior dos mecanismos da linguagem, pensa os efeitos e condições formais.” (ALTHUSSER apud PÊCHEUX et al, [1982], 1997, p. 254).

Essa passagem que Pêcheux cita é retirada da primeira edição de *Ler O Capital*. Entretanto, na segunda edição, Althusser retira o trecho em que fala da Lingüística, para se precaver de interpretações estruturalistas de sua obra, como ele explicita na Advertência dessa edição. Acreditamos que essa menção à Lingüística é o ponto de partida para Michel Pêcheux começar a pensar sua teoria do discurso tomando por base conceitos dessa ciência, por isso fizemos esse rápido comentário²⁷.

Pois bem. Citados os mestres da teoria da leitura proposta por Althusser, resta agora explicitarmos no que ela consiste. Mas, antes, ainda é preciso observar que ela não constituiu uma teoria acabada – apenas as suas bases foram lançadas.

Ao ler *O Capital*, de Marx, Althusser percebeu que seu autor lia suas fontes (os textos da economia política clássica) de duas formas diferentes.

“... a leitura que Marx faz de Smith-Ricardo (...) é, considerando-a de perto, bastante singular. Trata-se de uma leitura dúplice, ou antes, de uma leitura que põe em jogo dois princípios de leitura radicalmente diferentes” (ALTHUSSER et al, [1965], 1979, p.17).

No primeiro tipo de leitura, Marx lê suas fontes através de seu próprio discurso: o texto original é visto através do de Marx. O que ele faz é mostrar suas concordâncias e discordâncias, além de apontar os erros, as presenças e as ausências desses discursos. Dessa forma, Marx faz uma “leitura teórica retrospectiva” (ALTHUSSER et al, [1965], 1979, p.17).

²⁷ O próprio Pêcheux cita essa passagem de Althusser em texto de 1982, *Apresentação da Análise Automática do Discurso*. Nesse texto, ele dá pistas importantes de que sua teoria do discurso tinha fortes preocupações com a questão da leitura e relações com a teoria da leitura proposta por Althusser na década de 60. Não desenvolveremos essa relação neste trabalho devido a seus limites.

Um dos problemas dessa leitura é o fato de não se preocupar em explicar a razão das presenças e ausências e, às vezes, considerá-las simples distrações. O resultado disso é que toda a fraqueza dos conceitos da teoria econômica clássica é reduzida “à fraqueza psicológica do ‘ver’” (ALTHUSSER et al, [1965], 1979, p.17). Marx cai, assim, no “mito especular do conhecimento como visão de um objeto dado, ou leitura de um texto estabelecido, que são sempre a própria transparência” (Idem, p.18).

No segundo tipo de leitura, Marx lê de modo totalmente diverso. A verificação do que a economia política clássica viu e não viu dá-se a partir da própria teoria da economia política clássica, comparando-se ela com ela mesma. Nessa leitura, não há um “retorno retrospectivo ao infinito” (ALTHUSSER et al, [1965], 1979, p.20).

Para explicar esse modo de leitura de Marx, que compara uma teoria com ela mesma, Althusser lança mão do conceito de problemática produzido por Jacques Martin. Uma problemática é “a estrutura concreta e determinada de um pensamento, e de *todos os pensamentos possíveis desse pensamento*” (ALTHUSSER, [1965], 1979c, p.57). Ou, dito de outra forma, é o conjunto de questões ou problemas que dá a unidade de uma teoria. Foi necessário para o filósofo trabalhar com esse conceito para não cair nas armadilhas de julgar uma teoria por seus elementos isolados.

Podemos dizer, agora, que Marx lê o discurso da economia política a partir de sua própria *problemática*.

Nessa leitura, Marx verifica as presenças e ausências, o ver e o não-ver e explica a sua razão de ser. Althusser dá o exemplo de como a economia política trabalhava com o conceito de valor do trabalho e como Marx analisou isso. Marx percebeu que havia uma questão central com a qual trabalhavam os economistas clássicos: “qual o valor do trabalho?” e que havia também várias respostas dadas a essa questão. Ocorreu que em dado momento apareceu uma resposta que não respondia mais a questão que fora formulada, mas sim a uma outra, ausente. Com essa resposta, surgia um problema diverso que era “qual o valor da força de trabalho?”, o qual, entretanto, os economistas clássicos não puderam ver, porque estavam no terreno da antiga questão e continuavam presos a ela. Marx, por estar em outro terreno teórico, em uma problemática nova, pôde perceber e formular a questão latente da economia clássica e fundar uma nova teoria apta a respondê-la adequadamente. Marx pôde perceber a presença da questão nos lapsos e nas falhas da resposta que a problemática da economia clássica dava a sua questão central (Cf. ALTHUSSER et al, [1965], 1979, p.20-22).

A partir desse exemplo da prática de leitura de Marx, Althusser teoriza sobre a problemática e usa esse conceito para pensar como se dá o processo do corte epistemológico que marca a instituição de uma ciência e sua separação da ideologia de seu passado. Um corte epistemológico é possível somente com uma mudança de terreno, com a instituição de outra problemática.

O que Althusser nos diz sobre a problemática? Em primeiro lugar, a problemática é um conjunto de questões que determina um conjunto de respostas e, por isso, constitui a condição de possibilidade de colocação dos problemas e determina a forma de colocação dos mesmos (ALTHUSSER et al, [1965], 1979, p.24).

Devido a essa característica, a problemática determina o que em seu campo é visível e o que é invisível:

“É visível todo objeto ou problema que se situa no terreno, e no horizonte, isto é, no campo estruturado definido pela problemática teórica de determinada disciplina teórica” (ALTHUSSER et al, [1965], 1979, p.24).

Acontece, porém, que é possível surgir um novo objeto e uma nova questão no campo da problemática, mas estes não serão visíveis por ela. Isso porque eles são seus interditos. Althusser nos diz que:

“... novos objetos e problemas são necessariamente *invisíveis* no campo da teoria existente, porque não são objetos dessa teoria, porque são seus *interditos* – objetos e problemas necessariamente sem relações necessárias com o campo do visível definido por essa problemática” (ALTHUSSER et al, [1965], 1979, p. 25).

Esses objetos e problemas são invisíveis porque são recalados para fora do campo do visível; por isso, quando se fazem presentes nesse campo, eles passam despercebidos. Assim, a função da problemática “consiste em não ver esses objetos, em interditar a sua visão” (ALTHUSSER et al, [1965], 1979, p.25).

Se, entretanto, esse invisível precisa emergir, qual a forma de sua emergência? Explica Althusser: “Esse invisível se furtá na qualidade de lapso, ausência, falta ou sintoma teóricos” (ALTHUSSER et al, [1965], 1979, p.26).

Dissemos acima que é possível surgir uma nova questão no terreno de uma problemática dada. A problemática produz, à sua revelia e sem saber, uma resposta a uma questão latente, que se torna o novo problema. A transformação que ocorre nesse processo não afeta um objeto pontual já identificado, mas afeta todo o terreno, transformando-o por completo.

O surgimento desse problema é o índice de uma transformação e de uma mutação latentes. A produção de um novo problema “é o índice de uma nova *problemática* teórica, da qual esse problema não passa de um modo sintomático” (ALTHUSSER et al, [1965], 1979, p.24).

O conceito de problemática leva a compreender de uma outra maneira o problema do ver e do não-ver na teoria. A visão dos equívocos, do não-ver, dos lapsos e das lacunas de uma problemática não é uma tarefa de um olho atento: não basta o olhar atento para vê-los. Na verdade, “impõe-se um olhar instruído, um olhar renovado, produzido por sua vez por uma reflexão da ‘mudança de terreno’ no ato do ver...” (ALTHUSSER et al, [1965], 1979, p.27).

Althusser adverte que não se pode atribuir a mudança de problemática a uma “decisão do espírito mudando de ‘ponto de vista’...” (ALTHUSSER et al, [1965], 1979, p.27); não há nesse processo um sujeito constituinte. Tudo se passa “numa crise dialética da mutação de uma estrutura teórica em que o ‘sujeito’ desempenha o papel (...) que lhe é atribuído pelo mecanismo do processo” (ALTHUSSER et al, [1965], 1979, p.27).

É necessário que o sujeito esteja já “instalado nesse novo terreno, para poder levar ao antigo invisível o olhar instruído que lhe tornará visível esse invisível” (ALTHUSSER et al, [1965], 1979, p.27).

Assim é o segundo tipo de leitura realizado por Marx, que foi denominado por Althusser de leitura *sintomal*. Esta “discerne o indiscernível no próprio texto que lê, e o relaciona com *um outro texto*, presente por uma ausência necessária no primeiro” e “pressupõe a existência de dois textos”, sendo que “o *segundo texto* articula-se nos lapsos do primeiro” (ALTHUSSER et al [1965], 1979, p. 27-8).

Os princípios da leitura sintomal mostram que, na leitura dos textos teóricos, é necessária uma leitura em dois níveis. O nível do imediato, do visível e o nível do latente, do lapso, do interdito.

A leitura sintomal, aplicada aos textos teóricos, pode possibilitar:

“a produção sistemática progressiva dessa reflexão da problemática sobre seus objetos que os torna *visíveis*, e a atualização, a produção da problemática mais profunda que permite *ver* o que só tem ainda existência alusiva ou prática” (ALTHUSSER et al [1965], 1979, p.32).

Dissemos acima que a leitura sintomal proposta por Althusser deveria ser um instrumento do MD. Mas qual o papel que ela exerce aí? Segundo Escobar (1971), a

leitura sintomal é uma leitura prático-teórica, que serve de instrumento para se pensar as problemáticas ideológicas e a problemática científica; ele é o lugar onde se vê o discurso ideológico se tornar científico. Uma rápida análise das relações que a teoria da leitura de Althusser mantém com pressupostos da Psicanálise ajudará a entender melhor esse papel, já que, como sustenta Escobar (1971), “... a leitura, e sua problemática, é o lugar que enfeixa a ciência da história com o inconsciente, e é então leitura da estrutura problemática dos discursos...” (p. 90).

O modo como Althusser aborda as teorias se inspira no método de interpretação criado pela Psicanálise, no qual:

“a passagem para o sentido, para o momento da interpretação, é menos imediata. O discurso que o analista tem diante de si é a princípio ilegível. Somente um lento enriquecimento (...) pode fornecer a este o contexto dentro do qual será interpretável” (PIRES, 1971, p. 175).

O princípio da leitura sintomal de Althusser segue de perto a idéia da não imediaticidade presente na Psicanálise. Segundo Lacan, no discurso manifesto há, na verdade, dois discursos simultâneos que se cruzam, sendo que um deles é recalcado e substituído pelo outro. No discurso manifesto, aparecem falhas e lapsos, que dão pistas para se chegar ao discurso recalcado, “posto que constituem sua emergência” (PIRES, 1971, p. 176). Segundo o autor: “É este esquema formal (...) que Althusser pode transportar para o plano da teoria da produção dos conhecimentos” (p. 176).

A leitura sintomal supõe a presença de dois discursos simultâneos superpostos – o da ciência e o da ideologia (PIRES, 1971, p.177) e “tem por objeto privilegiado o discurso da fundação, intermediário entre a pré-história ideológica e a ciência emancipada” (PIRES, 1971, p. 177). Isso não impede, entretanto, que ela seja aplicada a discursos puramente ideológicos.

No esquema de Althusser, em certos casos, o discurso ideológico é o que está recalcado e que aparece com o surgimento do discurso da ciência e, em outros, o discurso ideológico pode ser o que recalca o discurso científico, impedindo que o discurso novo da ciência se estabeleça.

Segundo o que vimos, Althusser explica que há lapsos e falhas no discurso de uma problemática que são o sintoma do discurso de outra problemática nascendo. Pires (1971) explica que, na concepção althusseriana, “*lapso* ou *sintoma* é tanto a emergência da nova questão (científica) no espaço fechado da ideologia como a invasão do discurso científico pela evidência ideológica” (p. 176).

“A leitura sintomal ocupa-se em surpreender no texto onde uma nova ciência ganha forma estas passagens críticas, essas recaídas na ideologia, onde o silêncio sobre uma questão essencial é ocupado por uma resposta implícita, a evidência ideológica” (PIRES, 1971, p. 176).

Althusser, ao cabo de todo esse trabalho de releitura de Marx e da reflexão sobre seu modo de ler, acabou lançando as bases de uma nova concepção de leitura que se opõe àquelas que circulavam na época, sobretudo na prática das ciências humanas e sociais. A principal delas é a que considera a leitura como uma prática transparente e, consequentemente, o meio de acesso à verdade, à essência do real, ao sentido oculto²⁸. A concepção althusseriana, ao contrário, desconfia da inocência do “simples” ato de ler e o problematiza.

Por isso, é necessário ressaltar que a leitura sintomal se distancia do exercício filosófico da interpretação hermenêutica. O procedimento da interpretação se sustenta na idéia de que, no discurso interpretado, há um sentido oculto e que ele sofre de uma insuficiência, uma impotência da linguagem que não deixa esse sentido vir à luz. Por isso, na prática da hermenêutica, o discurso da interpretação não coincide com o discurso interpretado, já que o primeiro revelaria o sentido que o segundo escondeu. Assim, “a hermenêutica supõe que o sentido oculto já está lá, no próprio texto, mas é invisível” (PIRES, 1971, p. 179). O texto original precisaria ser substituído pelo da interpretação. Já a leitura sintomal, ao contrário, busca encontrar, no discurso teórico, uma diferença e assinalar o corte epistemológico que marca o seu estatuto científico (PIRES, 1971, p. 178). A leitura sintomal é uma leitura teórico-prática, que constrói um sentido.

Consideramos importante expor os princípios básicos do método de leitura sintomal proposto por Althusser, porque, segundo Henry (1997), “uma das coisas que Pêcheux tinha em mente quando começou a trabalhar com a análise e a teoria do discurso era constituir uma teoria e uma sistematização deste método” (p. 31). Acreditamos que um exame minucioso da *Análise Automática do Discurso*, principalmente de sua conclusão (o que, infelizmente, ultrapassa os limites deste trabalho), pode dar respostas não só sobre as relações da teoria do discurso com a leitura sintomal, às quais Henry faz menção nessa passagem, mas também sobre os motivos que levaram Pêcheux a tentar constituir essa teoria.

²⁸ Althusser a chamou de “mito religioso da leitura”. Cf. introdução de *Ler O Capital I*, p. 15.

CAPÍTULO 3

O PROJETO DE UMA CIÊNCIA DAS IDEOLOGIAS E O MÉTODO DE ESCUTA SOCIAL

Após as considerações iniciais sobre o contexto teórico e político do surgimento do projeto teórico de Michel Pêcheux e sobre as suas bases epistemológicas, tecidas nos capítulo anteriores, acreditamos estar em condições de analisar o modo como o filósofo fez sua entrada na vida intelectual, por meio de produções teóricas elaboradas no período anterior à publicação da obra considerada inaugural da análise do discurso, a *Análise Automática do Discurso*, de 1969.

Desse modo, começamos pela discussão do seu primeiro texto, “Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social”, de 1966. O mesmo foi publicado na revista *Cahiers pour l'analyse*, de orientação althussero-lacaniana e dedicada à divulgação de textos que propusessem uma articulação entre a teoria marxista e a Psicanálise, tendo sido assinado, curiosamente, não com o nome do autor, mas com o pseudônimo de Thomas Herbert.

Segundo o que explica Paul Henry (1997), o uso do pseudônimo era uma “estratégia cuidadosamente deliberada” (p. 14) do filósofo. Quando escreve, seja como Herbert seja como Pêcheux, ele teria o objetivo de fazer uma intervenção teórica no domínio das ciências sociais, que conduzisse a uma transformação no campo e, nessa empreitada, ele estabelece um diálogo com dois grupos de interlocutores: os filósofos e os cientistas sociais. Mas Pêcheux, por considerar que “não se pode debater com uns e com outros da mesma maneira” (HENRY, 1997, p. 19), adotou a estratégia de falar a cada um de acordo com a sua “linguagem”: fazer uma reflexão filosófica acerca do estatuto epistemológico das ciências sociais – não a crítica filosófica tradicional, positivista, mas sim uma reflexão embasada na ciência do domínio que as ciências sociais ocupam, ou seja, o MH (quando se dirigia aos filósofos); e produzir e oferecer um instrumento científico que acarretasse uma transformação nas pesquisas em ciências sociais (quando se dirigia aos cientistas sociais). Por isso, o uso de pseudônimo: no primeiro caso, é Herbert quem assina e, no segundo, é Pêcheux.

Concordamos com a tese de Henry de que o filósofo se dirige a dois conjuntos de interlocutores distintos, quando assina Herbert e Pêcheux. Porém acreditamos que o

conjunto com que Herbert dialoga não é o dos filósofos em geral, mas sim um pequeno grupo de pensadores (sejam eles filósofos, psicanalistas, cientistas políticos, críticos literários etc.), interessados em estabelecer uma articulação teórica entre o Materialismo Histórico, a Psicanálise e a epistemologia histórica francesa, seguindo os passos de Althusser. Isso se justifica, em primeiro lugar, porque Herbert publica seus dois artigos na revista *Cahiers pour l'analyse*, conforme dissemos há pouco, organizada justamente por esse grupo de pensadores, que se autodenominava Círculo de Epistemologia da Escola Normal Superior²⁹, voltada para a articulação teórica supracitada. Em segundo lugar, porque em seus dois artigos, a referência a esses domínios do conhecimento é sempre explícita e, freqüentemente, os conceitos deles oriundos são utilizados sem maiores explicações (o que atesta que se dirigia a pessoas que os conheciam intimamente). Em síntese: Herbert estava “em casa” e podia falar abertamente de suas fontes.

Concordamos, ainda, com Henry quando este afirma que, assinando Pêcheux, o filósofo se dirige ao conjunto dos cientistas sociais. Mas acreditamos que também faz parte dos destinatários do método de análise do discurso, o grupo dos cientistas e filósofos marxistas. O instrumento que Herbert/Pêcheux vinha elaborando, na segunda metade da década de 60, fora projetado, inicialmente (em seu primeiro artigo, objeto de nossa reflexão neste capítulo), para servir de meio de experimentação de uma ciência regional a ser construída no interior do Materialismo Histórico: a ciência da ideologia. Nessa condição, ele poderia ter um uso tanto científico (para análise dos discursos ideológicos em geral) quanto filosófico (para identificar a mudança de problemática operada por um discurso científico em relação ao discurso ideológico com o qual ele rompe). Desse modo, o instrumento científico construído e apresentado por Pêcheux tinha como primeiros destinatários os pensadores marxistas.

Somente no decurso de sua trajetória teórica, quando escreve o segundo artigo assinado Herbert, é que começa a desenvolver a idéia de que esse instrumento poderia ser utilizado também no interior das ciências sociais. Nesse caso, ele aí funcionaria não como um instrumento de experimentação, mas como um “Cavalo de Tróia”, que mexesse com o “sistema de garantias” que dá sustentação a essas disciplinas, causando um enfraquecimento da resistência que elas oferecem, principalmente, ao desenvolvimento da ciência da história.

²⁹ Os participantes desse grupo ficaram conhecidos como althussero-lacanianos, pelo fato de articularem conceitos do Materialismo Histórico e da Psicanálise relidos, respectivamente, por Althusser e Lacan.

Desse modo, somos levados a crer que os textos assinados Pêcheux eram destinados aos cientistas sociais (conforme afirma Henry), porém não somente a eles, mas também aos pesquisadores marxistas. Tudo o que mencionamos aqui será melhor explicado no decorrer dos próximos capítulos. Só apresentamos essas informações agora para podermos explicar nossa posição diferente daquela defendida por Henry (1997).

Nosso trabalho sobre o primeiro texto de Herbert abrange uma exposição das idéias e dos conceitos do autor, acompanhada de comentários relacionando-os às suas fontes, e da formulação de exemplos que as ilustrem. Nossa atenção centra-se na análise do modo como se deu a construção desses conceitos, resultante de uma primeira articulação entre MH, Lingüística e Psicanálise.

Esse artigo, como o próprio título deixa perceber, não versa sobre a análise do discurso. Nele, Herbert desenvolve uma reflexão principal sobre o estatuto epistemológico das ciências sociais e duas reflexões subsidiárias: sobre as ideologias e sobre as práticas, o que faz não só seguindo de perto as considerações de seu mestre Althusser sobre esses temas, mas também lhes dando novos desenvolvimentos. Mas o projeto de construção de um experimento científico é lançado, no final do texto, como uma tarefa a ser realizada em breve.

Sendo assim, nossa análise do texto em questão estará dividida em quatro eixos estipulados com o fim de tornar mais lógica e didática a exposição: 3.1 esboço de uma teoria geral das ideologias; 3.2 a primeira articulação entre ideologia, sujeito e discurso; 3.3 o problema das ciências sociais; e 3.4 o projeto de uma ciência das ideologias.

3.1 Esboço de uma teoria geral das ideologias

Pêcheux, conforme dissemos no capítulo 1, foi um filósofo engajado no projeto althusseriano de desenvolvimento da teoria marxista. Vimos que esse projeto era amplo e exigia várias frentes de combate para sua realização. Uma das principais tarefas do grupo althusseriano era desenvolver a teoria das superestruturas jurídico-política e ideológica e outra era dar estatuto teórico à filosofia marxista, existente em estado prático segundo concepção de Althusser.

Vimos que este último se engajou particularmente no desenvolvimento de uma teoria das ideologias, dedicando a ela boa parte de seus esforços. Essa teoria deveria

começar pela caracterização da ideologia em geral, necessária para a posterior elaboração das teorias regionais das ideologias ou das ideologias particulares. Como o esboço dessa caracterização já se encontraria no próprio Marx, o ponto de partida seria retomar esses elementos e sistematizá-los. Foi o que Althusser fez, mas reinterpretando-os à luz de alguns ensinamentos da epistemologia histórica francesa (a tese da ruptura entre ciência e ideologia) e da Psicanálise (a tese do caráter imaginário da representação ideológica).

Pêcheux, como seguidor de Althusser e ciente da importância que a teoria das ideologias tinha para o desenvolvimento do marxismo, tanto no domínio do Materialismo Histórico, quanto no do Materialismo Dialético, também se engajou nessa tarefa de desenvolver uma teoria geral das ideologias.

Podemos arriscar afirmar que Pêcheux³⁰, nesse seu primeiro texto, vai além de Althusser. Primeiramente, porque vai propor uma distinção, ausente em Althusser, entre dois tipos de ideologia, que torna possível pensar diferencialmente as resistências que as ciências da natureza e a ciência da história encontram em sua constituição. Em segundo lugar, porque ele não se propõe apenas a desenvolver uma teoria das ideologias: sua ambição é constituir uma *ciência* das ideologias, que engloba a teoria, bem como um método próprio, que ele chamava de “escuta social”. A teoria da ideologia e o método de escuta social formam a base sobre a qual Pêcheux formulará posteriormente sua teoria e sua análise do discurso.

A primeira operação feita pelo autor, para tratar das ideologias, é inseri-las no todo complexo da prática social. Mas para compreendermos melhor isso, precisamos fazer um rápido retorno à teoria das práticas elaborada por Althusser, lembrando dois pontos essenciais que Herbert leva em conta em suas considerações. O primeiro deles é que, para o filósofo, na sociedade, não há a prática em geral, mas uma diversidade de práticas, as práticas sociais (a prática econômica, a política, a ideológica, a teórica etc.). O segundo é a definição de prática em geral:

“todo processo de *transformação* de uma determinada matéria-prima dada em um produto determinado, transformação efetuada por uma determinado trabalho humano, utilizando meios (‘de produção’) determinados” (ALTHUSSER, [1965], 1979c, p. 144).

³⁰ Nessa fase de nosso trabalho enfrentamos um pequeno problema relativo à denominação do autor com que trabalhamos, em vista de ele ter assinado seus primeiros textos com um pseudônimo e, em função dele, é preciso fazer uma escolha: que nome usar? Achamos mais manejável usarmos o nome Herbert quando estivermos comentando especificamente os textos assinados com esse pseudônimo e o nome Pêcheux quando estivermos fazendo referência às suas demais obras ou tratando do autor de maneira geral, considerando a totalidade de sua produção.

Em seu texto, Herbert apresenta um quadro em que procura demonstrar a rede de determinações das diferentes práticas sociais sobre as quais teorizara Althusser. Vejamo-lo:

	prática empírica	prática ideológica	prática teórica
prática social	prática técnica (instrumentos de produção)	ideologias	conhecimentos científicos
	prática política (relações sociais de produção)		Ruptura epistemológica

O que nos diz esse quadro, que poderíamos denominar de *quadro da prática social*? Olhando horizontalmente podemos ver, em primeiro lugar, a composição da prática social: esta é composta pela prática *empírica*, pela prática *ideológica* e pela prática *teórica*.

Olhando-o verticalmente, na direção da prática empírica, podemos ver que esta é constituída por dois tipos específicos de práticas, a *técnica*³¹ (ligada ao domínio dos instrumentos de produção³²) e a *política*³³ (ligada ao domínio das relações sociais de produção).

Ou seja, esse quadro deixa ver que, no conjunto complexo das práticas sociais, pode ser traçada uma primeira linha de demarcação entre a prática técnica e a política, já que aquela se relaciona com as forças produtivas (meios de produção e força de

³¹ A prática técnica é a “transformação das matérias-primas extraídas da natureza (...) em produtos técnicos, por meio de instrumentos de produção determinados” (HERBERT, [1966], 1973, p. 6).

³² Herbert, neste texto, usa a expressão *instrumentos de produção* como sinônimo de *forças produtivas*; entretanto esse último conceito tem um sentido mais amplo uma vez que designa o conjunto formado pela combinação da força de trabalho com os meios de produção (instrumentos de produção e matéria-prima). Os instrumentos de produção são apenas um dos elementos que compõem os meios de produção. A partir do texto “Observações para uma teoria geral das ideologias”, de 1967, Herbert passa a usar o termo *forças produtivas*.

³³ A prática política é a “transformação de relações sociais dadas em novas relações sociais produzidas, por meio de instrumentos políticos” (HERBERT, [1966], 1973, p. 6).

trabalho) e esta com as relações de produção (formas das relações sociais entre os produtores).

Em seguida, é-nos apresentada a prática ideológica³⁴, que o autor descreve como composta apenas pelas ideologias, de um modo geral, sem maiores especificações. E, finalmente, vemos a prática teórica³⁵, no interior da qual são produzidos os conhecimentos científicos.

Esse quadro, além de apresentar as práticas que formam o todo complexo social, também apresenta as relações que elas mantêm entre si. Em primeiro lugar, podemos ver que a relação que a prática empírica (a técnica mais a política) estabelece com ideológica é uma relação de continuidade, levando-se em conta que não há nenhuma linha separando-as. Segundo Herbert, “não existe ruptura assinalável entre elas” (HERBERT, [1966], 1973, p. 8). Em seguida, podemos observar a relação da prática ideológica com a científica: segundo nos mostra o quadro, há uma linha de demarcação separando-as, o que assinala que entre elas há uma ruptura epistemológica e, consequentemente, uma relação de descontinuidade.

Vale ressaltar que, além da influência da teoria althusseriana das práticas sociais, é possível notar, nesse quadro de Herbert, a influência de alguns pressupostos da epistemologia histórica francesa, quando ele utiliza os conceitos de descontinuidade e de ruptura epistemológica. Como vimos, para Bachelard, o conhecimento comum (chamado de ideologia pelo grupo althusseriano) está numa relação de descontinuidade com o conhecimento científico, posição seguida por Herbert.

Entretanto, ciente de alguns problemas no nível da prática teórica, Herbert é levado a reformular o primeiro quadro e apresentar um segundo.

Vejamos esse novo quadro:

³⁴ A “transformação de uma ‘consciência’ dada numa nova ‘consciência’ produzida, por meio de uma reflexão da consciência sobre ela mesma” (HERBERT, [1966], 1973, p. 6)

³⁵ A “transformação de um produto ideológico em conhecimento teórico, por meio de trabalho conceitual determinado” (HERBERT, [1966], 1973, p. 7).

	prática empírica	prática ideológica	prática teórica
A	prática técnica	ideologias pré-científicas	conhecimentos científicos
prática social		prática filosófica	
B	prática política	ideologia jurídica moral religiosa artística	(?)

Neste, há algumas especificações que não são fornecidas no primeiro. Por exemplo, no domínio da prática ideológica, Herbert detalha que esta é constituída por dois tipos de ideologias: as ideologias ligadas à prática técnica ou do domínio de A e as ideologias ligadas à prática política ou do domínio de B. As primeiras são denominadas ideologias *pré-científicas* e as segundas, de ideologias *regionais* (na terminologia althusseriana), divididas em ideologia jurídica, moral, religiosa, artística. É possível notarmos também que aparece a prática filosófica, no interior da prática ideológica, posição que está de acordo com Althusser quando este afirma que a filosofia representa um grau superior de sistematização das ideologias.

Mas poderíamos afirmar que a novidade maior desse segundo quadro é que a linha de ruptura epistemológica que há entre a prática teórica e a ideológica passa a ser interrompida no domínio da prática técnica, demonstrando que, para Herbert, há “uma dissimetria na forma atual da existência da prática teórica no interior de um todo complexo” (HERBERT, [1966], 1973, p. 8). Isso quer dizer que, na concepção do autor, é fato que os conhecimentos científicos produzidos no domínio da prática técnica estão numa relação de descontinuidade com as ideologias pré-científicas, mas é duvidoso que haja conhecimentos científicos produzidos no da prática política. Em outras palavras, não haveria uma ruptura epistemológica entre as ideologias ligadas à prática política e os conhecimentos produzidos pela prática teórica das chamadas ciências sociais.

Como mostra o quadro, o que há no nível da prática política ou nível B é um ponto de interrogação que significa que não se sabe exatamente o que se situa em seu lugar (HERBERT, [1966], 1973, p. 9).

É essa interrogação e a dúvida sobre a existência de uma ruptura epistemológica no terreno das ciências sociais que guiam toda a reflexão do texto (a qual abordaremos na seção seguinte). O que nos interessa por ora é explicitar esse primeiro esboço de uma teoria das ideologias apresentado nesse texto e diagramado nesses quadros.

Como vimos, Herbert defende que as ideologias estão numa relação de continuidade com a prática técnica e a política e isso o leva a concluir que:

“o segredo que envolve a ideologia, e que nós nos propomos a examinar, tem pois alguma coisa a ver com as práticas mesmas, no seu desenvolvimento próprio e nas suas relações recíprocas” (Herbert, [1966], 1973, p. 10)³⁶.

Convém lembrar que o autor, quando fala de ideologia, não se refere a apenas uma ideologia, mas a dois tipos principais, que ele chama de ideologias de tipo A (as que se desenvolvem em continuidade com a prática técnica) e ideologias de tipo B (as que se desenvolvem em continuidade com a prática política).

A relação que as ideologias de tipo A e B mantêm com essas duas formas de prática não é homóloga, pois, quando se trata da primeira, a ideologia é seu resultado, aparecendo como seu “sub-produto” (HERBERT, [1966], 1973, p. 10) e, quando se trata da segunda, a ideologia aparece numa espécie de identificação com ela. Segundo Herbert, as ideologias de tipo B “se situam a uma distância nula da prática política que elas alimentam e que não se sustentaria sem ela” (HERBERT, [1966], 1973, p. 18).

Conforme o autor, as ideologias de tipo A (ou ideologias pré-científicas) constituem-se em continuidade com a prática técnica e apresentam-se sob a forma de representações³⁷ sobre a natureza; as ciências da natureza, por sua vez, nascem através de uma ruptura com essas ideologias, as quais, por sua vez, oferecem-lhes certa resistência para serem superadas.

Para explicar como se dá o processo de formação das ideologias que se originam em contato com a prática técnica, Herbert dá o exemplo da formação da Alquimia, que é, em sua concepção, uma ideologia pré-científica. As práticas técnicas existentes numa formação social produzem em função de demandas sociais – a sociedade tem necessidade de certos produtos, que essas práticas, para responder-lhe, fornecem. Em dado momento, forma-se um discurso que tem por função reproduzir e transmitir o

³⁶ Essa passagem de Herbert parece inspirada na seguinte passagem de Althusser: “O ideológico é qualquer coisa que tem relação com a prática e com a sociedade” (ALTHUSSER, [1967], 1976, p. 62). É essa relação que aquele vai desenvolver em seu texto.

³⁷ O termo *representações* é usado aqui no sentido que Althusser lhe dá quando trata da ideologia, ou seja em oposição a *conhecimentos científicos*.

manejo de certos produtos e as operações técnicas gerais de sua produção, visando manter as condições da produção. Em seguida, forma-se um outro discurso de caráter e funções distintas que teoriza sobre os elementos dessa técnica, o qual se desliga da demanda. Assim aconteceu com a Alquimia – havia um discurso sobre as formas de destilação, decantação e fusão dos metais, por exemplo, e um outro discurso – o da Alquimia propriamente dita – que articulava “as mesmas operações precedentemente enumeradas numa História genérica dos Elementos e de seus compostos, chegando a uma ciência secreta do Real químico” (HERBERT, [1966], 1973, p. 15).

Segundo Herbert,

“basta então que *em certas circunstâncias*, a demanda da prática social seja ‘recalcada’ para que a prática ideológica sobre fundo técnico possa se liberar: a ‘realização’ do real pode então funcionar livremente sob a forma de uma transformação ideológica do ‘real’ reencontrado pela prática técnica, fornecendo uma medida deste real primitivo, por um discurso que o reduz à sua imagem ideológica” ([1966], 1973, p. 14).

As ideologias de tipo B, por sua vez, constituem-se em continuidade com a prática política e apresentam-se sob a forma de representações sobre as relações sociais. Elas são as ideologias jurídica, moral, religiosa, artística etc.³⁸ e, diferentemente das primeiras, segundo Herbert, não são caracterizadas como pré-científicas, visto que as ciências dessas ideologias ainda não se instituíram³⁹.

Herbert define o primeiro tipo de ideologias como pré-científicas, pois um corte nítido entre elas e as ciências da natureza já foi estabelecido, mostrando que eram ideologias e já há, no momento atual, as ciências dessas antigas ideologias. Isso é o que pode ser identificado, por exemplo, na relação entre a Alquimia e a Química.

Porém, para o filósofo, o segundo tipo de ideologias não pode receber essa definição de pré-científicas, porque no campo das ciências sociais a presença de um corte epistemológico separando-as das ideologias é problemática e pode ser contestada.

Nesse ponto, podemos acrescentar que Herbert pensa a ruptura entre ciência e ideologia de forma diferente de Althusser. Este pensa uma forma geral de ruptura entre Ciência e Ideologia. Herbert, diferentemente, pensa em rupturas localizadas, diferenciais entre ciências e ideologias determinadas. Assim, segundo ele, a ruptura que se dá entre as ciências da natureza e as ideologias de sua pré-história não é do mesmo

³⁸ Essas ideologias são as ideologias regionais, segundo a concepção de Althusser que expusemos no capítulo 1.

³⁹ Herbert observa que alguns argumentariam que tais ciências já se instituíram, sim, e são as ciências sociais. Para ele, entretanto, isso é um argumento de fato, mas não de direito. Desenvolveremos a discussão deste tema na próxima seção.

tipo daquela que se dá entre o Materialismo Histórico e as filosofias da história, ou seja, essas duas rupturas são de tipos diferentes. Isso se explica pelo fato de as ideologias terem, no domínio da prática técnica, o caráter flutuante de uma “nuvem” e, no domínio da prática política, o caráter essencial de um “cimento” que liga as partes do todo social.

Nas palavras de Herbert, as ideologias de tipo B

“não têm o caráter flutuante de uma *nuvem*, como aquelas que nós encontramos na prática técnica, mas a necessidade essencialmente ligante de um *cimento*, que mantém o todo no lugar...” (HERBERT, [1966], 1973, p. 18)

Saindo da metáfora, as ideologias políticas possuem uma função social (aquele apontada por Althusser, a coesão social) de que as técnicas são destituídas⁴⁰. Sendo assim, percebemos que Herbert parte da teoria de Althusser a respeito da ideologia e da ciência, mas não se limita a repeti-lo, pois dá sua contribuição à problemática sobre a qual reflete.

Para compreendermos em toda a sua complexidade as ideologias de tipo B, é necessário analisarmos detalhadamente como Herbert entendia a prática política, o que fazemos a seguir.

3.2 A primeira articulação entre ideologia, sujeito e discurso

Nesse texto de Thomas Herbert, vemos o autor elaborar pela primeira vez uma articulação entre ideologia, sujeito e discurso. Essa articulação estará em suspenso na obra inaugural da AD, *Análise Automática do Discurso*, de 1969, mas reaparecerá com toda a força e pensada de modo novo em *Semântica e Discurso*, de 1975.

Para explicarmos de que modo Herbert articula essas três categorias, partiremos da definição que ele dá de prática política⁴¹, a qual consiste na “transformação de relações sociais dadas em novas relações sociais produzidas, por meio de instrumentos políticos” (HERBERT, [1966], 1973, p. 6). Essa definição fica mais compreensível se relacionada à análise da função que a prática política exerce no todo social. Para Herbert:

⁴⁰ Em *Semântica e discurso*, Pêcheux retomará essa distinção e dirá que as ciências da natureza convivem harmoniosamente com as ideologias burguesas, as quais não entravam o avanço dessas ciências, enquanto que, quando se trata da ciência da história, as ideologias teóricas atuam diretamente sobre seu desenvolvimento, funcionando como um obstáculo a ele.

⁴¹ Prática política é entendida pelo autor em sentido amplo que não se reduz à prática dos profissionais da política ou dos partidos políticos.

“De maneira geral, e salvo quando ela consegue conquistar um ponto de vista sobre seu lugar na prática social, recolocando esta em questão como a teoria marxista pôde permiti-lo a certos partidos revolucionários, a prática política tem por função transformar as relações sociais no interior da prática social, de tal maneira que a estrutura global desta não se modifica” (HERBERT, [1966], 1973, p. 18-19).

Podemos dizer, a partir dessas passagens de Herbert, que a prática política é uma prática paradoxal, pois ela opera uma transformação das relações sociais que não as transforma de fato, já que a sua estrutura não é modificada. Entretanto há uma exceção a essa regra geral: a prática dos partidos políticos revolucionários guiados pela teoria marxista. Como entender a regra e sua exceção?

Façamos isso analisando os elementos de que se compõe a prática política. Ela possui uma matéria-prima a ser transformada (as relações sociais dadas); o instrumento de trabalho (o discurso): “O instrumento de transformação da prática política é o discurso” (HERBERT, [1966], 1973, p. 19); a força que trabalha (a ideologia): “na prática política, a ideologia é a força que trabalha” (HERBERT, [1966], 1973, p. 18); e o produto (relações sociais produzidas).

Esses elementos aparecem em qualquer prática política, inclusive a dos partidos guiados pela teoria marxista. O diferencial está no conceito marxista de *relações sociais*, o qual recobre as relações de produção, as relações políticas e as relações ideológicas. Ora, o importante a destacar aqui é que, nos três casos, trata-se sempre de relações de classes e não de relações entre sujeitos humanos individuais. Althusser e seu grupo insistirão, contra as leituras humanistas, sobre esse ponto. Vejamos uma passagem de *Ler O Capital* II, que explica em que consistem as relações sociais para a teoria marxista:

as *relações* de produção (assim como as relações sociais políticas e ideológicas) são irredutíveis a qualquer intersubjetividade antropológica dado que só combinam agentes e objetos numa estrutura específica de distribuição de relações, lugares e funções, ocupados e “portados” por objetos e agentes da produção (ALTHUSSER et al, [1965], 1980, p. 130).

Podemos dizer que o papel dos partidos revolucionários é ligar a ideologia do proletariado à teoria marxista, possibilitando, assim, a transformação das relações sociais, enquanto relações entre classes. Neste caso, a transformação operada pela prática política inspirada no marxismo não é uma transformação aparente, mas uma transformação efetiva.

Mas, para Herbert, essa prática, nas formações sociais capitalistas, é uma exceção. Nelas, a ideologia e a prática política dominantes são as da classe dominante. E esta não tem nenhum interesse em transformar as relações sociais, enquanto relações de classes. Pelo contrário, todo seu esforço vai no sentido de mantê-las.

A demanda que a ordem capitalista faz à prática política é, em primeiro lugar, uma demanda de “não-mudança” (HERBERT, [1966], 1973, p. 19) da estrutura de classes. Mas ela é também, em segundo lugar, a demanda de uma transformação de algo. Esse algo são as relações sociais, porém não como essas são pensadas pela teoria marxista (como relações de classes) e sim como elas são representadas no imaginário ideológico (como relações interindividuais). Assim, estamos em face de uma mudança que não afeta a estrutura social global.

Herbert ([1966], 1973) explica como ele comprehende o modo de a prática política transformar as relações sociais: ele se efetua num processo que envolve três operações denominadas pelo autor de *individualização*, *totalização sintética* (p. 19) e *produção da Razão como Sollen* ou *racionalização* (p. 18).

Ressaltamos que essas três operações parecem se dar simultaneamente, e a divisão em três momentos que propomos é somente em função da exposição; o que fazemos é uma ordenação lógica, e não cronológica, do processo. Antes de detalharmos essas três operações, lembramos que, conforme nosso autor, na prática política, a ideologia é a força que trabalha.

Num primeiro momento, as ideologias reduzem as relações sociais, que são relações de classes, segundo a teoria marxista, a relações entre indivíduos. O que existe na sociedade são indivíduos que se relacionam entre si e não sujeitos de classes distintas em conflito.

Num segundo momento, as ideologias reagrupam os indivíduos em outras categorias que não as de classe, definindo-os como sujeitos religiosos, morais, jurídicos etc. Pela redução das relações sociais a relações interindividuais e pela totalização sintética, o caráter de classe das relações sociais e a inserção dos indivíduos nessas relações ficam totalmente esquecidos.

Finalmente, as ideologias, não satisfeitas em definir os indivíduos como sujeitos das ordens religiosa, moral, jurídica etc., impõem uma série de regras que devem ser seguidas por esses sujeitos, com o fim de corrigir o comportamento *natural* deles e fazê-los se transformarem em *bons* sujeitos religiosos, morais, jurídicos. Em outras palavras, as ideologias, após definirem os indivíduos como sujeitos da ordem, normatizam sobre

o modo como devem agir. Assim, as ideologias atuam com vistas a transformar aquilo que existe “por natureza” em algo que exista “pela razão” (HERBERT, [1966], 1973, p. 17).

Segundo Herbert,

“a produção da Razão como Sollen, à distância da Natureza, caracteriza pois a função das formações jurídicas, moral, religiosas, etc... na reformulação da ordem social, que é, como vimos, o objeto da prática política (HERBERT, [1966], 1973, p. 17).

A seguir, reproduzimos dois parágrafos do texto que analisamos, por fornecerem exemplos elucidativos desse processo.

“Tentemos daqui por diante precisar em que consiste esta reformulação da ordem social: tomemos o exemplo do Direito, como região no interior do campo político. O Direito é, em certas formas de práticas sociais, um sistema estruturado produzindo proposições jurídicas adaptáveis a situações conflituais no todo social. O direito, como prática jurídica não pode existir senão sobre o fundo do "direito estabelecido", dos costumes, das regras que têm o estatuto de "sempre-já" numa época histórica dada: a transformação que o Direito opera é fazer com que aquilo que existia já por natureza exista daí por, diante pela razão, tirando disso todas as consequências. Toca-se aqui no duplo caráter do Direito, ao mesmo tempo descritivo e normativo, enquanto quer ao mesmo tempo racionalizar o "direito estabelecido", corrigindo os erros, e realizar a Essência racional do Direito.

Poder-se-ia dizer igualmente que a dupla face da Moral, como discurso mítico, consiste em corrigir o comportamento empírico dos homens "concretos" e em realizar o mundo dos sujeitos morais. Da mesma forma, a Religião consiste ao mesmo tempo em corrigir a superstição natural dos homens, as formas aberrantes da religiosidade, e em realizar o "Povo dos Filhos de Deus". Nós apenas indicamos estes pontos que, assim como a prática artística, necessitam de pesquisas especializadas” (HERBERT, [1966], 1973, p. 17-8).

Assim, a prática política, através das ideologias, transforma as relações sociais de classes em relações meramente interindividuais e transforma o comportamento dos indivíduos, por ela determinado, em um comportamento racional, digno do “bom sujeito”.

3.3 O problema das ciências sociais

Conforme observamos mais acima, Herbert, no seu texto “Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social”, tem como objetivo fazer uma crítica da situação teórica das ciências sociais.

Ele inicia sua problematização especificando o lugar de onde se posicionará para fazer sua intervenção. Segundo o autor, há, tradicionalmente, dois tipos de críticas das ciências. O primeiro deles é a crítica interna, que os próprios cientistas direcionam a seu campo, questionando o que nele é útil ou inútil ou está mal construído com vistas a construir de modo melhor os conhecimentos dessa área. O segundo tipo de crítica das ciências é a externa, realizada comumente pelos filósofos, a qual se dedica a “examinar a ciência enquanto horizonte teleológico, isto é, na sua relação com o ‘resto’...” (HERBERT, [1966], 1973, p. 4).

Essas duas formas de fazer a crítica das ciências apresentam, segundo Herbert, alguns problemas. A crítica interna não relaciona a ciência em questão como seu horizonte teleológico, isto é, com as demais práticas que existem no todo social complexo e a crítica externa supõe que a filosofia seja neutra com relação às ciências e às práticas sociais e as olhe de cima.

Diante dos problemas trazidos por essas críticas, Herbert afirma que “somente a *nova forma do trabalho* que L. Althusser designou como trabalho da Teoria permite discernir onde nós estávamos, e estamos ainda” (HERBERT, [1966], 1973, p. 5).

Assim, o lugar de onde o filósofo faz sua crítica às ciências sociais é o Materialismo Dialético, como a Teoria das práticas sociais. Mas essa crítica não se reduz nem à interna, nem à externa, procurando ser uma síntese das duas, visto que analisa o todo complexo das práticas sociais e sua rede de determinações, a filosofia implicada aí.

Isso é o que confirma Henry (1997), ao destacar que a crítica de Herbert se pauta na ciência. E a ciência de onde deve partir essa crítica é “a ciência, ou as ciências, do terreno ou do domínio que elas [as ciências sociais] ocupam” (p.18) ⁴².

Segundo Herbert:

“Nosso trabalho consiste a partir daí em analisar as especificações do ‘todo complexo’ conflitual no qual as práticas científicas, e também a filosofia como prática específica, estão implicadas entre outras determinações teóricas e não teóricas, das quais somente a Teoria pode permitir apreender as junções” ([1966], 1973, p. 6).

Uma crítica das ciências que parte dessa filosofia pergunta-se sobre as relações que as ciências mantêm não só com a filosofia, mas também com as demais práticas da formação social.

⁴² Isso fica mais claro no segundo texto de Herbert, que analisaremos no próximo capítulo, quando ele diz que as ciências sociais ocupam o lugar da ciência da história.

Há duas questões que guiam a reflexão de Herbert sobre as ciências sociais. A primeira delas é: qual o estatuto das ciências sociais – elas constituem práticas científicas? E a segunda é: que papel elas desempenham no todo social?

A resposta à primeira pergunta é negativa. O filósofo conclui, após sua argumentação: “não lhes concedemos o estatuto de prática científica” (HERBERT, [1966], 1973, p.26).

Mas por que motivos Herbert não considera que as ciências sociais sejam ciências? Para entendermos sua posição, é necessário analisarmos a concepção que ele tem de ciência ou de prática científica.

Para ele, tal como para Althusser, a ciência é uma prática, como outra qualquer, que transforma uma *matéria-prima* num *produto*, através de *instrumentos* determinados. Assim, a prática científica está estruturada da seguinte forma: Generalidades 1 (ideologia) são transformadas pelo trabalho de Generalidades 2 (aparelho de transformação) em Generalidades 3 (sistema científico de conceitos articulados)⁴³.

Sobre essas três generalidades, Herbert explica que G1 e G3 constituem objetos da ciência “no duplo sentido de *objeto de crítica* e de *objeto produzido*” (HERBERT, [1966], 1973, p.29). Ele acrescenta que a prática científica só chega a transformar G1 porque consegue destruí-la, produzindo o objeto científico, G3.

Quanto à G2, segundo Herbert, há alguns problemas de interpretação. G2 designa o instrumento que serviu para produzir G3 a partir de G1. Acontece que, na história das ciências tradicional, há uma tendência a interpretar G2 como o gênio que funda uma ciência, por exemplo, Galileu com a física. Entretanto, na concepção de Herbert ([1966], 1973), G2:

“é na realidade o signo de um trabalho teórico, cujos instrumentos começaram a ser inventariados: pode se tratar de uma ciência já constituída (por exemplo as matemáticas) ou de uma ideologia deslocada de seu campo (...), um instrumento já utilizado por uma prática técnica, ou mesmo um objeto técnico produzido” (p. 29).

Sintetizando seu modo de entender a prática científica, Herbert afirma que o trabalho teórico consiste, então, em desarticular os conceitos ideológicos, produzindo, por meio de uma ruptura epistemológica, um sistema teórico científico com conceitos completamente novos.

⁴³ Essa concepção segue a de Althusser, exposta por nós no capítulo 2.

Entretanto, para o autor, a prática científica não se resume a essa fase de *transformação* de ideologias em ciências. “Não parece, no entanto, que este trabalho de transformação recubra o *conjunto da prática científica*”; na verdade, “é à ciência nascente que parece convir o trabalho de transformação designado por G2...” (HERBERT, [1966], 1973, p. 30).

Podemos compreender melhor o que isso significa se observarmos que, para Herbert ([1966], 1973), a história de uma ciência tem dois momentos. O primeiro momento é o da “transformação produtora do objeto”, que corresponde ao nascimento da ciência. O segundo momento é o da “reprodução metódica do objeto”, correspondente à fase de desenvolvimento da ciência, em que ocorrem, além de uma acumulação de conhecimentos, pequenas retificações e modificações (p. 31).

Mas que tipo de trabalho concerne à ciência em sua fase de desenvolvimento? Após ter produzido o seu objeto, a ciência “se desenvolve em torno dele”. Nessa fase, “o objeto da ciência e o método científico são homogêneos e se engendram reciprocamente” (HERBERT, [1966], 1973, p. 30). Assim, concluímos que, na fase de reprodução metódica, além de ampliar o conhecimento do seu objeto, a ciência produz seu método. Herbert observa que uma ciência só pode produzir seus métodos se, antes, já produziu seu objeto⁴⁴.

E para que serve o método que uma ciência produz?

“desde que uma ciência *fala*, isto é, enuncia seu objeto, é levada a confrontar seu discurso com ele mesmo para experimentar sua necessidade. (...) a *reprodução metódica do objeto* consiste numa reflexão do discurso teórico sobre ele mesmo, que lhe confere a coesão” (HERBERT, [1966], 1973, p. 31-2).

Os meios através dos quais o discurso teórico reflete sobre si mesmo são os experimentos científicos. Estes objetivam organizar o discurso da ciência e, ao invés de interrogar sobre a adequação do seu discurso com o real, procuram variar as suas questões. Segundo Herbert ([1966], 1973), “longe de praticar a interpretação monocórdia da adequação realizada, que a técnica dirige à natureza, as experiências variam as questões” (p. 32).

O filósofo trata também dos instrumentos e do papel que exercem em ambas as fases da história das ciências. Para ele, o papel nas duas fases é diferenciado. Na primeira fase, as ciências em fase de constituição procuram seus instrumentos em ciências já estabelecidas ou em práticas técnicas e realizam uma reinvenção dos

⁴⁴ A produção do objeto é, para Herbert, a condição necessária para a instituição da nova ciência.

instrumentos delas, a partir dos conceitos que já possuem. Na segunda fase da sua história, quando estão em desenvolvimento, elas mesmas produzem seus instrumentos que são teorias materializadas. Assim: “os instrumentos são encontrados pelas ciências, sob sua forma técnica, e elas os re-inventam sob sua forma científica” (HERBERT, [1966], 1973, p. 33). A partir do uso desses instrumentos é que elas vão testar o discurso que formularam sobre o seu objeto.

Paul Henry lembra que, para Herbert, um instrumento não pode ser concebido independentemente de uma teoria que o inclua⁴⁵ (HENRY, 1997, p. 18).

Após todas essas considerações sobre a prática científica, o filósofo está em condições de justificar porque não concorda que as ciências sociais tenham adquirido o estatuto de ciências. Segundo ele:

“só pode haver reprodução metódica do objeto se uma transformação produtora deste objeto já foi realizada, o que significa, para o nosso problema, que o desenvolvimento atual das “ciências sociais”, enquanto se opera sob a forma de realização do real psico-sociológico, não pode passar por uma fase de acumulação metódica” (HERBERT, [1966], 1973, p. 31).

Isso se explica pelo fato de que as ciências sociais usam técnicas de experimentação, retiradas das técnicas e de certas ciências, o que significaria que elas estariam na fase de reprodução metódica; mas se elas não produziram seu objeto, não podem estar já nessa fase. Assim, elas trabalham não sobre um objeto teórico produzido, mas sobre o real psico-sociológico, que constitui a ideologia. Herbert lembra, aos que argumentarem que elas usam instrumentos e, por isso, são científicas, que nem todo uso de instrumentos é científico. As ciências sociais usam instrumentos e fazem experimentações, mas não reinventam os instrumentos que importam.

Embora tenha dedicado boa parte de seu texto a explicar porque, em sua concepção, as ciências sociais não constituem práticas científicas, Herbert não se restringe a essa explicação, mas busca também esclarecer em que elas consistem efetivamente. Assim, para o autor, elas constituem a

“inter-determinação de uma técnica (importada das técnicas de transformação da matéria, pelo menos no começo) e de uma ideologia que concerne às relações sociais (o objeto da prática política)” (HERBERT, [1966], 1973, p.22).

Para entendermos essa definição, temos de recorrer aos dois conceitos novos que nela aparecem – prática técnica e ideologia concernente às relações sociais.

⁴⁵ Isso é fundamental, pois o método de análise do discurso construído por Pêcheux estava intimamente ligado à teoria do discurso e não podia ser formulado sem ela.

Comecemos pelo primeiro. Para Herbert ([1966], 1973), a prática técnica é a “transformação das matérias-primas extraídas da natureza (...) em produtos técnicos, por meio de instrumentos de produção determinados” (p. 6). Em primeiro lugar, a técnica obedece a uma teleologia externa, isto é, atende a uma necessidade (demanda) que é definida fora da técnica, no todo social. Assim, há produtos de que a sociedade necessita para o provimento da vida material, os quais ela pede às técnicas e estas respondem a essa demanda produzindo o produto solicitado. Em segundo lugar, a prática técnica “procede por questões, isto é, por respostas simuladas que ela verifica em seguida. Ela se desenvolve assim ‘espontaneamente’ por adequação progressiva de seus instrumentos ao ‘real’” (p. 12). Herbert chama de “realização do real” a operação que a prática técnica efetua no interior de seu campo.

Segundo este autor, “as ‘ciências sociais’ apresentam todos os caracteres fundamentais que relevamos na prática técnica” (p. 23). E por quê? Porque elas respondem a uma demanda social, concernente à “exploração-transformação da ordem social” e seguem a lei da “realização do real”, já que os instrumentos técnicos que utilizam têm por função questionar se houve adequação entre a teoria e o real psico-sociológico (p. 23).

Passemos agora ao segundo conceito necessário à compreensão da definição das ciências sociais dada por Herbert, o conceito de ideologia das relações sociais. Para entendermos este conceito, precisamos recorrer rapidamente ao de *prática política*.

Para o filósofo, a prática política é a “transformação de relações sociais dadas em novas relações sociais produzidas, por meio de instrumentos políticos” (HERBERT, [1966], 1973, p. 6). Conforme comentamos anteriormente, há uma ideologia das relações sociais que se forma em contato com a prática política, a qual reduz as relações sociais (de classe, segundo o Materialismo Histórico) a relações interindividuais. Ela tem por função manter a estrutura das relações sociais inalterada, garantindo a existência das classes e a dominação de uma sobre as outras.

Acontece que as ciências sociais, além de terem semelhanças com as práticas técnicas, apresentam-se como um “prolongamento direto das ideologias que se constituíram em contato com a prática política” (HERBERT, [1966], 1973, p. 24), pois concebem as relações sociais do mesmo modo que essas ideologias, ou seja, como relações interindividuais. Tal concepção de relações sociais é proveniente das ideologias filosóficas e é testada e comprovada pelas técnicas a ela aplicadas. Em outras palavras,

o conteúdo teórico das ciências sociais é dado pelas ideologias e não é transformado em conhecimentos científicos.

A ideologia das relações sociais transfere para os sujeitos individuais a responsabilidade pela transformação da ordem social, e estes, como esbarram nas outras subjetividades individuais, têm seu poder de ação limitado, o que leva a uma inércia do todo social.

Certos práticos das ciências sociais encontraram “técnicas de medida e de manobra desta mesma inércia social”, importadas das práticas científicas e das técnicas e isso configurou o nascimento dessas ciências. Segundo o autor:

“estas técnicas, que se poderiam chamar ‘técnicas de exploração-transformação da ordem social’ (...) começaram a importar instrumentos pré-fabricados de diversas práticas científicas ou técnicas, na maioria das vezes com a ajuda da pesquisa universitária...” (HERBERT, [1966], 1973, p. 21).

Para concluir, expomos a concepção de Herbert a respeito da função das ciências sociais no todo social, que é a segunda questão colocada em seu texto. Segundo ele, essas ciências visam a “uma adaptação ou uma readaptação das relações sociais à prática social global, considerada como o invariante do sistema” (HERBERT, [1966], 1973, p. 26).

Herbert, com a análise que faz da situação das ciências sociais, a partir dos pressupostos da filosofia marxista, chega à conclusão de que elas não são ciências de fato e que elas não podem ocupar o mesmo lugar que as ciências da natureza (cujo estatuto científico é incontestável) no todo complexo das práticas. Para o autor, as ciências sociais, ao contrário do que muitos afirmavam na época, ocupavam por impostura o lugar da prática científica (relacionado às relações sociais de produção) que estava vazio até aquele momento.

Segundo o autor:

“Assim se apresenta atualmente aquilo que, por sua superabundante presença técnico-política, designa o vazio teórico em que uma ciência das ideologias poderá se instaurar” (HERBERT, [1966], 1973, p. 34).

As condições de instituição dessa *ciência das ideologias* é o que veremos a seguir.

3.4 O projeto de uma ciência das ideologias

Tendo demonstrado o problema existente no campo das chamadas ciências sociais, Herbert passa a pensar nas alternativas para mudar essa situação. Ele adverte, que, no entanto, algumas dificuldades se apresentam. A primeira delas é o fato de que essas ciências “apareceram numa conjuntura tal que o estatuto científico lhes era concedido desde o nascimento” (HERBERT, [1966], 1973, p. 27) e, assim,

“o projeto de trabalhar nas ‘ciências sociais’ para transformá-las em prática científica é assim suspeito desde o começo, e pode-se esperar da parte das ‘ciências sociais’ aquilo que elas mesmas chamariam de uma ‘resistência à mudança’” (HERBERT, [1966], 1973, p. 27).

A segunda dificuldade é o fato de que essas ciências, enquanto ideologias das relações sociais, não se deixam abordar de forma fácil, pois elas têm “uma função primordial no todo complexo e sua destruição o coloca diretamente em questão” (HERBERT, [1966], 1973, p. 27).

Mas, ainda assim, Herbert apresenta uma estratégia para as ciências sociais. Ele defende que essas ciências devam ceder lugar à *ciência das ideologias*, uma ciência regional no interior da ciência da história, na produção da qual ele próprio está envolvido através do desenvolvimento das teses lançadas por Althusser desde o início da década de 60. Herbert explica que essa teoria das ideologias deverá ocupar o lugar que as ciências sociais ocupam ilegitimamente.

Assim, com esse esclarecimento prévio, estamos em condições de apresentar que a matéria-prima que deverá ser transformada pelo trabalho teórico em uma ciência das ideologias é constituída não só pelas ciências sociais, mas também pelas ideologias da prática política.

Para que esse objetivo seja alcançado, Herbert apresenta as etapas que devem ser percorridas. A primeira delas é, conforme a posição do autor sobre o nascimento de uma ciência, operar a transformação produtora do objeto, ou seja, produzir G3, que, nesse caso, é o objeto ideológico, ou seja, o objeto da ciência das ideologias⁴⁶. Segundo o autor: “O ponto mais importante atualmente é o da *transformação produtora* do objeto ideológico” (HERBERT, [1966], 1973, p.35).

⁴⁶ O uso do termo *objeto ideológico* configura para nós uma ambigüidade ou uma imprecisão conceitual do autor, pois esse sintagma pode dar margem a duas interpretações: o objeto ideológico, no sentido de não científico ou o objeto da ciência das ideologias. Nós optamos pela segunda interpretação.

Acreditamos que, no momento mesmo em que escreve esse texto, Herbert já está em parte de posse desse objeto e de sua definição. Para ele, o objeto da ciência das ideologias é um “discurso em farrapos tendo a coerência de uma neurose que suporta uma função determinante no todo complexo” (HERBERT, [1966], 1973, p.35).

Ora, parece que encontramos aqui um problema. Herbert explica que a matéria-prima a transformar (G1) para a construção de uma ciência das ideologias

“tem aqui a forma específica de um discurso em farrapos, tendo uma coerência autônoma invisível (análoga neste ponto à neurose) e dotada de uma função determinante no interior do todo complexo” (HERBERT, [1966], 1973, p.28).

Ele apresenta também o objeto da ciência das ideologias (G3), que ele chama de *objeto ideológico*, como sendo um discurso em farrapos que tem uma função no todo social. Como entender essa aparente confusão entre G1 e G3? Na prática científica, G1 e G3 não devem ser necessariamente diferentes?

Acreditamos que esse problema se torna compreensível se observarmos que todo objeto teórico de uma ciência deve ser capaz de dar conta das propriedades ou características dos objetos reais sob os quais ele se aplica. Na caracterização teórica do objeto da ciência das ideologias, Herbert apresenta três características definidoras desse objeto: a primeira delas é que se apresenta sob a forma de discurso; a segunda é que tem a coerência de uma neurose; e a última é que desempenha uma função no todo complexo.

Essas características que o objeto teórico apresenta valem para a análise de qualquer ideologia concreta, incluindo aquelas que servem de matéria-prima (G1) para a formação da própria ciência das ideologias.

É já de posse do conceito teórico de ideologia que Herbert pode, retrospectivamente, dizer que a matéria-prima a ser transformada tem as características supramencionadas.

O grande problema de compreensão é que a matéria prima e o objeto científico possuem o mesmo nome. Mas não se trata do mesmo fenômeno, pois o objeto científico é um resultado do trabalho do pensamento, da abstração e a matéria prima é a representação imediata dada pela ideologia, a ser analisada e explicada a partir desse conceito abstrato. No caso da ciência das ideologias de Herbert, o objeto teórico *ideologia* é usado para analisar a matéria prima *ideologias concretas* existente na formação social.

A segunda etapa necessária para a produção da ciência das ideologias é o estabelecimento do aparelho de transformação (G2), isto é, a ciência ou as ciências a partir das quais a crítica à matéria-prima será feita. Para Herbert, G2 “parece discernível num grupo de práticas teóricas-ideológicas” composto pelas três ciências sociais instituídas de fato: Lingüística, Psicanálise e História⁴⁷.

Herbert ([1966], 1973) apresenta um quadro (p. 35) que parece ser a justificativa do uso dessas três ciências como instrumento de transformação das ciências sociais em uma ciência das ideologias. Façamos a reprodução do quadro.

Objeto ideológico	Prática teórico-ideológica
discurso...	Lingüística
em farrapos tendo a coerência de uma neurose	Psicanálise, como ciência do inconsciente
...que suporta uma função determinante no todo complexo	História, como “ciência das formações sociais”

Analisando esse quadro, podemos perceber que cada característica do objeto ideológico exige a intervenção de determinada ciência. Como se trata de um *discurso*, deve-se lançar mão dos conceitos da Lingüística; como se trata de um *discurso que tem a coerência de uma neurose*, deve-se lançar mão dos conceitos da Psicanálise; como esse discurso possui uma *função no todo social*, a ciência da História é chamada, pois ela é que tem como objeto científico esse todo social.

Vemos que é nesse texto, anterior à constituição da análise e da teoria do discurso, que Herbert faz a primeira tentativa de articular Lingüística, Psicanálise e Materialismo Histórico, articulação que vai acompanhar toda a sua trajetória teórica, tomando relevo nas obras de análise do discurso. Ainda que saibamos mais ou menos consensualmente como se articulam essas três ciências na construção da teoria do discurso, isso não fica claro quando se trata da construção de uma ciência da ideologia.

Herbert não explicita, nesse texto, o papel a ser desempenhado pela Lingüística, afirmado apenas que o objeto ideológico existe sob a forma de discurso e que, por isso, a ciência da linguagem deveria ter aí um papel. Pensamos que ele não encontrou ainda

⁴⁷ *História* no sentido que os althusserianos davam a esse termo, o de *ciência das formações sociais*, conforme explicamos no capítulo 1.

resposta a essas questões, as quais irão amadurecer lentamente no desenvolvimento de seu projeto teórico.

Herbert não explicita também o papel da Psicanálise na ciência que está produzindo. Ele afirma apenas que o objeto ideológico é um discurso em farrapos que tem a coerência de uma neurose. O autor sequer explica o que ele entende por *farrapos e coerência de uma neurose*. Podemos inferir que se trata aqui de uma analogia com os pressupostos da teoria da leitura sintomal desenvolvida por Althusser. Sabemos que um dos princípios dessa leitura é que ela é suscetível de ser aplicada à leitura de textos teóricos, os quais apresentam falhas, lacunas, lapsos, que podem ser os sintomas de uma problemática nova surgindo no interior da problemática antiga que regula esse discurso. Mas uma coisa é certa, quando comparamos esse texto com o de 1975, “Análise automática do discurso: atualização e perspectivas”, vemos que a Psicanálise ainda não é convocada para sustentar uma teoria do sujeito, mas em função de uma característica do discurso ideológico: seu caráter lacunar que pode ser analisado como sintoma.

Somente o papel do Materialismo Histórico é apresentado por Herbert de forma mais desenvolvida, uma vez que a função desempenhada pela ideologia no todo complexo já havia sido tematizada ao longo da análise.

A terceira etapa pela qual deve passar a construção da ciência das ideologias é a de construção dos instrumentos “suscetíveis de uma re-apropriação científica e aptos a experimentar o discurso teórico nascente” (HERBERT, [1966], 1973, p.35).

Herbert frisa a necessidade de a nova ciência usar instrumentos científicos adequados em função de as ciências sociais, ideologias teóricas, fazerem um “mau-uso dos instrumentos” (HERBERT, [1966], 1973, p.35).

Como vimos anteriormente, de acordo com a concepção de ciência de Herbert, toda ciência precisa de instrumentos científicos que possibilitem testar seu discurso com vistas a promover o seu desenvolvimento, não só corrigindo os erros, mas também colocando novas questões. Uma ciência em estado nascente se re-apropria de instrumentos emprestados das ciências existentes ou de técnicas, enquanto uma ciência em estado de desenvolvimento (fase da reprodução metódica de seu objeto) produz seus próprios instrumentos.

Herbert explica que “a função provável dos instrumentos re-apropriados futuros” será designada pelo conceito de *escuta social*, “num sentido análogo à ‘escuta analítica’ da prática freudiana” (HERBERT, [1966], 1973, p.35). Que entender disso? Herbert mais uma vez não explica, porém podemos avançar algumas conjecturas.

Segundo Althusser, em seu artigo “Freud e Lacan” ([1964-5], 1984, p. 53), a Psicanálise é uma ciência constituída por uma teoria e um método (ou técnica). O método tem uma relação com a teoria, o qual tem uma dupla face: ele é a aplicação da teoria a casos concretos (momento da análise do paciente e da cura), mas também é aquele que possibilita o desenvolvimento da teoria psicanalítica na medida em que põe certas questões e problemas que antes não haviam sido pensados. Neste sentido, o método de escuta social vai exercer as mesmas funções com relação à teoria da ideologia.

Mas não é somente com a ciência do inconsciente que a analogia é feita: ela o é também com o trabalho de Engels. A escuta social poderá exercer, em relação à teoria das ideologias, um papel semelhante que o trabalho de Engels exerceu em relação à teoria de Marx. Este funcionou como a reprodução metódica do objeto produzido por Marx, no momento em que colocava o discurso da teoria marxista à prova, testando sua validade para uma realidade concreta: o capitalismo inglês.

Herbert ([1966], 1973, p.36) apresenta outro quadro no qual representa a analogia que o método de escuta social estabelece com o trabalho de Engels. Vejamos:

Ciências das formações sociais	Ciências das ideologias
G1 Ideologia econômica	Ideologia da prática social
G2 Lógica escolástica filosófica	Lingüística Psicanálise História
G3 Teoria das formações sociais	Teoria da ideologia
E Experimentação do discurso G3 por reflexão sobre o real que ele designa	Experimentação por Engels do discurso teórico sobre o modo de produção inglês “Escuta social”, armada de instrumentos científicos

O método de escuta social, podemos concluir, vai colocar à prova o discurso da ciência das ideologias, testando-o e colocando-lhe questões novas que poderão guiar as reformulações necessárias à construção da coerência desse discurso. Ele aplica os

pressupostos teóricos gerais a ideologias concretas, a discursos ideológicos concretos como o religioso, o moral etc.

Embora Herbert não tenha apresentado em que consiste o método de escuta social, podemos perceber que ele se apresenta como método de experimentação de uma teoria das ideologias e embora vejamos nele uma espécie de primórdio do método de análise do discurso, ele não se presta, no momento em que Herbert escreve seu primeiro texto, à experimentação de uma teoria do discurso, tal qual foi formulada a partir 1969.

Para concluir este texto, gostaríamos de fazer uma observação sobre o método de Herbert. Percebemos que ele procede muito por analogias, o que é normal nos inícios de uma ciência, segundo Althusser e seu grupo, e comete algumas imprecisões teóricas e conceituais. Acreditamos que isso se deva ao caráter programático de seu estudo, sobre o qual ele mesmo adverte, e da urgência teórica existente.

Pelo que podemos perceber com o que nos é apresentado no primeiro texto de Pêcheux, o início de sua trajetória teórica se dá no interior da reflexão sobre a problemática das ideologias pensada pelo Materialismo Histórico segundo a interpretação de Althusser. Ele não inicia, portanto, sua reflexão com problemas da Lingüística ou do sentido, o que certamente vai tomar lugar cada vez maior posteriormente.

Como vimos, o filósofo inicia sua trajetória tentando produzir uma ciência das ideologias, momento em que tenta pensar seu lugar no todo social, as condições de sua emergência (a partir da transformação das ciências sociais e a partir das condições de sua elaboração com os conceitos das três práticas teóricas, cujo estatuto científico era indubitável para ele – Lingüística, Psicanálise, MH).

Segundo o que apresenta Pêcheux, essa ciência das ideologias deveria conter um método de experimentação do seu discurso, que ele denomina “escuta social”. O método chamado de análise do discurso, que será depois formulado, não está presente, mas parece ter uma relação com a escuta social, pois ambos apresentam como objetivo a análise dos discursos ideológicos e desenvolvem-se a partir do método da leitura sintomal proposto por Althusser.

Um ponto interessante a observarmos aqui é que as mesmas regiões do conhecimento que estarão na base dessa ciência das ideologias, Lingüística, Materialismo Histórico e Psicanálise também estarão, futuramente, na base da teoria do e do método de análise do discurso.

CAPÍTULO 4

A TEORIA GERAL DAS IDEOLOGIAS DE THOMAS HERBERT

Vimos anteriormente que Michel Pêcheux estava engajado no projeto de construção de uma ciência das ideologias, a qual devia, segundo ele, ser composta por dois elementos: uma teoria e um instrumento de experimentação. Sendo assim, o seu primeiro texto é dedicado à realização desse projeto, mas, como não é de uma vez que se consegue uma façanha dessa grandeza, nesse momento, o autor apenas inicia o processo. De fato, notamos que ele se dedica quase exclusivamente à construção da teoria, apresentando suas linhas gerais e também produzindo alguns conceitos básicos que deveriam integrá-la. O método que deveria acompanhá-la, como instrumento de experimentação de seu discurso, fica apenas esboçado: ficamos sabendo que, em sua construção, tal como na da teoria, seriam utilizados conceitos advindos da Lingüística, da Psicanálise e do Materialismo Histórico.

O segundo texto do autor, “Observações para uma teoria geral das ideologias”, escrito em 1967, mas publicado em 1968, em *Cahiers pour l’analyse*, e assinado também com o pseudônimo de Thomas Herbert, é a continuação desse projeto. Novamente é a teoria que ganha atenção especial, pois, agora, trata-se de refinar o que, anteriormente, havia sido formulado sobre as ideologias. Se antes o método ficara apenas esboçado, nesse momento, ele não passa de uma rápida alusão no final do texto. Isso não quer dizer, entretanto, que ele está sendo deixado de lado. Na verdade, está sendo desenvolvido por Michel Pêcheux, desde 1967. E é disso que trataremos no capítulo seguinte.

Mas voltemos à teoria. Conforme o que Herbert ([1966], 1973) expõe em seu primeiro texto, a sua constituição deveria se dar por meio do recurso às três regiões do conhecimento acima citadas, das quais se tomariam por empréstimo alguns de seus conceitos, a serem transformados pela prática teórica responsável pela construção dessa teoria. Em seu segundo texto, vemos Herbert colocar em prática isso que, anteriormente, era apenas um projeto: agora estamos em face do trabalho de *construção* dessa teoria, o qual se sustenta justamente na releitura e articulação de tais conceitos. Vale lembrar que, no primeiro texto, a ênfase é dada a apenas uma dessas ciências, o MH, já que

quase todos os conceitos utilizados pertencem a ela. Já no segundo texto, vemos entrar em cena a apropriação da Lingüística e da Psicanálise.

Desse modo, é dessa teoria que trataremos neste capítulo, tentando sistematizar as idéias do autor (que são expostas de forma hermética e com a máxima síntese) e torná-las compreensíveis, seja dando alguns exemplos por nós elaborados, seja relacionando-as a algumas fontes teóricas por ele citadas. Nossa exposição buscará enfatizar o modo como as ciências acima citadas são apropriadas pelo autor.

4.1 Princípios gerais

Herbert principia apresentando as justificativas de uma ciência das ideologias, ou seja, os elementos que a tornam, ao mesmo tempo, “possível e necessária”.

O primeiro é o aparecimento das chamadas ciências da natureza. Estas já teriam transposto a fase da “transformação produtora de seu objeto”, vencendo determinadas ideologias, e viveriam a da “reprodução metódica”.

O segundo é o aparecimento da ciência das formações sociais⁴⁸. Esta, sempre conforme o filósofo, passou pelo momento da transformação produtora do objeto com os trabalhos de Marx, aquele que operou o corte epistemológico que marca a fundação de tal domínio científico. Uma das aquisições da teoria marxista foi ter tornado a ideologia, enquanto nível constitutivo de todo modo de produção, visível e analisável. Com as contribuições de Nicos Poulantzas ([1966], 1977), foi possível afirmar que as diferentes formas de ideologias relacionadas ao domínio da prática política (de tipo B) têm uma função de proteção e reforço em relação a outro nível do modo de produção, o jurídico-político. Como consequência, elas se tornavam futuros objetos de ciências particulares⁴⁹.

O terceiro elemento que torna possível e necessária uma ciência das ideologias, segundo o autor, é a existência do conjunto das ciências sociais. Elas são a matéria-prima a ser transformada para a construção conceptual do objeto dessa ciência.

Estas, consideradas pelos althusserianos como ideologias teóricas que se fazem passar por ciências, exerciam um papel “perigoso” aos olhos de um marxista: o de

⁴⁸ Ou da ciência da história ou do Materialismo Histórico.

⁴⁹ O autor não explicita isso, mas, de acordo com o que lemos até o momento, podemos concluir que a ciência da história, por ter mostrado a existência das ideologias, é o lugar epistemológico em que a ciência das ideologias vai se inscrever.

obstáculo epistemológico ao desenvolvimento da ciência das formações sociais (ou à “reprodução metódica” dessa ciência segundo a terminologia de Herbert). As ciências sociais “se colocam no lugar do processo que, por direito, teria podido se produzir e que elas, de fato, recalaram maciçamente” (HERBERT, [1968], 1995, p. 66)⁵⁰.

Segundo Herbert ([1968], 1995), se “a fase de ‘reprodução metódica’ do objeto da ciência das formações sociais *não aconteceu no sentido estritamente científico do termo*”, é devido “ao imenso recalque da científicidade do materialismo histórico que se exerceu sobre ele, sempre do ‘exterior’...” (p. 66-7)⁵¹.

Com essas afirmações, Herbert deixa perceber sua crença no fato de que a ausência de um desenvolvimento científico do Materialismo Histórico pode ser explicada, em parte, pela existência das ciências sociais, que ocuparam o seu lugar no espaço da prática teórica e se apresentam como teorias ideológicas, o que está de acordo com as posições dos althusserianos comentadas no capítulo precedente. Assim, elas constituem “uma ‘matéria-prima’ ideológica que pode e deve ser transformada” (HERBERT, [1968], 1995, p. 67).

A transformação das ciências sociais, segundo o que deixa entrever o filósofo, daria lugar ao surgimento de ciências particulares a serem fundadas no interior do continente história, o que constituiria seu desenvolvimento. Para nós, isso justifica a importância que Pêcheux dava à produção de uma teoria das ideologias (ou dos discursos ideológicos): somente o conhecimento da sua natureza permitiria encontrar os seus pontos de enfraquecimento.

Assim, vemos que, em seu segundo texto, Herbert tem a preocupação de explicitar, para que não restem dúvidas, qual o objeto da ciência das ideologias. Para ele, esta

“não tem por objeto primeiro uma realidade que seria a ideologia sob suas diversas formas ‘naturais’, mas uma *teoria ideológica da ideologia*. As ‘ciências sociais’, em seu estado atual, produzem globalmente esta teoria, e esta é sua maior ‘utilidade’ teórica” (HERBERT, [1968], 1995, p. 67).

⁵⁰ Vemos que Herbert pensa, ao mesmo tempo, os mecanismos de superação das resistências ideológicas em geral e das ciências sociais em particular. No primeiro caso, ele está preocupado com todas as ciências, mas, no segundo, com a ciência da história exclusivamente, uma vez que elas comprometem o seu desenvolvimento. É claro que o objetivo de Herbert é que a ciência das ideologias, revelando o mecanismo das ideologias em geral, possa permitir o desenvolvimento de todas as ciências instituídas, mas é, principalmente, o desenvolvimento do MH que é visado pelo filósofo. Ele tem um pé na ciência em geral e outro no marxismo. Ele é epistemólogo, mas é, acima de tudo, marxista.

⁵¹ Posição semelhante pode ser vista na seguinte passagem de Robin (1977): “os conceitos da Sociologia, que permitiam fazer a economia do materialismo histórico em matéria de ciências da sociedade, eram mais bem acolhidos e bastavam” (p. 18).

Podemos depreender dessa passagem que, para o autor, tal ciência não tem como matéria prima (ou G1, na terminologia de Althusser) a própria ideologia, isto é, o direito, a moral, a religião etc. no seu funcionamento real⁵². Nesse ponto, é útil lembrarmos que aquilo que os althusserianos chamam de G1 nunca é o próprio real, mas as representações sobre ele. Vejamos:

“uma ciência jamais trabalha sobre um existente, que tenha, por essência, a imediatidade e a singularidade puras (das ‘sensações’ ou dos ‘indivíduos’). Ela opera sempre sobre o ‘geral’, mesmo quando este tem a forma de ‘fato’” (ALTHUSSER, [1965], 1979c, p. 160).

Desse modo, as representações, as generalidades que servirão de matéria-prima para a ciência das ideologias são encontráveis nas ciências sociais, pois elas, sem ter consciência disso, são em grande parte representações ideológicas da própria ideologia, são elas que produzem e fornecem as primeiras abstrações sobre o real. Em outras palavras, as ciências sociais teorizam sobre a ideologia, mas a teoria que produzem é ela mesma ideológica e não científica.

Poderíamos tomar como exemplo disso o modo como as teorias psicológicas, sociológicas e antropológicas tratam de um fenômeno social, que elas chamam de processo de socialização dos indivíduos. Todas elas mostram como estes acrescentam à sua existência biológica uma dimensão sócio-cultural. O acréscimo dessa dimensão ocorre mediante a interiorização de normas e valores sociais (isto é, religiosos, morais, jurídicos, políticos, estéticos) e tem como consequências não só a identificação desses indivíduos com a sua própria sociedade, mas também a garantia da coesão social. Essas teorias, sem o saber, nada mais fazem que descrever os mecanismos das ideologias. Se são chamadas de ideológicas é porque naturalizam ou universalizam esses mecanismos que, segundo elas, seriam próprios de qualquer tipo de sociedade humana independentemente de suas manifestações históricas. Ora, segundo o Materialismo Histórico, procedendo assim elas ignoram que o papel desempenhado por esses mecanismos não é o mesmo de uma formação social historicamente determinada para outra. Assim, não podem perceber que, em uma sociedade sem classes, a socialização não tem o mesmo papel que em uma sociedade de classes – reproduzir as desigualdades.

Após ter definido e explicitado o objeto da ciência das ideologias, Herbert mais uma vez, deixará claro que não trata da ideologia como uma realidade única, mas a

⁵² Podemos perceber que Herbert não propõe que a ideologia mesma seja transformada pelo trabalho da ciência e isso é coerente com a posição de Althusser, pois, segundo este, a ideologia tem uma função nas sociedades e sempre deverá existir, conforme explicamos no capítulo 1.

considera sempre como dividida em dois tipos, A e B, conforme se relacionem com o domínio do processo de produção ou com o das relações de produção. Mas uma retificação apresentada pelo autor se faz necessária: para ele, não há essas duas formas puras de ideologias, mas sempre “formas mistas” (HERBERT, [1968], 1995, p. 68). Ele exemplifica com o caso da alquimia: mesmo sendo ideologia do tipo A (onde o elemento técnico sobressai), ela tinha uma função na sociedade, “político-religiosa”. Assim também acontece com os ritos religiosos, que são manifestações da ideologia religiosa e, portanto, de tipo B (onde a função de coesão social sobressai) – eles possuem elementos derivados de processos técnicos (como o incenso).

Após essas observações iniciais, começa o trabalho de aprofundamento da natureza da ideologia e de seu mecanismo. É aí que vemos entrar os conceitos da Lingüística e da Psicanálise.

4.2 Apropriação da Lingüística

Conforme mencionamos inicialmente, a Lingüística deveria ser, segundo Herbert, uma das ciências utilizadas para a construção da ciência das ideologias, fornecendo alguns de seus conceitos. De fato, ao leremos seu segundo texto, deparamo-nos com conceitos lingüísticos, tais como signo, significante, metáfora, metonímia, semântica e sintaxe. Mas há um fato que julgamos ser importante destacar: em nossa opinião, Herbert não os utiliza com o mesmo fim para que são chamados em seu campo original, nem na mesma acepção. Na verdade, o uso que faz deles se assemelha ao uso que outrora fizera Lacan.

Devido a isso, vamos fazer um rápido comentário sobre a apropriação lacaniana da Lingüística para compará-la com a de Herbert. Conforme Goeppert e Goeppert (1973), Lacan utilizou conceitos lingüísticos vindos de Saussure e Jakobson, mas o que nos interessa, no momento, é ver apenas o que diz respeito ao último⁵³.

⁵³ A relação de Lacan com Saussure será comentada no decorrer do capítulo, quando tratarmos da concepção lacaniana de significante.

Comecemos citando uma passagem do autor que embasa o psicanalista ⁵⁴.

“O desenvolvimento de um discurso pode ocorrer segundo duas linhas diferentes: um tema (*topic*) pode levar a outro quer por similaridade, quer por contigüidade. O mais acertado seria talvez falar de processo metafórico no primeiro caso, e de processo metonímico no segundo, de vez que eles encontram sua expressão mais condensada na metáfora e na metonímia respectivamente” (JAKOBSON, 1973, p. 55).

Nessa passagem, vemos que o lingüista relaciona o processo metafórico com o eixo das relações paradigmáticas (já que, a partir delas, pode ocorrer a substituição de um termo por outro) e o processo metonímico com o eixo das relações sintagmáticas (já que, a partir delas, os termos são conectados entre si e estabelecem relações de contigüidade) ⁵⁵. Em seu campo original, essas noções foram usadas para explicar, por exemplo, a forma de relacionamento entre sintagmas verbais e nominais e entre determinante e determinado, bem como os processos de engendramento do sentido.

Segundo a literatura em Psicanálise, Lacan utilizou os conceitos de metáfora e metonímia para explicar o modo de relacionamento de *outros elementos*, os significantes, pertencentes a um *outro campo de saber*, a Psicanálise. Para o psicanalista, a linguagem do inconsciente é composta por significantes cujo significado é recalcado e, portanto, desconhecido para o sujeito. Eles se conectam em uma cadeia e formam um discurso que obedece a uma determinada sintaxe. Mas, por outro lado, eles são constantemente substituídos por outros significantes através de processos que se assemelham à metáfora (substituição de um significante por outro que com ele mantém algum tipo de semelhança, seja no plano fonético, no semântico, ou no das características físicas do seu referente) e à metonímia (substituição de um significante por outro que com ele mantém algum tipo de relação de contigüidade, proximidade espaço-temporal, seja no plano da língua, seja no da “realidade”) ⁵⁶.

⁵⁴ Esse uso de conceitos da Lingüística, especialmente os trabalhados por Jakobson, parece ser autorizado pela semelhança dos conceitos de condensação e deslocamento de Freud com os de metáfora e de metonímia, segundo o que diz Lacan (1978) na seguinte passagem: “... os mecanismos descritos por Freud como os do processo primário, onde o inconsciente encontra seu regime, recobrem exatamente as funções que essa escola [de Praga] considera como determinando as vertentes mais radicais dos efeitos da linguagem, principalmente a metáfora e a metonímia, em outros termos, os efeitos de substituição e de combinação do significante nas dimensões respectivamente sincrônica e diacrônica em que eles aparecem no discurso” (p. 282).

⁵⁵ Vale lembrar que os conceitos de metáfora e metonímia que Jakobson relaciona aos de relações associativas e sintagmáticas são provenientes, respectivamente, da retórica e da teoria saussuriana.

⁵⁶ Além de ter usado esses conceitos para explicar o modo de conexão dos significantes entre si, Lacan também os utilizou para explicar o sintoma (que é uma metáfora de algo perdido, recalcado pelo inconsciente) e o desejo (que sempre se encontra ligado a outro através de relações de contigüidade e, portanto, metonímicas). (Cf. GOEPPERT; GOEPPERT, 1973, p. 121-2).

Herbert, por sua vez, lança mão desses mesmos conceitos, mas para pensar algo totalmente *distinto* quer da língua, quer do inconsciente: a ideologia. Assim, ela é considerada como uma entidade composta de elementos (que ele chama de signos, sinais, semantemas, indiscriminadamente) relacionados, ao mesmo tempo, entre si (cujas regras de articulação formam discursos) e com a realidade (o conjunto de sinais representam objetos do real e, além disso, guiam o comportamento dos homens), tal qual a língua fora definida por Saussure. Mas, além de conectar os elementos de que se compõe, é, sobretudo, os *sujeitos* encontrados em uma formação social historicamente determinada que ela conecta (e nisso reside a especificidade da ideologia), cumprindo sua função de coesão social. E se esses elementos se conectam, formando discursos, há conectores responsáveis pela conexão, mas eles não são do tipo preposição ou conjunção, e sim conectores jurídicos, religiosos ou morais, conforme detalharemos mais adiante.

De acordo com o que mencionamos, Herbert apresenta, em seu segundo texto, uma sofisticação na forma de pensar o objeto de sua teoria. Para não se limitar a uma classificação simples entre ideologias técnicas e políticas, ele propõe que as mesmas apresentam-se sob duas formas: empírica e especulativa. Na definição da natureza dessas duas formas, é que vemos entrar em ação os conceitos provenientes da Lingüística.

Sendo assim, segundo o autor, a primeira “concerne a relação de uma significação e de uma realidade”, enquanto a segunda “concerne a articulação de significações entre si, sob a forma geral do discurso” (HERBERT, [1968], 1995, p. 71). Assim, o que define a forma empírica da ideologia é a preocupação central em obter a maior adequação de cada termo seu a um determinado referente: ela se pergunta: “essa definição ou esse termo condiz com o objeto real?”. Por outro lado, a preocupação central da forma especulativa da ideologia é estabelecer, mediante a coerência interna de seus termos, o modo como os elementos da realidade se ordenam entre si, formando um discurso coerentemente articulado.

Herbert faz aqui um novo esclarecimento. A preocupação de adequação da significação com a realidade não é exclusiva das primeiras e, do mesmo modo, a preocupação com a coerência interna não é exclusiva das segundas. Sendo assim, é possível haver “cruzamentos” e “combinações” entre elas. Desse modo, uma ideologia técnica (ligada às forças produtivas) pode se apresentar sob uma forma empírica (a ideologia vulgar das técnicas pré-lavoisianas) ou sob uma forma especulativa (o

discurso alquimista). Igualmente, a ideologia política pode se apresentar sob uma forma especulativa (a filosofia tomista) ou sob uma forma empírica (as ciências sociais em seu estado atualmente dominante) (HERBERT, [1968], 1995, p. 70).

A fim de resumir essas duas características das formas empíricas e especulativas, o filósofo afirma que a primeira “coloca em jogo uma *função semântica* – a coincidência do significante com o significado” enquanto que a segunda “coloca em jogo uma *função sintática* – a conexão de significantes entre si” (p. 71). A ideologia, ao mesmo tempo, *recorta a realidade* em elementos que formam conjuntos (a função semântica) e os *articula* por meio de conectores ou regras de combinação (a função metonímica), formando um discurso. Ter essa distinção em mente é essencial para compreendermos o que o autor falará sobre a mutação ideológica, o que discutiremos mais à frente.

Essas duas formas de ideologia produzem aquilo que o autor chamou de “efeitos de conhecimento ideológico”⁵⁷, que são de dois tipos, A e B. No primeiro caso, conceitos operatórios técnicos advindos do processo de trabalho são recombinados em um discurso original. No segundo, o resultado do processo é também um discurso que “produz e conserva as diferenças necessárias ao funcionamento das relações sociais de produção nas sociedades de classe, e antes de tudo a ‘diferença’ fundamental: trabalhador/não-trabalhador”, levando os sujeitos a reconhecerem e assumirem seu lugar no interior dessas classes (HERBERT, [1968], 1995, p. 67). Essa tese ficará clara, em seguida, quando tratarmos do “mecanismo da ideologia”.

Mas o autor argumenta que esses “efeitos de conhecimento ideológico” são, na verdade, acompanhados de “desconhecimentos” produzidos no nível dessas duas funções, os quais, é o que acreditamos, a teoria das ideologias precisa evidenciar para facilitar a intervenção do trabalho teórico que, em última instância, implicará o enfraquecimento das ideologias teóricas.

As ideologias empíricas, dado o seu empirismo característico, estão fascinadas pelo problema da realidade e perseguem o ajuste do significante com o real. Elas consideram o homem como aquele que produz e distribui significações na superfície da realidade ou como “o animal ecológico que organiza seu meio, etiquetando-o com a ajuda de significações...” (HERBERT, [1968], 1995, p. 71). Assim, as significações

⁵⁷ O uso do termo “conhecimento ideológico”, cunhado por Herbert, parece não condizer com as posições teóricas de Althusser sobre a ideologia. Conforme dissemos no capítulo 1, para este filósofo, as ideologias não produzem nunca *conhecimentos*, mas apenas *representações* do real, que a ele fazem alusão e levam a uma ilusão.

estariam ancoradas na realidade, ou seja, o sentido das palavras seria garantido ou compreendido porque estaria ligado a um objeto do “mundo real”, o seu referente⁵⁸.

Para o autor, esse tipo de posicionamento poderia ser encontrado no interior da psicologia. Ela postula que a aprendizagem das significações se dá por meio do processo de condicionamento e acredita que a inteligência humana é capaz de dar nomes a tudo o que existe, processo suscitado pelas necessidades dos homens.

Assim, o desconhecimento dessa ideologia diz respeito à não compreensão da “especificidade simbólica do animal humano” (HERBERT, [1968], 1995, p. 72-3). Para o autor, que se baseia nos adquiridos do estruturalismo lingüístico e da Psicanálise, o que especifica o homem não é apenas a capacidade de nomear os objetos de seu meio (como pensa a psicologia). Na verdade, o acesso ao simbólico significa, ao mesmo tempo, a aquisição de um sistema lingüístico que dá a cada falante um conjunto de signos e de regras que determinam como esses signos funcionam e produzem sentido; e uma representação do lugar que esse falante ocupa no interior de uma cultura.

Enquanto as ideologias empíricas acreditam que o significado das palavras resulta de uma relação original entre o significante e o objeto da realidade, Herbert defende, de acordo com o estruturalismo, que

“a relação significante-significado resulta de uma propriedade da cadeia significante que produz, pelo jogo de uma necessária polissemia, os ‘pontos de ancoragem’ pelos quais ela se fixa no significado. Daí resulta, ao mesmo tempo, que somente as relações de *similaridade-diferença* entre os significantes permitem compreender como se opera a posição do valor, da marca, no sentido lingüístico do termo ...”(HERBERT, [1968], 1995, p. 73).

Sabemos que o formulador da teoria do valor foi mesmo Saussure, de quem Herbert é um leitor atento e admirado. Acreditamos que uma passagem de Edward Lopes (2001) sobre a teoria semântica de Saussure pode esclarecer sobre esse ponto, já que Herbert não desenvolve com mais detalhes essa sua posição. Vejamos, então.

“No CLG, Saussure distingue as relações intra-sígnicas – relações ‘verticais’ no interior de um mesmo signo entre o significante e o significado –, das relações intersígnicas – aquelas que cada signo mantém com os demais signos presentes no mesmo enunciado. A *parole* se desenvolve sintagmaticamente, ao longo de um virtual eixo de sucessões onde cada elemento discreto (‘palavra’) ocupa uma *posição significativa*. Graças a isso, o significado desse elemento não provém da sua natureza, mas sim, por um lado, da posição que ele ocupa por referência aos outros elementos co-ocorrentes em seu contexto e, por outro lado, ele depende dos elementos ausentes desse mesmo contexto, mas por ele evocados,

⁵⁸ Essa é uma problemática com a qual a Lingüística saussuriana vai romper, ao introduzir as noções de arbitrariedade do signo e de valor. Elas permitem pensar a significação não com base na relação signo/referente, mas sim na relação intersígnica, no interior do sistema lingüístico.

na memória implícita da *langue*. Assim, raciocinava Saussure, um elemento lingüístico é um *puro valor* e o seu significado fica determinado num duplo enquadramento: o *sintagmático*, discernível no contraste entre os elementos discretos *in praesentia* na *parole*, e o *paradigmático* (ou *associativo*), discernível nas oposições instauradas entre os membros da mesma classe de palavras e memorizáveis na *langue*" (LOPES, 2001, p. 235).

Seria interessante esclarecer as razões pelas quais Herbert insiste tanto nessa questão, aparentemente secundária no contexto de uma teoria geral das ideologias. Por que é tão importante, para ele, refutar o modo como as ideologias empíricas trabalham a questão da relação entre significação e realidade? Poderíamos dizer que isso se deve ao fato de esse modo de problematizar o sentido ter sido superado com o advento da Lingüística estrutural. Mas talvez essa explicação ainda seja insuficiente. Acreditamos que existe uma outra razão, talvez mais importante, para essa insistência de Herbert que só ficará mais clara no decorrer de seu texto. No momento, o que podemos adiantar é o seguinte: o pressuposto das ideologias empíricas de que cada signo tem seu sentido garantido pela ancoragem em apenas um único objeto real impossibilita pensar a existência das metáforas e, por consequência, o processo de metaforização inerente ao mecanismo das ideologias.

Quanto ao desconhecimento próprio às ideologias especulativas, Herbert afirma que elas não conseguem discernir a conjunção de dois efeitos que, segundo sua posição, precisam ser analisados conjuntamente: o “efeito de sociedade” e o “efeito de linguagem” (HERBERT, [1968], 1995, p. 71-2). Elas não conseguem perceber que “a função de reconhecimento de sujeitos entre si se assegura necessariamente sob a forma do discurso” (p. 72).

O autor cita teorias pertencentes ao Gestaltismo e ao funcionalismo sociológico como exemplos desse tipo de ideologias teóricas, pelo fato de sustentarem posições como as seguintes. Os homens compartilham um sistema de comunicação “que desempenha o papel de um código que controla as ‘interações sociais’ dos sujeitos entre si” (p. 72); a língua é um código e as relações humanas se reduzem a interações mediatizadas e controladas por ele⁵⁹; o homem, por sua vez, é o “animal social”, dotado de linguagem que troca com os outros as palavras do código.⁶⁰

⁵⁹ Já vimos na parte 1 deste capítulo como Herbert condenava essa concepção – ideológica, segundo ele – de relações sociais inter-individuais, as quais seriam, na verdade, relações entre classes sociais distintas.

⁶⁰ Essa concepção será criticada indiretamente na teoria do discurso por meio da concepção nova que Pêcheux formula e oferece: a linguagem não é mero instrumento de comunicação, mas o meio privilegiado da interpelação ideológica com todas as suas consequências.

As ideologias especulativas não conseguem compreender, segundo a passagem de Herbert citada mais acima, a relação entre o que ele chamou de “efeito de sociedade” e “efeito de linguagem”. O autor não explicita o que entende por esses efeitos, mas poderíamos dizer que o primeiro é relativo à existência das relações sociais de classes e da identificação diferencial dos sujeitos que são levados, pela ideologia, a assumir determinados lugares e papéis nessas relações, através do reconhecimento deles, enquanto o segundo relaciona-se à existência do discurso e de sua função no interior de uma formação social.

Afirma o filósofo que

“se o homem for pensado como o animal que se comunica com seus ‘semelhantes’, não compreenderemos jamais por que é precisamente pela forma geral do discurso que as dissimetrias, as dessemelhanças entre os agentes do sistema de produção são asseguradas” (HERBERT, [1968], 1995, p. 73).

Assim, podemos inferir que há dois fatos que as ideologias especulativas ignoram, ao desconhecer essa relação entre o “efeito de sociedade” e o “efeito de linguagem”. O primeiro é que existem desigualdades de classe na sociedade capitalista e feudal e o segundo é que a perpetuação da existência dessas classes é garantida por meio dos discursos. Ao considerarem os homens como animais sociais ou como semelhantes que se comunicam através de um mesmo código, elas recalcam a desigualdade entre eles.

O autor convoca um outro pensador marxista, Nicos Poulantzas, para, apoiando-se em sua teoria, refletir sobre o papel do discurso nas sociedades. Segundo esse autor:

“As relações humanas naturais fundadas em uma hierarquia de subordinação econômico-social dos produtores – ver o Estado escravocrata e feudal – são substituídas pelas relações ‘sociais’ de indivíduos autonomizados⁶¹, situados no processo de troca” (POULANTZAS apud HERBERT, [1968], 1995, p. 73-4).

Baseado nisso, Herbert pode perceber que o discurso ideológico dominante das sociedades capitalista e feudal representa as relações de produção de modo distinto. O primeiro representa-as como relações entre sujeitos iguais, as quais se dão de forma indireta, isto é, são estabelecidas através do mercado de trabalho e do contrato jurídico. O segundo, ao contrário, apresenta-as como relações entre sujeitos desiguais, as quais se

⁶¹ A palavra “autonomizados”, no texto original em francês “autonomisés”, foi traduzida como “automatizados”. Recorremos a uma outra tradução desse mesmo texto, feita por Maria da Glória Ribeiro da Silva, onde a palavra é mesmo “autonomizados”. Cf. a referência a essa tradução na lista de referências bibliográficas apresentada no final deste trabalho.

dão de forma direta, através da “comunicação imediata’ do homem com o homem” (HERBERT, [1968], 1995, p. 74).

Ainda seguindo Poulantzas, Herbert pode afirmar que o efeito do discurso ideológico da sociedade capitalista é que a desigualdade é recalculada⁶² e apresentada sob a forma de relações entre indivíduos livres e iguais, enquanto o efeito do discurso ideológico feudal é que a desigualdade é assumida e apresentada como natural. Assim, a conclusão do autor é que, nos dois casos, a função desses discursos é assegurar as dissimetrias, mesmo que isso seja feito de modos diferentes.

Herbert convoca esse mesmo autor para esclarecer um segundo ponto: a relação entre a política e a ideologia. Segundo este, as ideologias apagam a existência das classes (das desigualdades sociais), representando os indivíduos como seres atomizados e iguais e o funcionamento do nível político tem como condição de possibilidade esse trabalho da ideologia.

Herbert afirma, ainda, que a ideologia especulativa recalca em seu interior a instância política, isto é, ela não deixa ver a existência das relações desiguais entre os indivíduos que ocorre na sociedade capitalista. E afirma também que a ideologia especulativa é “totalmente controlada por ela [a instância política]” (HERBERT, [1968], 1995, p. 74), o que significa, em nossa opinião, que as ideologias especulativas são úteis a ela, pois garantem sua existência.

Nesse momento, podemos compreender algo que Herbert não esclarece em seu primeiro texto: é na teoria da Poulantzas que ele encontra a fonte de sua reflexão sobre a relação entre as ideologias e o que ele chamou, lá, de prática política. Mas podemos ver também uma especificação muito importante e que está ausente daquele texto. Lá, ele descreve o processo operado pelas ideologias (individualização, totalização sintética e produção da Razão como Sollen ou racionalização, conforme expusemos anteriormente) como um processo que seria a-histórico, isto é, aconteceria em qualquer tipo de sociedade. Aqui, inversamente, ele deixa claro que se trata de um processo próprio das sociedades capitalistas, pois é nelas que a existência das classes sociais é apagada/recalcada pelo trabalho ideológico.

Após essas considerações, Herbert enuncia dois princípios gerais das ideologias, que julgamos estarem relacionados às funções sintática e semântica acima referidas. O primeiro é o “princípio de dualidade”, segundo o qual elas funcionam sob duas

⁶² Esse recalculo ou apagamento próprio à sociedade capitalista será meticulosamente analisado pelo autor na seqüência de seu texto.

modalidades, sendo que uma delas é dominante: a “dominância metafórica semântica” e a “dominância metonímica sintática” (HERBERT, [1968], 1995, p. 76).

Quando há uma dominância metafórica semântica, “a ideologia se apresenta então como um sistema de sinais que permitem selecionar os valores e identificá-los” e, nesse caso, o “elemento diferencial é pertinente” (p. 76). Em outras palavras, o nível semântico da ideologia fornece “o recorte da ‘realidade’ em elementos sintagmáticos mínimos separáveis” (p. 79).

O autor não fornece maiores explicações, mas acreditamos que tal formulação pode ser interpretada fazendo-se uma comparação com o que ocorre no sistema lingüístico, no que diz respeito às relações paradigmáticas ou, ainda, nos casos de metáfora: poderíamos dizer que esses sistemas de sinais são compostos de elementos que estabelecem relações de semelhanças e diferenças com outros elementos, o que permite que eles possam se substituir ou não. A dominância metafórica semântica ocorre nas ideologias pré-científicas, ou ideologias empíricas, de tipo A.

Quando, ao contrário, há uma dominância metonímica sintática, “a ideologia assume então a forma de um sistema de *operações* sobre os elementos, sistema simbólico que tem a forma geral do teórico” e, nesse caso, o “operador de conexão é pertinente” (HERBERT, [1968], 1995, p. 76) ou, ainda, o nível sintático contém as leis de combinação desses elementos, as quais adquirem a forma de “operadores suscetíveis de produzir combinações” (p. 79).

Prosseguindo com nossa interpretação, comparamos com o que acontece nas relações sintagmáticas, por exemplo, na construção de uma frase: o que importa é a relação dos elementos entre si, a qual é estabelecida através de um conector que permite e torna possível essa relação e é responsável pela coerência do sentido dessa frase. Vejamos o que acontece no discurso jurídico: os elementos *contratante* e *contratado*, por exemplo, são ligados ou conectados por meio de um operador de conexão, o *contrato*, que funciona estabelecendo a coerência entre esses elementos. A dominância metonímica sintática ocorre nas ideologias especulativas, de tipo B.

Podemos perceber que essa tese de Herbert está de acordo com a teoria de Althusser segundo a qual as ideologias possuem diferentes graus de sistematização. Para este filósofo, elas podem se apresentar como ideologias práticas, compostas de sinais, comportamentos, costumes, gestos, onde não há sistematização e, portanto, não há teoria. Mas elas podem se apresentar também como ideologias teóricas, altamente sistematizadas, com uma teoria assentada em noções coerentemente articuladas.

Tomemos como exemplo a ideologia religiosa: quando se trata dos ritos religiosos (fazer o sinal da cruz, ajoelhar-se etc.), temos uma ideologia prática e, quando se trata da teologia, temos uma ideologia teórica, sistematizada (Cf. ALTHUSSER, [1965], 1979b, p.51).

Assim, cruzando a terminologia de Herbert com a de Althusser, temos que: quando em uma ideologia domina a modalidade metafórica semântica, ela é pouco ou nada sistematizada; por outro lado, quando domina a modalidade metonímica sintática, ela é altamente sistematizada, adquirindo o estatuto de teórica.

Isso fica mais claro quando vemos que a teoria não é uma mera justaposição de conceitos, mas, fundamentalmente, um sistema de conceitos conectados e coerentes entre si. Por isso é que, na segunda modalidade da ideologia, o elemento pertinente, conforme Herbert, é o operador de conexão.

O segundo princípio geral das ideologias é o “princípio da desigualdade” (HERBERT, [1968], 1995, p. 77), o qual já fora rapidamente mencionado pelo autor anteriormente e diz respeito à impossibilidade de formas puras das ideologias: os tipos A e B ou, ainda, as modalidades metafórica semântica e metonímica sintática se entrecruzam, formando realidades mistas. Em outras palavras, todas as ideologias historicamente determinadas são marcadas pela presença tanto da modalidade metafórica semântica quanto da metonímica sintática. No caso das ideologias de tipo A, empíricas, predomina a primeira (e a segunda é secundária) e no caso das de tipo B, especulativas, predomina a segunda (e a primeira é secundária).

O princípio da desigualdade traz duas consequências para a teoria de Herbert. Uma diz respeito à estrutura das ideologias com que as ciências distintas têm de romper. A outra é a força da resistência epistemológica que essas ideologias apresentam, o que está ligado ao lugar onde elas nascem, o campo técnico ou o político.

Com relação à primeira consequência, Herbert, ao postular que as ideologias empíricas não são apenas um conjunto de elementos, mas que possuem também uma sintaxe ligando-os, mostra que as ciências da natureza não romperam com um conjunto de elementos, mas com o sistema que eles formavam. Se não fizesse isso, o autor daria a entender que as ciências naturais, para se instituírem, precisaram apenas substituir conceitos ideológicos por outros científicos. Mas não foi assim. Havia teorias ideológicas compostas por esses elementos (alquimia, astrologia etc.), e a ação da ruptura se exerceu sobre elas. Assim, tanto as ciências da natureza quanto as da história precisam romper com teorias e nunca com conceitos isolados. A física de Galileu, por

exemplo, não representou uma substituição das antigas noções aristotélicas sobre a natureza, mas criou novos conceitos conectados por uma sintaxe totalmente nova: a matemática.

A segunda consequência é que as resistências epistemológicas impõem uma força desigual para a “transformação produtora do objeto” das ciências. No caso das ciências da natureza, a resistência é pequena⁶³, pois as ideologias atuam como discurso que simula o papel de ciência. Já no caso da ciência do “continente-história”, a resistência imposta pelas ideologias é bem maior⁶⁴. Segundo o autor, elas “são particularmente resistentes a uma transformação produtora do seu objeto” (HERBERT, [1968], 1995, p. 77). Isso se justifica, segundo as informações que nos dá o texto, pelo fato de apresentarem dois tipos de obstáculos. O primeiro deles nós chamaríamos de obstáculo epistemológico e político: em sua modalidade metonímica sintática, os elementos que as ideologias conectam não são elementos da natureza, mas sim os *sujeitos* que compõem toda formação social, conexão efetuada por meio de um discurso que tem por fim garantir a coesão social⁶⁵ e a própria estrutura da sociedade. O outro obstáculo chamaríamos de epistemológico: as ciências sociais se caracterizam como ideologias especulativas que buscam uma confirmação na prática técnica, através do uso, por exemplo, de experimentos e entrevistas – suas teorizações são sempre conformes com o real, elas buscam uma verossimilhança. Elas acreditam que já possuem um objeto, o dado do real e, por isso, não precisam fazer uma “transformação produtora do seu objeto”. Mas, para Herbert, o objeto do conhecimento é sempre uma produção, uma construção da inteligência humana e nunca o real decalcado.

Retornando à classificação das ideologias em suas modalidades semântica metafórica e metonímica sintática, Herbert introduz outras características específicas das ideologias.

Assim, a ideologia com dominância metafórica semântica pode ser descrita, segundo Herbert, como um “sistema de marcas” ou um “sistema de sinais” (HERBERT, [1968], 1995, p. 78) que baliza o comportamento cotidiano dos homens, isto é, o que eles dizem e fazem. A partir desse sistema, os homens sabem o que é possível e

⁶³ Aquilo que Herbert chamou, em seu primeiro texto, *o caráter de nuvem* das ideologias de tipo A.

⁶⁴ Essa posição de Herbert está fundada em alguns pressupostos, dos quais o principal é a crença na científicidade da teoria marxista. Para entendermos seu raciocínio, é preciso que observemos o seguinte: o corte epistemológico fundador do continente-história existe e foi operado por Marx; o seu desenvolvimento encontra-se, entretanto, comprometido: ciências regionais desse continente não foram fundadas; as ciências sociais são as ideologias teóricas, os obstáculos epistemológicos, que impedem a sua fundação e precisam, portanto, ser vencidas.

⁶⁵ Aquilo que Herbert chamou, em seu primeiro texto, *o caráter de cimento* das ideologias de tipo B.

impossível, o que é autorizado ou proibido, o que é racional ou irracional etc. Mas o autor lembra que esses sinais não estão isolados, havendo uma “sintaxe minimal” que se apresenta como uma “concatenação elementar de gestos e de falas que têm imediatamente sua própria normatividade” (p. 78).

A nosso ver, Herbert está considerando aqui que os sinais, ou signos, ou significantes (o autor não segue uma nomenclatura muito fixa) que compõem as ideologias não são meros elementos taxionômicos, mas apresentam-se sempre indissociados de certas propriedades e características ou mesmo de certas prescrições. Em outras palavras, os elementos naturais, por exemplo, são dotados de propriedades que definem o que se pode ou não fazer com eles ou o modo de manuseá-los (ninguém tentaria apagar o fogo com álcool), assim como os significantes relacionados aos sujeitos carregam um conjunto de preceitos que dizem o que eles, enquanto tais, podem/devem ou não fazer, dizer etc. (ser cidadão implica uma série de direitos e deveres a serem observados).

Já a ideologia com dominância sintático-metonímica⁶⁶ apresenta-se como um “sistema de operações” (HERBERT, [1968], 1995, p. 78). Mas, ao lado disso, ela guarda uma “semântica residual” que se torna “a matéria prima de uma construção que incorpora os semantemas que encontra” (p. 78). Os “núcleos construtores” dessa forma em que se apresenta a ideologia “são as instituições e os discursos” (p. 78).

Com essas observações, Herbert mostra que a ideologia não é apenas um *conjunto* de sinais ou signos que nomeiam os objetos reais estabelecendo uma relação deles com a realidade (essa é apenas a sua dimensão semântica), mas que ela é antes de tudo um *sistema* de sinais ou signos que se encontram articulados, o qual, portanto, possui uma coerência (essa é sua dimensão sintática).

Ao afirmar que os núcleos construtores das ideologias com dominância metonímica sintática são as instituições, Herbert avança em relação a Althusser. Este afirma que a maioria dos homens vive a ideologia na sua forma não teorizada, não sistematizada, e que esta só é acessível a uma minoria (cf. ALTHUSSER, [1965], 1979b, p.52): muitos são religiosos, mas pouquíssimos são teólogos; a maioria dos homens, senão todos, apresenta alguma forma de gosto artístico, mas somente alguns raros escrevem tratados de estética etc. O que ele não diz, embora possamos admitir que fique implícito, é que a teorização da ideologia é indissociável de um certo grau de

⁶⁶ Herbert oscila entre o uso das expressões dominância *metafórica semântica* e *dominância metafórico-semântica*; o mesmo acontece com dominância *metonímica sintática* e *dominância sintático-metonímica*.

institucionalização. Herbert, ao contrário, estabelece uma relação explícita entre a forma ideológica com dominância sintático-metonímica e as instituições. Como veremos mais adiante, o estabelecimento explícito dessa relação é rico em consequências.

Uma das utilidades de postular a existência de uma oposição entre ideologia de forma metafórica semântica e ideologia de forma metonímica sintática é que ela pode levar, segundo o autor, a compreender a diferença entre “comportamento ideológico” e “discurso ideológico”. Isso é o que veremos na seção seguinte, quando tratarmos do que ele denominou “processo ideológico”.

Mas podemos dizer, desde já, que nos parece que a distinção estabelecida por Herbert entre “comportamento ideológico” e “discurso ideológico” toma como ponto de partida a distinção de Althusser entre formas práticas e teóricas das ideologias, que comentamos mais acima. Porém este último não vai além da constatação do fato de que uma região ideológica pode assumir ou não uma forma teorizada e sistematizada. O mais importante fica por explicar: em que consiste essa sistematização, essa teorização, de um domínio ideológico? As formulações de Herbert possibilitam um avanço quanto a esse ponto. Pensando a ideologia pelo viés da linguagem, ele nos permite entender que essa sistematização teórica consiste em uma dominância sintático-metonímica.

4.3 Apropriação da Psicanálise

Já adiantamos que a análise que Herbert faz das ideologias (sua natureza, suas formas concretas e seu mecanismo) se assemelha ao trabalho de Lacan em relação ao inconsciente, quando se trata da apropriação de conceitos lingüísticos. Mas gostaríamos de introduzir agora a idéia de que Herbert não busca na Psicanálise apenas uma inspiração: na verdade, a sua teoria está fortemente embasada em conceitos psicanalíticos. Isso se torna visível não só quando observamos que o filósofo se apropria de uma tese central da ciência do inconsciente para explicar, depois de realizadas as devidas adaptações, o mecanismo ideológico que leva os sujeitos a ocuparem um lugar na estrutura social, mas também quando pensa o discurso científico como o “retorno do recalcado” ou como um “discurso delirante”⁶⁷.

⁶⁷ A discussão dessa apropriação será desenvolvida no decorrer do capítulo.

Mas antes de discutirmos essa apropriação, gostaríamos de comentar algo que julgamos importante em relação a esse uso tão radical, aprofundado, da Psicanálise. Parece-nos que ele é autorizado e, além de tudo, assentado sobre um artigo de Althusser intitulado “Freud e Lacan”, de 1964-5.

Esse artigo é dedicado a defender que a Psicanálise é uma ciência de fato, tendo por argumento que ela é provida de um objeto científico, de um método e de uma prática (ALTHUSSER, [1964-5], 1984, p. 53-4) e que essa científicidade resulta tanto do trabalho de Freud, por ter sido quem produziu tal objeto, quanto do de Lacan, aquele que foi o responsável pelo retorno à teoria madura de Freud, cujas consequências foram a crítica a todos os usos ideológicos dessa teoria feitos pela psicologia, sociologia etc. e o seu desenvolvimento (ALTHUSSER, [1964-5], 1984, p. 56-7). Mas o motivo mais forte que leva Althusser a tomar o partido desse campo do saber é ver nele elementos que permitiriam pensar uma problemática própria ao marxismo, a ideologia, o que fica claro na conclusão de seu texto:

“Desse modo, ter-se-á notado, está aberta, para nós, sem dúvida, uma das vias pelas quais chegaremos talvez um dia a uma melhor compreensão dessa *estrutura do desconhecimento*, que interessa, em primeiro lugar, a qualquer pesquisa sobre a ideologia” (ALTHUSSER, [1964-5], 1984, p. 71).

Sendo assim, era necessário reabrir o diálogo entre Marxismo e Psicanálise, que havia sido calado há algum tempo, quando um artigo de marxistas definiu-a como uma teoria reacionária e ideológica (Cf. EVAGELISTA, 1984, p. 11).

“Freud e Lacan”, antes de ser publicado, passou todo o ano de 1964 circulando entre os alunos da ENS (Escola Normal Superior) e surtiu os efeitos desejados pelo seu autor: muitos althusserianos seguiram a via aberta por ele tentando articular ciência da história e Psicanálise. Um dos resultados disso foi a criação da revista *Cahiers pour l'analyse*, na qual, não por coincidência, Pêcheux publica seus dois primeiros textos, assim como outros althussero-lacanianos (Cf. DOSSE, 1993, p.318;328).

Desse modo, a apropriação da Psicanálise para pensar as ideologias feita por Pêcheux não é gratuita, mas justificada por uma opção teórica. Vemos que ela é colocada em prática para explicar três questões profundamente relacionadas: o modo como as ideologias levam os sujeitos a assumirem um lugar na sociedade, sem saberem que se trata de uma determinação; o “processo ideológico”, que tem como resultado o recalque das dissimetrias próprias das sociedades de classes; e, por fim, a natureza do discurso de uma “mutação ideológica”.

Para explicar o mecanismo que age no primeiro fenômeno acima citado, Herbert tomará como ponto de partida uma tese Lacan: “o significante representa o sujeito para um outro significante” (LACAN apud HERBERT, [1968], 1995, p. 75)⁶⁸. Para que possamos discutir como Herbert se apropria dela, é necessário que reflitamos sobre o significado que ela tem no interior da teoria lacaniana, o qual, por sua vez, pode ser melhor apreendido se relacionado a alguns outros pontos dessa teoria.

O trabalho de Lacan se inscreve no interior do movimento de releituras de alguns clássicos, ocorrido na França, na época do estruturalismo: ele releu Freud, o fundador da Psicanálise. Essa releitura apoiou-se, em primeiro lugar, em uma apropriação da Lingüística, notadamente em relação ao conceito de signo lingüístico de Saussure, e às considerações sobre metáfora e metonímia de Jakobson. E, em segundo lugar, da Antropologia, sobretudo a concepção de Lévi-Strauss sobre o caráter simbólico, e não mais biologizante, das relações de parentesco.

Comecemos nossa exposição pelo conceito de signo, fazendo uma comparação das diferentes definições de ambos os teóricos. O fundador da Lingüística definiu o signo lingüístico como uma entidade composta de duas faces, o significante ou imagem acústica e o significado ou conceito: elas remetem uma a outra, sendo inseparáveis, e sua relação é responsável pela significação (Cf. SAUSSURE, 1996, p. 80-81). Lacan, por outro lado, apesar de concordar que o signo comporta essas mesmas duas faces, quebra a sua unidade, postulando a prevalência do significante, o qual é representado por um S maiúsculo, sendo separado do significado por uma barra horizontal. É o seguinte o algoritmo lacaniano: S/s, isto é, significante sobre significado (Cf. LACAN, [1966], 1978, p. 227; 245).

Se as definições de signo dos autores não coincidem, é na concepção de significante que eles mais se distanciam. Este, na teoria lacaniana, é o elemento que estrutura as relações que o homem mantém com os outros e consigo próprio. Veremos com mais detalhes esse processo em seguida.

Para Saussure, um significante evoca imediatamente um significado, enquanto para Lacan, um significante não se liga a nenhum significado facilmente identificável ou transparente, mas apenas a outros significantes, os quais formam uma cadeia. Como consequência, “o significante não significa nada ou pode significar qualquer coisa”

⁶⁸ O autor enfatiza que o uso que faz dessa tese é aplicada a “fins (parcialmente) diferentes” (HERBERT, [1968], 1995, p. 75). Acreditamos que ele estende para o conjunto das ideologias especulativas o processo que, segundo a Psicanálise, constitui os sujeitos pelo seu ingresso na ordem simbólica.

(FERREIRA, 2002). Em outras palavras, conforme Botia (2001), ele “carece em muitos casos totalmente de sentido, é uma pura fórmula vazia que se inscreve no inconsciente...” (p. 90).

Segundo Longo (2006), para Saussure, “a significação é atingida necessariamente, independente da posição quer do significante (imagem acústica) quer do significado (conceito), desde que (...) se relacionem reciprocamente”, ao passo que, para Lacan, “o falante desliza de significante em significante sem conseguir entender o que fala, alienado que está daquilo que diz” (p. 45-6). Assim, há múltiplos significantes para um mesmo significado reprimido, o qual se desvanece em meio àqueles.

Além do que foi dito, vale lembrar que o significante lacaniano é sempre substituído por outro significante (o que veremos quando tratarmos da metáfora e da metonímia) e é o elemento constitutivo não só do inconsciente, mas também da ordem simbólica, como explicaremos mais adiante.

Se o seu significado não é localizável com facilidade, como, então, se dá o acesso a ele? Para que um significado seja estabelecido, é necessário observar a articulação dos significantes no discurso, pois

“é no discurso que os significantes se amarram, produzindo como efeito dessa amarração o significado. O significado atribuído a um significante é literalmente efeito do discurso, isto que faz laço entre os seres falantes” (FERREIRA, 2002).

A concepção de Lacan acerca do significante foi construída, também, a partir do modo como Jakobson pensava as noções de metáfora e metonímia, conforme explicamos mais acima. Sabemos que Freud já houvera relacionado metáfora e metonímia com os conceitos de condensação e deslocamento, processos típicos do trabalho onírico. Lacan acredita que é através desses mesmos processos (ou leis) que os significantes estabelecem relações entre si. Segundo Botia (2001),

“Os significantes se articulam segundo os processos automáticos de condensação e deslocamento que, para Lacan, se assimilam aos mecanismos lingüísticos da metáfora e da metonímia, respectivamente, pelo que dizem algo totalmente distinto do que afirmam explicitamente” (p. 92).

Nesses processos, há sempre um significante que não é revelado: no metafórico, ele está presente-ausente, na substituição por outro através de uma relação de similaridade; no metonímico, ele está totalmente ausente, na substituição por outro através de uma relação de contigüidade (VALLEJO; MAGALHÃES, 1981). É isso que significa a tese de Lacan de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem.

Os significantes são elementos constitutivos da ordem simbólica⁶⁹, conforme dissemos há pouco, a qual designa a ordem da cultura, da lei, da linguagem⁷⁰. A ordem simbólica, também chamada de ordem dos significantes, é um sistema cujas leis regem a sua conexão. Ela é que constitui os sujeitos, torna possíveis as relações entre eles, determina seu comportamento e faz com que eles sejam o que são.

Mas como isso acontece? Ela lhes oferece um conjunto de significantes com os quais esses indivíduos se identificam, por exemplo, “filho”, “pai”, “mãe”; “menino”, “menina”; “criança”, “adulto”.

“Com efeito, o sujeito está figurado no simbolismo por um loco-tenente, por um significante, quer se trate do pronome pessoal ‘eu’, do prenome que lhe foi atribuído ou da denominação ‘filho de’. Ademais, a ordem do símbolo, do significante, que não se sustém senão por suas relações colaterais – relações do significante a outros significantes – vai definitivamente captá-lo em suas redes” (LEMAIRE, 1979, p. 112).

Assim, o que possibilita ao sujeito se constituir como um sujeito singular é a sua inserção na ordem simbólica e a consequente identificação a determinados significantes.

Essa identificação do sujeito com certos significantes traz uma série de consequências. Uma delas é criar uma imagem de si mesmo e dos outros sujeitos com quem convive, os quais, por sua vez, também estão identificados com outros significantes. Outra é criar uma imagem das relações que mantém com esses sujeitos. E, por fim, é assumir um lugar e um papel nessas relações. Tomemos como exemplo o caso das relações familiares: o indivíduo que se identifica como “filho” contrai relações com outros indivíduos identificados como “pai”, “mãe”, “irmão”, “tio” etc. e, nesse momento, seu lugar e seu papel, bem como seus direitos e deveres enquanto “filho” serão determinados.

Disso decorre que o sujeito “é determinado por uma função simbólica e a posição resultante do sujeito com relação ao outro não é direta, mas mediada pelo

⁶⁹ Sobre esse conceito afirmou Althusser ([1964-5], 1984): “Está aí, sem dúvida, a parte mais original da obra de Lacan: a sua descoberta. Essa passagem da existência (no puro limite) biológica à existência humana (filho de homem), Lacan mostrou que ela se operava sob a Lei da Ordem que eu chamarei Lei de Cultura, e que essa Lei da Ordem se confundia, em sua essência *formal*, com a ordem da linguagem” (p. 64).

⁷⁰ Lacan defende a supremacia do simbólico sobre o real, pois, para ele, tudo no vivido se apresenta marcado pelo significante. Aqui encontramos uma semelhança com Althusser, para quem também o real está sempre representado através das representações imaginárias dadas pela ideologia. A diferença é que, para um, é a ordem simbólica e, para outro, é a ideologia quem é responsável pela representação. A nosso ver, essas aproximações entre Lacan e Althusser permitem a Pêcheux a apropriação da Psicanálise em sua teoria das ideologias.

sistema de regras e convenções do registro simbólico” (VALLEJO; MAGALHÃES, 1981, p. 154).

Acreditamos que a seguinte passagem, que trata das consequências teóricas dessa concepção de sujeito, é muito importante, por apresentar-se como uma objeção à concepção de sujeito que Herbert renega. Vejamos: “O ser humano (...) não pode mais ser dito ‘causa’, ‘origem’ do simbolismo lingüístico ou cultural, no sentido em que criasse este simbolismo e o sujeitasse como meio para seus projetos de mestre absoluto” (LEMAIRE, 1979, p. 112-3) ⁷¹. Não é essa a concepção de sujeito como origem das significações que as ideologias empíricas sustentam, segundo Herbert? Na verdade, o sujeito seria mais um efeito do que propriamente uma causa do significante.

Esperamos ter podido explicar a tese de Lacan segundo a qual “o significante representa o sujeito para outro significante”, que é utilizada por Herbert nesse seu texto sobre as ideologias.

Herbert transpõe esse modo de teorizar sobre a constituição dos sujeitos pela ordem simbólica, cujos elementos são os significantes, proposto originalmente pela Psicanálise, para o plano das ideologias, conforme dissemos. Coerentemente com a tese lacaniana, ele afirma que

“a cadeia sintática dos significantes determina para o sujeito o seu lugar, identificando-o a um certo ponto da cadeia (o significante no qual ele se representa), e esse mecanismo de identificação diferencial não é outro senão o ‘efeito de sociedade’, cujas dissimetrias encontram aqui sua causa” (HERBERT, [1968], 1995, p. 75).

Podemos perceber que o autor alarga o campo de atuação desse processo, vendo que ele se opera não somente nas relações familiares, mas em todos os tipos de relações sociais existentes na sociedade: todos os discursos ideológicos (moral, religioso, jurídico etc.) são compostos de significantes com os quais os sujeitos se identificam. Assim, poderíamos nos arriscar a dar um exemplo daquilo que acontece no campo do direito. Os indivíduos, quando assinam um contrato de locação, identificam-se a certos significantes, como “locador”, “locatário” e “fiador”, que designam os seus direitos e deveres, os quais eles passam a respeitar. Também no campo da religião isso acontece: os indivíduos se identificam com significantes, tais como “crente”, “sacerdote”, “fiel” e estabelecem relações entre si, baseadas em direitos e deveres entre “filhos de Deus”.

⁷¹ Essa passagem da autora parece traduzir a seguinte observação de Lacan (1978): “... a ordem do símbolo não pode mais ser concebida como constituída pelo homem, mas como o constituindo” (p. 52).

Herbert explica que pode ser designado com o termo *metonímia* “o efeito pelo qual os ‘sujeitos’ são pegos na organização sintática significante...” (HERBERT, [1968], 1995, p. 75).

Mas ele vai além e afirma que

“o processo metonímico pode dar conta ao mesmo tempo da inscrição dos sujeitos na estrutura sintática e do *esquecimento* dessa *inscrição* pelo mecanismo de identificação do sujeito ao conjunto da estrutura, permitindo a reprodução desta” (HERBERT, [1968], 1995, p. 75).

Já vimos que o autor denomina de “inscrição dos sujeitos na estrutura sintática” justamente o processo de identificação com determinados significantes. Mas vemos que, nessa passagem, ele introduz uma nova idéia, a de que os sujeitos esquecem sua inscrição na cadeia significante e isso conduz, em última instância, à reprodução da estrutura social. Vejamos o que isso significa através de um exemplo do que acontece no discurso jurídico.

Através desse discurso, o operário não se vê como aquele que, por não possuir os meios de produção, é obrigado a vender sua força de trabalho aceitando as condições impostas pelo capitalista. Na verdade, a partir do que lhe diz o discurso jurídico, a representação com a qual ele se identifica é a de um proprietário (tal qual o capitalista) que vende uma mercadoria (sua força de trabalho), obedecendo ao que estipula um contrato jurídico em termos de direitos e deveres. Nessa representação que o discurso jurídico faz das relações econômicas, a dissimetria aí existente é apagada em benefício de uma igualdade jurídica entre contratantes. Ou seja: tanto o capitalista quanto o operário são igualmente proprietários e vendedores de mercadorias. Assim, no discurso ideológico jurídico, as relações entre indivíduos de classes sociais antagônicas são apagadas em função de outros tipos de relações, no caso, as jurídicas.

Isso acarreta uma consequência, segundo deixa entrever Herbert. As desigualdades existentes na sociedade capitalista não são vistas pelos sujeitos. E já que não são vistas, elas não se tornam um problema e, desse modo, a reprodução da estrutura da sociedade e das relações de produção fica assegurada.

A nosso ver, Herbert pode elaborar essas teorizações baseado na definição de Althusser sobre a ideologia. Segundo este, como vimos, a ideologia é uma representação das relações imaginárias que os indivíduos mantêm com suas reais condições de existência. As relações econômicas são relações desiguais, assimétricas, mas as ideologias, ao representarem essas relações, não as descrevem como tais, visto

que elas não são visíveis a olho nu, mas as representam como relações entre iguais que são de outra natureza: conforme se trate da ideologia jurídica, são relações jurídicas; conforme se trate da ideologia religiosa, são relações religiosas e assim sucessivamente.

Seguindo essa tese de Althusser e as teorizações lacanianas sobre o modo de conexão dos significantes entre si (através de processos metonímicos e metafóricos, conforme dissemos), Herbert descreverá o “processo ideológico” que tem como resultado o recalque das dissimetrias próprias das sociedades de classes.

Segundo ele, “os comportamentos econômicos, políticos, morais, religiosos etc. se metaforizam entre si (isto é, se emprestam elementos uns aos outros)” enquanto que o discurso teórico metonimiza, isto é, liga ou conecta esses elementos, inserindo-os em uma forma especulativa específica: moral, política, religiosa etc. (HERBERT, [1968], 1995, p. 79).

Assim, o processo ideológico é composto por deslocamentos de elementos em uma direção vertical (metafóricos), os quais são organizados por uma sintaxe em uma direção horizontal (metonímica).

Comecemos descrevendo o processo vertical, das metaforizações. O nível econômico, enquanto sistema de base de toda formação social, é um conjunto de elementos (signos, sinais, semantemas, significantes: o autor usa esses termos como equivalentes) regido por uma lei que define o lugar de cada sujeito no processo produtivo, ou seja, ela determina quem ocupará o lugar de operário, de capitalista e de agentes auxiliares da produção (administradores, engenheiros etc.). Esses elementos, segundo o autor, “caem” em outro nível da formação social, o jurídico, metaforizados por meio de outros significantes próprios a esse nível: contratante, contratado etc. Esses novos significantes sofrem um deslocamento e “caem” no nível ideológico metaforizados por outros significantes: cidadão, filho de Deus, sujeito moral etc. (HERBERT, [1968], 1995, p. 81).

A consequência desse processo de repetidas metaforizações é que a dissimetria do nível econômico é recalada (esquecida, apagada), ou seja, o fato de que entre os sujeitos há uma diferença fundamental (uns são explorados e outros, exploradores). A identificação desses sujeitos com outros significantes próprios aos níveis jurídico e ideológico conduz à idéia de uma igualdade entre eles.

Sintetizando o que foi explicado, Herbert assim define o efeito metafórico:

“O efeito metafórico consiste em um deslocamento de significações que desempenham um papel no ‘sistema de base’ (primário econômico): assim, a lei

econômica que dá ao agente de produção sua posição no processo de produção é recalcada e travestida em outras cadeias significantes que têm por efeito ao mesmo tempo significar esta posição ao sujeito-agente de produção, sem que ele possa escapar daí, e de lhe dissimular que essa posição lhe é atribuída. Em outros termos, o efeito metafórico produz as significações deslocando-as” (HERBERT, [1968], 1995, p. 83).

Passemos agora ao processo horizontal, metonímico. Os elementos que compõem o nível econômico não estão aí isolados, mas sim conectados por meio de uma sintaxe própria. A conexão entre eles formando um sistema coerente consiste no que Herbert chamou de processo metonímico. Por exemplo, as relações de produção funcionam como um sistema de natureza sintática, na medida em que elas articulam os elementos do processo de trabalho (força de trabalho, instrumentos, matéria-prima, produto), definindo o sentido que eles têm. Assim, são as relações de produção capitalistas que definem os meios de produção como capital constante, já que, por si próprios, os meios de produção não constituem um capital. Outro exemplo são as relações de produção feudais, as quais definem a força de trabalho como servo e não como operário, como seria se se tratasse do capitalismo. Os elementos desse primeiro nível, que “caem” nos outros níveis e ganham neles um sentido novo, são também articulados segundo uma sintaxe própria a esses níveis. Assim, o processo metonímico acontece nos três níveis da formação social (HERBERT, [1968], 1995, p. 81-2).

Como consequência, temos o que o autor afirma na seguinte passagem:

“O efeito metonímico, enquanto articulação horizontal dos elementos ideológicos segundo uma estrutura sintática, produz uma racionalização-autonomização de cada nível estrutural considerado, que aparece então como dotado de ‘coerência interna’” (HERBERT, [1968], 1995, p. 83).

Desse modo, na medida em que a lei econômica da produção, da distribuição e do consumo que define os indivíduos como explorados e exploradores encontra-se recalcada, esses indivíduos constroem uma representação de si e de suas relações a partir de sistemas manifestos que são o jurídico-político, o moral, o religioso etc. Neles, são representados como livres e senhores do que dizem e fazem (são, por exemplo, livres para manter ou romper o contrato de trabalho, obedecer ou não às leis, ser ou não virtuosos, pecar ou não). É o que diz a seguinte passagem do texto:

“Assim se produz a identificação do sujeito com as estruturas política e ideológica que constituem a subjetividade como origem do que o sujeito diz e faz (normas que ele enuncia e pratica): esta ilusão subjetiva pela qual se constitui a ‘consciência de ser em situação’, para empregar um vocabulário fenomenológico, dissimula ao agente sua posição na estrutura” (HERBERT, [1968], 1995, p. 83).

Herbert mostra, ao fim, como se constroem os sujeitos jurídicos, morais, religiosos etc. nesse processo de metaforização em que os signos do nível econômico são substituídos por outros dos níveis superestruturais. O importante a destacar é que esses sujeitos “vivem” as suas relações ou “lêem” sua realidade, isto é, interpretam suas vivências, tomando por referência o que dizem os discursos ideológicos. Isso constitui para eles uma evidência que serve de garantia especulativa que permite a reprodução não só desses discursos, mas também das próprias relações de produção. Essa evidência constitui um obstáculo tão forte para o desenvolvimento de uma ciência das formações sociais, quanto as garantias empíricas constituíam um obstáculo para o desenvolvimento das ciências da natureza.

É por isso que Herbert vai dizer que essas garantias, que apresentam a ilusão como verdade, precisam ser colocadas em causa. Isso é o que veremos a seguir.

4.4 As ciências sociais e as garantias ideológicas

O primeiro passo, então, é fazer uma distinção entre dois tipos de garantia, que se ligam aos discursos ideológicos, dando-lhes sua sustentação. A *garantia empírica* “permite à ideologia refletir o ‘dado’ nos ‘fatos’”. Segundo o filósofo, “a segurança de que o significado está bem ‘atrás’ do significante é aqui o ponto essencial” (HERBERT, [1968], 1995, p. 83). Já a *garantia especulativa* “permite à ideologia refletir-se pelo suporte do outro, enquanto discurso refletido”. Ainda conforme o autor, “aqui são colocados em jogo os mecanismos da crença comunicada, o ‘quase-dado’ do testemunho, do relato, da prova e do mito que identifica as subjetividades ao discurso que elas pronunciam” (p. 83-4).

Essas garantias, como são a base dos discursos ideológicos, constituem o ponto de sustentação das ciências sociais. Como vimos, para Herbert, elas não são ciências de fato, mas ideologias teóricas afirmadas sobre práticas técnicas empíricas. Elas se baseiam nas evidências do *visível* dos fatos e do *enunciável* pelos sujeitos para afirmarem a científicidade dos resultados de suas pesquisas. O problema, para Herbert, é que ao fazerem isso, a pesquisa que realizam acaba por “reproduzir especularmente a ideologia da qual ela pretende mostrar o mecanismo” (HERBERT, [1968], 1995, p. 84).

Desse modo, as ciências sociais estão fadadas a apenas reproduzirem as ideologias. Elas conhecem o fato de que os sujeitos empiricamente encontrados nas

formações sociais, ao mesmo tempo, sustentam gestos e palavras que definem a estrutura de seus comportamentos (normas que eles enunciam e praticam) e reproduzem os discursos ideológicos produzidos pelas instituições dessa formação social.

Baseadas nisso, elas realizam dois tipos de pesquisas. Um, observando que os sujeitos praticam certos comportamentos, busca identificar quais as regras que os determinaram. Para tanto, elas simplesmente perguntam aos próprios sujeitos que regras eles estão seguindo ao agirem de tal forma. Após isso, elas classificam, em tabelas de freqüência, a relação comportamento/norma enunciada. Outro tipo de pesquisa é o que, observando que há uma discrepância entre o comportamento dos sujeitos e as regras, busca descobrir o motivo desses comportamentos desviantes, apontando como tal a falta de compreensão ou esquecimento da regra. O único resultado a que chegam, de fato, é a percepção do “desnível entre os comportamentos conscientes dos sujeitos e as condições desses comportamentos” (HERBERT, [1968], 1995, p. 84).

O problema é que, agindo assim, a pesquisa social se limita a repetir o discurso ideológico enunciado pelos sujeitos. Desse modo, ela afirma que os comportamentos concretos são determinados por certas regras que Herbert chama de pré-conscientes (no sentido freudiano do termo) e que já são do conhecimento dos indivíduos. Por exemplo, o comportamento de não roubar pelo fato de ser um dos dez mandamentos (discurso religioso) ou de ser uma das leis de seu país (discurso jurídico).

Assim, para Herbert, o que as ciências sociais não vêem (pelo fato de só reproduzirem o discurso dos sujeitos, que é ideológico por natureza) é que:

“... o sujeito que age e fala se banha em sistemas fraseológico-institucionais que ele não vê (...) e que, no entanto, lhe impõem, na realidade, seus gestos e palavras. Isto é o mesmo que dizer que cada sistema é por definição a lei inconsciente produtora de efeitos conscientes: (...) os sistemas fraseológicos são eles próprios produzidos pelos processos ideológicos que atravessam a formação social” (HERBERT, [1968], 1995, p. 84).

Em outras palavras, ao lado das regras pré-conscientes que os sujeitos conhecem, enunciam e praticam (aqueles formuladas pelos discursos ideológicos com os quais entram em contato, desde crianças), há outras regras, inconscientes, que determinam em última instância seu comportamento diário, que eles não conhecem.

Essas regras inconscientes ou “Lei inconsciente”⁷² são justamente aquilo que Herbert descreveu como sendo o processo ideológico: a articulação dos processos

⁷² O autor explicita que essa distinção entre regras pré-conscientes e inconscientes é inspirada na distinção de Claude Lévi-Strauss entre lei e regra. (Cf. HERBERT, [1968], 1995, p. 85).

metafóricos e metonímicos que têm por resultado não só o recalcamento das dissimetrias das sociedades de classe em prol da tese da igualdade, mas também a determinação do lugar dos sujeitos no interior dessas classes.

A existência das regras inconscientes leva Herbert a fazer uma crítica às teorias que falam da tomada de consciência pelo sujeito. Essas teorias acreditam que o “tomar consciência da situação” de alienação diz respeito apenas ao conhecimento das regras pré-conscientes que as ciências sociais podem mostrar. Na verdade, “o mecanismo da Lei – pelo qual o sujeito, ao mesmo tempo, se ‘vê’ atribuir seu lugar e é atingido pela cegueira sobre o processo de atribuição – não é absolutamente posto em causa” (HERBERT, [1968], 1995, p. 85), ou seja, aquilo que está no nível do inconsciente, é que é preciso ser tornado visível, mas as ciências sociais, não podem fazê-lo: somente ciências que cortem com elas.

Para Herbert,

“...uma análise das formas de existência ideológicas sustentadas pelos sujeitos concretos de uma formação social dada implica algo bem diferente que a pura observação de seu dizer e de seu fazer, e deve tentar remontar até o mecanismo em que se elaboram as formas de existência da individualidade subjetiva nas quais, precisamente, esse mecanismo se dissimula” (HERBERT, [1968], 1995, p. 85).

A ciência encarregada de evidenciar essas regras inconscientes, na posição do autor, é o Materialismo Histórico. É sua tarefa localizar as relações sociais de produção, juntamente com os processos de metaforização e metonimização, no nível da Lei inconsciente, demonstrando que não se trata de uma regra pré-consciente.

Ressaltamos que parte dessa tarefa foi feita por Marx, quando apontou para a existência do recalcamento das relações sociais de produção (ao postular a tese do fetichismo). Outra parte é feita agora por Herbert, quando descreve o processo ideológico que tem como efeito esse recalcamento.

4.5 Variação e mutação ideológica

O resultado das pesquisas, no domínio das ciências sociais, acaba sendo, segundo o filósofo, a naturalização da ideologia.

Essa situação conduz a um problema de suma importância para aqueles que refletem sobre a ciência e seu processo de constituição, como é o caso do nosso autor.

Se a ideologia é vivida como algo natural, como sair da ideologia e produzir conhecimentos científicos? Ou, ainda, como ter a certeza de que se está no domínio científico? (HERBERT, [1968], 1995, p. 86). Essas são duas questões que ele não pode ainda responder, mas pode pelo menos apontar o caminho rumo a sua solução e isso ele faz embasado nos seus mestres: Althusser e os grandes autores da epistemologia histórica francesa.

Assim, o primeiro ponto considerado pelo filósofo é enfatizar que não há a ideologia em geral, mas formações ideológicas específicas, “as diferentes formações ideológicas de que uma formação social é capaz” (HERBERT, [1968], 1995, p. 87). No decorrer desse processo, dá-se o aparecimento daquilo que o autor denominou de “formações atípicas” (p. 87), que são desviantes em relação à formação dominante e se apresentam sob duas formas distintas (a da variação e a da mutação), conforme a natureza do deslocamento. Há “variação ideológica” (p. 87), quando a ideologia muda com o objetivo final de manter-se, mas os efeitos provocados pela mudança podem ser recuperados pelo processo ideológico dominante. Há “mutação ideológica” (p. 87), quando essa recuperação não é possível.

Como identificar uma mutação ideológica? Em que condições ela se identifica com um corte epistemológico instaurador de uma nova ciência? Conforme Herbert ([1968], 1995), os meios para identificar teoricamente o corte nas ciências da natureza (domínio A, com dominância sintática primária) foram fornecidos por “Bachelard, entre outros epistemólogos” (p. 87), mas restava saber se esses meios aplicavam-se a outros domínios científicos. Para o autor, o problema da especificidade das mutações ideológicas nas diferentes ciências ainda estava longe de ser resolvido, porém os aspectos gerais de uma mutação ideológica já poderiam ser adiantados sob a forma da seguinte hipótese:

Tudo se passa como se a brusca superposição, em um mesmo lugar do espaço ideológico, de várias formas de recorte e de articulação não congruentes tivessem como efeito ‘dar a ver’ objetos que eram até então invisíveis, tendo o estatuto do *insólito* face à ideologia dominante no ponto considerado. Tudo se passa então como se o aparecimento desses objetos desencadeasse uma *crise no sistema de garantias* (que definem normalmente a admissibilidade ou inadmissibilidade dos objetos) e, conseqüentemente, um enfraquecimento da resistência ideológica nesse ponto (HERBERT, [1968], 1995, p. 87-8).

Antes de contentarmos cada um desses momentos acima, gostaríamos de chamar a atenção para o seguinte fato: é óbvio que, para fazer essa generalização, Herbert não podia contar apenas com os trabalhos dos epistemólogos acima mencionados, uma vez

que estavam voltados exclusivamente para o corte no domínio das ciências da natureza. Como antecipar o que nesses trabalhos seria válido para outros domínios? Acreditamos que essa generalização só pôde ser feita porque Herbert podia confrontar as análises apresentadas por esses filósofos com aquelas que vinham sendo realizadas por Althusser e seu grupo acerca do corte que deu lugar à ciência da história. Mas, sem dúvida, são as análises acerca da revolução científica moderna, ocorrida no domínio das ciências da natureza, que constituem os seus principais pontos de referência. Seu problema é sempre o de ver em que medida os resultados dessas análises podem ser estendidos para outros domínios. Tendo em vista isso, usaremos, nos comentários que se seguem, alguns desses resultados para ilustrar as hipóteses de Herbert.

Passemos a elas. Julgamos que, na passagem recém citada, há três hipóteses, cada uma delas associada a um momento do processo de mutação ideológica.

A primeira hipótese (relativa ao primeiro momento) é a da ocorrência de uma “brusca superposição, em um mesmo lugar do espaço ideológico, de várias formas de recorte e de articulação não congruentes” (HERBERT, [1968], 1995, p. 87).

Vejamos como isso pode ser entendido, considerando a revolução científica do século XVII. Koyré (1979) caracteriza-a, em suas linhas gerais, por dois processos: 1) pela passagem do cosmo fechado e finito dos gregos e medievais para o universo aberto e infinito dos modernos e 2) pela substituição do espaço qualitativamente diferenciado e concreto (associado ao cosmo) por um espaço homogêneo e abstrato da geometria euclidiana (associado ao universo). Detalhando esses dois processos, podemos compreender mais claramente o que Herbert chama de superposição de “formas de recorte e de articulação não congruentes”. Entre a cosmologia e a física antigas, por um lado, e a astronomia e a física matemática, há não apenas diferença, mas também incompatibilidade. No entanto elas vão se superpor e competir na explicação da natureza, durante todo o século XVII.

Há entre elas, em primeiro lugar, uma incongruência no recorte semântico, isto é, na forma como é delimitado o domínio ideológico da natureza e como são definidos seus elementos. A filosofia aristotélica da natureza postulava a existência de uma separação entre a Terra (mundo sublunar) e o Céu (mundo supralunar) que definia os domínios concernentes, respectivamente, à física e à cosmologia. Todas as coisas que existiam no mundo sublunar derivavam de quatro elementos primitivos e simples: a terra, a água, o fogo e o ar, caracterizados pela sua corruptibilidade e imperfeição. Já o mundo supralunar era constituído por um único elemento (o éter, a “quinta essência”),

caracterizado pela incorruptibilidade e perfeição. Outro é o recorte semântico proposto pela astronomia e pela física modernas. Nele, apaga-se a separação entre Céu e Terra e desaparece a teoria dos quatro elementos e da quinta essência. Esse desaparecimento deve-se não apenas à suspeita de que esses elementos não são simples e primitivos, mas principalmente ao aparecimento de uma concepção que vê a natureza como um conjunto de elementos matemáticos (quantidades e figuras geométricas) e não como uma organização de substâncias dotadas de qualidades.

Além dessa incongruência no recorte semântico, e associada a ela, há igualmente uma incongruência na forma de *articulação sintática* (segundo a terminologia de Herbert). Na física dos Antigos, as coisas se ligavam pelas suas qualidades (quente/ frio, seco/úmido, leve/pesado etc.), que resultavam das combinações possíveis entre os quatro elementos. Na física moderna, é uma “sintaxe” matemática que as articula na forma de leis. A natureza, dizia Galileu (1973), é um livro escrito em “língua matemática” e “os caracteres são triângulos, circunferências e outras figuras geométricas” (p. 119).

A segunda hipótese de Herbert (relacionada a um segundo momento da mutação ideológica) é que a superposição acima descrita tem como efeito “‘dar a ver’ objetos que eram até então invisíveis, tendo o estatuto do insólito face à ideologia dominante” (HERBERT, [1968], 1995, p. 87-8). Vejamos como isso pode ser entendido, tomando novamente como exemplo a mutação no domínio das ciências da natureza.

A revolução astronômica dos tempos modernos não foi apenas um rearranjo de objetos já existentes, uma mera mudança do lugar e da função que se atribuía ao Sol e à Terra; em suma, a simples passagem do geocentrismo para o heliocentrismo. Em primeiro lugar, porque foram descobertos novos astros (Júpiter e seus quatro satélites; novas estrelas); em segundo lugar, o Sol não veio ocupar o antigo lugar da Terra (o de centro do cosmo), mas o lugar de centro de um dos sistemas estelares existentes no universo; em terceiro lugar, porque, a despeito da permanência do significante, “Sol” e “Terra” não designam mais os mesmos objetos. O novo “sol” perdeu o estatuto de perfeição e incorruptibilidade⁷³ que tinha na cosmologia antiga (apresentava “manchas” como mostrara Galileu) e a Terra tornou-se um planeta, que, como muitos outros, movia-se em torno de si mesmo e em torno do Sol.

⁷³ No sentido de que não se degrada, não se decompõe, não apresenta imperfeições etc.

Esses novos objetos são *insólitos* na perspectiva da ideologia então dominante. As manchas solares e os novos astros, não se enquadrando na velha filosofia escolástica da natureza, eram explicados como ilusões provocadas pelo próprio instrumento de observação usado por Galileu. Quanto à Terra, como um planeta que se move em torno do Sol, só poderia ter uma explicação: o delírio.

É necessário observar que os próprios partidários de Copérnico, algumas vezes, resistiam também em admitir os novos objetos. Kepler, por exemplo, punha em dúvida a existência dos satélites de Júpiter, descobertos por Galileu, pois, se após o Sol, o mais nobre dos corpos celestes era a Terra, “como poderia Júpiter ser, nessas condições, o centro de um sistema de quatro satélites? (WALUSINSKI, 1960 p. 102). Um outro historiador das ciências, Lenoble (1960), observa ainda que, “mesmo para os partidários da nova escola, não era fácil considerar, definitivamente, a Terra, como um planeta!” (p. 21).

Essas resistências configuram claramente aquilo que os epistemólogos designam como “obstáculos epistemológicos”. É conhecida a razão que levou Bachelard (2005) a incorporar à sua epistemologia uma psicanálise do conhecimento objetivo: o papel que os obstáculos têm no conhecimento objetivo é o de resistir ao processo de objetivação, do mesmo modo que o papel das resistências, no contexto psicanalítico, é criar obstáculos ao tratamento.

Acreditamos que, quando Herbert chama os novos objetos “dados a ver” pela mutação ideológica de “insólitos”, ele está aprofundando a analogia que faz com a Psicanálise. Ele mostra que as mutações ideológicas tornam possível o aparecimento de algo semelhante àquilo que a teoria psicanalítica chama de “retorno do recalcado”: o que foi recalcado no inconsciente retorna sempre na forma de sintomas (sonhos, atos falhos) que não são “recuperáveis” pelo consciente, apresentando-se como aberrantes, insólitos ou destituídos de sentido. Do mesmo modo, o que foi recalcado pelos processos ideológicos, quando irrompe nas formações ideológicas atípicas, não são “recuperáveis” pela ideologia dominante, apresentando-se, face a elas, como “delirantes”.

Considerando tudo aquilo que Herbert expõe em seu texto, podemos perguntar se ele acreditaria que algo semelhante teria ocorrido na mutação ideológica que deu lugar à ciência da história. O discurso que daí surge não é recuperável nos quadros da ideologia dominante. O que esse discurso faz ressurgir é aquilo que todo o processo ideológico, como suas metaforizações e metonimizações, recalcou: as dissimetrias

sociais que sustentam as formações sociais capitalistas. E como é possível, nos quadros de referência da ideologia dominante, que representa os sujeitos como iguais e livres, integrar o conceito de mais-valia que mostra que as relações capitalistas de produção estão assentadas na exploração, que independem da vontade dos exploradores e dos explorados? Não parecerá aberrante ou insólito, sob a perspectiva da ideologia dominante, esse conceito que traz à luz o que fora recalcado?

Finalmente, segundo a última hipótese (ligada a um terceiro momento da mutação ideológica), o aparecimento de objetos até então invisíveis desencadearia “uma crise nos sistemas de garantia (que definem normalmente a admissibilidade ou inadmissibilidade dos objetos) e consequentemente, um enfraquecimento da resistência ideológica nesse ponto” (HERBERT, [1968], 1995, p. 88).

Afirmamos há pouco que a revolução copernicana aparece para o pensamento escolástico então dominante como uma verdadeira aberração. Isso ocorre porque ela entra em contradição com o sistema de garantias empíricas que sustentavam a cosmologia ptolomaico-aristotélica (e também o conhecimento comum, já que não fora ainda efetuado um corte epistemológico nesse domínio). Para esse sistema, a Terra enquanto um planeta que se move em torno do Sol, é um objeto inadmissível. Como pode o Sol estar parado, se nós o *vemos* mover-se de leste a oeste? Como a Terra pode estar em movimento, se não a *sentimos* mover-se sob nossos pés? Se a Terra se move, por que não *percebemos* nenhuma ventania em sentido contrário, que esse movimento deveria provocar? E assim por diante. Porém, se novos objetos puderam aparecer, mesmo interditados pelo antigo sistema de garantias, é porque um novo sistema de garantias estava surgindo, tornando possível seu aparecimento. Esse outro sistema, como veremos mais adiante, lançava mão de instrumentos de experimentação, fazia uso das matemáticas e era legitimado por novas instituições científicas. O aparecimento de um novo sistema de garantias põe o anterior em crise.

Talvez por esse motivo, Herbert tenha afirmado a necessidade de construção de um dispositivo instrumental e institucional. Isso é o que veremos a seguir.

4.6 O dispositivo instrumental e institucional

Já dissemos que a mutação ideológica, segundo Herbert ([1968], 1995), engendra sempre um discurso de estatuto insólito ou delirante para a ideologia

dominante no ponto considerado. O autor adianta que essa tese é válida para qualquer mutação ideológica, seja ela científica, política ou estética. No entanto, restringindo sua análise ao que se passa no domínio científico, ele vai levantar aí um sério problema. Para entendê-lo, retomemos o exemplo da revolução científica moderna. Sabe-se que tudo aquilo que fora tomado como delírio pela escolástica acabou por se impor como conhecimento. Eis então o problema: como aquilo que, em uma conjuntura, é visto como delírio pode vir a ser aceito, em outra, como uma verdade científica? Nas palavras de nosso autor: como o efeito de conhecimento (científico) pode se diferenciar do *delírio*? A resposta que se pode dar é a de que essa diferenciação só é possível pela “transformação das *normas de admissibilidade*, isto é, do sistema de garantias que asseguram à ideologia sua inviolabilidade” (HERBERT, [1968], 1995, p. 88). Mas essa resposta suscita novas questões: em que consistiria essa transformação? O que a tornaria possível? Como seria assegurada?

Herbert, entretanto, não desenvolve essas questões. Limita-se a dizer que o critério que permitirá distinguir o efeito de conhecimento do delírio é

“a possibilidade de instaurar, no lugar preciso do espaço ideológico concernido, um dispositivo, ao mesmo tempo, instrumental (respondendo à garantia empírica) e institucional (respondendo à garantia especulativa), suscetível de produzir novas formas de admissibilidade que permitirão apreender de maneira adequada os novos efeitos produzidos” (HERBERT, [1968], 1995, p. 88).

“Um dispositivo instrumental”, diz Herbert; “um dispositivo instrumental”, diz também Pêcheux (1967, p. 221), em um artigo da mesma época, só que, dessa vez, *para definir a Análise do Discurso*.

Chegamos aqui, pelo visto, ao ponto nodal em que a teoria geral das ideologias se articula com a Análise do Discurso; em que Herbert se encontra com Pêcheux. Convém, por isso, que nos detenhamos um pouco mais sobre o significado desse “dispositivo instrumental e institucional”.

Porém, aqui, mais uma vez, Herbert é muito lacônico. E mais uma vez usa o recurso da remissão. Diz em uma nota que “esse ponto deve ser desenvolvido sob a forma de uma teoria da experimentação” (HERBERT, [1968], 1995, p. 88).

E depois dessa remissão a uma teoria por fazer, remete-nos a trabalhos feitos por outros: “é bem isso que a história das ciências e a história política, na forma conjuntural de seu desenvolvimento parecem, uma e outra, reafirmar a cada dia” (HERBERT, [1968], 1995, p. 89).

Não resta dúvida de que, se essa teoria da experimentação tivesse sido desenvolvida, o papel dos dispositivos instrumentais nas mutações ideológicas ficaria mais esclarecido. Mas ficaria também mais claro o papel que Herbert/Pêcheux atribuía a um dispositivo instrumental específico, aquele que ele vinha construindo nesse mesmo momento: a análise do discurso. É justamente isso que nos impele agora a buscar elementos que nos permitam, ao menos, fazer uma idéia daquilo que poderia vir a ser essa teoria herbertiana da experimentação.

Herbert não a desenvolveu de forma explícita. Entretanto encontramos em seus textos algumas indicações que nos permitem vislumbrar o que viria a ser esta teoria. Em “Reflexões...”, ele apresenta algumas formulações rápidas sobre o papel dos instrumentos e da teoria na prática científica. Em “Observações...”, ele vincula os discursos teóricos às instituições e avança uma explicação acerca de suas “resistências” e de seu “sistema de garantias”, o que, como veremos, não pode ser dissociado do problema da experimentação. Juntamente com Balibar e assinando Pêcheux⁷⁴, ele publicou, em 1969, um outro texto em que discute os “efeitos do corte galilaico na Física e na Biologia”, no qual a questão dos instrumentos de experimentação é pensada no interior de uma questão mais ampla, a do corte epistemológico.

E, por fim, em todos esses textos⁷⁵, Herbert/Pêcheux indica as principais referências teóricas em que se baseia para pensar a questão do instrumento quando o que está em pauta é o domínio das ciências da natureza: Bachelard, Canguilhem e

⁷⁴ Embora o texto tenha sido publicado só em 1969, ele fora originalmente apresentado em 26 de fevereiro de 1968, no *Curso de Filosofia para cientistas*, organizado por Althusser. Nesse dia, a exposição de Pêcheux foi antecedida pela de François Regnault, que teceu considerações gerais acerca do conceito de corte epistemológico. Como o texto de Pêcheux retomava alguns elementos teóricos desenvolvidos na comunicação de Regnault e o texto deste não pôde ser publicado conjuntamente, Pêcheux escreveu com Balibar (PÊCHEUX, M; BALIBAR, E. [1969], 1977), uma introdução ao seu próprio texto, visando a suprir essa lacuna. Nessa introdução, afirma-se que a continuidade de uma ciência nascente “depende da possibilidade de instituir um procedimento experimental que lhe seja adequado” (p. 15). Ligada a esta afirmação, uma nota de rodapé nos remete a um artigo de A. Koyré, intitulado “Uma experiência de medida”, onde é analisado em pormenor o problema do instrumento e da experimentação em Galileu. Esse artigo nos parece ser a principal fonte teórica das afirmações sobre o dispositivo instrumental. Além de Koyré, que, no curto espaço de cinco páginas, é citado duas vezes, são mencionados também Bachelard, Canguilhem, Althusser, Fichant e o próprio Regnault.

⁷⁵ Além desses textos, publicados na mesma conjuntura que precede à publicação da AAD-69, Pêcheux publicou ainda um texto sobre a questão do dispositivo experimental, tal como é utilizado em psicologia social. Entretanto, como esse texto é datado de 1971, ele se encontra fora da delimitação que demos a essa dissertação. É um texto bem diferente dos que tratamos. Pêcheux não fala como quem busca construir um instrumento científico, mas como quem já o construiu; não toma como referência a questão do dispositivo nas ciências da natureza, mas discute uma concepção que se tem dele em uma ciência humana etc. Mas, por outro lado, mantém em comum com aqueles textos as premissas epistemológicas básicas: a crítica à ideologia empírista; a distinção entre objeto real e o objeto de conhecimento; a diferença existente entre a percepção na experimentação científica e na experiência comum; o primado da teoria e a consideração das condições institucionais nas quais a experimentação se realiza.

Koyré. Tomando como base essas indicações, acreditamos ser possível destacar algumas teses que comporiam essa “teoria herbertiana da experimentação”.

A primeira tese que poderíamos destacar diz respeito à indispensabilidade dos instrumentos na produção de conhecimentos científicos. Não se deve “esquecer o papel dos instrumentos da prática científica”, diz Herbert ([1966], 1973, p. 33). Ele dá à palavra “instrumentos” um sentido amplo: não significa somente “montagens” ou “máquinas”, mas também o que se convencionou chamar “instrumentos matemáticos de uma disciplina, que são instrumentos técnicos, ou científicos, segundo o caso” (p. 33).

Paul Henry (1997) comenta que Herbert/Pêcheux é “um filósofo de formação, mas um filósofo fascinado pelas máquinas, pelas ferramentas, pelos instrumentos e pelas técnicas” e diz que isso se deve a “razões profundamente enraizadas em sua história pessoal e antecedentes familiares” (p. 18). É uma hipótese plausível. De nossa parte, pensamos que justamente essa sua formação filosófica – particularmente o seu conhecimento da história epistemológica das ciências, desenvolvida na França por Bachelard, Koyré e Canguilhem, dentre outros – deve ser incluída entre as principais razões que explicam o fascínio pecheutiano pelos dispositivos instrumentais. Que nos ensinam esses filósofos acerca dos instrumentos? Que, desde o telescópio de Galileu, eles se tornaram elementos indispensáveis da prática científica: “Poder-se-ia dizer que não só a astronomia, como também a ciência como tal, entraram, com a invenção de Galileu, numa nova fase de seu desenvolvimento, a fase que poderíamos chamar de instrumental” (KOYRÉ, 1979, p. 92). E Bachelard (1965) afirma que a “instrumentalidade” é um aspecto essencial do pensamento científico contemporâneo: os fenômenos científicos da ciência contemporânea só começam verdadeiramente no momento em que ela começa a produzir instrumentos (p. 5).

A segunda tese que poderíamos salientar é a de que um instrumento só se constitui como *científico* pela sua relação com a teoria. Com base nessa tese, Herbert ([1966], 1973, p. 31) diz que se deve evitar “declarar científico todo uso dos instrumentos”. Assim fazendo, ele se junta aos epistemólogos acima mencionados na crítica a uma concepção empirista, que o positivismo ajudou a difundir e tornar um lugar comum: a de que o instrumento é mero potencializador da experiência sensível. Ora, sem a relação com a teoria, o instrumento pode até aumentar a capacidade da percepção sensível (como no caso de uma luneta), e assim, ampliar o conjunto de dados sensíveis disponíveis, mas ele não estará integrado a uma prática científica. Como diz Koyré (1982):

“a acumulação de certo número de fatos, isto é, uma pura coleção de dados da observação e da experiência não constitui uma ciência. Os “fatos” têm de ser ordenados, interpretados, explicados. Em outras palavras, só quando é submetido a um tratamento teórico é que o conhecimento dos fatos se torna uma ciência” (p. 271-2).

Em contrapartida, qualquer instrumento, mesmo que não tenha sido originalmente concebido como um instrumento científico, pode vir a ser-lo, desde que seja transformado para se ajustar às necessidades da teoria. Herbert ([1966], 1973) cita alguns exemplos, como o do uso da balança e da luneta. Nem uma nem outra surgiu como instrumento científico. A balança atendia a necessidades comerciais ou industriais; a luneta, a demandas militares ou marítimas, até o “momento galileano, que lhe designou, no interior da ciência nascente, uma função nova, *definida pela teoria científica mesma*” (p. 31).

É importante salientar que, nessa mudança de função, o instrumento não permanece o mesmo: ele deve ser *reinventado* enquanto instrumento científico. A luneta dos navegantes holandeses transforma-se, nas mãos de Galileu, no primeiro telescópio: “O telescópio de Galileu não é um simples aperfeiçoamento da luneta ‘batava’; é construído a partir de uma teoria óptica; e é construído com uma determinada finalidade científica” (KOYRÉ, 1982, p. 55). No mesmo sentido, vão as palavras de Herbert, no seu primeiro artigo:

“diremos que os instrumentos são encontrados pelas ciências, sob sua forma técnica, e que elas os reinventam sob sua forma científica, por vezes, ao preço de um grande esforço teórico, assim como mostrou G. Canguilhem a propósito do microscópio” (HERBERT, [1966], 1973, p. 33).

A terceira tese que poderíamos pôr em destaque estabelece que o tipo de relação da teoria com o instrumento depende do grau de desenvolvimento da ciência. Acabamos de ver que os instrumentos técnicos só se tornam científicos quando, transformados pela teoria, passam a responder a uma necessidade propriamente cognitiva. E vimos também que Herbert, declaradamente, segue, também nisso, autores ligados à história epistemológica das ciências, chegando a citar nominalmente Canguilhem. Porém a sua relação com essa corrente da filosofia francesa não é de mera recepção. Tomando como referência as análises realizadas por esses autores, ele vai propor uma importante distinção que não é encontrável em nenhum deles, a que diferencia a relação teoria-instrumento pelo grau de desenvolvimento das próprias das ciências.

“Na fase atual de seu desenvolvimento, as ciências da natureza se cercam de instrumentos que elas próprias produzem como da teoria realizada. No entanto,

constata-se que uma apropriação tem lugar cada vez que um dispositivo instrumental é importado de um ramo da ciência para um outro, o que atualmente é muito freqüente. No caso de uma ciência nascente, a re-apropriação dos instrumentos se efetua na maior parte do tempo não sobre um instrumento já científico, mas sobre um instrumento técnico, que existia como tal anteriormente" (HERBERT, [1966], 1973, p. 32).

A caracterização do instrumento científico como uma “teoria realizada”, mencionada nessa passagem, é uma das mais conhecidas teses defendidas por Bachelard⁷⁶ e adotadas por outros autores ligados à história epistemológica francesa. Koyré (1982), por exemplo, falando a respeito dos instrumentos galileanos, diz que eles “constituem instrumentos no sentido mais profundo do termo: são encarnações da teoria” e acrescenta que “isso é verdadeiro tanto para o pêndulo quanto para o telescópio” (p. 54).

A novidade que Herbert introduz em relação a esses autores é a de que essa caracterização dos instrumentos como teoria realizada só se aplica integralmente aos instrumentos de uma ciência “no estado desenvolvido”, quando ela se apresenta como um sistema em que o seu objeto e o seu método são “homogêneos e se engendram reciprocamente”. Isso não costuma ocorrer no caso de uma ciência nascente, isto é, de uma ciência que ainda passa pela fase de produção de seu objeto. Nesse momento, o que é comum é a “apropriação do instrumento pela teoria” (HERBERT, [1966], 1973, p. 32), o que se dá tanto pela importação/transformação de instrumentos de outras ciências quanto pela transformação dos instrumentos técnicos. É nesse último caso que instrumentos galileanos se situam, segundo Herbert.

Dito isso, queremos deixar claro que essa pequena retificação apresentada por Herbert à caracterização bachelardiana do instrumento científico como teoria realizada, em vez de afastá-lo, aproxima-o ainda mais do grande epistemólogo francês. O próprio Bachelard (1986) é o primeiro a admitir que a história dos instrumentos acompanha passo a passo o desenvolvimento da própria ciência, como podemos constatar na seguinte passagem:

“De maneira ainda mais nítida e quase material, pode-se determinar as diferentes etapas de uma ciência pela técnica que seus instrumentos de medida

⁷⁶ Ela foi introduzida por Bachelard, em uma obra originalmente publicada em 1934, *O novo espírito científico*. Em uma passagem muito conhecida da Introdução, ele diz “Os instrumentos não são mais que teorias materializadas. Daí saem fenômenos que trazem em todo o lado a marca teórica” (BACHELARD, 1986, p. 16). Essa formulação aparece nos textos bachelardianos com muitas variações: “teoria realizada”, “teoria coisificada”, “teoria reificada”. A maior variação é a que encontramos na seguinte passagem: “um instrumento, na ciência moderna, é verdadeiramente um *teorema reificado*” (BACHELARD, 1977, p. 129).

revelam. Cada século que passa tem sua própria escala de precisão, seu grupo de decimais exatas e seus instrumentos específicos" (p. 266).

A quarta tese pode ser assim formulada: na experimentação, isto é, em uma experimentação propriamente científica, o discurso teórico reflete sobre si mesmo, usando, como refletor, os instrumentos. (HERBERT, [1966], 1973, p. 32).

Assinalemos, de saída, que Herbert segue a tradição epistemológica francesa no uso das expressões “experimentação” ou “experiência científica” em contraposição à palavra “experiência”, que designa sempre a experiência comum (Cf. KOYRÉ, 1982, p. 54 e p. 272).

Quanto à tese propriamente, ela explicita o papel da teoria e do instrumento na pesquisa científica.

Nas experiências científicas, esclarece Herbert ([1966], 1973), “as ciências colocam suas perguntas com a ajuda de instrumentos” (p. 32). Aparentemente, ele só está repetindo o velho lugar comum de que “experimentar é perguntar e interpretar respostas”. Mas não é bem assim. Uma pergunta só é científica se for feita a partir das possibilidades que uma problemática teórica oferece e se for expressa em uma linguagem conceptual, isto é, na linguagem da teoria. Por outro lado, a interpretação das respostas só produz efeito de conhecimento se for feita à luz da própria teoria. Mais uma vez, Herbert está respaldado no que diz a história das ciências acerca da revolução científica no domínio da natureza. Eis o que Koyré (1982) diz a respeito de Galileu e de seu método experimental:

“[ele] sabe que o *experimentum* é uma pergunta feita à natureza, uma pergunta feita numa linguagem muito especial, na linguagem geométrica e matemática. Sabe que não basta observar o que se passa, o que se apresenta normal e naturalmente aos nossos olhos; sabe que é necessário saber formular a pergunta e, além disso, saber decifrar e compreender a resposta, ou seja, aplicar ao *experimentum* as leis estritas da medida e da interpretação matemática” (p. 54).

No método experimental, a teoria que pergunta na entrada é a “mesma” que interpreta as respostas na saída. Estaremos diante de um círculo vicioso? Colocamos aspas na palavra “mesma” justamente para indicar que não se trata de uma mera “repetição do mesmo” no tempo, mas de uma “reprodução”, no sentido marxista do termo⁷⁷. Na experimentação, segundo Herbert, a ciência reproduz metodicamente o seu

⁷⁷ Essa diferença entre repetição e reprodução pode ser percebida claramente no conceito de “reprodução ampliada do capital”: uma parte dos lucros obtidos no momento da realização da mais-valia é reinvestida, gerando mais lucros, que são reinvestidos outra vez e assim sucessivamente. O capital se reproduz girando, mas a cada giro sai diferente, isto é, ampliado.

objeto. Isso quer dizer que o objeto *continua* seu processo de construção teórica, construção que é sempre inacabada e constantemente modificada, visto que o discurso teórico relativo a esse objeto é sempre, em algum ponto, enriquecido, retificado ou confirmado (o que também é, epistemologicamente, uma forma de modificação), no ato mesmo da interpretação. Porém não se sai do domínio de uma teoria. Não há, nas ciências, uma “interpretação pura dos dados”, isto é, uma interpretação não-teórica, que permita, de fora, modificar uma teoria. Mesmo quando ocorrem retificações em um ponto localizado desta, tais modificações são possibilitadas pela teoria no seu conjunto. É esse primado da teoria, que leva Herbert ([1966], 1973) a afirmar que “a reprodução metódica do objeto consiste numa reflexão do discurso teórico sobre si mesmo, que lhe confere coesão” (p. 32). Por que, então, fazer experimentações, se não se sai da teoria? Herbert responde: porque elas “variam as questões, e é esta variação que representa o jogo de que dispõe o discurso científico para adaptar-se a si mesmo” (p. 32). O “lucro” a que uma ciência visa, ao investir na experimentação, é o ganho de seu discurso em “coesão”, em “adaptação” ou “acordo” consigo mesmo. Talvez seja desnecessário dizer que esse “jogo” não tem fim.

A quinta tese de Herbert sobre a experimentação científica é que ela se realiza sob determinadas condições institucionais que lhe determinam os limites e as possibilidades. É por isso que Herbert, quando fala sobre o dispositivo instrumental, acrescenta que ele é “ao mesmo tempo institucional”. É por isso também que Pêcheux em um texto posterior (1971), vai dizer que é preciso levar em conta “as propriedades do aparelho escolar-científico no interior do qual se desenrola a experiência” (p. 107).

É nesse ponto que Herbert/Pêcheux se aparta da epistemologia histórica francesa. Essa tradição optou por um tipo de história das ciências “internalista” e, por isso mesmo, deixa de lado deliberadamente as condições sociais em que a prática científica ocorre. Sem dúvida, Bachelard (1977) não ignorou que a ciência contemporânea tem uma dimensão institucional, a qual ele chamou de “cidadela científica”; não ignorou ainda que a instituição escolar, se, por um lado, é uma das condições do progresso científico, pode também funcionar como um obstáculo epistemológico. Porém ele não foi além disso. Ele não dá o passo que Herbert/Pêcheux e todos os althusserianos deram: interpretar os obstáculos epistemológicos como sendo de natureza ideológica e não psicológica, extraíndo daí todas as consequências. Koyré (1982; 1979) é ainda mais radical nessa exclusão dos aspectos sociais de suas análises

sobre a revolução científica do século XVII. Essas deixam de lado mesmo um fato bastante conhecido, mas nem por isso pouco importante, como o de que

“a ciência moderna nasceu fora das universidades, muitas vezes em polêmica com elas e, no decorrer do século XVII e mais ainda nos dois séculos sucessivos, transformou-se em uma atividade social capaz de criar as suas próprias instituições”(ROSSI, p. 201, p. 10).

Em contrapartida, esses aspectos que são deixados de lado por serem considerados “externos” constituem o ponto central da história das ciências feitas pela tradição marxista⁷⁸ que põe a ênfase nas determinações econômicas, políticas e ideológicas que intervieram na revolução científica do século XVII. Essa tradição não ignorou a necessidade que as ciências nascentes tiveram de encontrar outros espaços institucionais (as academias, os observatórios, os museus, as oficinas, os laboratórios, os salões), fora das universidades, que permaneciam fortemente tuteladas pelas igrejas, e que ainda insistiam em ensinar a física aristotélica e a cosmologia ptolomaica no final do século XVII. Na perspectiva externalista do marxismo tradicional, essa luta institucional que a nova ciência travava articulava-se com a luta ideológica da burguesia contra a nobreza feudal. A revolução científica do século XVII aparece então como um capítulo de uma imensa mutação ideológica que precede as revoluções políticas que vão levar a burguesia ao poder a partir do final do século XVIII.

Ora, como já vimos, o intuito de Herbert, desde o início de seu primeiro artigo é superar esta separação entre o interno e o externo, levando em consideração a especificidade da prática científica (e nisso está de acordo com a epistemologia histórica francesa), mas inserindo-a na prática social, isto é, no todo complexo das práticas em interdeterminação, no interior de uma determinada formação social, tal como a define o Materialismo Histórico⁷⁹.

Para Herbert, o espaço institucional em que a experimentação se realiza não pode ser visto como algo externo já que determina os limites e as possibilidades internas da própria experiência. Para entender isso, devemos considerar dois pontos para os quais o autor chama a atenção e os quais já comentamos aqui: primeiramente, o lugar de destaque ocupado pela teoria na experimentação; e, em seguida, o fato de que toda

⁷⁸ O exemplo mais conhecido dentro dessa tradição é a volumosa *Ciência na História*, de John Bernal, um clássico da história externalista desde sua publicação em 1954.

⁷⁹ (Cf. HERBERT, [1966], 1973, p. 5-7). Segundo CASTELLS; IPOLA (1973, p. 24), é isso que define especificamente uma prática epistemológica materialista: “o fato de esta ter constantemente em consideração as condições materiais e sociais da produção de conhecimentos, o que a une estreitamente com a ciência dos modos de produção, o materialismo histórico”.

teoria (científica ou ideológica) é inseparável de certo grau de institucionalização, na medida em que a sistematização que a caracteriza não é espontânea, supondo antes um trabalho especializado, que é realizado por cientistas ou por “funcionários da ideologia” (teólogos, juristas, filósofos, professores etc.).

Mas as instituições não são espaços neutros onde as teorias se desenvolvem livremente; ao contrário, são atravessadas por relações de forças ideológicas desiguais, que fazem com que determinadas teorias prevaleçam e outras sejam recaladas.

O recalque de uma teoria, por sua vez, cria dificuldades para o uso científico de instrumentos a ela ligados. Tomemos um exemplo. Nas universidades do século XVII, ainda dominadas pela escolástica, a teoria heliocêntrica era recusada como absurda e as matemáticas estavam relegadas a um segundo plano na hierarquia dos saberes. Suponhamos que um filósofo escolástico fizesse uso do telescópio criado por Galileu, nessas condições. Sem dispor do conhecimento matemático, embutido no instrumento e indispensável para seu uso, e sem dispor da teoria heliocêntrica, ele poderia deparar-se com os satélites de Júpiter e isso certamente produziria nele um efeito perturbador, mas não lhe permitiria ver os “satélites de Júpiter”. Sem o conhecimento matemático, ele não poderia traçar a trajetória percorrida pelos astros divisados nem calcular as distâncias percorridas e afirmar que o que ele via eram “satélites que fazem uma translação em torno de Júpiter”. E, sem a teoria heliocêntrica, não poderia admitir que nem tudo gira em torno da Terra. Ele então poderia optar por duas posições: culpabilizar o instrumento (o que era muito comum na época), isto é, dizer que o que ele via era uma ilusão de óptica, produzida pelo próprio instrumento, ou admitir que há mais coisas entre o Céu e a Terra do que sonhava sua filosofia escolástica, mas sem abdicar da idéia de que essas coisas giravam em torno da Terra. Ele teria feito um uso empírico do instrumento, isto é, um uso que ignora a teoria materializada no instrumento e, assim, não teria produzido conhecimento científico.

Acreditamos que esse exemplo tenha deixado claro por que Herbert considerava que, em uma mutação ideológica, a criação de um dispositivo instrumental é inseparável da modificação das condições institucionais em que a prática científica se realiza.

É possível identificar, ainda, uma última tese da teoria herbertiana da experimentação: o uso de instrumentos científicos por ideologias teóricas pode ser fator que contribua para o enfraquecimento das resistências que elas oferecem a um corte epistemológico, na medida em que mexe no seu “sistema de garantias”. Comentando a tese anterior, lembramos que um uso meramente empírico do instrumento científico não

pode produzir efeitos de conhecimento. Mas isso não significa que ele esteja impossibilitado de produzir algum efeito. É fato conhecido que a proliferação de instrumentos científicos no século XVII ajudou a minar as “garantias empíricas” da ideologia escolástica da natureza e, assim, enfraquecer as resistências que esta oferecia à nova física e à nova astronomia. Assim, por exemplo, a partir de 1601, como afirma Lenoble (1960, p. 20) “a luneta astronômica permitia divisar manchas no sol e montanhas na lua”, o que abalava a convicção existente acerca da perfectibilidade do que existia no mundo supralunar, e sugeria que os astros eram feitos da mesma matéria ordinária de que era feita a Terra. Esse enfraquecimento das garantias empíricas deu-se pela simples revelação de dados que não eram considerados e não podiam ser integrados especulativamente na física aristotélica ou na cosmologia ptolomaica.

Mas o uso dos instrumentos contribuiu ainda de outra maneira, mais importante, para a revolução científica do século XVII. O fascínio que eles exerciam sobre todos facilitou a sua entrada em diferentes domínios intelectuais, inclusive aqueles dominados pela escolástica. Desse modo, as teorias científicas que eles traziam embutidas puderam penetrar clandestinamente mesmo nos espaços institucionais onde eram rejeitadas. E sempre que alguém buscasse fazer um uso propriamente científico desses instrumentos era obrigado a ter em consideração a teoria neles materializada. Traduzindo isso em uma imagem conhecida: eles funcionaram como “Cavalos de Tróia” que permitiram que a ciência moderna da natureza penetrasse em domínios ideológicos que a hostilizavam.

A questão que Herbert/Pêcheux levanta em todos esses textos de que estamos tratando é: isso é generalizável para outros domínios que não o das ciências da natureza?

Ter em consideração essas teses do filósofo sobre os instrumentos e a experimentação é importante para entender o seu projeto teórico, no momento de sua formação.

Elas nos ajudam, em primeiro lugar, a entender por que Herbert/Pêcheux considera que o desenvolvimento do MH e de uma ciência regional da ideologia passa necessariamente pela produção de instrumentos científicos.

Ajudam-nos, em segundo lugar, a prevenir um equívoco provocado pelas aparências: a de que Pêcheux teria começado pela elaboração de um instrumento metodológico (apresentado na AAD-69) e só mais tarde teria se dedicado à teoria (em *Semântica e Discurso*). Segundo o que vimos, um instrumento científico ou é uma “teoria realizada” ou é um instrumento “apropriado pela teoria”. Nos dois casos, ele só

se constitui como científico pela sua relação com a teoria, cuja elaboração, logicamente, já deve ter sido iniciada. Como veremos mais adiante, a elaboração do método de análise do discurso é precedida por um trabalho teórico (a teoria do discurso) que tinha por finalidade principal a produção do objeto “discurso”. A partir desse momento, o desenvolvimento da teoria e o do método passam a se influenciar reciprocamente.

Ajudam-nos também, em terceiro lugar, a entender que, a despeito de sua indispensabilidade, os instrumentos não são capazes por si só de transformar ideologias teóricas em ciências. A condição indispensável para a constituição de uma ciência é a produção de seu objeto teórico. Já vimos que é pelo fato de as ciências sociais não terem produzido seu objeto e lidarem com “objetos dados”, fornecidos pelas ideologias práticas, que Herbert não as considera como ciências. Entretanto, mesmo não tendo passado pela fase da “produção de seu objeto”, pretendem estar na fase de “sua reprodução metódica”. Alegam que são científicas por fazerem uso de instrumentos “científicos” de coleta de dados (observação, questionários, entrevistas...) e análise (estatística, análise de conteúdo...). Essa situação paradoxal levanta a questão do estatuto desses instrumentos, questão que Pêcheux analisará nos próximos textos, assinados com seu próprio nome.

Ajudam-nos a entender, em quarto lugar, em que consistia a estratégia pecheutiana do “Cavalo de Tróia”. Segundo Herbert, as ciências sociais não só não são ciências, como também servem de obstáculos epistemológicos para o desenvolvimento da ciência da história. O simples aparecimento desta não eliminou aquelas, do mesmo modo que o aparecimento da física matemática não eliminou a física aristotélica, que continuou sendo ensinada nas universidades por todo o século XVII. Como explicar essa persistência? Se deixarmos de lado o fato de que as ciências sociais cumprem uma função de coesão social indispensável à perpetuação das formações sociais capitalistas, como mostrara Herbert, em seu primeiro artigo, há uma outra explicação para isso: as ciências sociais, como todas as ideologias teóricas, apóiam-se em um “sistema de garantias” que as faz “reconhecerem” especularmente sua “verdade” nos dados com que trabalham, como mostra Herbert ([1968], 1995). A aposta de Herbert/Pêcheux é a de que esse sistema de garantias pode sofrer uma mexida, capaz de provocar um enfraquecimento das resistências, que o corte provocado pela ciência da história tem enfrentado. O meio para isso seria, como no caso das ciências da natureza, a criação de um instrumento científico. Esse novo instrumento teria uma dupla função: utilizado pela ciência das ideologias, funcionaria como um instrumento de experimentação; utilizado

pelas ciências sociais, funcionaria como um “Cavalo de Tróia”, pondo a nu o caráter ideológico dos dados (quase sempre discursivos) com que elas trabalham e abrindo espaço para o Materialismo Histórico. Esse instrumento receberia o nome de Análise do Discurso.

Em seu segundo artigo, podemos ver Pêcheux trabalhando segundo manda a sua concepção de prática teórica (ou fazer científico). Segundo ela, uma ciência nova não se produz pela inspiração de um gênio, mas por um trabalho teórico baseado em algo que já foi construído previamente: uma matéria-prima ideológica (G1) e um corpo de conceitos científicos (G2).

No caso da ciência das ideologias de Herbert, a matéria-prima são as teorias ideológicas da ideologia (as ciências sociais) e os conceitos científicos a serem utilizados são aqueles vindos da ciência da história, da Lingüística e da Psicanálise.

O papel de cada uma das ciências que são chamadas para a formulação dessa teoria aqui fica explicitado, diferentemente do que ocorre no primeiro texto. Notamos, entretanto, que ele não é o mesmo para cada uma delas. A ciência da história é o continente onde essa ciência se instala: a ciência das ideologias é mais uma das regiões científicas do continente história, e isso se explica pelo fato de ideologia ser considerada pelos althusserianos, de um modo geral, uma problemática pertencente ao Materialismo Histórico e ao Dialético. Por essa razão, é ela quem comanda a reflexão do autor, bem como o modo de apropriação dos conceitos formulados na Lingüística e na Psicanálise.

Estas, por sua vez, são convocadas como saberes cujos conceitos podem ajudar a pensar essa problemática, os quais, uma vez transformados, podem ser articulados em uma teoria nova, com um objeto novo. É importante notar que, para responder a questões que lhes são exteriores, esses conceitos precisaram sofrer torções.

Vemos que, nesse momento da trajetória teórica de Pêcheux, a sua preocupação central continua sendo o desenvolvimento de uma teoria geral das ideologias, cujo projeto foi apenas esboçado em seu primeiro texto. Há um refinamento ou uma sofisticação do aparelho conceitual utilizado para descrever o mecanismo das ideologias. Ao invés da simples divisão em tipos A e B, ligados ao lugar onde elas nascem, há uma divisão complexa entre ideologias empíricas e especulativas, que apresentam dominância metafórica semântica e dominância metonímica sintática, respectivamente. Além disso, há uma delimitação acerca do que foi dito sobre a

ideologia – isso é válido para o sistema capitalista e não para todos os modos de produção existentes.

Herbert aponta, ainda, para a necessidade de um instrumento que possa efetuar uma mexida no sistema de garantias das ideologias. Esse instrumento, que ele planeja construir, é a Análise do Discurso, cujos primeiros desenvolvimentos veremos no próximo capítulo.

Há duas críticas que o próprio Pêcheux faz desse seu texto anos mais tarde, na obra *Semântica e discurso*. Uma primeira falha, segundo ele, é que a teorização sobre as ideologias não leva em consideração a luta de classes: “o termo e o conceito de contradição, bem como o de luta de classes, estão ausentes, enquanto tais, da descrição dos processos ideológicos empíricos e especulativos” (PÊCHEUX, [1975], 1988, p. 132). A outra falha é que fornece uma “uma pseudo-solução estruturalista” para a questão da relação entre ideologia e inconsciente (p. 133).

CAPÍTULO 5

RUMO À TEORIA E AO MÉTODO DE ANÁLISE DO DISCURSO

Vimos nos capítulos anteriores que o projeto teórico inicial de Michel Pêcheux era construir uma ciência das ideologias, a qual devia ser constituída por uma teoria e um método. Vimos também que dois de seus primeiros textos, assinados por Thomas Herbert, foram dedicados majoritariamente à produção dessa teoria e que o método a ela ligado, chamado provisoriamente de “escuta social”, apesar de planejado, ficou em suspenso.

Mas que isso não nos leve logo a concluir que a elaboração desse método não tomava o tempo de Pêcheux. Na verdade, no mesmo período em que escrevia seus artigos sobre a ideologia, ele se dedicava a sua construção. Os resultados, ao que parece, sumários, que até então obtivera o autor foram publicados em dois textos: “Analyse de contenu et théorie du discours”, de 1967, publicado no *Bulletin du CERP*, em um número dedicado justamente à discussão epistemológica e metodológica da Análise de Conteúdo; e “Vers une technique d’analyse du discours”, de 1968, publicado em *Psychologie Française*, ambos sem tradução para o português.

Ambos os textos possuem uma estrutura semelhante: iniciam com uma crítica aos métodos de análise de conteúdo, seguida da exposição de alguns conceitos da teoria do discurso e de uma descrição breve do método de análise do discurso, que, a partir de então, ganhou um nome definitivo. O primeiro texto tem a vantagem de apresentar um desenvolvimento maior sobre os três temas e o segundo de apresentar alguns conceitos de forma mais próxima da que foi apresentada na obra considerada como inaugural da Análise do Discurso, a AAD-69.

Dissemos que Pêcheux apresenta, nesses textos, o método de análise do discurso, o qual corresponderia ao dispositivo instrumental planejado nos textos anteriores. No entanto, como se vê, esse método não é apresentado sozinho, mas acompanhado de uma teoria do discurso e de uma crítica à análise de conteúdo. Por que teoria e método são apresentados conjuntamente? Conforme explicamos no capítulo anterior, para Pêcheux, um instrumento é uma teoria materializada, ou seja, ele está intimamente relacionado a uma teoria, sem a qual não pode ser eficaz. Por isso, é necessário formular uma teoria do objeto do qual se faz a análise.

E quanto à análise de conteúdo, por que falar dela, no momento em que se apresenta a teoria e o método de análise do discurso? A resposta a essa pergunta é complexa e exige que façamos uma série de considerações, que serão apresentadas mais à frente. O que podemos adiantar é que se trata de um método muito utilizado nas pesquisas em ciências sociais, o qual o autor deseja destruir para poder colocar, em seu lugar, o método novo que ele está propondo. Segundo ele, não é suficiente fazer uma crítica ao uso meramente empírico das “práticas de ‘análise de conteúdo’ diariamente aplicadas aos questionários, às entrevistas, aos documentos, aos arquivos, etc., nas diferentes ‘ciências sociais’” (PÊCHEUX, 1971, p. 101), para mostrar que os resultados a que elas conduzem não podem ser científicos, mas é preciso propor algo para ficar em seu lugar, já que, para ele, “... só se *destrói* realmente aquilo que se é capaz de *substituir* realmente” (p. 101-2). Esclareceremos os motivos estratégicos da proposta pecheutiana na seqüência deste capítulo.

Vale lembrar que, nesse momento, o papel da Linguística cresce em importância. É ela que dá a base sobre a qual vão se constituir não só o conceito de discurso, mas também todo o dispositivo instrumental. Saussure, Jakobson, Harris, Culíoli e Benveniste são as referências que o autor cita, implícita ou explicitamente, critica, elogia ou menciona como “fonte de inspiração”.

Nossa discussão englobará, portanto, os três eixos dos dois primeiros artigos de Pêcheux citados mais acima (a crítica à análise de conteúdo e a apresentação da teoria e do método de análise do discurso), mas não se deterá em uma análise *stricto sensu* do método de análise do discurso, pois ela não faz parte de nossos objetivos: sobre esse método, destacaremos o papel que devia exercer junto às ciências sociais; nesse momento, faremos a ligação entre as duas pontas do projeto teórico pecheutiano.

5.1 Críticas à análise de conteúdo

Como mencionamos, Pêcheux inicia seus dois artigos de maneira semelhante: tecendo críticas aos métodos de análise de conteúdo. Entretanto, como o autor não fornece muitos detalhes sobre eles, começaremos apresentando sucintamente em que consistem, seus objetivos, o contexto de seu surgimento. Acreditamos que isso possibilitará compreendermos melhor tais críticas.

A análise de conteúdo (AC) surgiu nos Estados Unidos, no contexto da primeira guerra mundial, tendo um desenvolvimento intenso até o período da segunda guerra, após o qual passou por um declínio, voltando à cena somente a partir dos anos 50-60. Ligada, inicialmente, ao departamento de jornalismo da Universidade de Colúmbia, ela logo se expandiu para os departamentos de Sociologia, Psicologia e Ciência Política de outras universidades americanas, tendo sido desenvolvida por vários pesquisadores.

A AC pode ser definida, segundo Bardin (1977), como “um conjunto de instrumentos metodológicos” e “uma hermenêutica controlada” (p. 9) destinada a fazer análise das comunicações. Notamos nessa definição que a interpretação é *controlada* através da aplicação de procedimentos de validação dos resultados (a quantificação). Como a própria definição deixa entrever, trata-se de um *instrumento* de base hermenêutica, cujo pressuposto básico é que, por trás das palavras usadas em um texto, esconder-se-ia um sentido que caberia ao analista desvendar.

Ora, desde já, deparamo-nos com dois problemas, se levamos em conta as posições epistemológicas de Pêcheux. O primeiro diz respeito ao fato de tratar-se de um instrumento que parece não ser construído a partir de uma teoria que o sustente: para o filósofo, todo instrumento teórico deve ser a contrapartida de uma teoria. De fato, não encontramos no livro que estamos citando nenhum capítulo destinado à exposição da teoria que fundamenta os métodos de análise (o que seria desejável).

Isso pode ser confirmado pelo que dizem Paul Henry e Serge Moscovici (1968) em um artigo sobre o tema: “A análise de conteúdo é um conjunto disparatado de técnicas utilizadas para tratar materiais lingüísticos. (...) É um instrumento analítico sem ambições, senão sem fundamentos, teóricas” (p. 36)⁸⁰.

Isso não impede, todavia, que esse conjunto de técnicas elabore algumas noções com as quais lida em seu trabalho prático. Uma delas diz respeito à “comunicação”, que foi concebida de duas formas diferentes, como “representacional” e como “instrumental”.

“De maneira grosseira, arrogamo-nos o direito de dizer que ‘representacional’ significa que o ponto importante no que diz respeito à comunicação é o revelado pelo conteúdo dos *itens* léxicos nela presentes, isto é, que algo nas palavras da mensagem permite ter indicadores válidos sem que se considerem as circunstâncias, sendo a mensagem o que o analista observa. *Grosso modo*, ‘instrumental’ significa que o fundamental não é aquilo que a mensagem diz à

⁸⁰ Esse estatuto da AC levará Pêcheux, anos mais tarde, a dizer o seguinte: “No caso da análise de conteúdo, há uma ambigüidade, isto é, não se sabe se ela releva de um tipo de prática empírica ou se há a aplicação de uma disciplina científica e qual?” (PÊCHEUX, 1973, p. 101).

primeira vista, mas o que ela veicula dados o seu contexto e as suas circunstâncias" (POOL apud BARDIN, 1977, p. 20).

Ora, ambas as concepções apresentam problemas se consideramos as posições teóricas de Pêcheux. A primeira cai na crença da correspondência biunívoca entre significante e significado, que é avaliada pelo autor (como veremos a seguir) como pré-saussuriana, e na consideração do sentido como unicamente determinado pelas palavras da mensagem. Já a segunda acredita na natureza instrumental da comunicação, concepção que apaga o fato de que através do discurso se constroem as dissimetrias próprias a toda formação social de classes, como defende Herbert em segundo artigo visto anteriormente.

O segundo problema que aparece na definição do método é sua base hermenêutica. Segundo a concepção de discurso e de sentido de Pêcheux, um texto não traz um sentido único e oculto, que seria preciso desvendar, mas, ao contrário, sentidos diversos determinados, muitas vezes, não só pelas suas condições de produção, mas também pelas posições sociais de quem o produz.

O momento em que a AC surge nos Estados Unidos é aquele em que o behaviorismo se encontra em alta. Este prega o apelo às análises objetivas e observáveis, em detrimento de tudo que é subjetivo. Impregnada disso, ela utiliza, em algumas de suas pesquisas, não só uma terminologia behaviorista⁸¹, mas também busca quantificar os resultados, a fim de objetivá-los.

"O *behaviorismo* dita a sua lei nas ciências psicológicas de então nos Estados Unidos. Rejeita a introspecção intuitiva em benefício da psicologia comportamental objetiva. Trata-se de descrever o comportamento enquanto resposta a um estímulo, com um máximo de rigor e científicidade. (...). O nascimento da análise de conteúdo provém da mesma exigência..." (BARDIN, 1977, p.15-6).

Realmente, a primeira fase da AC foi marcada pelas pesquisas quantitativas. Isso se justificava pela busca de dotar as análises de um rigor científico, o qual era sinônimo de quantificação. Segundo Minayo (2000), "A preocupação da objetividade e da sistematicidade solidificou-se no rigor quantitativo para se contrapor ao que os cientistas denominavam 'apreensão impressionista'" (p. 201).

Não é de se estranhar que a definição de AC, na época, seja a seguinte: "É uma técnica de pesquisa para descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo

⁸¹ Em certa análise citada pelo autor, são fornecidas palavras que atuam como *estímulo* para outras palavras que lhes sejam uma *resposta*. (cf. BARDIN, 1973, p. 52).

manifesto das comunicações e tendo por fim interpretá-los" (BERELSON apud MINAYO, 2000, p. 200).

Desse modo, a sua linguagem é marcada pelo vocabulário estatístico: termos como "variáveis", "covariância", "amostragem" etc. impregnam as descrições.

Mas, a partir do final dos anos 50, na sua segunda fase, a situação se modifica um pouco, surgindo tendências que defendiam a pesquisa qualitativa. Vejamos o que diferencia uma e outra:

"Na análise quantitativa, o que serve de informação é a *freqüência* com que surgem certas características do conteúdo. Na análise qualitativa, é a *presença* ou a *ausência* de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomado (*sic*) em consideração" (BARDIN, 1977, p. 21).

Os objetivos da AC eram diversos e dependiam da área em que as pesquisas se realizavam. Bardin (1977) cita, por exemplo, as primeiras pesquisas, ligadas ao jornalismo, que objetivavam medir o grau de sensacionalismo de artigos, comparar jornais rurais com urbanos etc. além de outras, posteriores, que intentavam saber qual a atitude e a avaliação das pessoas quanto a determinado tema (a democracia, o socialismo) ou produto (um sabonete, uma marca de gasolina). Mas um outro tipo de objetivo, digamos, mais complexo, era também perseguido, principalmente no campo da psicologia social⁸²: a análise de um monólogo de um paciente "remete para a sua história pessoal, para os seus sintomas neuróticos, e para a sua evolução (...), visando uma melhor adaptação deste ao mundo etc." (BARDIN, 1977, p. 134).

Veremos que a posição contrária às pesquisas que usam os métodos de análise de conteúdo não se justifica só pelo fato de que as ciências que delas se utilizam (como a psicologia) conduzem, muitas vezes, a essa adaptação/readaptação social dos indivíduos, mas, sobretudo, pelo fato de reproduzirem especularmente a ideologia dominante.

A partir dos anos 60, segundo Bardin (1977) três fenômenos afetam o desenvolvimento interno da AC. Desses, o primeiro é um movimento interno ao campo: o uso do computador; os trabalhos são marcados pela automatização, vários programas de computador são criados para facilitar a ordenação e análise dos dados, dos quais um bastante utilizado é o *General Inquirer*, que se apresenta como uma ferramenta que

⁸² Disciplina contra a qual Pêcheux se posicionava devido a sua função de adaptar e readaptar os sujeitos desajustados seja ao convívio em sociedade, seja à esfera da produção dos bens de consumo, conforme tivemos a oportunidade de comentar.

permite traduzir os dados empíricos, extraídos dos textos, em dados teóricos (HENRY; MOSCOVICI, 1968, p. 45). Ele é uma “tentativa de construção de um modelo universal de análise de conteúdo” (p. 46).

Segundo Bardin (1977), os outros dois fenômenos são externos ao campo e vêm “perturbar o movimento relativamente linear da análise de conteúdo” (p.25): trata-se do desenvolvimento da semiologia (enquanto estudo dos sistemas de signos não-lingüísticos) e a invasão do campo científico pela Lingüística, uma disciplina cuja “finalidade é diferente” da proposta pela AC. De acordo com o autor, frente a esses dois últimos, a análise de conteúdo “recua, ou melhor, protege-se, continuando basicamente na sua perspectiva, uma vez que se julga ameaçada de dissolução ou de recuperação” (p.25). Para ela, os pesquisadores atuais, sobretudo franceses, ao se voltarem para o exterior, correm “o risco de se perderem” (p.25).

Tudo o que dissemos aqui sobre a AC é válido até os anos 70, já que é sobre essa conjuntura que se detém a crítica de Pêcheux. Não nos detivemos em uma exposição ampla e aprofundada sobre ela, mas apenas mencionamos as informações que julgamos necessárias para entender tal crítica. De acordo com o que lemos, pudemos perceber o uso, já nessa época, de conceitos vindos da Análise do Discurso, como o de condições de produção e ideologia, o que mostra que AC não só passou por modificações, mas também integrou em sua metodologia elementos da AD.

A reflexão de Pêcheux sobre a análise de conteúdo, em seus dois primeiros artigos⁸³, tem como critério a conformidade desta com a Lingüística moderna ⁸⁴. Tanto é verdade, que ele chega a classificar os métodos de análise de conteúdo tomando como referência a relação que eles mantêm com essa ciência, como veremos adiante. Desse modo, é interessante que exponhamos, primeiramente, os comentários que o autor faz sobre essa ciência e sua história.

O filósofo partilhava da posição de que a Lingüística havia de fato se constituído como uma disciplina científica. Pensando esse processo a partir dos conceitos da

⁸³ Toda a parte inicial desse seu primeiro artigo, de 1967, sobre a análise de conteúdo, será reproduzida na obra inaugural da AD, a *Análise Automática do Discurso*, de 1969, constituindo também a sua primeira parte. Os mesmos argumentos dessa crítica serão repetidos no seu segundo artigo, de 1968, e também em outro texto, publicado em 1973, “L'application des concepts de la linguistique à l'amélioration des techniques d'analyse de contenu”.

⁸⁴ Esse artigo é o primeiro em que Pêcheux refletiu sobre a história epistemológica da Lingüística e o papel de Saussure nela. Em muitos outros trabalhos, o autor abordou o tema, com maior ou menor desenvolvimento. Dentre eles, a própria AAD-69; “A semântica e corte saussuriano: língua, linguagem, discurso”, de 1971, “Sobre a (des)construção das teorias lingüísticas”, de 1982; e, em parceria com Françoise Gadet, *A língua inatingível*, de 1983.

epistemologia bachelardiana e althusseriana, ele apontava que tal científicidade fora alcançada a partir do *corte epistemológico* operado por Ferdinand de Saussure, o qual estabeleceu uma *ruptura* entre o que antes se caracterizava como os estudos da linguagem e o que, a partir de então, é a Lingüística.

Uma das consequências dessa ruptura é que a tarefa à qual a nova ciência se dedica não é mais a mesma à qual se dedicava a ciência clássica da linguagem: esta “pretendia ser ao mesmo tempo *ciência da expressão* e *ciência dos meios dessa expressão*” (PÊCHEUX, 1967, p. 211), ou seja, além de estudar os textos e o sentido que produziam, ela também se colocava questões de natureza semântica e sintática. Já a Lingüística saussuriana, a científica, passa a estudar exclusivamente a língua (o *objeto produzido* por Saussure), descrevendo o seu funcionamento. Em outras palavras, o objeto de estudo deixa de ser o texto, já que este é considerado por Saussure como pertencente ao domínio da fala – o “resíduo não-científico da análise” (p. 212) – para ser agora os fenômenos de dimensão inferior a ele.

Acontece, porém, que, segundo o filósofo, a questão abandonada pela Lingüística – “qual o sentido do texto?” – não deixou de ser colocada e passou, então, a ser respondida por outras disciplinas, constituídas fora do campo teórico da Lingüística, dentre as quais se situa a análise de conteúdo. O que o autor enfatiza é que, mesmo colocando uma questão dessa natureza, o objetivo visado pela AC não coincidia com aquele da Lingüística. Como vimos, ela nasceu ligada às pesquisas em ciências sociais, e suas técnicas foram desenhadas por teóricos desses campos, com o intuito de analisar o que era dito pelos sujeitos, em seus textos, cujo fim último era dar respostas a problemas pertencentes ao domínio onde eram formuladas. Na elaboração de suas técnicas, segundo Pêcheux (1968), a AC colocou “implicitamente hipóteses relativas à linguagem” (p. 113) não condizentes, entretanto, com as teorias lingüísticas científicas atuais. É nesse sentido que o autor afirma que algumas técnicas de AC trabalham com conceitos lingüísticos pré-saussurianos.

Como dissemos há pouco, o grande conjunto de métodos que formam a AC é dividido por Pêcheux (1967) em “métodos não-lingüísticos” (subdivididos em método de contagem freqüencial e de análise por categorias temáticas) e em “para-lingüísticos”. A crítica que o autor faz a cada um deles está embasada nas concepções relativas à linguagem com que lidam.

Os métodos não-lingüísticos, conforme o autor, não têm relação com a Lingüística, pois ignoram o deslocamento operado por Saussure. Eles respondem à

questão “qual o sentido do texto?” sob uma forma “pré-saussuriana”, isto é, usando conceitos lingüísticos defasados em relação à Lingüística pós-corte (PÊCHEUX, 1967, p. 212). Isso se explicaria pelo fato de eles terem se desenvolvido contemporaneamente ao deslocamento realizado por Saussure, o que conduziu a um desconhecimento da Lingüística científica.

Mas, de nossa parte, acreditamos que outros fatores também explicam essa ignorância. O primeiro é histórico-geográfico: sabemos que a Lingüística, fundada na França no início do século XX, foi estudada e desenvolvida primeiramente na Rússia, nos Círculos Lingüísticos, só se tornando largamente conhecida em seu país de origem e em outros, como os Estados Unidos, onde nasceu a AC, décadas depois. O outro diz respeito ao lugar institucional onde a AC apareceu, os departamentos de jornalismo – se a Lingüística já demorou a chegar aos departamentos de Letras, quem dirá aos de outras ciências sociais?

O primeiro subconjunto de métodos não-lingüísticos citado por Pêcheux é da contagem freqüencial, que corresponderia aos primeiros métodos formulados na história da análise de conteúdo, os quais, como expusemos, caracterizavam-se como predominantemente quantitativos.

Na visão do autor, sua função é “recensear o número de ocorrências de um mesmo signo lingüístico (...) no interior de uma seqüência de dimensão fixada” (PÊCHEUX, 1967, p. 212), e submeter os dados obtidos a procedimentos estatísticos, chegando-se a uma descrição da população de palavras que compõem o texto, atendo-se à manifestação de certas palavras⁸⁵.

A hipótese sobre a linguagem aí subjacente seria a da biunivocidade da relação palavra-sentido, a qual foi descartada pela teoria saussuriana ao mostrar que um único termo pode possuir vários significados e ao construir a teoria do valor. Tal hipótese

“... interdita o *reconhecimento de deslizamentos de sentido* (a palavra ‘liberdade’ pode, no interior de um mesmo corpus de análise, oscilar de maneira sintomática entre o sentido político, o sentido psicológico etc.) e o *registro de efeitos sinônimos* (um mesmo conceito pode, no interior de um mesmo corpus de análise, ser ‘visado’ por palavras diferentes)” (PÊCHEUX, 1968, p. 114).

⁸⁵ Pêcheux dirá, igualmente, em seu texto de 1973: “... as técnicas de contagem freqüencial são operações de demografia sobre os textos, cada elemento do texto sendo considerado como um morfema suscetível de ser religado de um modo biunívoco a um significado. É ignorar Saussure, parece, fazer a hipótese de que um levantamento demográfico desse gênero pode permitir assinalar os efeitos de sentido” (p. 103).

Essa passagem de Pêcheux é muito interessante, não apenas pela crítica à AC, mas, sobretudo, pelo breve aparecimento do conceito de “deslizamentos de sentido” (o mesmo não aparece novamente nem nesse texto, nem no de 1967, mas ressurge na AAD-69), que é o suporte dessa crítica. Acreditamos que tal conceito merece um comentário. Os termos sob os quais é construído levam a crer que ele venha da teoria psicanalítica de Lacan. De fato, segundo este: “A noção de um deslizamento incessante do significado sob o significante se impõe...” (LACAN, 1978, p. 233). Como vimos, para o autor, o discurso do inconsciente é formado por uma cadeia onde se conectam, através de processos metafóricos e metonímicos, vários significantes; estes, não possuindo um significado intrínseco, fazem sentido somente na relação que mantêm com os que o acompanham; por não possuírem um significado pré-estabelecido, os significantes podem representar significados diversos. Isso é o que se depreende do que diz o autor “... é na cadeia do significante que o sentido *insiste*; mas nenhum dos elementos da cadeia *consiste* na significação da qual ele é capaz no momento mesmo” (p. 233).

Régine Robin (1973) levanta um outro problema, que Pêcheux não menciona, mas que aparece ao lado deste primeiro, relacionado ao uso da estatística nas pesquisas. Segundo a autora,

“Na realidade, pode-se fazer o aparelho estatístico dizer qualquer coisa, segundo os quadros teóricos nos quais ele entre, segundo o sistema de hipóteses que a ele subjaz, segundo o efeito procurado. (...) É talvez o caso da Lingüística. Ela poderia, se se descuidar, servir para demonstrar ‘qualquer coisa’, e esta ‘qualquer coisa’ poderá, como os resultados da estatística, ser apresentado no quadro da ideologia dominante como séria, irrecusável, científica” (p. 21).

O segundo subconjunto de métodos não-lingüísticos, por sua vez, é o da análise por categorias temáticas, um dos métodos mais utilizados no segundo momento da história da AC, quando se valorizaram as pesquisas qualitativas, em detrimento da quantificação generalizada.

Para Pêcheux, ele se situa em um nível supra-lingüístico, pois busca o sentido do texto “atravessando sua estrutura lingüística” (PÊCHEUX, 1967, p. 213), ou seja, sem considerá-la.

A vantagem desse método em relação ao primeiro é que não se baseia na hipótese da biunivocidade signo-sentido. Sua hipótese é a de que diferentes signos (bem como sintagmas de tamanho variável) podem ter um mesmo sentido e vice-versa. (PÊCHEUX, 1968, p. 114). Dessa forma, o material analisado é classificado em

categorias temáticas, no interior das quais são colocados os signos e os sintagmas que teriam o mesmo sentido.

Segundo Bardin (1977):

“A *categorização* é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (*analogia*), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidade de registro, na caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos” (p. 117).

Um exemplo metafórico do processo de categorização é fornecido por este autor.

Vejamos:

“Imagine-se um certo número de caixas, dentro das quais são distribuídos objetos, como por exemplo aqueles, aparentemente heteróclitos, que seriam obtidos se se pedisse aos passageiros de uma composição de metrô, que esvaziassem as malas de mão. A técnica consiste em classificar os diferentes elementos nas diversas gavetas segundo critérios suscetíveis de fazer surgir um sentido capaz de introduzir numa certa ordem a confusão inicial. É evidente que tudo depende, no momento da escolha dos *critérios* de classificação, daquilo que se procura ou que se espera encontrar. (...). Uma repartição seguida de um desconto de freqüências de cada ‘gaveta’, pode ser realizado segundo o critério do valor mercantil de cada objeto: caixa de pó de arroz, maço de cigarros, caneta etc., serão divididos segundo o preço estimado para cada um deles. A classificação pode ainda ser feita tendo por critério a função dos objetos: objetos de maquilagem, dinheiro, ou seus substitutos etc. A finalidade desta classificação é deduzir daí certos dados, que dizem, por exemplo, respeito à situação sócio-cultural das senhoras observadas, em determinada hora, ou em determinado local de utilização do metropolitano” (BARDIN, 1977, p. 38).

O problema desse método, segundo Pêcheux (1968), diz respeito ao estabelecimento dessas categorias ou classes de equivalência, por dois motivos. O sistema de categorias temáticas é estabelecido a cada vez, ajustado ao *corpus* em análise, já que não há uma lista exaustiva *a priori* delas. E, o principal, elas são estabelecidas por critérios criados pelos analistas, que têm um papel demasiado importante no trabalho, pois são eles quem não só estabelecem as categorias temáticas, mas também decidem a categoria em que os segmentos irão se incluir.

E a partir de quais critérios os analistas estabelecem as categorias temáticas? Segundo Pêcheux, esse critério é o “sistema comum de valores” (que bem poderia ter sido chamado pelo autor de *posições ideológicas*): os segmentos e as frases do material

são colocados nessa ou naquela categoria temática segundo o “sistema comum de valores” dos analistas⁸⁶.

A consequência desses problemas, conforme Pêcheux (1967), é que a ideologia implícita tanto no discurso do analista quanto no material (*corpus*) não será questionada. E isso é de fundamental importância no projeto teórico de Pêcheux. Vimos, no capítulo anterior, que o grande problema das pesquisas em ciências sociais, conforme o autor, era o fato de elas apenas reproduzirem o discurso ideológico dominante, sem conseguir descer às determinações inconscientes dos fenômenos que buscavam explicar e sem conseguir ver como ideológicas as representações sobre esses fenômenos. Se o método usado pelos cientistas sociais não permite questionar a ideologia presente nos dados, de que servia esse método?

Assim, para o autor, “o risco limite é, pois, o de que a análise assim concebida reproduza em seus resultados a grade de leitura que a tornou possível” (PÊCHEUX, 1967, p. 214).

Uma crítica semelhante é a de Robin (1973). Segundo ela, as pesquisas de análise de conteúdo:

“negligenciam o nível discursivo enquanto tal, como se as ideologias não se revelassem também enquanto sistemas de representações nos discursos e como se a ordem do discurso, sua estrutura, não comportasse implicações ideológicas” (p. 69).

Além dos métodos de análise do conteúdo que Pêcheux chamou de não-lingüísticos, há também aqueles que o autor designa por para-lingüísticos. Estes, diferentemente dos primeiros, fazem referência à Lingüística moderna, trabalhando com os seus conceitos, e são utilizados, principalmente, por disciplinas como a antropologia, a crítica literária e a semiologia. Estas últimas, segundo Pêcheux (1967), conhecem o deslocamento introduzido por Saussure na ciência Lingüística e interpretam isso como a possibilidade de operar o mesmo tipo de deslocamento no nível em que trabalham, isto é, o nível do texto. Segundo ele, “a homogeneidade epistemológica que se supõe entre os fatos de língua e os fenômenos da dimensão do texto garante, assim, o emprego dos

⁸⁶ Essa idéia é reiterada, em um texto posterior de Pêcheux: “Infelizmente tem-se o mais seguidamente a impressão de que o princípio do arbitrário governa a análise. O arbitrário das decisões pelas quais se constitui um quadro de categorias (fenômeno típico de circularidade) repousa sempre sobre uma pré-análise *selvagem* (eu creio que a palavra foi utilizada em um artigo recente) que significa simplesmente que, no momento mesmo em que se constituem as categorias, é preciso já dispor de categorias implícitas de leitura para varrer o conjunto do texto” (PÊCHEUX, 1973, p. 103). O artigo a que o autor se refere é o “Problèmes de l’analyse de contenu”, de Paul HENRY e Serge MOSCOVICI (1968, p. 40).

mesmos instrumentos conceptuais” (p. 214): se existem sistemas sintáticos, podem existir também sistemas míticos etc.

Um exemplo de tal linha de raciocínio é o que podemos ver na seguinte passagem de Lévi-Strauss (1977):

“Ora pode perguntar-se se todas as características do fonema não reaparecem naquilo a que chamamos os mitemas: elementos de construção do discurso mítico que são, eles também, entidades ao mesmo tempo opositivas, relativas e negativas” (p. 14).

Podemos perceber que Pêcheux faz referência ao fenômeno, ocorrido nos anos 60, na França, de uso generalizado do modelo lingüístico nas ciências humanas e sociais e que Robin (1973) assim descreve: “A Lingüística impõe-se como verdadeiro modelo no sentido forte do termo (a Lingüística da língua em seu quadro fonológico, numa palavra, a Lingüística estrutural)” (p. 77).

Assim, para Pêcheux, essas disciplinas tentariam “efetuar uma segunda vez o mesmo deslocamento (da função ao funcionamento), mas dessa vez no nível do texto” (PÊCHEUX, 1967, p. 214), o que, apesar das tentativas concretas, não teria ainda ocorrido. E na apresentação dos argumentos que comprovem essa tese reside a crítica do autor a esses métodos.

O principal problema é que o objeto de análise dessas disciplinas “não está conceptualmente definido” (PÊCHEUX, 1967, p. 215), sendo estabelecido apenas pelo desejo do analista e se confundindo com o dado: quando o objeto científico não está construído, corre-se o risco de tomá-lo pelo mesmo objeto que foi estabelecido e recortado pelas diferentes ideologias (religiosas, jurídicas, políticas, morais)⁸⁷ ou então de alargar de tal forma o conceito com que se trabalha que se acabe caindo em uma generalização exagerada.

No primeiro caso, o analista tem a seu favor as instituições estabelecidas nas sociedades. Elas trabalham com objetos próprios (que elas constroem com o recorte da realidade, conforme dissemos) e formulam normas e critérios que lhes permitem definir o que pertence ou não a seu campo e que impõem para análise e classificação desse objeto. Tomemos como exemplo o caso da instituição religiosa: ela possui suas normas para estabelecer o que é ou não um discurso religioso e diferenciar o discurso de um profeta do de um charlatão; e o caso da instituição política: ela própria define os

⁸⁷ Notamos aqui um diálogo implícito com a teoria de Thomas Herbert. De acordo com ela, as ideologias, em sua função semântico-metafórica, recortam a realidade a seu modo, concebendo determinados objetos que funcionam como seus elementos constitutivos.

discursos como de esquerda, de direita etc. Quando faz a análise desses discursos, o analista simplesmente decalca o objeto que a instituição produziu e utiliza, na sua descrição, as mesmas categorias que elas estabeleceram, ou seja, ele segue o recorte ideológico já feito pela instituição. Conforme Pêcheux (1967),

“É, pois, porque já existe um discurso *institucionalmente garantido* sobre o objeto que o analista pode racionalizar o sistema de traços semânticos que caracterizam esse objeto: o sistema de análise terá, portanto, a idade teórica (o nível de desenvolvimento) da instituição que é sua norma” (p. 216).

Já no segundo caso, o analista não tem a seu favor nenhuma instituição. Este é o caso, para Pêcheux, dos estudos de Lévi-Strauss sobre a mitologia. Não possuindo nenhuma norma, sustentada por uma instituição, que defina o que é o mito, “o analista não dispõe de norma que permita definir o que pertence ou não ao *corpus*” (PÊCHEUX, 1967, p. 215), ou seja, ele não tem meios de definir o que é o mito e acaba por considerar tudo como sendo mito. Isso é o que Pêcheux observa em uma passagem do próprio antropólogo, onde este diz que “o livro sobre os mitos é, a seu modo, um mito” (LÉVI-STRAUSS apud PÊCHEUX, 1967, p. 215).

A consequência última da falta de objeto produzido é o estabelecimento de uma *homogeneidade* entre o discurso estudado e o discurso que estuda, ou seja, não há um distanciamento entre eles, o que coloca em questão a científicidade do segundo. Conforme o filósofo, a disjunção entre “a teoria do mito e a prática do mito é ainda problemática” (PÊCHEUX, 1967, p. 215).

A conclusão do autor é que o projeto dessas disciplinas de fazer um deslocamento do estudo da função do texto para o seu funcionamento “não se realizou”, já que, quando pensam descrever o funcionamento, é, no fundo, sobre a função que elas estão tratando (p. 215). E isso se justifica, a nosso ver, pela ambigüidade da noção de função no uso que fazem dela as instituições: ora elas a entendem como um funcionamento (plano do efetivo), ora como uma missão (plano do ideal).

Concluindo sua problematização sobre a análise de conteúdo, Pêcheux (1968) faz uma última crítica a um problema que é comum a ambos os tipos de métodos que ele identificou. Eles tomam por objeto de análise o texto, como uma unidade empírica de tamanho variável e consideram que o discurso do sujeito depende da situação sócio-cultural em que se encontra. Contra essas posições, o autor defende que a verdadeira variável independente seja a *representação da situação* própria a um sujeito e não a situação em si mesma (já que tudo são *representações* sobre o real) e, desse modo, que

a “situação” não seja tomada como referencial global (PÊCHEUX, 1968, p. 114-5). Essas observações o encaminham para a formulação dos primeiros conceitos da teoria do discurso, de que trataremos a seguir.

Antes, porém, de apresentarmos esses conceitos, gostaríamos de acrescentar um comentário. A maioria das críticas à AC tecidas pelo autor é explícita em seus textos. Mas acreditamos que elas se fazem acompanhar por outras, implícitas, dessa vez formuladas a partir do referencial teórico do Materialismo Histórico, lugar de onde, efetivamente, fala. Estas se tornam explícitas, quando pensamos suas diferenças em relação à Análise do Discurso. As técnicas de análise de conteúdo atêm-se ao que é dito nos textos pelos sujeitos, ora levando em consideração as determinações da situação sobre o que é dito, ora não. E aí termina sua tarefa. Ela não leva em conta algo que, para o MH, é determinante do que se diz: as posições ideológicas e a situação de classe desses sujeitos. Ela acredita que o discurso é neutro e transparente. Confunde o que é dito com a verdade. E não vê que aquilo que se diz é determinado pela ideologia.

5.2 Primeiros conceitos da teoria do discurso

Com vistas a construir sua teoria do discurso, Pêcheux parte de algumas aquisições da Lingüística estruturalista. Como já é do conhecimento dos estudiosos da AD, a intervenção da Lingüística se dá pelo fato de, no campo das ciências humanas, ela ser considerada aquela ciência que já efetuara seu corte epistemológico que qualifica sua científicidade. Segundo Maingueneau (1990), “graças à Lingüística, deveria poder se constituir uma análise do discurso verdadeiramente científica” (p. 68). Mas, por outro lado, sabemos também que, no caso específico da AD pecheutiana, outra razão do uso dessa ciência é o fato de que ela permite, segundo Althusser (*Ler O Capital*, [1965], 1979), descrever os efeitos e as condições formais, no que se refere à linguagem, do discurso das ideologias.

E é desde a construção do objeto conceptual dessa teoria, o discurso, que vemos os conceitos lingüísticos sendo apropriados pelo trabalho teórico de Pêcheux: nesse caso, é a dicotomia saussuriana *língua* e *fala* que é problematizada. Como dissemos, trata-se de uma apropriação e não de um simples decalque, de modo que o resultado é a produção de um objeto, que não se confunde com nenhum dos termos dessa dicotomia. Por esse motivo, o autor parte, necessariamente, de uma crítica a esses conceitos.

Entretanto seria um engano afirmarmos que a construção do conceito de discurso, bem como a sua teoria, tem por base apenas a Lingüística: sabemos que são formuladas com conceitos provenientes também do Materialismo Histórico e da Psicanálise, em cujo referencial se embasa a crítica à Lingüística que permite tal construção.

Nesta seção de nosso trabalho, daremos atenção especial sobre o modo como Pêcheux produziu tal conceito, já que ele é o primeiro e principal conceito da teoria, o seu objeto.

Pêcheux se atém a algumas definições saussurianas de língua, seja elogiando seu mérito, seja apontando problemas que, em sendo criticados e repensados, podem servir de caminho para a construção do conceito de discurso. Tais definições descrevem a língua como: a) a parte social da linguagem e exterior ao indivíduo; b) um conjunto de regras universais para uma comunidade lingüística; c) uma instituição social; d) um sistema de signos lingüísticos. Elas têm como consequência a sua oposição à fala (enquanto individual e lugar da liberdade do falante) e a sua distinção em relação aos outros sistemas semiológicos (PÊCHEUX, 1967, p. 216).

No caso das duas primeiras definições, segundo Pêcheux, elas levaram a teoria lingüística imediatamente posterior a Saussure a considerar apenas os níveis elementares (fonológico e morfológico) como pertencentes ao domínio da língua e julgar os níveis superiores (o da frase e o do texto) como pertencentes ao domínio da fala e, portanto, não sistematizáveis. Entretanto, o desenvolvimento da teoria gerativa mostrou a existência de regras *lingüísticas* regendo a gramaticalidade dos enunciados, isto é, que a frase seria construída por regras universais pertencentes ao domínio da língua, a qual não estaria mais na ordem da fala.

Posicionando-se contra ambas as concepções, estruturalista e gerativista, Pêcheux (1967) defende duas teses. No caso da teoria gerativa, ele argumenta que "... a frase não pode ser julgada, por todo o sempre, normal ou anômala somente pela referência a *uma norma* própria à língua" (p. 217). Sua posição é ilustrada com a análise da frase "A terra gira". Sendo pronunciada na época pré-copernicana, ela seria considerada anômala, já que o sujeito *terra* teria o traço +imóvel (a Terra era considerada como o centro imóvel do Cosmo, como sabemos), que seria incompatível como o traço +movimento do verbo *girar*. Por outro lado, sendo pronunciada a partir do século XVIII até atualmente, ela é considerada normal. Para explicar a aceitabilidade e a inaceitabilidade em épocas que se distanciam pouco (séculos XVII e XVIII,

respectivamente), os gerativistas teriam de supor uma mudança radical da sintaxe da língua em que é falada nesse pequeno espaço de tempo. A partir dessas observações, Pêcheux afirma que haveria outras regras, não pertencentes ao domínio da língua, que determinariam a sua aceitação. O autor só explicita a natureza dessas regras na seqüência de seu texto, mas podemos dizer, desde já, que elas são pensadas pelo MH.

No caso de Saussure, Pêcheux (1967) julga que os conceitos de língua (universal) e fala (individual) não dão conta de toda a produção de linguagem. Por isso, para ele:

“... parece indispensável questionar a identidade, implicitamente estabelecida por Saussure, entre o *universal* e o *extra-individual*, mostrando a possibilidade de se definir um nível intermediário entre a singularidade individual e a universalidade, a saber, o *nível da particularidade* definidora de ‘acordos’ lingüísticos específicos dessa ou daquela região do sistema, ou seja, de feixes de normas mais ou menos localmente definidos...” (p. 217).

Para nós, o que ele chama aqui de *nível da particularidade* corresponde aos discursos ideológicos. Estes não são nunca de apenas um indivíduo nem de todos indistintamente, mas de uma parte deles (por exemplo, o discurso comunista, o discurso jansenista, o discurso pedagógico etc.). Apesar de não usar a palavra discurso, é ele, a nosso ver, o conceito aí implícito.

Comentamos há pouco que Pêcheux defende que haveria outros tipos de regras regendo a formação dos enunciados que não seriam de natureza exclusivamente lingüística. Isso é o que ele detalha na seqüência de seu texto, ao comentar as duas últimas definições saussurianas de língua acima citadas.

O autor observa que Saussure definiu a língua como uma instituição social dentre outras, apontando, ao mesmo tempo, sua especificidade: a) ser de natureza semiológica e b) não se apresentar, ao contrário das demais instituições, como um meio destinado a um fim, por exemplo, um instrumento de comunicação, mas possuindo um funcionamento que é possível descrever. E é justamente nessa concepção de instituição que reside a crítica do filósofo (a de língua é, ao contrário, elogiada), pois: “Saussure continua a pensar as instituições em geral como meios adaptados a fins” ou como “funções com finalidade explícita” (PÊCHEUX, 1967, p. 218).

Para este, seguindo as teorias sociológicas atuais⁸⁸, as instituições sociais não são meios ou instrumentos de que os indivíduos se utilizariam para alcançar seus

⁸⁸ Esse ponto é interessante, pois aqui se percebe a estratégia de Pêcheux que mencionamos no capítulo 3 sendo colocada em ação. Para não citar diretamente autores marxistas, o autor cita “teorias sociológicas

objetivos. Na verdade, elas são conjuntos de idéias constituídas que se impõem aos indivíduos e às quais eles se sujeitam.

Assim é que um discurso de um deputado na Câmara, ao invés de ser considerado como da ordem da fala e, por conseguinte, espaço da manifestação da liberdade individual, deveria ser tomado como um

“... elemento de um mecanismo em funcionamento, ou seja, como pertencente a um sistema de normas, nem puramente individuais, nem globalmente universais, mas pertencentes à estrutura da ideologia política e, portanto, correspondente a uma certa posição no interior de uma formação social dada” (PÊCHEUX, 1967, p. 218).

O que concluímos disso é que, para Pêcheux, as regras determinantes do discurso não são apenas lingüísticas, mas são também da ordem da instituição onde ele é produzido. A tese do autor é que

“... os fenômenos lingüísticos de dimensão superior à frase⁸⁹ podem ser, efetivamente, concebidos como funcionamento, mas com a condição de acrescentar que esse funcionamento não é integralmente lingüístico, no sentido atual deste termo, e que não se pode defini-los senão em referência à estrutura da formação social em que se encontram” (PÊCHEUX, 1967, p. 218).

Nesses termos é que o conceito de discurso é-nos apresentado até o momento: o nível da particularidade, situado entre a língua e a fala e um elemento no interior de um mecanismo regido por normas pertencentes à estrutura da ideologia política. Tal definição, ainda que provisória, deixa entrever o lugar onde o filósofo se situa para construir e propor tal conceito.

Acreditamos, pelo menos no que diz respeito a esse momento de sua trajetória, que esse lugar é o Materialismo Histórico. Segundo Maldidier (2003), “É a partir do materialismo histórico que se faz a indicação de novos objetos, no caso o *discurso*, explicitamente posto em relação com a ideologia” (p.33). O que essa passagem nos leva a concluir é que: a) o MH é a ciência em que esse conceito é formulado; e b) não é com qualquer problemática do MH que ele se relaciona, mas especialmente com a da ideologia, cuja ciência deveria ser uma ciência regional desse continente.

Assim, a problemática à qual esse conceito é chamado a responder é a dos discursos ideológicos e, em última instância, a da ideologia em sua materialidade lingüística. Como afirma Maingueneau (1990), a Análise do Discurso “seria um

atuais” que concordam com a teoria marxista nessa posição acerca das instituições como estruturas que se impõem aos indivíduos, ao invés de se submeterem a eles.

⁸⁹ Ou seja, o discurso.

“componente essencial” (p. 68) da ciência das ideologias que Althusser trabalhava para construir.

Diante disso, somos levados a concluir que a teoria do discurso foi pensada, no início da trajetória de Pêcheux, como pertencendo à ciência da história e que o discurso não é um objeto lingüístico.

Por esse motivo, ele não se assemelha aos outros conceitos de discurso das outras correntes de Análise do Discurso surgidas na França, nos anos 60, nem àqueles utilizados tanto por teorias lingüísticas (teorias da enunciação), quanto por correntes de crítica literária (semiótica) e ciências humanas e sociais (antropologia). Não podemos crer, em função dos pressupostos, das abordagens e dos objetivos diversos dessas teorias, que se tratasse do mesmo objeto. Cada corrente entendia e definia de uma forma esse conceito⁹⁰.

O fato de ele utilizar um conceito cujo nome é muito comum nos estudos lingüísticos é o que leva muitas pessoas a acharem que a AD pecheutiana, originariamente, é mais uma teoria lingüística sobre o discurso. Para Maldidier (1993), entretanto, “o objeto discurso implica uma mudança de terreno” (p.19), ou seja, ele é pensado no interior da ciência da história, para responder a uma problemática que é sua.

Para Pêcheux (1967), os discursos produzidos são necessariamente engendrados por aquilo que ele chamou, nesse texto, de *sistema semiológico*, definido como

“uma língua parcial, servindo de referência cultural implícita aos discursos suscetíveis de permanecerem neste ou naquele lugar da formação social, o que, consequentemente, porta um conteúdo definido em termos de contexto e de situação (...) suscetível de engendrar uma infinidade de discursos” (p. 219).

Conseqüentemente, na teoria do discurso, deve-se suprimir a “oposição fala (individual) / língua (universal)” (PÊCHEUX, 1967, p. 218), uma vez que, é o que concluímos, nem a língua, nem a fala podem dar conta das regras que dão origem ao discurso: um sistema semiológico não é nem universal, nem individual, mas parcial ou particular, ou seja, engendra uma infinidade de discursos, mas não todo os discursos.

Está claro para nós que esse conceito, aparecido somente nesse texto, tenta dar conta da problemática à qual o conceito de formação discursiva, ainda não produzido, será, posteriormente, chamado a responder.

⁹⁰ Canguilhem (1990) explica isso. Para ele, a existência de uma mesma palavra não significa que se trate de um mesmo conceito. Uma palavra não é um conceito. Além de um nome, um conceito deve comportar uma definição, que é formulada com outros conceitos pertencentes a um mesmo domínio teórico.

Para o autor, todo discurso deve ser referido ao sistema semiológico que o engendra e este, por sua vez, às posições a partir das quais os discursos podem ser pronunciados. O exemplo fornecido é relativo à comparação do conjunto dos sermões de Bossuet e daquele dos padres atuantes no meio rural da França do século XVII. A análise desses discursos permitiria identificar a presença de dois sistemas semiológicos (ou engendradores), os quais estabeleceriam entre si algum grau de intersecção (o discurso religioso), mas principalmente, uma série de diferenças (estatuto social, tipo de dependência em relação ao sistema político etc.) (PÊCHEUX, 1967, p. 219-20).

Assim, a análise formal do discurso deveria ser relacionada ao que Pêcheux (1967) chamou de “análise sócio-etológica” (p. 220), sem, entretanto, definir o que estava entendendo por este termo⁹¹. Acreditamos que o uso de tal expressão é parte da estratégia do filósofo de não usar explicitamente, em seus textos, que são também destinados aos cientistas sociais, conceitos do MH. Sendo assim, podemos “traduzir” *traços sócio-etológicos* como posições ideológicas, situação de classe, lugar na estrutura social próprios aos sujeitos que falam.

O interessante a observar é que Pêcheux está propondo uma análise que não seja meramente formal (levando em conta apenas o texto), mas que faça intervir conceitos vindos de fora da Lingüística, tais como os do Materialismo Histórico e da Psicanálise.

Mas a teoria do discurso, explica o autor, tem como objetivo tratar das propriedades formais do sistema semiológico, ficando a descrição do lugar desse sistema semiológico no interior da formação social a cargo da pesquisa sociológica⁹² (PÊCHEUX, 1967, p. 219-20). Assim, para ele, não é a teoria do discurso que vai refletir sobre as ideologias em geral, sua localização na estrutura social, as classes sociais etc., que são tarefas do MH, mas ela vai levar em consideração todos esses fatores na análise discursiva. É nesse sentido que o autor vai dizer na AAD-69 que a teoria do discurso não pode substituir uma teoria das ideologias, mas pode intervir em seu campo (Cf. PÊCHEUX, [1969], 1997, p. 161).

A estrutura de um sistema semiológico pode ser definida pelo “conjunto das *classes de equivalência* próprias ao engendrador considerado” (PÊCHEUX, 1967, p. 220). Isso quer dizer que cada sistema semiológico possui conjuntos de palavras que são substituíveis reciprocamente em um mesmo discurso sem que o sentido do mesmo seja

⁹¹ A definição mais simples de etologia é “estudo do comportamento dos animais”.

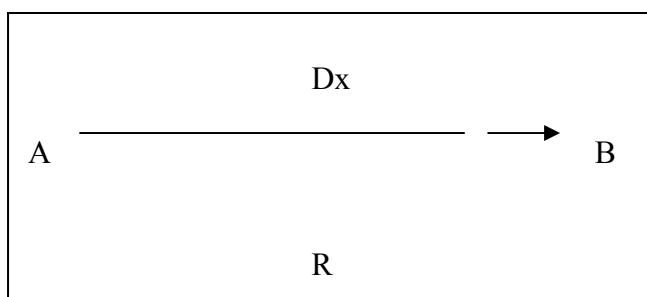
⁹² Este é mais um momento em que a referência à teoria marxista é apagada e substituída por uma palavra menos marcada, “pesquisa sociológica”.

modificado. O processo de substituição está próximo, segundo ele, do processo metafórico definido por Jakobson e diz respeito às relações paradigmáticas.

Resulta disso que a cadeia sintagmática de um discurso, enquanto uma unidade linear, é uma “estrutura de superfície” que “dissimula as relações paradigmáticas sobre as classes de elementos substituíveis em um ponto do discurso” (PÊCHEUX, 1967, p. 221).

Como vimos, Pêcheux não fornece, em seu primeiro artigo, uma definição explícita de discurso. Mas tal definição aparece no texto de 1968, como “um segmento de texto correspondente a certo *estado invariante da representação da situação* pelo locutor” (p. 115).

O estado invariante da representação que o locutor tem da situação é o que Pêcheux chamou de “estado de condições de produção do discurso”. Este é estruturalmente definido pelo seguinte esquema:



Como podemos ver, os elementos estruturais nele presentes são A – locutor; B – destinatário; e R – referente.

Mas, como Pêcheux enfatiza, não se trata da situação em si mesma, nem de organismos humanos individuais, mas sim de representações da situação e dos locutores, que compreendem: a imagem que o locutor tem de si mesmo, do interlocutor e do referente, bem como “os redobramentos das imagens correspondentes para B nas representações de A” (PÊCHEUX, 1968, p. 115), que o autor representa com o seguinte esquema:

- IA (A)
- IA (B)
- IA (R)
- IA [IB (A)]
- IA [IB (B)]
- IA [IB (R)]

Todo discurso é produzido a partir de um “processo de produção”, um mecanismo através do qual um “efeito semântico é produzido” em uma língua determinada (PÊCHEUX, 1968, p. 115). A análise do discurso é definida aqui como destinada a determinar a estrutura do processo de produção dominante que corresponde a determinado estado das condições de produção.

Esses são os primeiros conceitos da teoria do discurso elaborados por Pêcheux. Sabemos que ela está ainda no início de seu desenvolvimento. Nesse momento, o essencial é a construção do seu objeto teórico, o discurso.

O processo de construção dessa teoria continuou durante toda a trajetória de Pêcheux, sempre sujeito a retificações e a mudanças conceptuais, que são um traço marcante do autor. E assim não poderia deixar de ser no trecho dessa trajetória que analisamos neste trabalho. De fato, notamos que há mudanças no período que separa os dois primeiros artigos de Pêcheux. Ao lado de alguns conceitos que permanecem (*efeito metafórico*), encontramos introdução de alguns novos (*condições de produção do discurso* e *imagens de A e B*) e certas mudanças de nomenclatura (*sistema semiológico* passa a ser chamado de *processo de produção do discurso*, que permanece na AAD-69, mas dá lugar à *formação discursiva*, a partir de 71).

5.3 Apropriação da Lingüística, da Psicanálise e do MH na teoria do discurso

Depois da discussão sobre os primeiros conceitos da teoria do discurso formulados por Pêcheux, no período de 1967-8 (contemporaneamente, portanto, à produção teórica de Thomas Herbert), gostaríamos de tecer algumas observações sobre a apropriação da Lingüística, da Psicanálise e do MH por essa teoria, já que essa é uma das questões centrais de nossa pesquisa.

O problema a que se dedica Pêcheux, quando formula sua teoria e análise do discurso, é o dos discursos ideológicos em geral. Ele objetiva produzir um conhecimento científico sobre eles, estabelecendo as suas características, o seu funcionamento, as suas formas e, ainda, a relação deles com o discurso científico (os elementos para pensar essa relação foram fornecidos por Herbert, em seu segundo artigo), a fim de criar uma possibilidade para a fundação de ciências do continente história a partir da transformação da matéria-prima ideológica que são as ciências sociais.

Essa teoria dos discursos ideológicos insere-se em uma ciência regional das ideologias localizada, por sua vez, no continente história. O que ela já forneceu é que há regiões ideológicas e tendências ideológicas de classes e isso leva Pêcheux a pensar que existam discursos representativos do cruzamento desses fatores: por exemplo, o discurso religioso do movimento Teologia da Libertação (de tendência proletária) e o do movimento Terra, Família e Propriedade (de tendência burguesa).

Para Courtine (1999), a teoria de Pêcheux se insere no interior de um movimento que, nos anos 60, se desenvolveu na França – o da reflexão sobre a ideologia. Desse modo, um conjunto de questões sobre a relação entre discurso e ideologia se tornou “um verdadeiro programa de pesquisas críticas para as ciências humanas: o que é um discurso teórico? Como reconhecer um discurso ideológico? Diferenciá-lo de um discurso científico?” (p. 13). Sabemos que era a essas perguntas que Pêcheux tentava responder com sua teoria.

Sendo assim, quando trata dos discursos ideológicos, a problemática pecheutiana transcende o campo específico da ciência Lingüística, pois estes não pertencem nem ao domínio da língua, nem ao da fala: o autor deixou isso claro ao defini-los como um nível intermediário entre o universal e o individual. Sua teorização, em realidade, pertence ao campo do Materialismo Histórico, ou ciência da história, segundo o que diz o autor na AAD-69:

“... talvez a conceptualização dos fenômenos que pertencem ao ‘alto da escala’ necessite de um deslocamento da perspectiva teórica, uma ‘mudança de terreno’ que faça intervir conceitos exteriores à região da lingüística atual” (PÊCHEUX, [1969], 1997, p. 73).

Desse modo, a Análise do Discurso se constituiu como uma disciplina autônoma, “recusando uma integração pura e simples à Lingüística” (MALDIDIER, 1993, p.20).

Porém essa ciência tem um lugar importante na construção da teoria do discurso e do dispositivo analítico, fornecendo a maioria das categorias com as quais se deveria fazer a análise formal dos dados. Isso porque os discursos são sempre produzidos no interior de uma língua determinada, obedecendo as suas regras, a qual fornece os mecanismos formais que possibilitam a construção das metáforas e das metonímias que constituem o processo ideológico.

Além disso, a Lingüística é a única das três ciências utilizadas pelo autor como G2 que aparece explicitamente nos textos de Pêcheux. E isso por dois motivos: não

sofrer do mesmo tipo de recalcamento que afeta o MH e a Psicanálise e ser uma ciência modelo para as ciências sociais.

Mas ela não foi trazida para o interior da Análise do Discurso sem sofrer torções. Vimos que, na construção do seu objeto próprio, o discurso, os conceitos lingüísticos *língua* e *fala* são problematizados, sendo que o *discurso* pecheutiano não se confunde nem com um nem com outro. Além disso, na construção do conceito de condições de produção do discurso, também são deslocados conceitos lingüísticos – o esquema da comunicação de Jakobson é tomado como modelo – mas transformados e repensados no interior de uma problemática marxista e psicanalítica (a representação da situação, as posições ideológicas e de classe dos sujeitos, e as imagens).

Há também um uso muito forte de conceitos lingüísticos no método de análise, que não abordaremos aqui, por fugir a nossos objetivos, dentre os quais: processo metafórico, lexis (de Culíoli), relações paradigmáticas, estrutura de superfície, além de categorias tradicionais da gramática, como sujeito, verbo, operadores gramaticais etc.

Há, porém, um conceito pecheutiano que, apesar da aparência, não deriva diretamente da Lingüística, mas de uma concepção psicanalítica. Trata-se do conceito de *deslizamento de sentido*, ligado ao de efeito metafórico. Para Pêcheux, uma mesma palavra (ou sintagma) empregada em discursos diferentes pode não possuir o mesmo significado, já que este desliza sob o significante. Por outro lado, um mesmo significado pode ser representado por significantes diversos no interior de um mesmo discurso como, por exemplo, em um *corpus* de alguns folhetos publicitários distribuídos por uma organização estudantil, no curso do mês de maio de 68, analisado por Pêcheux et al (1971). A análise mostrou que ali palavras como “desemprego”, “demissões”, “exonerações” etc. possuíam um mesmo sentido e apareciam em frases cuja estrutura era “Os trabalhadores estão em luta contra x”.

5.4 O método de análise do discurso e a estratégia de Michel Pêcheux

Como afirmamos no início deste capítulo, não faremos um comentário minucioso do método de análise do discurso que Pêcheux vinha construindo nesse período de 1967-8, tendo em vista que isso ultrapassa os objetivos de nosso trabalho.

Mas há algumas observações sobre ele que gostaríamos de fazer. O processo de análise do *corpus* é dividido em três etapas, que deveriam ser feitas, segundo o autor,

com o auxílio do computador, já que a “realização ‘manual’ dessas diferentes operações é, evidentemente, muito pesada para uma seqüência que ultrapasse algumas linhas” (PÊCHEUX, 1967, p. 223). Essas etapas envolvem a redução do *corpus* a frases com a estrutura sujeito / predicado e a transcrição dessas frases por meio de regras semelhantes às da gramática gerativa (as quais não são fornecidas) e estabelecimento das classes de equivalência próprias a ele, a partir das *distâncias* entre os termos das frases (outro conceito não explicitado). Tudo isso tendo por fim identificar os traços do processo de produção desses discursos.

Esse procedimento não parece muito diferente do que o apresentado na AAD-69, e sobre ele podemos dizer que a sua marca é a busca do “mesmo”, das repetições que se encontram em uma série de discursos, conforme o que diz o próprio autor: “A existência do *outro* está pois subordinada ao primado do *mesmo*” (PÊCHEUX, [1983], 1997, p. 313).

Segundo Courtine (1999), Pêcheux considerava o método de análise do discurso como “... um dispositivo neutro de reconhecimento das frases, espécie de ‘máquina de ler’ da qual se esperava que produzisse informaticamente uma leitura ‘não-subjetivada’” (p. 15). Isso se justifica se levamos em conta o seu anseio por um instrumento científico, que pudesse superar qualquer apelo à subjetividade do analista.

Esse método diz respeito, como se vê, à análise da superfície discursiva, o que, consequentemente, exige o trabalho com conceitos da Lingüística. Estes vêm de fontes variadas e são apresentados sem maiores explicações, como, aliás, é de praxe quando se trata do estilo pecheutiano. Estrutura de superfície, relações paradigmáticas, cadeia sintagmática, signos lingüísticos, palavra, lexia, marca do sistema verbal, operadores sintáticos e retóricos, classes de equivalência são alguns deles.

O mais importante aqui é, a nosso ver, comentar quais os objetivos de Pêcheux ao construir o seu dispositivo instrumental, que, a partir de 1967, passou a chamar-se método de análise do discurso. Sabemos que nos textos que marcam a sua entrada na vida intelectual, no período de 1966-68, o filósofo trata desse dispositivo. Entretanto, há uma diferença no seu modo de abordagem, que marca os textos de Pêcheux e Herbert. Enquanto este acentua a sua função (a qual se torna mais ampla, quando se passa do primeiro para o segundo artigo do autor), Pêcheux detém-se na descrição do seu modo de operação.

No primeiro artigo, como vimos, Herbert propõe que a ciência das ideologias deva ser acompanhada de um método de experimentação, já que, para ele, toda ciência

necessita de instrumentos que testem a coerência do seu discurso, não só colocando novas questões, mas também fazendo-as variar e, assim, possibilitando o desenvolvimento da teoria.

Já no segundo artigo, Herbert, quando menciona a necessidade de construção de um dispositivo instrumental, aponta uma outra função. Esta seria enfraquecer as resistências impostas por toda ideologia teórica à produção de um discurso científico e à produção de um objeto científico, através de uma “mexida no sistema de garantias” no qual elas se apóiam e reproduzem. Isso é tudo que o autor diz explicitamente sobre o dispositivo instrumental⁹³. Novamente ele não apresenta os conceitos com que operaria esse instrumento e o seu modo de utilização.

Vemos, então, que Herbert pensa em dois objetivos para esse dispositivo instrumental. Um é testar o discurso científico da ciência das ideologias, permitindo seu desenvolvimento e outro é enfraquecer as certezas em que o discurso ideológico se apóia, colocando em questão algumas das evidências com que ele trabalha.

Quando se trata dos textos de Michel Pêcheux, notamos que a elaboração e a apresentação do instrumento são, de fato, seu objetivo central. Este é apresentado de maneira mais detalhada, envolvendo os conceitos das três ciências acima citadas (ainda que alguns venham disfarçados, como mostramos) e o seu modo de utilização, as etapas do processo de análise do *corpus*. Como não poderia deixar de ser, tendo em vista a concepção de instrumento científico do autor, a teoria que esse instrumento materializa é também apresentada, não em sua forma acabada, mas dentro dos limites de um projeto que está apenas se iniciando, conforme comentamos mais acima.

Vemos que esse instrumento não se assemelha àqueles da física e da química, como a luneta, a balança, e o microscópio, no sentido do tipo de objeto que analisa. Trata-se da análise do objeto “discurso”.

Apesar de, nos textos iniciais de Pêcheux, a ênfase ser colocada no instrumento, em momento algum o autor explicita onde ele poderia ser utilizado e para que fins. Dado o fato de que esses textos se destinam a um grupo amplo de pesquisadores, seria desejável que isso fosse exposto. O mesmo não acontece, entretanto, quando se trata da obra AAD-69, que apresenta de modo mais desenvolvido (em relação aos dois primeiros artigos assinados Pêcheux), tanto a teoria do discurso, quanto seu método de análise. Na conclusão da referida obra, há uma parte intitulada

⁹³ Lembramos que fizemos uma análise minuciosa da referida passagem de Herbert, no capítulo anterior.

“perspectivas de aplicação”, em que o autor afirma que o método poderia ser usado em dois campos: o da investigação sociológica e o da história das ciências (PÊCHEUX, [1969], 1997, p. 147-150).

Segundo o que explicam Gadet et al (1997),

“... a referência à sociologia que se encontra no final da obra, quando estão em questão perspectivas de utilização, designa algo muito diferente da sociologia oficial: uma sociologia nova, cujo desenvolvimento era imaginado por Louis Althusser e seus alunos, sobre as bases do materialismo histórico, ciência das formações sociais” (p. 51).

Então, podemos concluir que o que Pêcheux chama de “campo da investigação sociológica” é mesmo o domínio da ciência da história ou MH. O fato de não usar essas palavras se explica pela estratégia de Pêcheux de não fazer abertamente qualquer referência a essa ciência, bem como à Psicanálise, devido aos problemas que esses campos do saber enfrentavam no interior das instituições (um recalcamento, nas palavras do filósofo), conforme já explicamos.

Tal destino está em coerência com o que o autor diz em seus textos assinados com o pseudônimo. O instrumento foi pensado para ser um instrumento da ciência das ideologias, uma ciência regional no interior do continente história, e continua a ser pensado para este fim. E também pode ser usado por outras ciências que se constituam no continente história, já que toda ciência em sua fase de reprodução metódica (como é o caso do MH, segundo os althusserianos), necessita de instrumentos científicos.

E no caso do domínio da história das ciências, que papel esse instrumento teria? Para Pêcheux ([1969], 1997), seria na descrição do modo como se instauram os discursos científicos no campo onde existiam os ideológicos. Os discursos científicos e os ideológicos de vários tipos são produzidos por meio de processos de produção. A interação dos mesmos “engendra, em certas condições, um novo processo, que subverte as regras de coerência que regem o discurso anterior” (p. 150). Assim, a análise identificaria aquilo que produziria um “descompasso” em relação ao processo de produção dominante e que vai impossibilitar a repetição dos discursos anteriores.

Na medida em que se volta para a história das ciências, a AD pecheutiana constituiria uma tentativa de desenvolver o método da leitura sintomal proposto por Althusser (Cf. HENRY, 1997). É curioso que esse objetivo, apesar de ter sido apresentado na conclusão da AAD-69, não recebeu atenção especial do autor nos textos de que tratamos em nosso trabalho. Por outro lado, sem conhecer as reflexões do autor

sobre a história das ciências desenvolvidas nesses textos, fica ainda mais difícil compreender esse objetivo apresentado na conclusão da referida obra.

Diante do que foi exposto, podemos afirmar que, realmente, o método de análise do discurso não era destinado somente aos cientistas sociais, como afirma Paul Henry (1997), mas que se destinava também aos intelectuais envolvidos no projeto de desenvolvimento do MH e aos historiadores das ciências.

Apesar de Pêcheux pensar nesse destino para a AD, segundo Courtine (1999), os trabalhos de análise de *corpus* efetuados entre 69-70 privilegiaram os textos políticos, os quais prevaleceram sobre os discursos pedagógicos e científicos (p. 12, nota 12).

Mas, se apelamos para o que nos ensina a genealogia, tal como comentamos na introdução deste trabalho, uma coisa é criada para um determinado fim, mas, na sua história, nada impede que ela mude seu rumo, seu objetivo inicial. Esse uso para análise de textos políticos pode ser explicado, em parte, pela origem e pelos objetivos dos participantes do grupo de Pêcheux. Esses participantes (dentre os quais um bom número de historiadores) foram os primeiros a entrar em contato com o método e a utilizarem-no para análise de *corpora* em grande parte histórico-políticos.

O dispositivo instrumental em construção por Pêcheux, além de aplicável ao campo do MH e da história das ciências, poderia ser usado também nas pesquisas em ciências sociais. Sabemos que o autor não afirma isso explicitamente, mas se levamos em conta as críticas à análise de conteúdo que iniciam os dois primeiros artigos assinados Pêcheux, vemos que fica implícito que o método de análise do discurso poderia ser usado no mesmo lugar que a AC. Apoiamo-nos em Henry (1997), quando afirma que Pêcheux, ao construir a análise do discurso, objetivava “fornecer às ciências sociais um instrumento científico de que elas tinham necessidade” (p.15).

A intenção de Pêcheux era que seu instrumento funcionasse como uma alternativa aos métodos de análise de conteúdo, que eram largamente utilizados naquela conjuntura. Mas por que Pêcheux desejava substituir esses métodos? Como vimos, eles partiam de alguns pressupostos considerados equivocados pelo autor, tais como a transparência da linguagem e conduziam a conclusões de caráter científico duvidoso tendo em vista que apenas levavam os pesquisadores a repetir o discurso ideológico dos sujeitos sob uma linguagem pseudo-científica. O resultado a que chegavam as ciências sociais era sempre a reprodução do discurso ideológico dominante o que, no fundo, consistia na afirmação das garantias empíricas que sustentavam a suposta científicidade desses campos do saber.

Mas o objetivo de Pêcheux não era apenas este. O filósofo havia traçado uma estratégia minuciosa a ser concretizada por meio desse instrumento. Segundo Henry (1997) o instrumento pecheutiano “seria a contrapartida de uma abertura teórica em seu campo [das ciências sociais]” (p. 15). O que entender por abertura teórica? Para chegarmos a essa resposta, é necessário levar em conta outra afirmação desse mesmo autor, segundo a qual Pêcheux “concebeu seu sistema como uma espécie de ‘Cavalo de Tróia’ destinado a ser introduzido nas ciências sociais para provocar aí uma reviravolta” (p. 36).

Mas em que consistiria essa reviravolta? Acreditamos que o raciocínio do filósofo era assim: as pesquisas em ciências sociais eram feitas utilizando certos métodos como a análise de conteúdo, por exemplo; os resultados a que essas pesquisas chegavam eram ideológicos, pois, conforme mencionado, sustentavam-se sobre uma base teórica ideológica e sobre uma utilização meramente empírica de instrumentos. Ao passarem a utilizar o método de Pêcheux, que trazia em seu *interior* conceitos científicos provenientes do Materialismo Histórico, essas ciências seriam levadas a trabalhar com esses conceitos novos e começar a pensar em problemas nos quais antes não pensavam, como relações sociais de classe, formação social, modo de produção, condição e posição de classe, ideologia. A partir do momento em que passassem a trabalhar esses conceitos, sua base teórica (ideológica) iria se enfraquecer e, simultaneamente, o MH, por ter ganhado terreno na área delas, iria se fortalecer. E nisso consistiria a abertura teórica do campo.

Isso é totalmente coerente com a posição de Herbert, segundo a qual as ciências sociais ocupavam o lugar da ciência da história e, assim, impediam o seu desenvolvimento. Um enfraquecimento do discurso das ciências sociais era o primeiro passo para a instituição das ciências que recobririam o lugar que elas ocupavam, ciências essas a serem fundadas no interior do continente história.

Assim, o objetivo de Pêcheux não era que as ciências sociais, ao usarem esse método, transformassem-se, por um passe de mágica, em ciências de fato. Pêcheux sabia que o instrumento sozinho não tinha todo esse poder. Seu objetivo era que o uso do instrumento, ao mesmo tempo, colocasse em questão o sistema das garantias em que essas ciências se sustentavam e possibilitasse o aparecimento de objetos novos não visíveis a partir da teoria ideológica que está na sua base. Tudo isso se encaminharia para a produção de novos objetos científicos que propiciariam a construção de ciências novas.

E qual seria a diferença do instrumento pecheutiano em relação aos outros existentes, como a análise de conteúdo? Para Pêcheux, ele não é um mero instrumento técnico adaptado ao uso científico, mas um instrumento científico, por ser uma teoria materializada e estar construído sobre conceitos advindos de ciências efetivas (a Lingüística, a Psicanálise e o MH). Além disso, é um instrumento cuja problemática é invisível para os demais, a ideologia. Com um instrumento que “trata o discurso do sujeito sociológico como representativo da relação entre sua *situação* (socioeconômica) e sua *posição* (ideológica) na estrutura” (PÊCHEUX, [1969], 1997, p. 149-50), seria possível analisar como ideológico o discurso do sujeito e, principalmente, chegar a identificar as determinações desse dizer. O discurso produzido pelo cientista nunca seria igual ao discurso dos sujeitos (*corpus*). O dispositivo de Herbert permitiria levantar questões novas, em uma problemática, em última instância, materialista.

Não nos cabe avaliar aqui a operacionalidade da estratégia pecheutiana, nem mesmo os sucessos e insucessos que ela obteve. Mas gostaríamos, a título de reflexão, de reproduzir a posição de Henry (1997). Para este, a estratégia de Pêcheux teve seus inconvenientes: ela “deixou aberta a possibilidade de se usar este sistema de análise do discurso como um instrumento ou uma ferramenta no sentido empírico. É efetivamente o que se produziu...” (p. 36).

Além desse uso empírico do método, poderíamos ressaltar também que as próprias características do método podem ter dificultado sua utilização prática, devido a seu alto grau de formalização e à pouca elucidação pelo autor, o que resulta em grande dificuldade de compreensão. Acreditamos que o hermetismo característico do método pecheutiano é o que suscitou a seguinte crítica advinda da análise de conteúdo:

“De uma forma geral pode concluir-se, a propósito deste empreendimento [a análise automática do discurso pecheutiana] dizendo que por debaixo de uma linguagem abscondita, que por vezes mascara banalidades, sob um formalismo que por vezes escapa ao leitor, para além das construções teóricas, que ao nível da prática da análise, são improdutivas a curto prazo, existe uma tentativa totalitária (no sentido em que se procura integrar no mesmo procedimento conhecimentos adquiridos ou avanços até aí dispersos ou de natureza disciplinar estranha: teoria e prática lingüística, teoria discurso como enunciação, teoria da ideologia e automatização do procedimento) cuja ambição é sedutora, mas em que as realizações são anedóticas. O que é deplorável” (BARDIN, 1977, p.222).

Poderíamos, por outro lado, lembrar que, hoje, no Brasil, 40 anos após Pêcheux ter formulado seu dispositivo instrumental, este vem sendo utilizado em variados campos do saber, inclusive na análise do discurso científico. É interessante observar esse percurso do método pecheutiano – os caminhos sinuosos que ele percorreu até,

finalmente, conseguir chegar ao destino originariamente planejado. Resta saber se ele surtirá aí os efeitos pensados por seu formulador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Costuma-se, nos trabalhos de Análise do Discurso, afirmar não só que a tradição francesa dessa disciplina teve sua origem no ano de 1969, mas também que um de seus marcos inaugurais foi a publicação da *Análise Automática do Discurso*, de Michel Pêcheux. Pensamos que esse modo de apresentar o início da AD francesa não é incorreto e que até apresenta alguma comodidade didática. Mas pensamos também que ele não é isento de problemas. E desses o maior de todos é, a nosso ver, o esquecimento da história da AD, no momento mesmo em que se pretende narrar-lhe a história. Essa afirmação não deixa ver o processo de construção por que passaram a teoria e o método que compõem, conjuntamente, a disciplina. De fato, tal processo existiu e se iniciou em meados da década de 60, portanto, antes do ano de 69.

Nesse período, Pêcheux escreveu quatro artigos, publicados em revistas de divulgação científica: “Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social” (1966); “Observações para uma teoria geral das ideologias” (1968); “Analyse de contenu et théorie du discours” (1967); e “Vers une technique d’analyse du discours” (1968). Destes, os dois primeiros foram publicados em *Cahiers pour l’analyse*, de orientação althussero-lacaniana, e assinados com o pseudônimo de Thomas Herbert, enquanto os dois últimos foram publicados nas revistas *Psychologie Française* e *Bulletin du CERP*, respectivamente, e assinados com o nome próprio do autor.

Através de uma investigação do conjunto dessa produção, é possível perceber o momento em que o autor planeja a construção de um dispositivo experimental (que se tornaria depois o que chamamos de análise do discurso) e o momento em que ele começa a se desenhar, com a produção do objeto “discurso” e dos primeiros conceitos de sua teoria.

Curiosamente, não é nos textos que têm como tema central a análise do discurso (PÊCHEUX, 1967; 1968) que o filósofo começa a pensar nela, mas sim naqueles em que, assinando como Thomas Herbert, desenvolve uma reflexão sobre a ideologia e a ciência. Queremos dizer com isso que o projeto de construção de uma análise do discurso começou a se estabelecer no momento mesmo em que o seu autor estava envolvido na elaboração de uma teoria geral das ideologias, na esteira de Louis Althusser.

Como se pôde ver no decorrer do trabalho (capítulo 1), Pêcheux foi um filósofo de formação que participou ativamente do grupo de alunos que Althusser dirigia na Escola Normal Superior (ENS). No interior desse grupo, Pêcheux tomou contato com a leitura althusseriana da obra de Marx e se engajou naquilo que Althusser definia como uma das principais tarefas de desenvolvimento do Materialismo Histórico e Dialético, a produção de uma teoria geral das ideologias.

Foi dando sua contribuição a esse tema que o filósofo escreveu os dois primeiros artigos supracitados. Neles, expôs suas reflexões sobre a ideologia em geral e sua relação com a ciência, embasando-se em conceitos provenientes do pensamento de Althusser e dos grandes representantes da epistemologia histórica francesa, Bachelard, Koyré e Canguilhem. Pêcheux era um epistemólogo que se tornou cientista, sem deixar de ser epistemólogo. Todos os passos de sua trajetória científica foram dados levando em consideração uma epistemologia refletida e intimamente relacionada com a história das ciências. Por isso, nossa reconstituição de seu projeto teórico tinha de passar necessariamente pela reconstituição de seus pressupostos epistemológicos (capítulo 2). Essa mesma necessidade nos obrigou a dedicar uma atenção especial a sua “teoria da experimentação” (capítulo 4), antes da discussão do seu primeiro esboço de uma teoria e de um método de análise do discurso (capítulo 5).

A análise que fizemos (capítulo 3) do primeiro texto de Herbert, “Reflexões...”, permitiu-nos conhecer não só a crítica epistemológica que ele endereça às ciências sociais, mas também dois pontos de maior interesse para a teoria e análise do discurso: 1) a primeira articulação estabelecida entre ideologia, sujeito e discurso e 2) o projeto de construção de um método denominado de “escuta social”. Esse texto de Herbert também nos mostra qual o lugar que era reservado ao MH, à Psicanálise e à Lingüística na ciência das ideologias, embora só o papel do primeiro tenha sido desenvolvido. As duas últimas aparecem apenas indicativamente.

Nossa análise (capítulo 4) do segundo texto de Herbert, “Observações...”, mostra-nos que a articulação entre as ciências acima citadas já aparece então desenvolvida. Nessa articulação, percebe-se que o lugar de fala de Herbert é o MH e que a Psicanálise e a Lingüística são utilizadas para responder a uma problemática inerente ao MH: a da ideologia. Percebe-se também que, nessa utilização, os saberes utilizados são deslocados e transformados conscientemente de modo a adaptar-se a uma problemática que não é a deles.

Mas, ao mesmo tempo em que escrevia os artigos assinados com Herbert, Pêcheux publicou outros dois (objeto do capítulo 5), também acima referidos, cujo tema central é a teoria e a análise do discurso. Neles, são tecidas algumas críticas à análise de conteúdo enquanto método utilizado nas pesquisas sociais, seguidas da apresentação da teoria do discurso e de um método (novo e informatizado) de análise do discurso. Os conceitos aí formulados constituem um esboço do que foi posteriormente apresentado na AAD-69.

De acordo com o que explicamos anteriormente, apesar das aparências, os textos de Herbert e de Pêcheux não respondem a problemas distintos: ideologia e discurso; é dos *discursos ideológicos* que Pêcheux trata. Na sua concepção, a teoria do discurso era uma parte da ciência das ideologias.

Mas não é somente dessa forma que Herbert e Pêcheux se relacionam. O ponto onde ambos se encontram é mesmo o método de análise do discurso. Este, antes de ser desenvolvido e batizado por Pêcheux, já havia sido planejado por Herbert, a fim de alcançar alguns objetivos que foram aos poucos se definindo e também se ampliando.

O primeiro objetivo (apontado em “Reflexões...”) seria servir de instrumento de experimentação da ciência das ideologias. Nesse momento, o método recebia o nome de “escuta social”, por analogia à “escuta analítica” da Psicanálise. Conforme explica Herbert, toda ciência, seja em estado nascente, seja madura, precisa de instrumentos por meio dos quais se realizem experimentos, os quais por sua vez, têm o papel não só de testar a coerência dessa ciência, mas também de colocar novas questões que permitam a reprodução metódica de seu objeto. Por seu turno, todo instrumento exige uma teoria, sem a qual é inoperante (e isso justifica a construção da teoria do discurso).

O segundo objetivo seria, não mais no domínio da ciência das ideologias, mas no das ciências sociais, funcionar aí como um “Cavalo de Tróia”. Herbert, tendo formulado, em seu artigo “Observações...”, que as ideologias teóricas ofereciam resistências à produção de conhecimentos científicos, concluiu que haveria necessidade, para enfraquecê-las, de lançar mão de um dispositivo que fosse ao mesmo tempo instrumental e institucional. Este permitiria, uma vez utilizado no domínio ideológico, “ver” novos objetos e problemas antes não vistos e, além disso, funcionaria como um meio de garantir que estes não fossem vistos como insólitos ou “delirantes”, mas aceitos como científicos. Sendo as ciências sociais ideologias teóricas que ofereciam resistências ao corte epistemológico efetuado pelo Materialismo Histórico, elas seriam o principal lugar onde esse dispositivo deveria poder se instalar. Levando para o seu

interior conceitos materialistas nele embutidos, esse dispositivo conduziria ao aparecimento de novos objetos que colocariam em questão o sistema de garantias em que elas se apoiavam.

O terceiro objetivo de Herbert, ao construir um dispositivo instrumental, seria sua aplicação no campo da história das ciências, para identificar o aparecimento de condições de produção de discursos científicos em oposição a discursos ideológicos dominantes. Nesse sentido, seria o desenvolvimento e aperfeiçoamento do método althusseriano da leitura sintomal.

Não custa fazer algumas considerações acerca desses objetivos. Em primeiro lugar, cabe esclarecer que, apesar de distintos, eles não eram vistos por Herbert/Pêcheux como excludentes, e sim como complementares. Em segundo lugar, cabe lembrar que, na AAD-69, apareceram apenas dois objetivos, e não três, uma vez que o primeiro (servir de instrumento de experimentação de uma ciência das ideologias) e o segundo (funcionar como “Cavalo de Tróia” no interior das ciências sociais) foram fundidos em um só: servir de instrumento para a “sociologia”. Tendo em vista o jogo de Pêcheux, a razão disso nos parece óbvia: quem arma uma cilada não pode alertar a vítima sobre isso. Em terceiro lugar, cabe observar que esses objetivos nos mostram que a AD não era vista como um fim, mas como um meio. Dito de outro modo: Herbert/Pêcheux não a pensava como uma disciplina autônoma, mas sim um dispositivo instrumental a serviço de determinados saberes (a ciência regional das ideologias e a história das ciências). Em quarto lugar, esses objetivos nos mostram também que a AD não era pensada como um domínio da Lingüística nem como uma forma de Lingüística aplicada.

Essa última observação nos conduz novamente à teoria do discurso. Sabemos que, para a sua formulação, Pêcheux se apropriou de conceitos provenientes do Materialismo Histórico, da Lingüística e da Psicanálise⁹⁴. Mas sabemos também que essas fontes não exerceram o mesmo papel nem tiveram o mesmo grau de importância. Como vimos, o primeiro estava no comando, já que era uma problemática de seu campo que estava sendo desenvolvida. Desse modo, é ele que determina o modo de construção do objeto conceptual dessa teoria e as questões a que deveria responder. Além disso, é o MH que determina, em última instância, a apropriação da Lingüística e da Psicanálise, que tiveram papéis secundários, com níveis de importância diferenciados.

⁹⁴ Assim como também Herbert o fez na construção de sua teoria geral das ideologias.

Paradoxalmente, nos primeiros artigos de Pêcheux sobre a teoria e a análise do discurso, não há referências explícitas ao MH. Como já comentamos, isso fazia parte da estratégia do autor, que não podia revelar as relações da AD com esse campo do saber. O primeiro motivo é que, estando o seu dispositivo destinado também aos cientistas sociais, não seria adequado falar abertamente em marxismo devido ao seu desprestígio ou à desconfiança em torno dele por parte desses cientistas. O segundo é que, pelo fato de o dispositivo se destinar, no seio das ciências sociais, a fazer uma reviravolta teórica, abrindo espaço para a entrada de conceitos materialistas, não era adequado revelar que se tratava de um método de base marxista.

Como dissemos, a teoria do discurso constituiu-se, nesse momento inicial da trajetória de Pêcheux, como uma teoria dos discursos ideológicos e, portanto, uma teoria regional pertencente à ciência das ideologias. Esta, como vimos, era uma ciência também regional do continente história ou Materialismo Histórico. Portanto o lugar, o solo epistemológico de constituição da AD foi mesmo o MH. Essa nossa afirmação destoa da tese de alguns analistas do discurso brasileiros de que a AD seria uma “disciplina de entremeio” constituída no intervalo das ciências sociais (Cf. ORLANDI, 2001; LEANDRO FERREIRA, 2005).

Talvez se possa dizer que a AD tenha se tornado hoje uma disciplina de entremeio. Mas não se pode dizer que esse seja o lugar que Michel Pêcheux lhe atribuía, no início de seu projeto teórico. O “conceito” de entremeio não fazia parte da teoria epistemológica com que esse filósofo trabalhava e não há, em nenhuma passagem de seus textos, qualquer referência a ele. Além disso, esse não parece ser um conceito condizente com as posições epistemológicas pecheutianas, e isso por dois motivos. Em primeiro lugar, o espaço de uma ciência é o espaço que lhe facilita o objeto por ela produzido. É por esse objeto que ela se define, não pela suas relações espaciais com outros saberes. Saberes que não produziram seu objeto teórico, mas tentam definir o seu lugar loteando a “realidade dada” (é esse particularmente o caso das ciências humanas) são definidos por Herbert/Pêcheux como “ideologias teóricas”. O fato de alegarem que têm relações de vizinhança ou intersecção com ciências constituídas não altera o seu estatuto epistemológico. A Psicologia, por exemplo, sempre alegou ter relações desse tipo com a Biologia, com as matemáticas, com a Lingüística, com a Psicanálise e até com a Física. Mas já vimos o que Herbert pensa dela. Em segundo lugar, o entorno de uma ciência é sempre ideológico. Conforme as formulações althusserianas, as ciências são ilhas cercadas de ideologias por todos os lados e, consequentemente, o que está no

entremeio das ciências constituídas, está na ideologia. Como vimos, a ambição de Herbert/Pêcheux era construir uma teoria e um instrumento que gozassem de estatuto científico e não fosse apenas mais uma teoria ideológica. E uma das formas de garantir essa científicidade, era que a prática científica fosse sustentada em ciências já constituídas.

Esperamos ter evidenciado, com nosso trabalho, as seguintes questões. A necessidade de recorrer aos textos produzidos por Herbert, se queremos entender a proposta e os objetivos de Pêcheux, ao desenvolver uma teoria e uma análise do discurso; o sentido e o lugar da análise do discurso no interior do projeto teórico do filósofo; o solo epistemológico onde ele constrói tal projeto; e o papel das três ciências articuladas por ele na construção da teoria e do método acima referidos.

Nesse momento em que a identidade da análise do discurso torna-se um objeto de problematização por parte de seus próprios estudiosos e que a sua história é freqüentemente tema de investigação, esperamos que esse trabalho possa trazer alguma luz a esse debate.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, Louis. [1969]. *Lenine e a filosofia*. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1974.
- _____. [1968]. A filosofia como arma da revolução (Resposta a oito questões). *Posições* 2. Rio de Janeiro: Graal, 1980. p.152-165.
- _____. [1967]. *Filosofia e filosofia espontânea dos cientistas*. Lisboa: Presença, 1976.
- _____. Respostas de Louis Althusser. [1966]. In: Althusser, L. et al. *A polêmica sobre o humanismo*. Lisboa: Presença, s.d. p. 193-203.
- _____. [1966]. Materialismo histórico e materialismo dialético. In: ALTHUSSER, L.; BADIOU, A. *Materialismo histórico e materialismo dialético*. São Paulo: Global, 1979a. p. 33-56.
- _____. [1965]. Práctica teórica y lucha ideológica. In: *La filosofía como arma de la revolución*. 9. ed. México: Passado e Presente, 1979b. p.23-69.
- _____. [1965]. *A favor de Marx*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979c.
- _____. et al. [1965]. *Ler “O Capital”* I. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____. et al. [1965]. *Ler “O Capital”* II. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- _____. [1964-5]. *Freud e Lacan. Marx e Freud*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 47-71.
- _____. [1964]. Apresentação. In: Canguilhem, Georges. *O normal e o patológico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990. p. 271-276.
- ARAÚJO, Inês Lacerda. Percurso e percalços da AD francesa. *Fragmenta*, nº 17. Curitiba: Ed.UFPR, 2000.
- BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico*: contribuição para uma psicanálise do conhecimento objetivo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- _____. *O novo espírito científico*. Lisboa: Edições 70, 1986.
- _____. *Epistemologia*: trechos escolhidos por Dominique Lecourt. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- _____. *L'activite rationaliste de la physique contemporaine*. Paris: P.U.F., 1965.
- BADIOU, Alain. O (re) começo do materialismo dialético. In: ALTHUSSER, L.; BADIOU, A. *Materialismo histórico e materialismo dialético*. São Paulo: Global, 1979. p. 7-32.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BERNAL, John D. *Ciência na História*. Lisboa, Livros Horizonte, 1969.

- BEZERRA FILHO, Cabral et al. *Epistemologia e Teoria da Ciência*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- BOTIA, Antonio Bolivar. *El estructuralismo: de Levi-Strauss a Derrida*. Madrid: Edições Pedagógicas, 2001.
- BURNISTON, Steve; WEEDON, Chris. Ideologia, subjetividade e o texto literário. In: Centre for Contemporary Cultural Studies (org.). *Da ideologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p.257-294.
- CASTELLS, Manuel; IPOLA, Emílio. *Prática epistemológica e ciências sociais*. 3. ed. Porto: Afrontamento: 1973.
- COURTINE, Jean-Jacques. *Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública*. São Carlos, Claraluz, 2006.
- _____. O discurso inatingível: marxismo e lingüística (1965-1985). *Cadernos de Tradução*, Porto Alegre, nº. 6, abr-jun, 1999. p. 5-18.
- DELACAMPAGNE, Christian. *História da filosofia no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- DOSSE, François. *História do estruturalismo I*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.
- ERIBON, Didier. *Michel Foucault e seus contemporâneos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- ESCOBAR, C. H. de. As ciências e a filosofia. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- _____. As leituras e a leitura prático-teórica. In: BEZERRA FILHO, Cabral et al. *Epistemologia e Teoria da Ciência*. Petrópolis: Vozes, 1971. p. 87-160.
- EVANGELISTA, Walter J. Althusser e a psicanálise. In: ALTHUSSER, Louis. *Freud e Lacan. Marx e Freud*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p.9-38.
- FERREIRA, Nadiá Paulo. Jacques Lacan: apropriação e subversão da lingüística. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982002000100009&lng=e&nrm=iso&tlang=e. Acesso em: 13.10.2007.
- FICHANT, Michel. A epistemologia na França. In: CHATELET, François (org.). *História da filosofia*, 8: o século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p. 124-162.
- FOUCAULT, Michel. [1971]. Nietzsche, a Genealogia, a História. In: FOUCAULT Michel. *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. (Coleção Ditos e Escritos, II). p. 260-281.
- _____. [1985]. A vida: a experiência e a ciência. In: FOUCAULT Michel. *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. (Coleção Ditos e Escritos, II). p. 352-366.

- GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- GADET, Françoise et al. Apresentação da conjuntura em Lingüística, em Psicanálise e em informática aplicada ao estudo dos textos na França em 1969. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 39-60.
- GALILEI, Galileu. O ensaiador. In: *Galileu*. São Paulo: Abril cultural, 1973.
- GOEPPERT, Sebastian; GOEPPERT, Herma C. *Linguagem e Psicanálise*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Claraluz, 2004.
- HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. La Semantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. *Langages* 24, Paris: Larousse, 1971. p. 93-106.
- HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 13-38.
- HENRY Paul; MOSCOVICI, Serge. Problèmes de l’analyse de contenu. *Langages* 2, 1968. p. 36-60.
- HERBERT, Thomas. [1966]. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. *Tempo Brasileiro, epistemologia*, 2, (30, 31). Rio de Janeiro, 1973. p.3-36.
- _____. Observações para uma teoria geral das ideologias. [1968]. *Rua*, n.1, Campinas, 1995. Tradução de Carolina M. R. Zuccolillo, Eni P. Orlandi e José H. Nunes. p. 63-89.
- _____. Notas para uma teoria geral das ideologias. [1968]. In: ESCOBAR, Carlos H. de (org.). *Psicanálise e ciência da história*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974. Tradução de Maria da Glória Ribeiro da Silva. p. 183-203.
- INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria. C. L. *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005.
- JAKOBSON, Roman. *Lingüística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1973.

- JAPIASSÚ, Hilton. *A revolução científica moderna: de Galileu a Newton*. São Paulo: Letras & Letras, 1997.
- KOYRÉ, Alexandre. *Estudos de história do pensamento científico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; Brasília: UNB, 1982.
- KOYRÉ, Alexandre. *Do mundo fechado ao universo infinito*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979.
- LACAN, Jacques. *Escritos*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- LECOURT, Dominique. *Para uma crítica da epistemologia*. 2. ed. Lisboa: Assírio e Alvim, 1980.
- LEMAIRE, Anika. *Jacques Lacan: uma introdução*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- LENOBLE, R. A revolução científica do século XVII. In: TATON, René. (org). *A Ciência moderna*. Tomo II: São Paulo: Difusão Européia do livro, 1960. p. 09-29.
- LÉVI-STRAUSS, C. Prefácio. In: JAKOBSON, Roman. *Seis lições sobre o som e o sentido*. Lisboa: Moraes, 1977. p. 7-17.
- LONGO, Leila. *Linguagem e psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- MACHEREY, Pierre. A filosofia da ciência de Georges Canguilhem – Epistemologia e História das Ciências. In: Canguilhem, Georges. *O normal e o patológico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990. p.276-307.
- MAINIGUENEAU, Dominique. Análise de discurso: a questão dos fundamentos. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, (19). Campinas: Ed. Unicamp, 1990.
- MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso*. Campinas: Pontes, 2003.
- _____. Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: ORLANDI, Eni. *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 15-28.
- MINAYO, M. Cecília. *O desafio do conhecimento*. 7^a ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PÊCHEUX, Michel. [1983]. A análise do discurso: três épocas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 311-319.
- _____. [1975]. *Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

- _____. L'application des concepts de la linguistique à l'amélioration des techniques d'analyse de contenu. *Ethnies*, 3, 1973, p. 101-118.
- _____. [1969]. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 61-161.
- _____. Vers une technique d'analyse du discours. *Psychologie française*, 1968, 13, (1). p. 113-117.
- _____. Analyse de contenu et théorie du discours. *Bulletin du C.E.R.P.*, 1967, 16, (3). p. 211-227.
- PÊCHEUX, Michel et al. [1982]. Apresentação da Análise automática do discurso (1982). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 253-282.
- PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. [1975]. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 163-252.
- PÊCHEUX, Michel; FICHANT, Michel. [1969]. *Sobre a história das ciências*. 2^a ed. Lisboa: Estampa, 1977.
- PIRES, Eginardo. A teoria da produção dos conhecimentos. In: BEZERRA FILHO, Cabral et al. *Epistemologia e Teoria da Ciência*. Petrópolis: Vozes, 1971. p. 161-197.
- PLON. Análise do discurso (de Michel Pêcheux) vs. Análise do inconsciente. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005.
- POULANTZAS, Nicos. *Hegemonia y dominación en el estado moderno*. 4. ed. Corrigida. México, Pasado y Presente, 1977.
- RANCIÈRE, Jacques. *Sobre a teoria da ideologia: a política de Althusser*. Porto: Portucalense, 1971.
- ROBIN, Régine. *História e lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- ROSSI, Paolo. *O nascimento da ciência moderna na Europa*. Bauru: EDUSC, 2001.
- ROUANET, Sérgio P. *Imaginário e dominação*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 1996.

VALLEJO, Américo; MAGALHÃES, Ligia C. *Lacan: operadores da leitura*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ciência e revolução – o marxismo de Althusser*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.